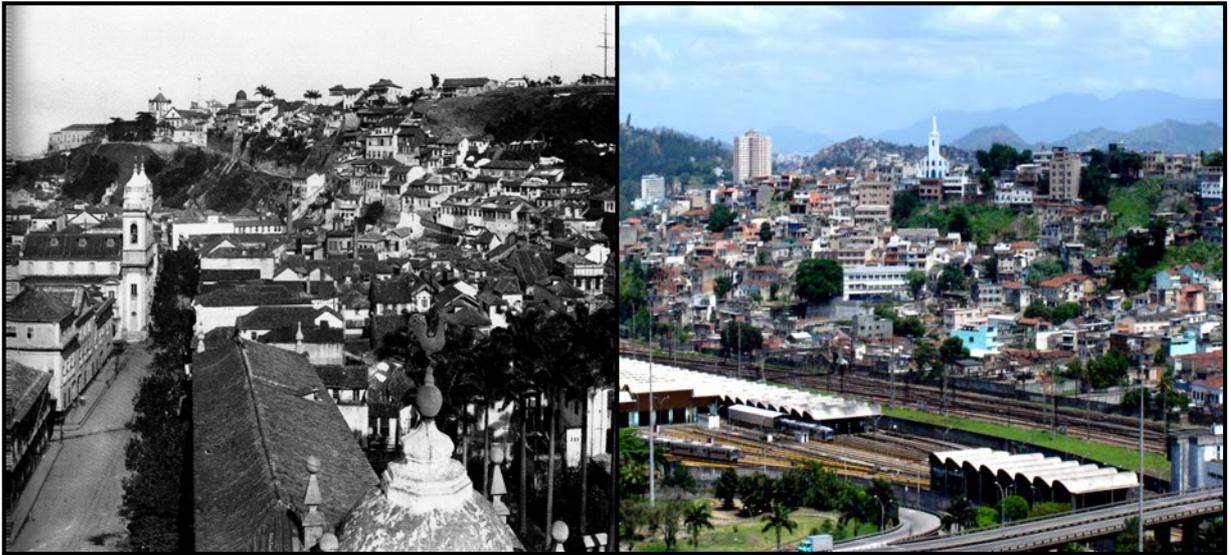


UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO



DO BERÇO HISTÓRICO À ZONA PERIFÉRICA DO CENTRO:  
VELHAS FORMAS, NOVOS CASTELOS

Paulo Cezar de Barros

Rio de Janeiro  
2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PAULO CEZAR DE BARROS

DO BERÇO HISTÓRICO À ZONA PERIFÉRICA DO CENTRO: VELHAS  
FORMAS, NOVOS CASTELOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Susana Mara Miranda Pacheco

Rio de Janeiro  
2005

PAULO CEZAR DE BARROS

DO BERÇO HISTÓRICO À ZONA PERIFÉRICA DO CENTRO: VELHAS  
FORMAS, NOVOS CASTELOS

Aprovada em: \_\_\_\_\_

PRESIDENTE DA BANCA

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Susana Mara Miranda Pacheco  
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luciana Corrêa do Lago  
Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e  
Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Miguel Angelo Campos Ribeiro  
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. João Baptista Ferreira de Mello  
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho aos meus queridos pais.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é, sobretudo, fruto da minha paixão por esta cidade. Não foi uma tarefa fácil resgatar a história de um lugar tão importante e, ao mesmo tempo, esquecido pelos cariocas. Muitas pessoas contribuíram de forma decisiva para a sua finalização.

Inicialmente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo apoio financeiro indispensável à pesquisa.

Em especial, agradeço a Professora Susana Mara Miranda Pacheco, que me orientou desde o meu ingresso no curso de especialização da UERJ em 2002. Obrigado pela oportunidade, incentivo e críticas construtivas.

Aos meus professores do curso de mestrado, Miguel Ângelo, João Baptista e Gilmar Mascarenhas pelo apoio e sugestões. Para vocês, a minha sincera gratidão.

O meu agradecimento à Professora Luciana Corrêa do Lago. Suas preciosas sugestões dadas no seminário de Mestrado, especialmente, no tema segregação, possibilitaram o enriquecimento desta dissertação.

Meu reconhecimento aos grandes amigos Fernando da Costa Ferreira, Marcello Barros, Romulo Mattos, Daniel Vater, Ulisses Fernandes e Arthur Pinheiro pelas sugestões valiosas.

Minha gratidão à família da Dona Guiomar, ilustre castelense, pelas informações que possibilitaram o enriquecimento da dissertação.

Por fim, gostaria de agradecer a principal incentivadora, Fernanda, minha querida esposa. Sem ela, este trabalho não teria nenhum sentido.

Ali no Morro do Castelo nasceu a cidade, ergueu-se a primeira igreja, funcionou o primeiro colégio, enterrou-se Estácio, o fundador. Dali partiu a mancha de azeite que, insinuada encostas acima e vales afora, criou o urbanismo mais pitoresco jamais surgido sobre a terra. Além desta função genetriz, de si bastante para sagrar a colina, o Morro do Castelo, justamente pelo abandono em que o deixaram e pela vizinhança com a avenida, é a pérola maior do maravilhoso colar de pérolas carioca.

Monteiro Lobato

## RESUMO

Esta dissertação trata da mobilidade residencial decorrente do arrasamento do Morro do Castelo, Berço Histórico da cidade do Rio de Janeiro, e de como esta ação interferiu na estrutura urbana carioca. Em 1920, o prefeito Carlos Sampaio, o “Demolidor do Castelo”, com aval do executivo federal decretou de forma autoritária a destruição de uma área residencial que havia resistido à Reforma Passos. Residiam no Morro aproximadamente quatro mil e duzentas pessoas e, especialmente para elas, o desmonte produziu um impacto extraordinário, forçando a mudança de residência.

A pesquisa mostra a segregação espacial como fruto do empreendimento modernizador republicano que, empregado nas Reformas Urbanas, introduziu efeitos segregacionistas, ainda presentes na estrutura do Rio de Janeiro.

A expulsão da população para o subúrbio, objetivo das Reformas e tão difundida pelos estudos urbanos precisa ser revista. A falta de uma proteção social do Estado para os removidos promoveu uma rede social tecida a partir da Reforma Passos. A Reforma Sampaio intensificou o processo de segregação urbana, obrigando a mudança de milhares de pessoas do centro da cidade, principalmente para sua periferia imediata.

### PALAVRAS-CHAVE:

Morro do Castelo, *sem-tecto*, reforma urbana, mobilidade residencial, segregação, zona periférica do centro.

## ABSTRACT

This dissertation is about the residential mobility due to the dismantling of the Castelo's Hill Area, a Historical Cradle of the city of Rio de Janeiro, and as this action intervened with the Carioca urban structure. In 1920, the at that time mayor Carlos Sampaio who was known as the "Castelos's Demolisher" based in an endorsement of the Federal Executive decreed in an authoritarian order the destruction of the residential area that had resisted the Passos Reform. The dismantling of the hill produced an extraordinary impact, especially for the approximately four thousand and two hundred people that inhabited in that area, forcing them to move residence.

The research concerns about the space segregation as a result of the republican renewal enterprise used in the Urban Reforms which introduced segregationist effects in the Rio de Janeiro urban structure that is still remained nowadays.

The expulsion of the population for the suburb, objective of the Reforms and so outspread by the urban studies, is needed to be reviewed. The lack of a State social protection issue for the removed ones promoted a social net emerged from the Passos Reform. The Sampaio Reform intensified the process of urban segregation, compelling the migration of thousand people from downtown mainly for its immediate periphery.

### KEYWORDS:

Castelos's Hill Area, homeless, urban reform, residential mobility, segregation, center peripheral zone.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	2
<b>CAP. 1 – REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>	25
1 – A visão multiescalar do espaço urbano: o método	26
1.1 – A dimensão espacial: forma, função, processo e estrutura	32
1.2 – A dimensão temporal: a Geografia Histórica	38
1.3 – Rio de Janeiro: a busca pelos lugares perdidos na história	47
1.4 – Os processos sócio-espaciais: o debate	52
1.4.1 – A mobilidade intra-urbana	55
1.4.2 – A segregação residencial	62
<b>ANEXO 1</b>	72
<b>CAP. 2 – REFORMA URBANA – A DESTRUIÇÃO CRIATIVA</b>	74
2 – Estado e espaço urbano	75
2.1 – A política urbanística imperial	79
2.2 – A cidade republicana – Ordem e Progresso na forma urbana	86
2.2.1 – Pereira Passos – o “reformador”	89
2.2.2 – Carlos Sampaio – o “demolidor”	95
<b>ANEXO 2</b>	101
<b>CAP. 3 – A GEOGRAFIA HISTÓRICA DO MORRO DO CASTELO</b>	106
3 – Um baluarte natural	107
3.1 – A descida para a várzea	113
3.2 – A era higienista: ventilar era preciso	121
3.3 – A ideologia que arrasava: abaixo Portugal, viva a França!	125
3.4 – Enfim, o arrasamento	129
3.5 – A Esplanada do Castelo	135
<b>ANEXO 3</b>	143
<b>CAP. 4 – OS SEM-TECTO DO MORRO DO CASTELO</b>	163
4 – Quem eram os castelenses?	164
4.1 – Visões do Castelo	168
4.1.1 – A imagem do Castelo segundo as elites	172
4.1.2 – A imagem do Castelo segundo os seus moradores	175
4.2 – Dona Guiomar, uma castelense	180
4.3 – Morro do Castelo: uma área social homogênea?	182
4.4 – A (des)política habitacional	189
<b>ANEXO 4</b>	199

<b>CAP. 5 – A SEGREGAÇÃO REPRRODUZIDA – OS NOVOS CASTELOS</b>	210
5 – Os <i>sem-tecto</i> do Castelo: rumo ao subúrbio?	211
5.1 – E as Instituições?	215
5.2 – Os <i>sem-tecto</i> e as redes de solidariedade	219
5.3 – Os novos “Castelos”	225
5.3.1 – Do Castelo ao Morro de Paula Mattos	228
5.3.2 – Do Castelo ao Morro do Pinto	233
5.3.3 – Do Castelo às favelas	238
5.4 – O padrão de segregação da Reforma Sampaio: uma proposta	241
<b>ANEXO 5</b>	252
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	266
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	273

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Morro do Castelo – s/d	24
Foto 2 – Avenida Central – 1908	102
Foto 3 – Desmonte de vertente do Morro do Castelo para a abertura da Avenida Central - s/d	103
Foto 4 – Prefeito Carlos Sampaio	104
Foto 5 – Obras de saneamento na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas – 1921	105
Foto 6 – Morro do Castelo – 1860	145
Foto 7 – Vista aérea do Morro do Castelo	145
Foto 8 – Ladeira da Misericórdia	146
Foto 9 – Ladeira do Castelo ou do “Cotovelo”	147
Foto 10 – Morro do Castelo – 1860	148
Foto 11 – Travessa de São Sebastião – 1920	149
Foto 12 – Morro do Castelo – 1920	149
Foto 13 – 1º corte no Morro do Castelo – 1905	150
Foto 14 – Arrasamento do Morro do Castelo – 1922	151
Foto 15 – Construção dos Pavilhões para a Exposição do Centenário de Independência – 1921	152
Foto 16 – Vista aérea do Castelo em processo de arrasamento	152
Foto 17 – Arrasamento do Castelo – 1922	153
Foto 18 – Exposição do Centenário de Independência – 1922	154
Foto 19 – Arrasamento do Morro do Castelo – 1922	155
Foto 20 – Desmonte do Morro com jatos d’água – 1928	156
Foto 21 – A burguesia no Castelo (1) – 1928	156
Foto 22 – A burguesia no Castelo (2) – 1928	157
Foto 23 – A burguesia no Castelo (3) – 1928	157
Foto 24 – Construção da Esplanada do Castelo – 1928	158
Foto 25 – Edificação da Associação Cristã de Moços – 1929	158
Foto 26 – Foto aérea da Esplanada do Castelo – 1955	159
Foto 27 – Ministério da Fazenda	160
Foto 28 – Esplanada do Castelo (1)	161
Foto 29 – Esplanada do Castelo (2)	162
Foto 30 – Moradores do Morro do Castelo – 1921	200
Foto 31 – Mercado Municipal da Praça XV – 1908	202
Foto 32 – Casa no alto do Castelo – 1920	203
Foto 33 – Casas em mau estado de conservação – 1921	203
Foto 34 – Crianças no Morro do Castelo – 1914	204
Foto 35 – Morro do Castelo – s/d	204
Foto 36 – Dona Guiomar, nossa ilustre castelense	205
Foto 37 – Chácara da Floresta – 1921	206
Foto 38 – Entrada do Forte de São Sebastião – s/d	207
Foto 39 – Igreja de São Sebastião em processo de demolição – 1922	208
Foto 40 – Última Missa na Igreja de São Sebastião no Morro do Castelo – 1921	253
Foto 41 – Ruínas da Igreja de São Sebastião – 1922	254
Foto 42 – Zona Periférica do Centro	255
Foto 43 – Ladeira Frei Orlando	257
Foto 44 – Dona Gema, ex-moradora da rua da Misericórdia	257

Foto 45 – Rua Paula Mattos	258
Foto 46 – Morro do Pinto (1)	259
Foto 47 – Morro do Pinto (2)	260
Foto 48 – Morro do Pinto com destaque para a Capela de Monserrat	262
Foto 49 – Morro do Pinto no início do século XX	263
Foto 50 – Obras de aterro da Zona Portuária	263
Foto 51 – Área Central vista do Morro do Pinto	264
Foto 52 – Rua Sara – Morro do Pinto	264
Foto 53 – Capela de Monserrat	265
Foto 54 – Rua Mont'Alverne – Morro do Pinto	265

### LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Planta da Cidade do Rio de Janeiro – 1906	24
Mapa 2 – Morro do Castelo – 1812	144
Mapa 3 – Área Central do Rio de Janeiro e de sua periferia imediata - 1904	256
Mapa 4 – Zona Portuária no século XIX	261

### LISTA DE DOCUMENTOS

Doc. 1 – Almanaque Laemmert – 1908	201
Doc. 2 – Boletim de ocorrência policial pertencente ao Distrito de São José (1921)	209

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Configuração de zonas concêntricas da cidade de Chicago	73
Figura 2 – Os <i>sem-tecto</i> do Morro do Castelo	200

Capa: Morro do Castelo em 1860 – foto de Juan Gutierrez e Morro do Pinto em 2004 – foto do autor.

# INTRODUÇÃO

## Introdução

Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cinematográficas. Não há casas, entretanto, queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas.

Lima Barreto

O ano era 1920. O lugar, o Distrito Federal. Como sede do poder republicano, a cidade do Rio de Janeiro se transformou na grande vitrine da nação. A República baseada nos ideais positivistas introduziu um modelo de organização do território da Capital, levando ordem e progresso à forma urbana. Esta nova ordenação preparou a implantação de novos espaços segregados, adequando com isso, a cidade às necessidades da reprodução da sociedade capitalista.

Neste sentido, a grande Reforma Urbana do Prefeito Francisco Pereira Passos (1903 - 1906) iluminou a Capital da *Belle Époque*<sup>1</sup>, modificando drasticamente a forma-conteúdo da cidade e abalando a estrutura espacial vigente. A capitalidade<sup>2</sup> criou o contraditório laboratório republicano que mesclava modernidade e exclusão social. Em suma, a Cidade Maravilhosa, sonho das elites cariocas, era para poucos.

Com a proximidade das comemorações oficiais do 1º Centenário de Independência, o governo federal e a administração municipal na figura do prefeito-interventor, Carlos

---

1

A Belle Époque carioca iniciou-se com a subida de Campos Sales ao poder em 1898. As condições estáveis da economia corroboraram para o surgimento de um novo estilo de vida urbana baseado em moldes europeus (NEEDELL, 1993).

2

Elemento de identidade política do Distrito Federal; a função de representar a unidade e a síntese da nação (MOTTA, 1992 e LESSA, 2000).

Sampaio (1920 - 1922), não mediram esforços para “civilizar” os últimos resquícios da cidade colonial que haviam resistido à Reforma Passos, visando eliminá-los da paisagem urbana. Era necessário mostrar ao mundo que o Brasil, representado pela sua principal cidade, havia ingressado, enfim, na era da modernidade.

É nesta atmosfera de transformações sócio-espaciais, que o Boletim Municipal de 1920, o Diário Oficial da época, publicava a concretização de um antigo projeto de reestruturação do espaço do Distrito Federal, a saber: o arrasamento do Morro do Castelo. Vejamos o decreto do Senhor Prefeito Carlos Sampaio, assinado há apenas nove dias após a sua posse:

DECRETO N. 1451 DE AGOSTO DE 1920

APPROVA OS PLANOS ORGANIZADOS PARA O ARRASAMENTO DO MORRO DO CASTELO E MELHORAMENTOS A REALIZAR NA ÁREA RESULTANTE E DESAPROPRIA OS PRÉDIOS E TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DESSES PLANOS

O Prefeito do Distrito Federal:

Usando das atribuições que lhe conferem o § 10º do Art. 27 da consolidação das leis federais sobre a organização municipal do Distrito Federal e o Art. 5º do Decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903, decreta:  
Artigo único. Ficam aprovados os planos organizados na Directoria Geral de Obras e Viação, para o arrasamento do Morro do Castello e melhoramentos a realizar na área resultante e desapropriados, na forma da legislação vigente, os prédios e terrenos neles compreendidos e necessários à execução desses planos.

Distrito Federal, 17 de Agosto de 1920, 32º da República.

Carlos Sampaio

Realizamos uma breve “viagem no tempo e no espaço” para nos ajudar na visualização do quadro social instável do Distrito Federal no início da década de 1920. Acreditamos ser interessante esta descrição, pois como nos lembra Abreu (1998), a evolução urbana só pode ser estabelecida quando visualizamos a interação em cada momento histórico, entre a forma urbana e o conteúdo social.

Assim sendo, na escala nacional, o período entre o final do século XIX e o início do século XX foi marcado por grandes transformações sócio-espaciais. As cidades brasileiras, particularmente a capital, eram vistas como espaços de tumulto e desordem, sendo necessário, por parte das elites emergentes, a intervenção do Estado para o controle político do espaço urbano. Ordená-lo significava, sobretudo, expulsar a população de baixa renda das áreas valorizadas e escolhidas pelo capital para exercerem funções nobres.

Não podemos esquecer que na escala mundial, além de Paris, inúmeras cidades européias como Berlim, Madri, Viena, Bruxelas, Antuérpia e até mesmo na América do Sul como Buenos Aires, haviam passado por reformas urbanísticas no século XIX. A onda da destruição criativa, condição essencial da modernidade, como nos lembra Harvey (1996), cruzou o oceano Atlântico e chegou aqui, no Distrito Federal, alterando profundamente a morfologia e a estrutura urbanas. O elo entre o Brasil e o mundo “civilizado” europeu estava construído. Enfim, estávamos preparados para competir com Buenos Aires, pois como é sabido, o Rio de Janeiro e a capital da Argentina disputavam o título de a “Paris da América do Sul”.

O arrasamento do Morro do Castelo é um importante capítulo da onda de destruição que, na primeira metade do século XX, transformou a cidade colonial na cidade capitalista, além de arrancar uma página importantíssima da história do Rio de Janeiro para as gerações futuras.

Sobre essas rupturas, Hobsbawn (1995) frisa que a cada nova geração, os lugares antigos da cidade são gradativamente esquecidos. Essa tendência é mais drástica num espaço em constante mutação: a cidade moderna.

Em relação à efemeridade do projeto modernista no espaço urbano, Harvey (1996) diz:

Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas conseqüências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o

seu próprio passado, para não falar de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica (p. 22).

Esta dissertação trata, portanto, de um lugar importantíssimo para o Rio de Janeiro, isto é, onde nossa cidade, de fato nasceu: o Morro do Castelo (foto 1, p. 24). Considerado por muitos estudiosos, um crime urbano, a sua destruição deixou poucos vestígios na paisagem e na história urbana.

A propósito, apesar da importância do lugar, poucos cariocas, sabem que ali, no Centro, atrás da Biblioteca Nacional, entre as avenidas Churchill, Franklin Roosevelt, Marechal Câmara e Presidente Antônio Carlos, um dia, existiu um morro.

Numa cidade onde sistematicamente o poder público comandou de forma autoritária, um processo modernizador, cuja consequência foi a destruição da memória através de reformas urbanas que mutilaram e seccionaram o espaço urbano, não nos parece estranho que as milhares de pessoas que passam diariamente pela Esplanada do Castelo, desconheçam ou ignorem a origem deste topônimo, pois afinal de contas, as pessoas podem perguntar: onde está o Castelo?

Segundo o historiador Milton Teixeira, o Rio de Janeiro foi o único lugar do mundo que destruiu o seu berço<sup>3</sup>. Bem, pode ser uma constatação exagerada de um estudioso apaixonado pela cidade, no entanto, esta citação é uma prova, ou melhor, um desabafo do desrespeito à nossa memória.

Esta pesquisa originou-se no curso de Pós-Graduação *lato-sensu* POLÍTICAS TERRITORIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, promovido pelo Departamento de Geografia desta Universidade, no qual tivemos a oportunidade de analisar a mobilidade residencial decorrente do arrasamento da Colina Histórica. Com o desmonte do Castelo e do bairro da Misericórdia, localizado no sopé do Morro, desapareceram do núcleo central da

---

3

Jornal do Brasil - Revista de Domingo, Ano 18 – nº 930 – 27 de fevereiro de 1994.

cidade duas áreas residenciais que haviam resistido à Reforma Passos. Somente no Castelo, conforme nos informou o Jornal do Brasil, residiam 4.200 pessoas e, especialmente para elas, o desmonte do Morro produziu um impacto extraordinário, forçando a mudança de residência.

Agora, no curso de Pós-Graduação *stricto-sensu* GESTÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO, temos como objetivo, dar continuidade ao projeto inicial, resgatar conhecimentos já produzidos, como também, aprofundar a base teórico-metodológica e o estudo empírico a fim de entender melhor os impactos desta reforma na segregação espacial, logo, as suas implicações na estrutura urbana carioca.

Sendo uma pesquisa cuja temática é a Geografia Urbana, é importante ressaltar, como nos lembram Gottdiener (1990) e Smith (1996), que atualmente há uma explosão de pesquisas voltadas à reestruturação sócio-espacial das cidades associadas ao pós-modernismo. Assim, os estudos visam identificar como a globalização associada à acumulação flexível da economia pós-fordista, cria um novo ordenamento sobre o espaço urbano.

Este método nos estudos sobre a cidade visa relacionar o papel do espaço no processo de acumulação do capital e foi impulsionado pelo Marxismo enquanto base teórica para a Geografia Urbana. No entanto, além da análise da cidade pós-moderna, há um outro foco de estudo que também ganhou força com a geografia marxista: a visão multiescalar. Estamos falando da Geografia Histórica que valorizando a dimensão temporal do espaço, tem como proposta a explicação de fatos e contextos pretéritos.

Para Abreu (2002/A), a valorização da história das cidades é uma característica atual do mundo globalizado, pois o aprofundamento das relações capitalistas fragmenta e desloca as identidades culturais, vinculadas anteriormente pelos referenciais de tempo e espaço.

Gregory (1996) trata esta questão como um dos grandes problemas atuais da Geografia. Segundo o autor, o conhecimento do espaço de vivência é um elo que se perde

diante do fortalecimento da globalização. Logo, os lugares são esvaziados de seu significado local.

Entretanto, vale destacar que a globalização não constrói uma via de mão única. Desta forma, a lógica mercantil também fortalece a identidade local. Logo, uma reação à “homogeneização” dos lugares, é a valorização do passado como uma referência de identidade cultural do universo vivido, ou seja, um dos elementos que passam a diferenciar os lugares. Segundo Abreu (2002/A), a identidade de um lugar depende muito do domínio que seus moradores possuem sobre o seu passado.

Assim, após anos de desrespeito com a memória da nossa cidade, estamos vivenciando um momento de enriquecimento de estudos científicos sobre os lugares do passado<sup>4</sup>. Os títulos das reportagens do Jornal *O Globo* de 05 de janeiro e 23 de maio de 2004 destacam esta abordagem. A primeira, “O Rio antigo está cada vez mais na moda”, enfatiza o “boom” das publicações sobre a memória da cidade. A segunda, “História abandonada”, frisa o descaso das autoridades públicas em relação ao patrimônio cultural. Percebemos, então, que infelizmente, a valorização da história urbana, é cultivada na sua grande maioria por intelectuais e por pessoas idosas que testemunharam os fatos histórico-geográficos<sup>5</sup>. Há, portanto, ainda um enorme descaso dos governantes em relação à preservação da memória e dos monumentos históricos do Rio. Até mesmos os vários projetos de revitalização do centro, principalmente da zona portuária, apresentam objetivos duvidosos e com pequena

---

4

Ao nosso ver, essa virada de página se deve também à própria decadência econômica e política da cidade. É, sobretudo, uma forma de recuperar a auto-estima de uma cidade que foi o centro geográfico do país.

5

Para uma pessoa acessar o acervo especial da Biblioteca Nacional, onde se encontra o Álbum de Fotografias do Morro do Castelo de Augusto Malta, por exemplo, é necessário fazer parte de uma instituição de pesquisa. Sem essa condição o acesso é negado.

participação dos moradores nas suas decisões. Citamos como exemplo, o projeto de construção do Museu Guggenheim, no píer da Praça Mauá<sup>6</sup>.

Ao iniciar o estudo de evolução urbana, percebemos que poucas cidades no mundo tiveram a sua paisagem natural tão modificada como a do Rio de Janeiro. Segundo Amador (1997):

Nenhuma outra cidade no mundo se igualaria ao Rio de Janeiro, nas alterações ambientais produzidas, na destruição de tantos e diversificados ecossistemas e na liquidação dos valores culturais históricos e paisagísticos (p.213).

A natureza exuberante da Baía de Guanabara e de seu entorno foi drasticamente alterada e degradada pela ação da sociedade. Cavalcanti (1998) destaca como a segunda natureza (natureza socializada) desta cidade foi sendo lentamente construída e modificada a partir de uma árdua intervenção humana:

Assim, a cidade colonial construída ao longo de quase trezentos anos foi gradativamente sendo apagada pelos alargamentos de seus logradouros, pela demolição de suas edificações e abertura de novas vias e, sobretudo, pela derrubada dos Morros do Castelo, do Senado e grande parte do Morro de Santo Antônio (p. 18).

Logo, o espaço geográfico é resultado da acumulação histórica do trabalho da sociedade sobre a superfície terrestre (SANTOS 1978). O autor enfatiza que as atividades produtivas implicam em ações que se superpõem à natureza. Segundo esta interpretação, Corrêa (1992) vê a cidade como espaço social construído, marcado pelo predomínio da segunda natureza. O autor diz:

A grande cidade capitalista constitui-se, primeiramente, no lugar onde o meio ambiente é caracterizado predominantemente pela magnitude da segunda natureza. Trata-se, por excelência, do meio ambiente construído, onde a importância da natureza primitiva apresenta-se, em muitos locais, muito reduzida (p. 29).

---

6

Em trabalho de campo realizado no bairro de Santo Cristo, percebemos que o projeto sofreu forte oposição da comunidade do Morro do Pinto.

Entretanto, estudar o Rio de Janeiro nos permite pensar como a natureza teve um papel relevante na construção do espaço social. Bernardes (1995) retrata as qualidades naturais do sítio original da cidade (Domínio da Guanabara) para explicar a sua fundação e evolução. Para a autora: “Se a defesa da Guanabara fora a razão primordial da fundação do Rio de Janeiro, garantir sua posse seria a função inicial da cidade. O sítio escolhido testemunha-nos, por sua vez, o mesmo fato” (p. 17).

Assim sendo, Lessa (2000) visualiza a natureza desta cidade como elemento fundamental para se entender a sua estrutura. Para ele:

Os condicionantes geográficos e naturais esboçam uma primeira pauta que baliza sua formação e restringe sua evolução. Superficialmente, a cidade pode ser vista como a realidade físico-estrutural construída pelo homem, um recorte particular do espaço natural; características topográficas, morfológicas, geológicas e edafo-climáticas, bem como sua posição relativa no território e no planeta, são algumas especificações do lugar (p. 10).

O autor lembra que o pesquisador que tenha o objetivo de estudar a evolução urbana carioca deverá relacionar as transformações espaciais segundo a influência das características naturais. De fato, a natureza, ainda nos dias atuais, mesmo com toda a degradação ambiental, possui uma importância maior na vida de seus moradores e influência direta na composição de sua estrutura urbana. Sobre essa questão, em particular da preponderância das montanhas na paisagem urbana, Abreu (1992) enfatiza:

Dentre os elementos que formam o quadro natural carioca, o maciço da Tijuca, cadeia de montanhas que se estende por uma área de 95 km<sup>2</sup>, e que divide a cidade numa “zona sul” e numa “zona norte”, ocupa um lugar de destaque (...). Apertado entre a montanha e o mar, o Rio de Janeiro teve, nesses elementos naturais, os grandes balizadores da sua expansão (p. 54).

De fato, após 440 anos de história oficial, a engenharia ainda precisa “driblar” certas características herdadas da primeira natureza, ou seja, da planície encharcada, que no séc. XVI, dificultou a ocupação do território pelos portugueses. Um grande exemplo é lembrado pelo historiador Milton Teixeira, quando analisa as construções na Avenida Rio Branco: “O

solo dali é praticamente água. Tiveram que usar um sistema especial de construção. É como se os edifícios flutuassem sobre jangadas”<sup>7</sup>.

Desta forma, não podemos ignorar a influência da geografia física na apropriação do espaço da nossa cidade. Do sítio inicial, escolhido por Estácio de Sá em 1565, entre os Morros Cara de Cão e Pão de Açúcar à sua transferência para o Morro de São Januário (primeiro topônimo do Castelo), escolhido por Mem de Sá em 1567, observamos a importância da Baía de Guanabara e de seu entorno tão cobiçado por portugueses e franceses. Uma citação que sintetiza a condição estratégica do sítio do Rio de Janeiro é feita por Bernardes (1995): “Desde as primeiras viagens de exploração de nosso litoral, os portugueses conheciam as qualidades do Rio de Janeiro como ancoradouro profundo e abrigo seguro” (p. 15).

Neste contexto, o Morro do Castelo era esse “porto seguro”, pois abrigou os primeiros colonizadores portugueses que haviam participado da expulsão dos franceses calvinistas comandados por Villegaignon e as primeiras instituições de Estado que elevaram o Rio à condição de cidade sem ter sido anteriormente, povoado e vila.

Derrotada a aliança entre os franceses e os índios tamoios, passou-se então à difícil fase de conquista do território. Os primeiros moradores começaram a abandonar a praia entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, local de fundação da cidade, e ocuparam o ponto mais estratégico em torno da Baía: uma elevação encravada na planície encharcada. Após sucessivas denominações: Descanso, Alto da Sé, Alto de São Sebastião, o Morro passou a ser denominado Castelo, devido à fortificação construída em seu cume. Com a função defensiva, nossa cidade nasceu delimitada e espremida em um Morro com feições quase insular: “Assim, a população foi transferida para o Morro de São Januário (mais tarde chamado Morro do Castelo), um tómbolo cercado por pântanos e lagoas, o que significa a proteção a ataques por terra” (COSTA, 2001, p. 200).

---

7

Jornal *O Globo*, Caderno Rio, 27 de fevereiro de 2004.

Essa elevação fazia parte de um conjunto de vários morros (São Bento, Providência, Senado, Conceição e Santo Antônio) que estavam encravados na planície encharcada e isolados dos maciços litorâneos. Composto por rochas gnáissicas bastante desgastadas pelo intemperismo químico, o Castelo ocupava uma área de cento e oitenta e quatro mil metros quadrados. Sua altitude era de 63 metros, e seus limites eram a atual Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central), ruas Santa Luzia, da Misericórdia e São José (mapa 1, p. 24).

Escolhido, como já observado anteriormente, pela sua posição estratégica, a forma do Morro do Castelo cristalizou na paisagem, se transformando numa referência para a população carioca. No entanto, seu conteúdo modificou ao longo de sua história oficial. Assim, se para Mem de Sá o Morro desempenhou uma função importantíssima na defesa e povoamento da cidade durante o século XVI, para Carlos Sampaio, interlocutor das elites, a Colina era um “quisto”, um obstáculo à expansão urbana e, por isso, deveria ser removido da paisagem urbana.

Neste contexto, Sampaio, o “demolidor do Castelo”<sup>8</sup>, com total aval da esfera federal, representada pelo Presidente Epitácio Pessoa, decretou de forma autoritária o desmonte do Morro. O Castelo não resistiu, então, à modernização do centro da cidade, pois era visto como o símbolo degradado do condenado passado colonial português.

Se atualmente o Rio de Janeiro é estigmatizado pela violência originada no espaço da favela, no século XIX o estigma da cidade era a sujeira e a insalubridade cujas origens estavam nos cortiços. Ontem, como hoje, a desordem urbana é associada aos espaços das classes populares<sup>9</sup>.

---

8

Adjetivo criado por Marly Silva da Mota para caracterizar a ação destruidora da administração do Prefeito Carlos Sampaio.

9

Para o atual prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, a violência é a principal “chaga” da cidade. “Doença” que para as elites tem como centro a favela. Esse mesmo tipo de comparação era feito na década de 20 para os espaços como o Morro do Castelo.

É importante frisar que esta ideologia, isto é, os discursos higienista e estético legitimaram as reformas de Passos e Sampaio e transformaram a área central através de várias “cirurgias” urbanas, onde se concentravam as camadas populares da cidade. Entretanto, para os trabalhadores, interessava residir no centro, pois era ali que se concentrava a oferta de emprego. Além disso, o custo e precariedade dos sistemas de transportes contribuía para a sua resistência em permanecer na área central.

Higienizar e modernizar a cidade significavam, sobretudo, eliminar os lugares infectos e sórdidos, o desmazelo, a imundície e as residências coletivas (cortiços e estalagens e casas de cômodo) em que habitava a maioria da população.

Assim, dentre os agentes sociais produtores de espaço urbano carioca, o Estado se transformou em um dos principais atores, criando condições e viabilizando o processo de reprodução da sociedade capitalista. Desta forma, o Estado interferiu no ordenamento territorial em vários momentos. Destacamos as atuações do Estado relacionadas aos objetivos de nossa pesquisa:

- 1) através de ações, criando espaço com desmonte de morros e aterros, no uso do espaço e na construção do equipamento urbanístico;
- 2) na normatização do território como o disciplinamento do solo urbano;
- 3) na aliança com outros grupos sociais;
- 4) nos processos sócio-espaciais como a mobilidade intra-urbana e a segregação residencial.

As Reformas Urbanas realizadas pelos Prefeitos Francisco Pereira Passos e Carlos Sampaio foram, neste sentido, grandes momentos da atuação do Estado na intervenção e na construção de uma cidade capitalista como o Rio de Janeiro, intensificando a mobilidade intra-urbana e a segregação residencial.

É importante observar que os processos acima citados são indissociáveis. Ao analisar a mobilidade intra-urbana, Lago (2000) enfatiza que o tema, no Brasil, tem sido pouco abordado nas pesquisas sobre a cidade. Para a autora, o padrão de segregação da metrópole carioca vem sofrendo alterações ao longo do tempo histórico e, necessitam de revisões.

De fato, analisando os interesses de atores que interferem na dinâmica urbana, como o Estado e o capital, verificamos que as populações menos favorecidas foram sempre alvos de tentativas de remoção, pelas políticas públicas, em vários momentos históricos, para áreas menos valorizadas.

Assim, a ação do Estado em intervir diretamente no espaço urbano ocupado por comunidades carentes e conseqüente mobilidade forçada corresponde, ao nosso ver, a um processo bastante antigo na história da cidade do Rio de Janeiro, tendo início ainda no século XIX com a demolição do “cabeça de porco”, localizado no bairro da Saúde<sup>10</sup>.

A Reforma Passos removeu milhares de pessoas com demolição de cortiços para a construção da Avenida Central. Esta onda de destruição foi seguida com afinco por Carlos Sampaio em 1921 com o arrasamento do Morro do Castelo e teve continuidade com Dodsworth em 1944, com a abertura da Avenida Presidente Vargas. Mais tarde, a remoção foi reproduzida na administração de Carlos Lacerda, quando o Distrito Federal transformou-se no ex-Estado da Guanabara, marcado pela erradicação das favelas, principalmente, da zona sul e remoção dos seus habitantes para conjuntos habitacionais nas zonas norte e oeste<sup>11</sup>.

O Estado foi, portanto, um dos principais agentes responsáveis pela construção de um tecido urbano altamente segregado. As políticas públicas visavam eliminar não só a cidade

---

<sup>10</sup>

As obras de destruição desse cortiço foram lideradas pelo engenheiro Carlos Sampaio.

<sup>11</sup>

As favelas da Catacumba, na Lagoa; da Praia do Pinto, no Leblon; e do Pasmado, em Botafogo, são exemplos de remoções entre as décadas de 60 e 70, sendo seus moradores, transferidos para lugares distantes como a Cidade de Deus, Vila Kennedy e Vila Aliança.

colonial marcada por ruas estreitas e sinuosas, como também objetivava romper com os valores culturais relacionados ao período imperial, valorizando a inserção cultural e econômica européias, principalmente pela absorção da visão do mundo francês. Construir assim um novo centro mais moderno, significaria a construção simbólica de um novo país, instaurado pela ordem Republicana.

Esta aversão às formas e estruturas construídas durante a colonização portuguesa, ajudam-nos a entender um dos fatores que explicam o arrasamento do Castelo. Esta acrópole era o ícone maior da colonização lusitana em nossa cidade. Se não era possível, no primeiro momento, transferir a capital para o interior do Brasil, então seria construída aqui mesmo, a nova capital. Neste contexto, o Morro do Castelo não fazia parte deste projeto.

No entanto, a ideologia antilusitana não foi uma condição *sine qua non* para explicar esta reforma urbana. Desta forma, o interesse do capital não pode ser minimizado, pois o arrasamento do Morro do Castelo refletiu os interesses e as necessidades da classe dominante e da expansão do capital. O deslocamento da população pobre e a valorização dos terrenos, vão ao encontro desses interesses. Os intelectuais, os engenheiros, os médicos e sanitaristas deram o respaldo científico que legitimou o desmonte, e a imprensa em grande parte, apoiou em prol da modernização e “civilização” da cidade.

O Morro do Castelo estava localizado numa das áreas mais valorizadas do Centro da cidade, por isso, se torna impossível analisar o desmonte da Colina sem tocar na questão da reprodução do capital imobiliário. Por trás da “cortina” sanitária, estética ou até mesmo preconceituosa contra o português, escondia-se uma forte relação entre o Estado e a expansão do capital imobiliário.

Assim sendo, as ações da República orientadas pelo ideário modernista não atenderam ao bem estar geral da sociedade. Sobre a modernidade das cidades dos países periféricos,

Santos (1990) entende que foi seletiva e excludente, privilegiando apenas uma pequena parcela do território e da população.

Lessa (2000) também analisa a modernização conservadora. O autor frisa: “Ciência aplicada e concreto armado foram os ingredientes preferidos para a construção do edifício republicano, em vez da franquia política de consulta à cidadania” (p. 12).

Desta forma, as classes populares foram as mais afetadas com as renovações urbanas do início do século XX.

A pesquisa realizada anteriormente mostrou o histórico descaso das autoridades em relação à política habitacional. Apesar das indenizações pagas aos proprietários dos imóveis no Morro do Castelo, a grande maioria dos moradores, não proprietários, ficou abandonada. Os precários barracões construídos na Praça da Bandeira pelo governo do Distrito Federal e os antigos barracões que um dia serviram de trapiches no bairro da Saúde, pouco contribuíram para resolver a questão, por representar uma solução transitória para a população de baixo poder aquisitivo.

A despólitica habitacional que tanto discutimos atualmente, não é um fato novo. A remoção dos moradores do Morro do Castelo é apenas um capítulo do total descaso dos governantes com a questão da habitação. De Passos a Sampaio, de Lacerda até os dias atuais, o Estado pouco fez para minimizar os problemas de habitação da nossa cidade.

Portanto, as reformas urbanas do século XX reestruturaram o espaço urbano. Esse processo foi facilitado pela expulsão da população pobre do centro da cidade para as áreas suburbanas. Entretanto, resultados da nossa pesquisa, mostraram que essa expulsão foi relativa. Assim, como na Reforma Passos, o arrasamento do Morro do Castelo obrigou a mudança de milhares de pessoas do seu universo vivido, ou seja, centro da cidade. No entanto, não necessariamente para as áreas suburbanas.

Na pesquisa anterior, tivemos a dificuldade de realizar uma análise tão abrangente devido à exigüidade do tempo requerido para a elaboração de uma monografia de pós-graduação. Por esse motivo, decidimos fazer um recorte espacial, especificamente o caso da localidade de Paula Mattos, no bairro de Santa Teresa. Direcionamos, portanto, o nosso estudo em duas vertentes, a saber: a primeira, na qual tivemos uma visão geral das áreas que receberam os moradores; e a segunda, na qual estudamos o bairro de Santa Teresa. Tal recorte se deve ao fato dessa área ter recebido uma parte dos excluídos do Castelo que trabalhavam no mercado municipal, na Praça XV.

Os obstáculos para responder as nossas questões foram inúmeros, e continuarão sendo, pois a cada passo dado, surgem novos questionamentos. Não podemos esquecer que estamos tratando de um espaço que deixou poucos vestígios na literatura e na paisagem. Em relação a essa problemática, destacamos ainda a pobre bibliografia referente à administração do prefeito Carlos Sampaio, idealizador do projeto de desmonte. Além disso, por ter sido destruído há 80 anos, tivemos problemas para encontrar ainda vivas pessoas que um dia, testemunharam o Morro do Castelo na paisagem da cidade.

Ainda em relação à dificuldade de localizar fontes de pesquisa, especificamente de dados sobre a mobilidade espacial dos castelenses, vale enfatizar que os censos demográficos poderiam *a priori*, nos dar subsídios a fim de se verificar o crescimento das freguesias centrais e suburbanas no período estudado. Mais uma vez, encontramos uma limitação, pois tivemos acesso apenas aos censos de 1920 e 1940. O censo de 1930, vital como parâmetro, não foi realizado devido ao golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas. Esta lacuna temporal acabou limitando este instrumento de análise.

Em relação ao método de pesquisa que pretendemos adotar, é importante frisar que a Geografia Urbana apresenta uma diversidade de enfoques teórico-metodológicos e escalas de análise, segundo a visão de cada escola geográfica. Como a cidade é um produto contraditório

de diversos grupos sociais e de diferentes tempos e espaços, nossa leitura sobre o espaço urbano carioca usará a perspectiva da dialética como norteadora para compreender as espacialidades e temporalidades no Rio de Janeiro.

Pois bem, Abreu (2002/A) nos lembra que é necessário pensar a cidade como uma totalidade constituída por inúmeras dimensões ou escalas. A dimensão espacial, isolada, não é suficiente para entender o espaço urbano. Assim, a dimensão temporal não pode ser afastada da análise, o que faz com que a geografia se insira em múltiplos níveis de investigação sobre o meio urbano. Logo, além da dimensão espacial em suas inúmeras escalas (local, regional, nacional e mundial); a escala temporal não pode ser desprezada pelos geógrafos. Em suma, para construirmos o nosso objeto, tivemos a preocupação de relacionar as transformações da estrutura urbana do Rio de Janeiro com os processos sociais nas diferentes escalas espaciais e temporais.

Segundo Gomes (2002) a dialética ajuda à compreensão dos conceitos que se materializam por meio de jogos de oposições e confrontos. Lefebvre (1999) lembra que o espaço urbano é contradição concreta. Para o autor, a análise de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à estrutura dialética de suas contradições.

É por essa abordagem que tentaremos visualizar a dinâmica urbana que, no caso do arrasamento do Morro do Castelo, é marcada pela segregação espacial, fruto do jogo e do conflito de interesses entre agentes sociais como o capital representado pelo Estado e, os excluídos da área central, representada pelos moradores do Morro do Castelo.

No entanto, como a diversidade é uma das palavras-chave do espaço urbano, procuraremos estabelecer um intercâmbio entre a “diversidade de idéias” das correntes do pensamento geográfico. Não pretendemos usar uma “camisa de força”, excluindo totalmente alguns enfoques de outras leituras urbanas, como o empirismo da geografia tradicional e os padrões espaciais da geografia quantitativa.

No estudo empírico, por exemplo, procuraremos, através de trabalho de campo, estudar as áreas que receberam os castelenses, analisando os condicionantes que levaram à escolha de uma área em detrimento de outra. Isto nos levará ao estabelecimento de padrões, que nos ajudarão a mapear a mobilidade residencial e a segregação conseqüente.

Enfim, acreditamos que, ao criar uma linha de raciocínio e, a partir dela, aglutinar outras idéias, estaremos sem medo de errar, enriquecendo a leitura do espaço urbano.

A banca deve estar questionando por que enfatizamos tanto a questão física do espaço urbano carioca, já que o nosso objetivo é pesquisar a mobilidade residencial. Partimos da premissa que a estrutura interna da cidade do Rio de Janeiro, altamente influenciada pelos seus elementos naturais, especificamente a topografia da área central e de sua periferia imediata, não determinou, mas influenciou diretamente na segregação residencial, reproduzindo a forma-conteúdo do Morro em outras áreas, construindo então, “novos Castelos”.

Em relação à metodologia de trabalho, realizamos uma extensa revisão bibliográfica. A pesquisa utilizou como base o acervo de várias instituições, como a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil entre outras, examinando periódicos (jornais e revistas) e manuscritos. Em relação à documentação cartográfica e iconográfica (mapas e fotos) sobressaem à riqueza das fotografias de Augusto Malta em o *Álbum do Morro do Castelo* da Biblioteca Nacional e o acervo de imagens digitalizadas da Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903-1958) do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Dentre as principais referências teóricas sobre o espaço urbano destacamos autores como Milton Santos, Henry Lefébvre, Manuel Castells, Mark Gottidiener, Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Ana Fani Alessandri Carlos.

Em relação ao tema segregação urbana, destacamos as pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago, pioneira no estudo, por Manuel Castells, David Harvey e Luciana Corrêa do Lago. Merece destaque especial, Friederich Engels em seu clássico *Para a Questão da Habitação*.

Especificamente sobre o Morro do Castelo, destacamos autores como Carlos Kessel, Marly da Silva Motta e José Antonio Nonato em *Era uma vez o Morro do Castelo*.

No estudo sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, sobressai Mauricio de Almeida Abreu, principal estudioso sobre a geografia histórica no Brasil e grande pesquisador sobre os lugares do passado desta cidade.

Tão importantes quantos esses estudos, foram os conhecimentos construídos durante a realização do curso. Os debates realizados nas disciplinas *O Espaço Interno das Cidades*, ministrada pela Professora Susana Mara Miranda Pacheco; *Espaço, Sociedade e Natureza*, ministrada pelo Professor Gilmar Mascarenhas de Jesus e *Geografia da Cidade do Rio de Janeiro*, ministrada pelo Professor João Baptista de Mello, foram de suma importância para o esclarecimento de questões pertinentes à nossa pesquisa.

Não podemos deixar de citar a importância atual da internet como fonte de pesquisa. Os textos obtidos na rede, claro com as devidas preocupações em relação às fontes consultadas, permitiram o acesso a informações sem a necessidade de se deslocar de sua residência.

Vale enfatizar que procuraremos estabelecer um debate sobre as principais publicações da época (jornais e revistas), pois no referido curso de especialização, verificamos que a ideologia higienista não apresentava uma unanimidade presente pelos técnicos (médicos, engenheiros e arquitetos), tão pouco no meio intelectual. Sobre a discordância de opiniões, Motta (2004) lembra:

A demolição do “velho” Morro do Castelo, tradicional berço da cidade, para dar lugar aos prédios da Exposição, provocou acirrado debate entre os que consideravam o arrasamento um “imperativo da modernidade”, e aqueles que viam o desaparecimento da “colina sagrada” como um verdadeiro sacrilégio (p.32).

Sendo assim, destacamos o *Correio da Manhã* e a *Revista da Semana*, como grandes incentivadores da ideologia higienista. Em contrapartida recorreremos ao *Jornal do Brasil* por ter sido grande opositor nesta questão nos meios de comunicação<sup>12</sup>.

Estruturamos esta dissertação em cinco capítulos. No capítulo 1 trataremos do embasamento teórico-metodológico que permitirá responder algumas questões: Como pensar o espaço urbano? Que subsídios a Geografia Urbana nos dará para compreendermos a evolução do Morro do Castelo na estrutura urbana carioca? Como entender a segregação no Morro do Castelo e após o seu desmonte? A meta é estabelecer um diálogo entre a base teórica e a verificação empírica.

No capítulo 2 discutiremos o papel do Estado, um dos principais agentes produtores de espaço na reforma urbana que resultou no desmonte da Colina. Analisaremos a política urbanística durante o período imperial e as Reformas Urbanas republicanas. Destacaremos a Reforma Passos e, lógico, a de Carlos Sampaio na reestruturação do espaço carioca.

O capítulo 3 lembra o Morro do Castelo na paisagem carioca. Visa resgatar a perda do Sítio Histórico do Rio de Janeiro. Não se trata de apenas uma descrição do passado, pois procuraremos relacionar a evolução da colina aos conceitos e categorias analíticas abordadas anteriormente na seção teórica.

No capítulo 4 trataremos da questão dos *sem-tecto* do Castelo<sup>13</sup>. Inicialmente tentaremos identificar quem eram os castelenses e desmistificar aquela visão das elites sobre o

---

12

Infelizmente, o acervo do *Jornal do Brasil* de 1922 não está disponível devido ao péssimo estado da microfilmagem, tanto na Biblioteca Nacional como no arquivo do próprio jornal.

13

Usaremos nesta dissertação, o vocábulo da época utilizado pela Revista *Careta* (15/11/1921) para caracterizar os removidos do Morro do Castelo.

Morro e seus habitantes - visão que ainda persiste nos dias atuais, mesmo no meio acadêmico. Posteriormente, abordaremos o que aconteceu com os moradores expulsos e, especificamente, a mobilidade dos castelenses, através do estudo empírico realizado através de trabalhos de campo realizados nos Morros de Paula Mattos em Santa Tereza e do Pinto, no bairro de Santo Cristo.

Finalizando a pesquisa, o capítulo 5 sugere um padrão geral de segregação residencial, visualizando como o Castelo acabou se reproduzindo em outras áreas, influenciado por um lado, pelo descaso da política pública oficial na questão habitacional, e por outro, pela estrutura física da cidade.

Em suma, as conseqüências sócio-espaciais do arrasamento do Morro do Castelo foram pouco estudadas pelos geógrafos. Inúmeros pesquisadores relatam que existe uma verdadeira “lacuna” na história da cidade do Rio de Janeiro. Segundo José Antonio Nonato (2000), em seu livro *Era Uma Vez o Morro do Castelo*, não há ainda uma pesquisa minuciosa que estude os moradores e a sua remoção da Colina Histórica.

Como nos lembra Lessa (2000) não há como negar a crise de auto-estima por que passa a cidade do Rio de Janeiro. Da capital do Império à capital da República; de uma cidadela colonial à ostentação da Paris dos Trópicos, por muito tempo objeto de desejo de milhares de brasileiros, o mito da Cidade Maravilhosa parece esfacelar-se em meio a uma crise sócio-ambiental, além da decadência econômica, política e cultural. Portanto, acreditamos ser oportuno, neste momento, analisar mais claramente a evolução urbana desta cidade, pois estaremos dando subsídios para reflexão de alguns dos nossos problemas atuais.

Neste sentido, Abreu (1997/B) lembra a importância de verificar na história a origem dos nossos problemas:

O peso da história ainda se faz sentir bastante no Brasil. Às vésperas de entrarmos no século XXI, somos volta e meia lembrados que muitos problemas do país têm origens distantes no tempo e acompanha-nos desde os primórdios da colonização (p. 197).

Em aula inaugural da primeira turma do curso de Mestrado, que agora finalizo com a presente dissertação, o ilustre palestrante, o Professor Carles Carreras da Universidade de Barcelona, enfatizou que a geografia não pode esquecer, ao estudar o espaço urbano, os habitantes da cidade, negligenciando assim a sua cidadania.

Carlos (2001/B) enfatiza que o geógrafo precisa ser um sujeito militante, inserido na totalidade urbana de que estuda e faz parte. Para a autora, é necessário superar a fase do pesquisador neutro, com a realidade observada, isto é, “frio e distante”, e que vê o espaço urbano de fora em nome de um cientificismo descompromissado.

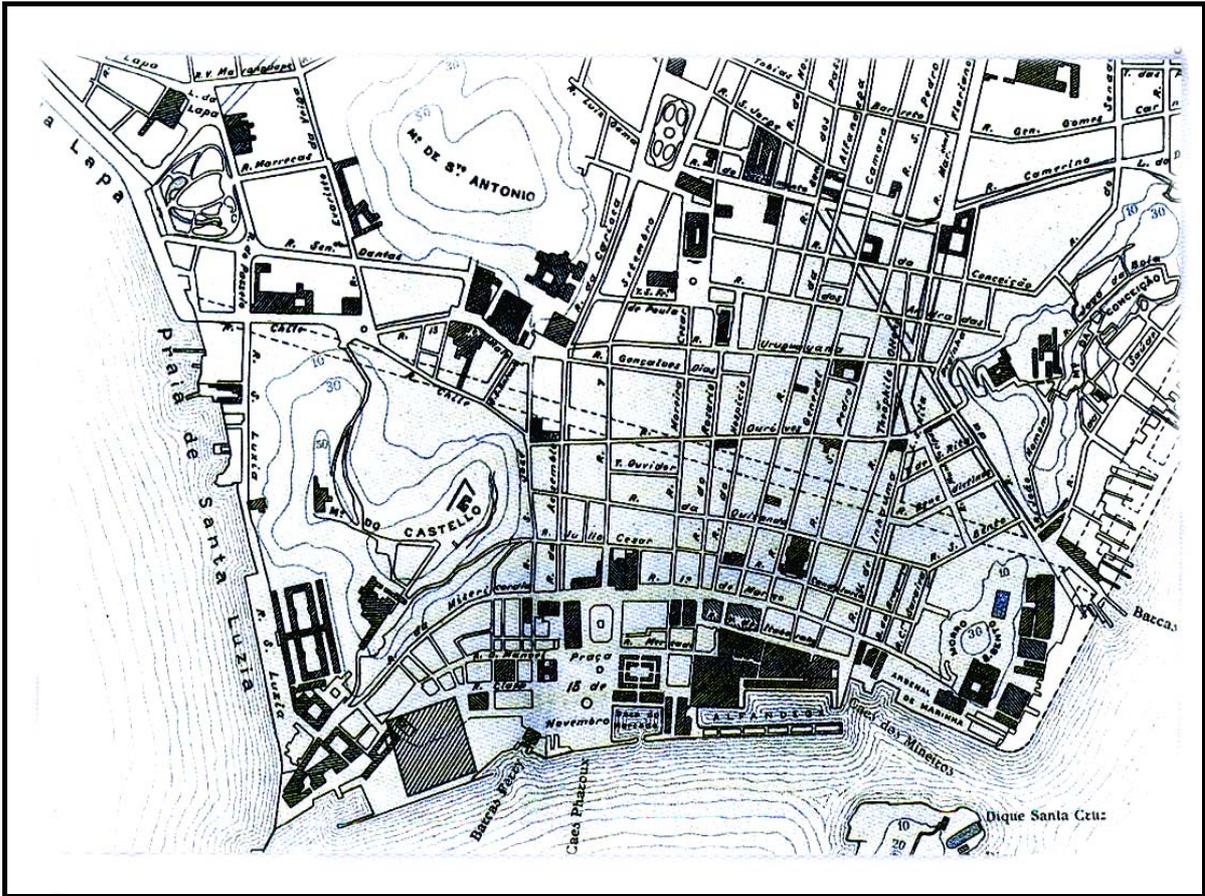
Com essa nova leitura, assumo que esta dissertação é um produto direto da minha paixão por esta cidade. Sou réu confesso e meu inconformismo com a decadência política e a degradação ambiental do Rio de Janeiro, além dos históricos desmandos políticos, me leva a crer que esta pesquisa possa ser uma pequena, mas importante contribuição para resgatar a identidade da nossa cidade, pois, afinal de contas, não podemos modificar a história, mas podemos entendê-la para não cometer os mesmos erros do passado.

Planejar um novo espaço, no qual a cidadania seja plena, onde a sociedade possa ter consciência dos seus direitos e de sua participação política nas decisões e na organização do seu espaço de vivência. Eis o papel da Geografia e como estudiosos sobre a cidade, não podemos ignorá-lo.

Neste sentido, acreditamos que esta ciência tem o dever de fazer parte do rol das ciências humanas que podem contribuir nos estudos de evolução urbana, logo, participando de forma efetiva e concreta dos projetos de valorização da história dos lugares, enriquecendo e motivando ainda mais o estudo sobre o espaço urbano e os meios de preservar o seu passado e pensar o presente.

Por esse motivo, procuraremos nesta pesquisa, recuperar criticamente a Geografia Histórica do Morro do Castelo, dando visibilidade aos seus moradores, pois mesmo afirmando

que a história não se repete, é importante lembrar que a questão dos excluídos ocorreu há mais de 80 anos, e que hoje, neste exato momento, em outro contexto sócio-econômico, centenas de famílias podem estar vivenciando o mesmo problema. A remoção de comunidades carentes é, por exemplo, um assunto que sempre está nas pautas de discussões do campo político da cidade. Assim, propomos uma volta ao passado, visando com isso, compreender a estrutura urbana altamente excludente do presente.



Mapa 1: Planta da Cidade do Rio de Janeiro – 1905  
 Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

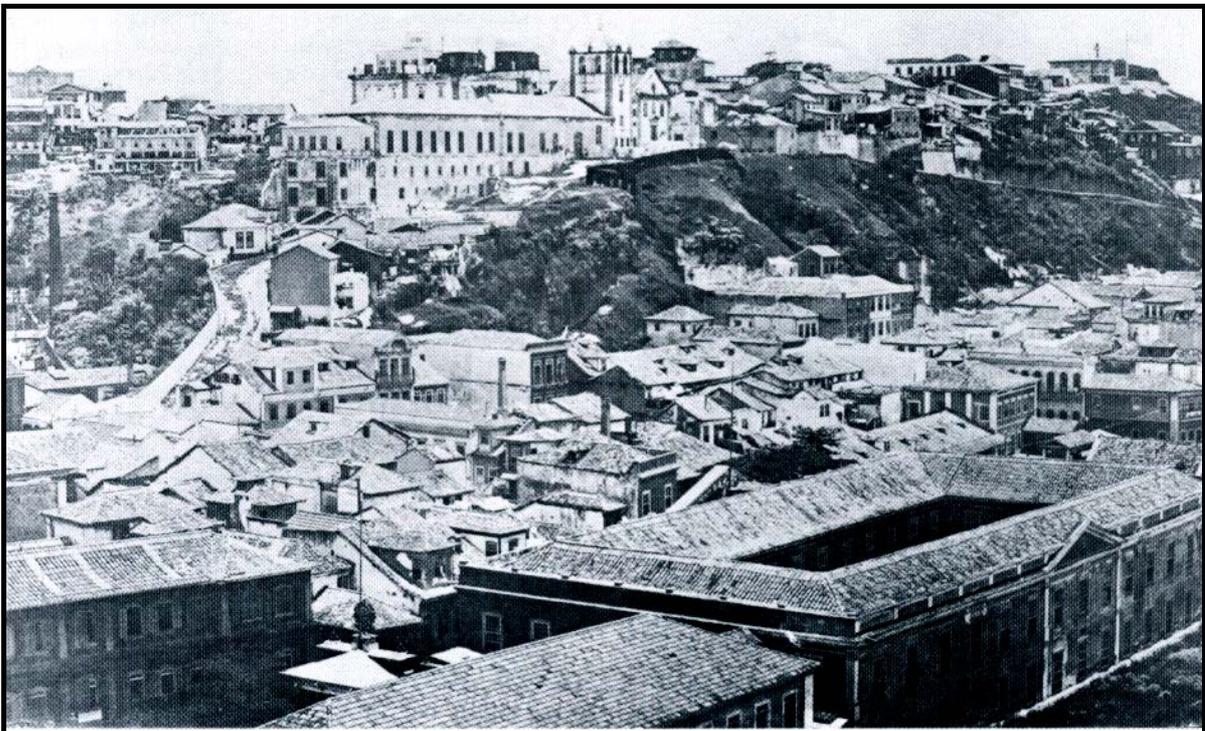


Foto 1 – Morro do Castelo  
 Fonte: Augusto Malta – sem data.  
 Álbum do Morro do Castelo - Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAIS TEÓRICO –  
METODOLÓGICOS

## 1 – A visão multiescalar do espaço urbano: o método

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através de análise, a possibilidade de dividi-lo em partes.

Milton Santos

“Pensar as cidades como compósitos de espacialidades e de temporalidades é reconhecer que o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações que se inserem em múltiplos níveis de investigação”.

Mauricio de Abreu

“Como pensar o espaço?” Eis a pergunta apresentada por Milton Santos na abertura do *I Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, realizado em 1989 pelo Departamento de Geografia da USP e que, nesse momento, a utilizo como base para estabelecer o método que ajude a entender o arrasamento do Morro do Castelo e as suas implicações sócio-espaciais, especialmente, a segregação na estrutura urbana do Rio de Janeiro.

Antes de tudo, é importante frisar que espaço urbano não é um campo de estudo exclusivo da Geografia. Trata-se, portanto, de um objeto interdisciplinar que exerce grande atração entre estudiosos que procuram compreender a sociedade – historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos, urbanistas, planejadores e políticos, além do capital em suas inúmeras frações (CORRÊA, 2003).

Lefebvre (1999) critica o reducionismo das ciências especializadas que estudam o fenômeno urbano. O autor lembra que o acesso à totalidade ocorre não pela soma ou justaposição dos resultados dessas ciências. Assim, isoladas, cada uma delas se perde na fragmentação, no dogmatismo ou no niilismo.

É importante destacar que ao estudar o espaço urbano, não podemos esquecer como já observado, a questão da cidadania, nossa preocupação maior quando analisamos o arrasamento do Morro do Castelo.

Voltando à questão inicial, como pensar o espaço urbano, soltando as “amarras” que isolam a Geografia de outras ciências sociais?

Carlos (1994) percebe que a geografia urbana apresenta uma diversidade de enfoques teórico-metodológicos que visam buscar a compreensão da realidade espacial. Para a autora, há atualmente no desenvolvimento da pesquisa urbana, a quebra da “solidão do trabalho intelectual”.

Segundo Corrêa (1992) o espaço urbano é um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Como um complexo jogo de quebra-cabeças, sem limites rígidos entre as peças, o autor define a organização espacial da cidade como um espaço altamente fragmentado.

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (p. 11).

No entanto, antes de ser fragmentado, o espaço urbano é também uma totalidade. A dialética totalidade/fragmentação é importante, e será o nosso ponto de partida para compreensão da cidade. Acreditamos, portanto, que o espaço urbano visto pela lógica da dialética, deve ser entendido como uma totalidade, enquanto processo.

Desta maneira, a cidade é uma totalidade fragmentada em inúmeras estruturas e formas articuladas. Logo, não podemos estudar o Morro do Castelo isoladamente do seu entorno, isto é, da estrutura urbana, como se esta Colina fosse uma “ilha” num oceano desconhecido.

Como sustentação teórica, usaremos a noção de totalidade proposta por Santos (1992). Verificamos que ao analisar a evolução do Morro, é necessário antes de tudo, visualizar a totalidade do espaço social, no caso, a estrutura urbana na qual o Morro estava inserido, pois como nos lembra o autor:

Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes (p. 93).

Como nenhum lugar se auto-explica, troquemos a “parte” por Morro do Castelo e a “totalidade” por estrutura urbana, e entenderemos melhor Milton Santos.

E mais, Santos (1998) enfatiza que o espaço não é formado apenas por fixos. É constituído também por diferentes fluxos que interconectam os diversos objetos criados pela sociedade:

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço. Os fixos geram fluxos e os fluxos geram fixos (...) Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos (p. 77).

Estas duas interpretações (totalidade e fixos/fluxos) nos ajudarão a compreender melhor a evolução urbana do Morro do Castelo, principalmente quando voltaremos mais tarde aos processos de mobilidade intra-urbana e de segregação residencial.

Outra questão importante é a inseparabilidade entre ação e objeto. Assim, não basta definir os objetos em sistemas. É necessário definir qual o sistema de práticas que sobre ele se exerce:

Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função (SANTOS, 1992, p. 77).

Neste sentido, não é possível entender o arrasamento do Morro do Castelo sem analisar as ações que visam, ao longo do tempo, mudanças na sociedade, logo, no espaço. No caso do nosso objeto, verificamos principalmente a ação da esfera pública que aliada ao capital imobiliário, foi a responsável pela mudança da forma e da função da área central da cidade. Assim, “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos” (Ibidem, p. 85).

Os fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, idéias etc) unem as partes desta totalidade fragmentada. Desta forma, Corrêa (1992) chama a atenção que os fluxos envolvem circulação material e menos visível como idéias e decisões. Assim, a cidade é constituída por relações espaciais de natureza social, ou seja, a sociedade e suas contradições. Concluindo: as relações sociais ou espaciais ao mesmo tempo fragmentam e articulam o espaço urbano.

O autor entende que a espacialidade diferencial de uma metrópole capitalista é fruto dos processos e características sociais. Neste sentido, ela é ao mesmo tempo um reflexo social e um condicionante social. Ao se tratar de uma sociedade de classes, o autor enfatiza:

E, por tratar de uma espacialidade situada no bojo de uma sociedade de classes, desigual, a espacialidade implica desigualdades, refletindo e condicionando a sociedade de classes, e tendendo à reprodução das desigualdades (CORRÊA, 1992, p. 29).

A metrópole é, portanto, um ambiente construído, onde a primeira natureza encontra-se em escala reduzida e os fixos, fluxos e pluralidade social apresentam grande diversidade. O

Rio de Janeiro é um caso a parte, pois a natureza ainda possui um papel condicionante, como já observado, na vida dos seus habitantes.

A cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade (LEFEBVRE, 1999). Como o espaço urbano é produzido e apropriado através de conflitos entre classes sociais em diferentes temporalidades, não podemos ficar restritos apenas em nível da escala espacial. Sobre esta questão, Abreu (2002/A) diz:

Se esta forma de estudar as cidades transforma-as em ricos mananciais de pesquisa, ela faz também com que sua interpretação seja bem mais difícil e complexa, pois só poderá ser realizada se trabalharmos, ao mesmo tempo, com diferentes escalas (e categorias) espaciais e temporais (p. 97).

O autor lembra que no passado os geógrafos pensavam a cidade exclusivamente a partir de sua dimensão singular, restrita à escala local. Atualmente, a cidade é observada como um lugar de interseção de processos sociais originados em diversas escalas espaciais. Assim, alguns processos são mundializados, e só devem ser analisados em nível de escala global. Outros, no entanto, devem ser interpretados em nível de escala local. Visualizar a interseção desses processos é um método necessário para se compreender a totalidade do espaço urbano, como podemos observar nesta citação: “Entender como esses processos se entrecruzam num determinado lugar, e acabam por imprimir marcas na sua paisagem e nas suas representações, é, pois, um desafio empolgante” (ABREU, 2003, p. 97).

Entretanto, o autor chama a atenção para não se trabalhar restritamente com as escalas espaciais. É necessário inserir a escala temporal:

Não basta, entretanto, trabalhar com as escalas espaciais; há que se dar igual atenção à dimensão temporal. No que diz respeito às formas já sabemos que devemos considerar as cidades como acumulações de tempo. Mas isso não basta. É preciso também que reconheçamos que os processos sociais que ocorrem no presente das cidades, que dão sentido às formas que ali estão, precisam – eles também – ser inseridos em múltiplas escalas temporais. Se o tempo do evento, do acontecimento, do imediato é aquele que mais nos chama a atenção, por estar mais próximo de nós, por se materializar em paisagens e representações que são rapidamente captadas pelos nossos sentidos, por alterar a nossa vida cotidiana, ele

só adquire significado maior se o inserirmos em tempos mais espessos, tempos braudelianos, tempos da conjuntura e da longa duração. E estes, por sua vez, só podem ser corretamente compreendidos quando relacionados com as escalas espaciais. Isto porque o que nos interessa é o tempo social, e este só faz sentido quando relacionado ao espaço. Fecha-se, pois, o círculo (p. 97).

A partir deste prisma é que pretendemos estudar a cidade do Rio de Janeiro, visualizando-a como uma totalidade, onde suas partes são apropriadas em diferente espacialidades e temporalidades. A citação de Salgueiro (2002) vai ao encontro ao que acabamos de afirmar. Segundo ela:

Na cidade encontramos coexistência de espaços apropriados para diferentes usos e funções e com diferentes ritmos ou em diferentes tempos e devemos salientar o fato de a geografia pouco ter estudado a relação entre este para fundador: o espaço e o tempo (p. 99).

A autora frisa que um mesmo território pode ser apropriado por diferentes grupos na realização de práticas sociais ao longo do dia, do mês ou do ano. Assim, “a paisagem urbana tem impressos tempos passados, as marcas do território são memória de outros tempos e outras espacialidades” (p. 99).

Assim, este método nos permite visualizar como a sociedade se apropria de um lugar, dando-lhe formas e significados, pois a cada momento há um modo específico de produção de espacialidades e temporalidades, conforme podemos observar nesta citação:

A produção hegemônica da cidade procura viabilizar de modo eficiente a produção econômica pelo espaço e pelo tempo. Por isso arrasa os lugares do tempo lento e substitui-os pelas novas paisagens (Ibidem, p. 101).

Uma questão importante a ser dita sobre a temporalidade dos lugares, refere-se a que ritmo de tempo utilizaremos para o nosso objeto. Estamos nos referindo ao tempo braudelião, já citado anteriormente. Trata-se, portanto, de um tempo contínuo de longa duração. No entanto, como nos lembra Vasconcelos (2003), esta forma de análise apresenta

dificuldades, sendo necessário, o estabelecimento de uma periodização, que corresponda a várias temporalidades, nas quais se observam diferentes espacialidades.

Acreditamos ser este o melhor método para analisar o arrasamento do Morro do Castelo e seu impacto na estrutura urbana carioca. Assim, ao analisar as temporalidades do Morro do Castelo, realizaremos alguns recortes a fim de relacioná-las com as espacialidades correspondentes.

Da mesma forma, pretendemos explicar melhor a segregação residencial produzida com a Reforma Sampaio, isto é, percebendo as espacialidades e temporalidades das áreas de destino dos castelenses.

Pensar a cidade a partir desta ótica não é uma das tarefas mais fáceis, mas é, sobretudo, empolgante. A seguir, analisaremos a dimensão espacial do espaço urbano através das categorias analíticas – forma, função, processo e estrutura.

## 1.1 – A dimensão espacial: forma, função, processo e estrutura

Qualquer cidade pode ser vista como uma coleção de formas geográficas. Essas formas sejam elas só bairros ou edifícios, por exemplo, podem ser analisadas em termos de forma-aparência e forma-conteúdo.

Mauricio de Abreu

Esta seção visa analisar a evolução do Morro do Castelo, entendendo os processos sociais que lhe deram forma e função ao longo dos seus trezentos anos de história oficial.

Segundo Santos (1992), para alcançarmos a espacialidade, a forma nos fornece um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha uma explicação. Deste modo, como já observado, não podemos ver o

Morro do Castelo como uma paisagem estática e isolada do seu entorno. É necessário entender a sociedade que forjou a sua forma-conteúdo.

Neste contexto, Castells (2000) lembra que a cidade é uma projeção da sociedade no espaço. Na visão do autor, o espaço urbano é um produto das relações sociais que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social.

Seria interessante, então, fazermos uma breve discussão sobre as categorias analíticas que possibilitam a compreensão da totalidade do espaço social, a saber: forma, função, processo e estrutura. São essas categorias que permitem a definição do espaço em relação à sociedade (SANTOS, 1992).

A forma é o aspecto visível de uma coisa, ou seja, a aparência de um determinado objeto espacial (Ibidem). Sendo também o arranjo ordenado de objetos, a forma configura, portanto, um padrão. As formas quando empiricizadas apresentam-se como objetos e obedecendo a uma ordem estrutural. Assim, as formas não podem ser estudadas isoladas na organização espacial, pois estão inseridas num sistema de relações no qual as várias partes ou objetos constituintes na área externa influenciam o todo.

As formas podem ser analisadas em diferentes escalas. Assim, uma casa, uma rua, um bairro, ou a organização espacial de uma cidade são exemplos de formas espaciais. Portanto, o Morro do Castelo, nossa área de estudo, era uma forma espacial inserida em um espaço urbano que o influenciava. É importante insistir que as formas não podem ser analisadas separadamente de sua função ou conteúdo, pois não possuem autonomia própria: “o que muitos não conseguiram entender no passado é que a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social” (Ibidem, p. 54).

Sendo assim, se estudássemos o Morro do Castelo sem o seu significado, as suas atividades, suas funções desempenhadas dentro da cidade – entre elas podemos destacar as funções militar, religiosa, residencial e turística –, cairíamos naquilo que Corrêa (1995)

denomina “espacialismo estéril”, ou seja, ficaríamos apenas nas aparências, sendo impossível ver a sua essência, a sua concretização.

Vale lembrar que a forma urbana construída pelos portugueses entre os séculos XVI e XVII em sua colônia, gerou feitorias, aldeias, vilas e cidades estruturadas e consolidadas por organismos de Estado. A construção do tecido urbano, adaptado ao sítio e às necessidades funcionais influenciou diretamente na forma a imagem lusitana. O Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII tinha uma forma urbana bem semelhante a de Lisboa: o porto, as ruas estreitas e a ocupação das elevações, se assemelham à paisagem do Rio de Janeiro no mesmo período, como podemos observar na citação abaixo:

As cidades originadas da expansão portuguesa no Atlântico, entre os séculos XVI e XVII não representaram um modelo distinto daquele produzido no país de origem. O modo de funcionamento e suas implicações no espaço aproximam muito as cidades brasileiras das portuguesas (...) A adoção de um esquema constante criou para os seus sítios urbanos uma paisagem, que em suas colônias, é perfeitamente reconhecível em todos os pontos do Atlântico onde ocorre. (SIGAUD, 2000, p.19).

Ao contrário do plano geométrico das cidades fundadas pelos espanhóis, as cidades portuguesas criadas nos territórios da Coroa, nas capitanias, cresceram de forma desordenada. A organização espacial implantada pelos portugueses na cidade do Rio de Janeiro, recém-fundada, era o modelo radial-concêntrico, definido a partir de um ponto central que era considerado o coração da cidade, onde se concentravam as funções representativas dos poderes civil, religioso e militar (PEREIRA, 1998). E o Morro do Castelo, até certo momento da história do Rio de Janeiro, foi a própria cidade.

Função, segundo Santos (1992), é a tarefa ou atividade desempenhada por uma determinada forma. O nosso objeto de estudo passou por inúmeras funções. Se para Mem de Sá a Colina desempenhou no século XVI uma função estratégica na defesa e povoamento da

cidade, para Carlos Sampaio, o Morro era um verdadeiro obstáculo não somente à expansão urbana, mas também à expansão do capital.

É importante destacar, que forma e função possuem uma relação direta e inseparável, e mais, não existe forma sem função e vice-versa. A respeito dessa afirmação, poderíamos imaginar *a priori*, que a esplanada construída com o arrasamento do Morro do Castelo acabou criando uma forma sem função. Entretanto, a nova esplanada mesmo ficando anos sem ocupação não significou a ausência de uma função, pois criou um espaço reservado aos interesses de vários agentes modeladores, desde o Estado ao capital imobiliário. Logo, a Esplanada do Castelo serviu no primeiro momento como reserva de valor.

Estrutura define Santos (1992), é o modo como os objetos espaciais estão organizados e como se relacionam entre si. É a inter-relação de todas as partes de um todo, ou seja, o modo de organização. Essa categoria é uma espécie de matriz onde a forma é construída; corresponde à matriz econômica e social de uma sociedade em um determinado período histórico. A estrutura é de fácil apropriação, pois representa o presente, ao passo que a forma é um resíduo de estruturas passadas. ABREU (1997/B) nos diz que a análise do momento atual é o ponto de partida para estudar a estrutura urbana. Todavia, é importante frisar, segundo ele, que não podemos ficar apenas no presente, pois os momentos atuais são influenciados pelo passado.

Um breve sobrevôo na estrutura urbana carioca, nosso pano de fundo, para estudar as conseqüências do desmonte do Morro do Castelo, nos remete a influência da base física no espaço do Rio de Janeiro. Autores como Lamego (1965), Bernardes (1965), Amador (1992), Abreu (1992 e 1997/A), Lessa (2000) e Cavalcanti (2004) tratam a natureza como elemento condicionante na evolução urbana desta cidade. Vejamos esta citação:

Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade

apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, Santo Antônio e da Conceição. Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos (ABREU, 1997/A, p. 139).

Na tentativa de se compreender a estrutura urbana carioca, decidimos, então, analisar as inúmeras dimensões responsáveis por sua configuração. Em relação a estrutura física da cidade, se sobrepõem os processos sociais de construção do espaço urbano, cuja natureza política, econômica e cultural não podem ser ignoradas do processo que resultou no arrasamento da Colina Histórica.

Neste sentido, inserido nas estruturas social e econômica, ocorrem os processos, que segundo Santos (1992), podem ser definidos como ações contínuas realizadas pelos agentes modeladores do espaço social visando um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo, continuidade e mudança.

Silva (2001) avança nesta discussão, criticando alguns pontos de Milton Santos:

Ele fala de forma e estruturas representativas de relações sociais. Para mim, forma é o externo e estrutura é o interno, o conteúdo: uma está na outra, só que ele não diz isso. Ao contrário, na sua afirmação parece haver uma distinção entre elas. Fica claro, para nós, essa inferência, por que ele diz que as formas são representativas de relações sociais do passado e do presente e a estrutura de relações sociais que acontecem diante dos nossos olhos; no entanto, ele não diz que nós não as vemos, ou melhor, só visualizamos uma ínfima parte. Ao mesmo tempo, afirma que elas se manifestam através de processos e funções. Ora, processos supõem movimento, logo não se pode captar com os olhos, e função é algo preciso e imediato que corresponde a um rápido momento de um processo (p. 13).

Segundo Corrêa (1995), a grande metrópole capitalista é o *locus* privilegiado da ocorrência de uma série de processos sociais e, dentre eles, a acumulação de capitais e a reprodução das classes sociais são os mais importantes.

Desta forma, o processo social que resultou no desmonte do Morro do Castelo, destruiu uma velha estrutura que foi construída ao longo do passado colonial, e que ficou desarticulada com a nova estrutura que era construída em função da modernização do Centro com a Reforma Passos.

Como já observado anteriormente, Santos (1992) chama a atenção para o fato de que essas categorias analíticas não podem ser estudadas isoladamente. Caso isso ocorra, cairemos numa realidade individual, limitada, parcial e descontextualizada do mundo do qual o objeto faz parte: “Só através de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade. Enquanto a compreensão de um aspecto é necessária à apreensão do todo, é inadmissível negligenciar quaisquer partes contribuintes” (SANTOS, 1992, p. 52).

Vale enfatizar que com a evolução da estrutura social e econômica, são geradas novas formas e funções. Sempre que ocorre uma mudança na sociedade, as formas assumem novas funções. Todavia, nem sempre as mudanças estruturais podem recriar todas as formas. Portanto, algumas delas podem persistir nas paisagens se transformando em capital fixo, ou seja, apresentando ainda uma remuneração ao capital investido (CORRÊA, 1995). Sendo assim, podem ainda possuir certo valor para a sociedade. Isto explica a inércia que essas formas podem possuir e a adaptação às novas funções que possam realizar. Em suma, o antigo e novo estão presentes lado a lado no espaço urbano.

A paisagem de uma cidade é, portanto, formada de fatos do presente e do passado: “A paisagem é o resultado cumulativo desses tempos” (SANTOS, 1992, p. 49). Ela nos revela processos sociais e, conseqüentemente processos de produção e apropriação do espaço e sua evolução. Desta maneira, analisar a evolução do Morro do Castelo durante a sua história oficial, só se torna possível, tomando em conjunto a forma, função, estrutura e processo, como se fossem um conceito único.

As transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do séc. XX ilustram bem o que acabamos de enfatizar. O Morro do Castelo (antiga forma) que passava por um longo período de inércia, não resistiu aos processos sociais que transformaram a estrutura sócio-econômica. Do núcleo urbano que originou a cidade do Rio de Janeiro ao abandono e à condenação, a velha forma foi arrasada, originando uma nova, com novas

funções, organizando novas áreas e refuncionalizando outras, devido a mobilidade residencial conseqüente.

Na próxima seção, abordaremos a dimensão temporal do espaço urbano.

## 1.2 – A dimensão temporal: a Geografia Histórica

A ciência geográfica não pode desprezar o elemento histórico, se pretende ser verdadeiramente um estudo do território e não uma obra abstrata, uma moldura através da qual se veja o espaço vazio...

Karl Ritter - 1833<sup>1</sup>

Ao construirmos o nosso método de pesquisa, concluímos que a geografia não pode ignorar a dimensão temporal do espaço urbano. Assim sendo, pretendemos nesta seção, discutir um tema que é ainda um mistério nos estudos espaciais, a Geografia Histórica<sup>2</sup>.

Dentre os vários campos da ciência geográfica, a Geografia Histórica que tem como proposta explicar geografias passadas, é um dos mais polêmicos.

Santos (1992), Harvey (1996), Abreu (1998) e Magnoli (1999) nos mostram a importância da dimensão temporal no estudo da organização espacial, apesar da histórica negligência por parte dos geógrafos.

---

1

*Apud* Magnoli, Demétrio. A alma histórica da geografia.  
[www.formosaonline.com.br/geonline/textos/geografia/geografia\\_artigos14.htm](http://www.formosaonline.com.br/geonline/textos/geografia/geografia_artigos14.htm)

2

Esta pesquisa é na verdade, uma interseção entre a Geografia Urbana e a Geografia Histórica, pois trata de conceitos atrelados à cidade em tempos passados.

Desta forma, o novo está condicionado pelo anterior, conforme podemos observar na citação de Santos (1992):

Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos novos podem se estabelecer (p. 21-22).

Em seguida, ele insiste no conceito de estrutura espaço-temporal para analisar o espaço geográfico ou espaço concreto:

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade (p. 49).

Moreira (1981) também participa deste debate. Ao analisar o espaço geográfico, o autor enfatiza:

Produto histórico, o espaço confunde-se com o tempo. O espaço é o tempo histórico. Não o tempo-data. A noção kantiana de tempo como lugar da história e de espaço como lugar da geografia, promovendo a separação entre tempo e espaço e entre história e geografia, só fez dar origem àquilo que Michel Foucault chamou de “espaço congelado”. O tempo histórico não é o tempo de relógio (tempo-data, tempo-sideral) e o espaço geográfico não é o espaço das coordenadas geográficas. Embora a história embuta-se no calendário e o espaço geográfico embuta-se na rede de coordenadas (latitude e longitude), tempo e espaço são coordenadas da história. São as propriedades dessa matéria chamada conteúdo histórico (p. 90).

Lowenthal (1995) diz que o passado é “um país estrangeiro”, de difícil entendimento. Para o autor, os vestígios do passado coexistem com o presente, desafiando a nossa compreensão de um passado tangível, porém remoto.

Neste sentido, Santos (1999) enfatiza que “o passado é um outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar. No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação” (p. 263).

Para Abreu (1997/B), o território atual ainda é influenciado por normas institucionais do passado, pois “sem entendê-las, não seremos capazes de compreender bem os espaços atuais e nem poderemos intervir eficazmente sobre eles, seja para melhorá-los, seja para modificá-los” (p.198).

De fato, na palestra intitulada “Geografia Histórica do México” realizada na disciplina Espaço, Natureza e Sociedade do Programa de Pós-Graduação, o geógrafo Gustavo Garza, professor da Universidade Autônoma do México, frisou que a Geografia Histórica pode se transformar num importante instrumento para o planejamento público.

Como visto, a nossa pesquisa sobre o Morro do Castelo está inserida à Geografia Histórica, que tem como proposta explicar geografias passadas. No Brasil é pouco desenvolvida, no entanto, muitas vezes trabalhamos com a dimensão temporal nas pesquisas geográficas e não nos damos conta que estamos realizando uma Geografia Histórica. Portanto, acredito, que, de alguma maneira, somos todos geógrafos históricos.

Apesar da importância da dimensão temporal, esta categoria é pouco desenvolvida e inserida na dimensão espacial. Logo, a Geografia Histórica é ainda um grande mistério para os geógrafos. Segundo Phillo (1996) o mistério da Geografia Histórica começa na própria definição do seu objeto de pesquisa. Diferentemente de outras subdisciplinas da Geografia (econômica, social, urbana, agrícola etc.), a Geografia Histórica não possui um objeto claramente definido.

Não está em discussão, segundo o autor, a importância da relação temporal nas investigações geográficas, pois “a geografia do mundo está estreitamente ligada com o que

acontece em sua história” (PHILLO, 1996, p. 270), mas sim em estabelecer os limites teórico-metodológicos entre a Geografia e a História.

A História produz pesquisas que analisam muito bem os processos sociais ocorridos num lugar, mas que pouco retratam o lugar (ABREU, 1998). Sobre isto, Benchimol (1990) destaca que o pesquisador que se propõe a estudar a evolução urbana do Rio de Janeiro defronta-se com dois campos:

uma historiográfica e outra geográfica. Com poucas exceções, os trabalhos na área da história social, econômica ou política que tratam do Rio de Janeiro, direta ou indiretamente, muitos esclarecem a respeito do desenrolar desses processos no tempo, mas deixam completamente na sombra o espaço social onde essa história transcorre.

Por sua vez, as pesquisas orientadas por uma abordagem geográfica, de modo geral, detêm-se nas sucessivas configurações que o espaço urbano da cidade adquiriu, mas raramente articulam suas análises com a história social de que tais configurações são o cenário vivo. A história, no caso, consta apenas como pano de fundo, e entre as contextualizações e as análises da transformação do espaço fica uma grande lacuna: a ausência de seus protagonistas, as classes sociais que desempenham a história e reproduziram, expandiram ou destruíram modalidades de ocupação do espaço (p. 18).

Neste sentido, Santos (1996) cita Élisée Reclus para enfatizar que não existe Geografia sem História: “Geografia é a História no espaço e a História é a Geografia no tempo” (p. 42).

Hassinger (1952) ao analisar os fatores geográficos no processo histórico, vê uma estreita relação muito antiga existente entre essas duas ciências. Essa relação não é apenas superficial. O autor diz:

La Geografía no se limita, frente a la Historia, a um papel de servidora, a actuar de telón de fondo y a funciones accesorias, sino que interviene con carácter estructural, em los dramas que se representan em el humano escenario (p. 15).

De fato, Geografia e História nasceram juntas. Com o “divórcio” ocorrido no final do século XIX, construíram-se limites disciplinares rígidos (MASCARENHAS, 2001). Phillo (1996) lembra que os geógrafos não se sentem à vontade para tratar de fenômenos destituídos de uma materialidade no espaço, e isso fez com que muitos pesquisadores concentrassem suas

investigações em torno de objetos materiais que geram um impacto na organização espacial atual, se distanciando assim, dos fenômenos imateriais do lugar.

Desta forma, analisar o imaterial colocaria a geografia em segundo plano, ou seja, “por trás” da história, o que resultaria numa investigação ligada à História Geográfica. Phillo (1996) concorda com essa idéia. Para o autor, grande parte dos estudos ligados à Geografia Histórica deixou de respeitar os limites da ciência geográfica, seguindo o caminho de uma História Geográfica.

Para Hartshorne, por exemplo, a dimensão temporal ficaria “atrás”, ou seja, em segundo plano nos estudos espaciais (PHILLO, 1996). Como então unir tempo e espaço mediante a relativização de um ou de outro, na medida em que espaço e tempo são a mesma coisa?

Santos (1996) nos lembra que a questão do tempo nos estudos geográficos não é mais um tabu, mas possui ainda uma frouxidão conceitual. O autor enfatiza que em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Assim, se torna necessário empericizar o tempo.

Empericizar o tempo significa torná-lo material (SANTOS, 1996). O tempo se materializa no espaço através das diversas formas construídas em cada época. A paisagem é resultado da soma de tempos desiguais, pois as mudanças estruturais não podem recriar todas as formas (SANTOS, 1992). Desta maneira, somos obrigados a usar as formas do passado:

nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado (SANTOS, 1997, p. 69).

Para Carlos (2001/A), analisar a dimensão temporal é fundamental para compreender o espaço urbano:

Ela é essencialmente algo não definido; pois não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história (p. 57).

Smolka (1983) enfatiza que a contribuição da geografia histórica tem sido tímida e limitada no debate sobre a estruturação das cidades brasileiras. Para ele, a reconstituição histórica do espaço urbano fornecerá subsídios importantes para o entendimento da organização interna da cidade.

A cidade como espaço historicamente construído cria e organiza novas formas e funções, assim como a cristalização de formas antigas, assumindo ou não novas funções. As rugosidades, isto é, as formas pretéritas inseridas em um novo contexto sócio-espacial, nos mostram a materialização do passado como marca histórica, lugar de contemplação do que existiu:

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 1996, p. 113).

Segundo Abreu (1998), a geografia pode ter um importante papel nos estudos da valorização da memória urbana. Conforme o autor, apesar de ser a memória um elemento fundamental para a identidade de um lugar, esse termo é impreciso para resgatar o passado dos lugares. A memória tem um caráter subjetivo, ou seja, lembramos somente daquilo que queremos lembrar. Neste sentido, a memória tenta buscar referências de um tempo que ficou perdido no passado, contribuindo de forma inquestionável para resgatar a identidade de um lugar.

Memória e história constituem metáforas mútuas (LOWENTHAL, 1985). A memória, ao contrário da história, não seria um conhecimento intencionalmente produzido. Como já frisado, a memória é subjetiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio.

Le Goff (1990) afirma que a memória é um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades atuais. Para o autor, a memória procura salvar o passado para servir como norteador para o presente e o futuro.

Abreu (1998) lembra que existem diferenças entre memória e história. Como já citamos, a memória é seletiva, como também é parcial. A história busca a objetividade, a verdade. Para tal, relaciona os fatos aos processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Em suma, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais. Logo, a história tem um papel mais importante do que a memória para o resgate do passado de um lugar.

Santos (1997) chama a atenção da importância de diferenciar história da cidade de história do urbano. Urbano é o abstrato, o geral, o externo. Quando analisamos a história do urbano, destacamos a história das atividades urbanas, do emprego, das classes, da divisão do trabalho etc. A cidade é o concreto, o particular, o interno. Desta maneira, quando estudamos a história da cidade, enfatizamos a história da propriedade, da habitação, da mobilidade residencial, da centralidade etc.

Entretanto, como já citado, a História comete um pecado quando estuda as cidades. Ao resgatar o tempo passado, ela perde o lugar. Não podemos esquecer que as categorias tempo e espaço são inseparáveis. Para Abreu (1998), só existe uma saída para a Geografia: resgatar a história do lugar.

O resgate da memória de um lugar, da memória de uma determinada cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação. Temos que aliar a base segura da análise histórica ao esteio não menos seguro que a geografia proporciona (ABREU, 1998, p. 18).

De que maneira a Geografia pode colaborar no resgate do passado dos lugares? Buscando o espaço perdido pela história. Como? Contextualizando os processos sociais no tempo e no espaço:

É necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolveram em diversas escalas (ABREU, 1998, p. 19).

Por muito tempo, os trabalhos de geografia urbana vinham se limitando a tratar unicamente o presente. Isso vem sendo “quebrado” com a abertura da disciplina à corrente marxista, o que valorizou a dimensão temporal.

Segundo Santos (1997) e Abreu (2003), é fundamental abordar a cidade contextualizando-a no seu passado, sendo um trabalho obrigatório para os geógrafos, pois o espaço é por excelência uma categoria histórica. Portanto, é fundamental que o geógrafo ao olhar o espaço urbano dê atenção, além da escala espacial, à escala temporal.

É importante ressaltar que a Geografia Histórica tem se limitado também à reconstituição de antigas formas. Apesar de importante, Abreu (1998) destaca que a geografia não pode enfatizar apenas a questão descritiva. É preciso avançar, analisando as normas jurídicas e sociais, ou seja, as formas não espaciais que dão função às formas morfológicas.

Desta maneira, a Geografia Histórica além de reconstituir as paisagens pretéritas, deve explicar a sua formação com base nas características culturais e políticas (HASSINGER, 1952).

A história de um lugar é um elemento vital para a construção da identidade individual e coletiva: “Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo” (HARVEY, 1993, p. 85 *apud* MELLO, 2002, p.64), sem a qual poderá transforma-se também em instrumento de poder.

Lowenthal (1996) frisa que, atualmente, nada parece vender tão bem como o passado. Mas afinal, por que estamos “possuídos pelo passado?” Para o autor o ritmo frenético das transformações acaba enfraquecendo as representações de continuidade. O passado tornar-se assim, uma referência, isto é, um elemento norteador para a sociedade.

Neste contexto, Abreu (1998) diz que a sociedade brasileira está mudando a sua maneira de “olhar” o urbano, sendo a tendência atual a valorização do passado das cidades:

Depois de um longo período em que só se cultuava o que era novo, um período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado (p. 5).

Para o autor, a “volta ao passado” se deve a vários fatores. O século XX foi marcado por inúmeras tragédias, apesar dos inegáveis progressos técnicos e científicos. A decepção do projeto de criação de uma sociedade nova e justa tornou o futuro incerto. A sociedade passou a desconfiar do futuro e valorizar o que já foi construído no passado. Outro fator importante é a aceleração do tempo com a globalização da economia, o que faz com que a sociedade busque referências, e estas, podem ser encontradas no passado.

O período atual é considerado como um momento de mudança onde a instantaneidade das informações permite a homogeneização dos lugares. Visando a sua sobrevivência, a sociedade busca singularidades que possam identificar os lugares, e o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade, materializado na paisagem (Ibidem).

A história urbana é, portanto, resultado da conjugação de forças, interesses, ideologias e disputas marcadas por relações de poder. No período histórico marcado pelo desmonte do Morro do Castelo, o Brasil vivia um momento de sua própria descoberta como nação, ou seja, estava definindo suas próprias origens. Os três séculos de dominação portuguesa e a presença marcante do lusitano na economia do Rio de Janeiro geraram um atrito constante com vários

segmentos da população carioca. Na escala mundial, vivíamos a *Belle Époque*, caracterizada pelo domínio não só econômico como também cultural pelas grandes potências européias. Neste sentido, o discurso antilusitano passa a ser o principal elemento quando a população é forçada a olhar o passado. O “dente cariado”, como era visto por muitos, o Morro do Castelo estava na “face” do português. Procuraremos aprofundar este debate no capítulo 4. Agora, buscaremos recuperar alguns lugares do passado de nossa cidade, que foram destruídos e esquecidos pela população.

### 1.3 - Rio de Janeiro: a busca pelos lugares perdidos na história

Perdemos muitos tesouros, sem dúvida. E não me lembro do Morro do Castelo que a pena me treme emocionada.

Joaquim Ferreira dos Santos<sup>3</sup>

Considerado por muitos como um exemplo de crime urbano, o Rio de Janeiro é a única cidade do Brasil e, talvez, do mundo que destruiu o seu sítio original. Como vestígios do Morro do Castelo, restaram como testemunhos geográficos apenas o topônimo e a pequena Ladeira da Misericórdia<sup>4</sup>. Quem quiser resgatar preciosidades daquela época, terá que ir à

---

3

Colunista do Jornal O Globo ao comentar a obra *Guia de Roteiros do Rio Antigo* de Berenice Seara.

4

Em trabalho de campo realizado na Esplanada do Castelo, percebemos que a Ladeira da Misericórdia não é o único vestígio físico da Colina Histórica. Deslocando-se do metrô Carioca até a Ladeira da Misericórdia, percebemos que há um nítido desnível entre a calçada em frente ao antigo Ministério da Fazenda e a rua São José. Este platô mais elevado vai da rua México ao Museu da Imagem e do Som, numa reta e foi uma parte do que sobrou do Morro. Toda a área ocupada pela Esplanada é mais alta em relação às ruas adjacentes.

Igreja dos Capuchinhos, na Tijuca, ou ao Colégio Santo Inácio, em Botafogo, onde encontramos algumas relíquias do Morro do Castelo<sup>5</sup>.

"É o mesmo que Barcelona destruir o Bairro Gótico ou Roma acabar com o Fórum" diz o pesquisador Milton Teixeira especialista em memória carioca<sup>6</sup>. O arrasamento do Morro do Castelo pode ser analisado como uma ruptura simbólica entre a cidade do Rio de Janeiro e sua história; como também, o desrespeito dos governantes da cidade em relação às suas características geográficas e culturais. Reforçando, nesse sentido, a idéia de que para o crescimento e desenvolvimento das cidades era preciso destruir, no lugar de conviver com o passado e propor soluções para o futuro.

Com o arrasamento do Morro, foi destruído o sítio inicial da cidade do Rio de Janeiro e seus valiosos monumentos históricos: as muralhas, a fortaleza, o primeiro colégio da cidade, a Sé, o Hospital São Zacarias, a Faculdade de Medicina, o Telégrafo, o Observatório, a Casa de Câmara e o Casario Antigo. Para Nubia Melhem Santos, co-autora de *Era Uma Vez o Morro de Castelo*, o arrasamento do Morro do Castelo pode ser considerado como uma loucura. Mas loucura maior, segundo ela, é o país ter esquecido disto.

O pequeno trecho da Ladeira da Misericórdia só resistiu como já citado, devido à necessidade de se escorar parte da Santa Casa de Misericórdia (ABREU, 1997 *apud* MASCARENHAS, 2000, p.75). É um erro imaginar que houve uma preocupação ilícita na preservação de um monumento histórico-cultural da cidade: "Se ainda existisse, seria um roteiro turístico belíssimo e de valor histórico internacional"<sup>7</sup>. Ao enfatizar a importância dos

---

5

A imagem de São Sebastião, o marco da fundação da cidade e o túmulo de Estácio de Sá estão na Igreja dos Capuchinhos, na Tijuca. Na igreja de Santo Inácio, em Botafogo, estão esculturas barrocas do antigo Complexo dos Jesuítas.

6

"O Rio que sumiu" Revista Época, Edição 50 (03/05/99).

<sup>7</sup> Ibidem

lugares do passado na vida dos habitantes da cidade, gostaríamos de destacar um trecho do poema de Vinicius de Moraes sobre a Colina Histórica:

### O Morro do Castelo

(A lira que não escreveu Gonzaga)

Numa qualquer madrugada  
De uma qualquer quarta-feira  
O homem de pouca fé  
Faz uma barba ligeira  
(Que coisa estranha é ter barba... )  
Toma um rápido café  
E depois, ali na esquina  
De Voluntários da Pátria  
Pega o Largo dos Leões  
E salta na Galeria  
Bem em frente a São José.

– Irei de boa vontade...  
Uma vez na encruzilhada  
De São José com a Avenida  
Vai seguindo toda a vida  
Contra a viração do mar  
Verás, fechados, uns bares  
Como umas portas de luar  
Mas segue; um pouco adiante  
A um golpe de atiradeira  
Fica a Cruz dos Militares  
Pouco antes dobra à direita  
Verás então a colina  
E na colina, a ladeira...

– Não tem mais. Puseram abaixo  
Tem sim. Ainda posso vê-la  
Subindo em paralelepípedos  
E no alto, luzindo, a estrela  
À beira do precipício...  
Tem sim! Tem sim! Lá está ela  
Parada... e eis-me aqui, Vinicius  
Menino, com meu velho avô  
E minha branca avozinha  
Que com um beijo me acordou...

– É inútil. Teu avô morreu...  
Não morreu! Mentira tua!  
Meu avô é um velho lindo  
Com um olhar sempre altaneiro  
E que anda sempre de alpaca  
Ainda agora posso vê-lo  
À luz da aurora imediata  
Subindo, sempre subindo  
Pelo morro do Castelo  
Em demanda do mosteiro...

---

– Que Castelo? Já acabou!  
 Já acabou? Mas que absurdo!  
 Me lembro tão bem da entrada  
 Da água benta, do som surdo  
 E envolvente dos harmônios  
 A me expulsar os demônios  
 Da carne sempre acordada...  
 Me lembro tão bem da bênção  
 Dos turíbulos de incenso  
 Balançando, do passar  
 Dos sacristães reverentes  
 E os farfalhares ardentes  
 Da seda ritual, os dísticos  
 Bíblicos, a via-sacra  
 O misterioso soar  
 Das campainhas litúrgicas  
 O branco tecido místico  
 Das orações... Tudo calmo  
 Tudo alto... Tudo imenso...(...)<sup>8</sup>

Os versos acima retratam os vínculos entre os membros da família com o seu universo vivido. O autor revela com saudade a época em que, junto com seu avô, subia as ladeiras do Morro do Castelo.

O autor mostra indignação ao lembrar que a Colina não faz mais parte da paisagem carioca: “Que Castelo? Já acabou! Já acabou? Mas que absurdo!”.

Assim, as pessoas que testemunharam o Morro do Castelo e outras formas que foram destruídas levam consigo a memória viva dos lugares do passado. No entanto, o passado já não está mais vivo para aqueles que não possuem uma identidade vinculada aos acontecimentos públicos e ao lugar vivido. Uma citação muito interessante sobre a morte da história dos lugares é feita por Hobsbawn (1995). Segundo o renomado historiador:

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem (p. 13).

---

8

O Morro do Castelo não foi a única grande perda de valor histórico da cidade. Na primeira década do século XX, a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), arrasou vários sobrados seculares. Vizinho ao Morro do Castelo, o Morro de Santo Antônio foi também arrasado em 1942, sobrando apenas o convento de Santo Antônio, tombado por Decreto Federal, que ainda pode ser visto na paisagem do Largo da Carioca.

Também na década de 40, a abertura da Avenida Presidente Vargas pôs abaixo quatro igrejas dos séculos XVII e XVIII: São Pedro dos Clérigos (com obras do Mestre Valentim), Bom Jesus do Calvário, São Domingos e Imaculada Conceição. Mais recentemente, houve perdas igualmente expressivas que tiveram como grande vilão a construção do Metrô. Partes dos bairros de Catumbi e Estácio foram destruídos. Em outro grande crime urbano, o Palácio Monroe, na Cinelândia, que abrigou o Senado, foi vítima da expansão do Metrô. O restaurante Albamar, às margens da Baía de Guanabara, é o que restou do mercado de ferro da Praça XV, demolido em 1960 para a construção da Avenida Perimetral. A música lamentou a destruição da Praça Onze, lugar onde ocorreram os primeiros desfiles de escola de Samba. Essas perdas mostram que para a expansão do capital, a história não tem valor.

Recuperar a geografia histórica do Morro do Castelo não é uma tarefa fácil. A preservação dos lugares do passado pode envolver interesses divergentes. É importante, então discutir alguns pontos do texto *O passado nas cidades do futuro* de Cristina Meneguello<sup>9</sup>.

Segundo a autora:

Não se pode ignorar que soluções e propostas recentes têm problematizado o uso dos centros de forma bastante interessante, como no caso da utilização dos antigos edifícios para uso habitacional; da antiga fórmula urbana de usos mistos (habitacionais e comerciais) que garantem às regiões antes apenas comerciais uma vitalidade durante todo o tempo ou mesmo do vigor urbano e arquitetural que estimula a frequência a regiões antes evitadas (...) Por outro lado, a preservação do patrimônio nas grandes cidades, hoje, ainda nos remete a uma identidade criada, ensinada ou forjada, visando atender aos imperativos do turismo, do consumo e da imagem corporativa de bancos e grandes empresas. Experiências como as ocorridas no Pelourinho em Salvador ou no Pólo Bom Jesus em Recife culminaram

---

9

na expulsão das populações tradicionais de suas moradias e na criação de "ilhas de lazer" destinadas ao consumo abastado. Esses usos, todos juntos, contribuem para que se crie uma imagem "fake" do passado a ser consumida, por sua vez, mostrada aos turistas ou absorvida nas publicidades corporativas.

Achamos interessantes as colocações da autora, pois a preservação do passado nas grandes cidades pode possuir algum significado para as populações atuais ou futuras. Para tal, deverá libertar-se da idéia de que o passado está morto e congelado, e propor hipóteses de qualificação do espaço urbano que recuperem a importância do passado na vida atual, compreendendo a constante transformação que faz parte do espaço urbano. Concluindo, qualquer projeto de revitalização de lugares do passado ou de preservação do patrimônio histórico não poderá excluir o principal – a população da cidade.

Aproveitando o tema exclusão, na seção a seguir, realizaremos um debate sobre os processos sócio-espaciais de maior importância em nossa pesquisa: a mobilidade intra-urbana e a segregação residencial.

#### 1.4 – Os processos sócio-espaciais: o debate

Com exceção das belezas naturais do Rio de Janeiro, a segregação espacial é, talvez, a característica mais marcante na paisagem urbana. A imagem de uma cidade “dividida” salta aos olhos de qualquer observador, seja um estudioso sobre o tema, seja um morador da cidade<sup>10</sup>.

---

10

Como exemplo, lembramos a proximidade entre a maior favela do Rio, a Rocinha e o bairro da Gávea que, segundo o índice de Desenvolvimento Humano Municipal, possui o melhor IDH da cidade: 0,970.  
Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 2000.

Rolnik (1988) enfatiza que facilmente identificamos territórios diferenciados na cidade. Deste modo, a segregação urbana gera fronteiras físicas ou imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores. A autora diz:

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial (p. 40-41).

É importante ressaltar que a diferenciação social do uso do solo urbano é um tema complexo, pois envolve inúmeras correntes ideológicas, interpretações e dimensões de análise. Portanto, nesta seção, procuraremos realizar um debate sobre os processos sociais que interferem diretamente no arranjo espacial da cidade, a mobilidade intra-urbana e a segregação residencial. A nossa meta é compreender o arrasamento do Morro do Castelo, analisando especificamente a remoção dos castelenses e suas implicações na dinâmica espacial da segregação.

Ao iniciar a discussão, é importante ressaltar, como já observado, que a cidade é uma projeção da sociedade no espaço (CASTELLS, 2000). Sobre a interferência das práticas sociais sobre o espaço, Corrêa (1995) frisa:

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos espaciais, entre os quais a acumulação de capitais e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (p. 36).

Os processos sociais são, portanto, espaciais. Por processo espacial entendemos que:

Trata-se de uma expressão empregada por geógrafos para tentar dar conta do que ocorre no espaço ao longo do tempo (...) Acreditamos ser útil repensar e recuperar o conceito de processos espaciais devido à sua utilidade na conexão humana – tempo – espaço – mudança (Ibidem, p. 37).

Neste contexto, a mobilidade da população e a segregação residencial são processos que não podem ser ignorados na análise da estrutura espacial das cidades. Lago (2000) trata a relação entre mobilidade e segregação como direta e indissociável à dinâmica urbana.

Segundo a autora:

Nesse sentido, a mobilidade é um elemento-chave de análise do papel das cidades na emergência da economia global. Na dimensão urbana, a formação de enclaves residenciais, sejam guetos, favelas ou condomínios de alta renda, assim como os processos de periferação, no caso latino-americano, e de suburbanização, nos países centrais, acionam, cada qual, dinâmicas de expulsão e atração populacional específicas que, por sua vez, interferem na reestruturação espacial em curso (p. 45).

Para mapear a segregação na cidade do Rio de Janeiro, precisamos por uma questão de método, considerar as inúmeras escalas que envolvem o processo. Mais uma vez enfatizamos a visão multiescalar. Assim sendo, não podemos encarar a segregação como um fenômeno espacial estático, sem qualquer conexão com o passado. Em suma, a segregação sócio-espacial é historicamente produzida e reproduzida.

Neste contexto, ações ocorridas no período de transição entre o Império e a República possibilitam interpretações que julgamos fundamentais para entender o momento atual. A reestruturação institucional redefiniu a organização espacial da Capital Federal, e o empreendimento modernizador republicano empregado nas Reformas Urbanas, introduziu efeitos segregacionistas na forma urbana, e que se fazem ainda presentes na estrutura do Rio de Janeiro.

Iniciaremos o debate enfatizando a mobilidade intra-urbana, relacionando-a posteriormente ao processo de segregação residencial.

### 1.4.1 – A mobilidade intra-urbana

Becker (1997) frisa que a mobilidade espacial da população é um conceito que envolve grande grau de complexidade devido aos contextos variados do fenômeno e as diferentes escalas de análise. Segundo a autora: “a migração é um mecanismo de deslocamento populacional, que reflete mudanças nas relações entre pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico” (p. 323).

Diante da diversidade de tipologias e escalas de mobilidade populacional, a que nos interessa, isto é, a residencial ou intra-urbana, apresenta uma escala espacial que se reflete na expansão e no rearranjo do espaço urbano, conforme frisa a citação abaixo:

A Noção de mobilidade espacial tem um sentido mais amplo que a de migração, englobando tanto os deslocamentos de longa distância, referentes às migrações, quanto os de curta distância, referentes à mobilidade residencial. O que define é a mudança de uma localização no espaço: o lugar de residência (BASSAND e BRULHARDT, 1980 *apud* LAGO, 2000, p. 45).

Por mobilidade residencial usaremos os conceitos de O’Neill e Natal (1988): “mobilidade residencial é entendida como sendo o deslocamento de pessoas no espaço urbano em função de mudanças de habitação” (p. 125) e Castells (2000): “deslocamentos dos indivíduos no espaço residencial já produzido” (p. 260).

Becker (1997) nos lembra que a mobilidade populacional tem sido objeto de diferentes interpretações. No Brasil, há uma ênfase dada a migração de escala regional, especialmente a rural-urbana. De fato, de acordo com Lago (2000), os estudos de mobilidade espacial em nosso país não privilegiam a escala intra-urbana. Em suma, existem poucos estudos empíricos sobre um tema tão importante para a análise do espaço urbano.

Lago (2000) chama a atenção que o fenômeno da mobilidade espacial é indissociável da expansão dos bens de consumo e de produção, de capitais, empresas, tecnologias e informações. Na escala intra-urbana, a localização e realocação do capital imobiliário e a ação do Estado através de reformas urbanas ou investimentos públicos, são os principais fatores.

A autora frisa que na escala urbana, a mobilidade interfere diretamente na reestruturação espacial:

Na dimensão urbana, a formação de enclaves residenciais, sejam guetos, favelas ou condomínios de alta renda, assim como os processos de periferação, no caso latino-americano, e de suburbanização, nos países centrais, acionam, cada qual, dinâmicas de expulsão e atração populacional específicas que, por sua vez, interferem na reestruturação espacial em curso (p. 45).

Portanto, a mobilidade residencial é por excelência um fenômeno espacial como lembram O'Neill e Natal (1988), sendo parte da evolução da cidade contemporânea, acabando por transformar radicalmente as estruturas e as formas das cidades e mais ainda, a forma de viver e de habitar.

É importante destacar que a mobilidade intra-urbana está relacionada diretamente ao processo de valorização do espaço urbano e do poder aquisitivo da população. Assim, a mobilidade social é um fator fundamental e influencia diretamente este processo. Dentre os fatores que explicam a mobilidade residencial, podemos destacar: a expansão urbana, a mobilidade social, a proximidade ao mercado de trabalho e a vontade de obtenção da casa própria com mais espaço (COSTA, 1995).

O autor lembra que a existência de parentes e amigos na área de destino também deve ser analisada. De fato, no caso da mobilidade dos castelenses, como veremos mais adiante, esse foi um importante fator para a construção de uma rede de solidariedade entre os excluídos das grandes Reformas Urbanas do século XX.

Para Castells (2000), a formação do espaço residencial responde às tendências gerais do processo de mobilidade intra-urbana. O autor lembra que a maioria dos estudos de mobilidade residencial parte das “preferências” dos indivíduos, privilegiando com isso, a ascensão social e os mecanismos de mercado. No entanto, diz ele, os resultados empíricos obtidos são bastante reveladores. Citando estudos para as cidades americanas, Castells aponta para o fato de que a grande maioria dos deslocamentos ocorre em direção às zonas urbanas com status social equivalente. “Há também uma tendência constatada de morar-se o mais perto possível do antigo lugar de residência”. Esta tendência nos ajudará a sugerir no capítulo 5 um padrão geral de mobilidade residencial da Reforma de Carlos Sampaio.

Logo, a mobilidade residencial é um instrumento para a ocupação e expansão do espaço urbano, constituindo-se em parte integrante do processo de formação de novos bairros e crescimento da periferia. Nesta expansão, a cidade no seu conjunto se redefine – o centro se esvazia e se especializa; os bairros e a periferia se expandem.

Não podemos esquecer que a mobilidade intra-urbana faz parte também da reprodução das classes sociais. Esse processo é resultado das modificações econômicas e sociais e, é traduzido na organização e reorganização do espaço urbano, sendo, portanto, resultado da dinâmica social (COSTA, 1995).

O fenômeno da mobilidade residencial é estudado por pesquisadores de diferentes formações e correntes ideológicas. As pesquisas visam identificar os fatores que conduzem os indivíduos ou grupos sociais a deslocamentos residenciais no meio urbano, revelando também as conseqüências e os padrões espaciais resultantes.

Usaremos aqui as duas principais vertentes teóricas que tratam do tema e procuram fornecer elementos para explicar o fenômeno: a Escola de Chicago ou de Ecologia Humana e a teoria urbana Marxista.

A Ecologia Humana é segundo Park (1936), “uma tentativa de aplicar às inter-relações dos seres humanos, um tipo de análise aplicado anteriormente às inter-relações de plantas e animais” (p. 37). Assim, a teoria visa investigar os processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm (Ibidem).

Neste sentido, Park (1916) define cidade como

um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana (p. 26).

Para a Escola de Chicago, o fenômeno da mobilidade residencial é visto como um processo de iniciativas pessoais, envolvendo desejos e progressos individuais. A citação de Wirth (1938), confirma esta afirmação: “A substituição dos membros do grupo é, geralmente, rápida, em parte como resultado da liberdade de circulação da população e em parte como resultado de sua mobilidade social” (p. 105).

Portanto, através de uma visão descritiva e estática do meio urbano, esta Escola nega os problemas oriundos da natureza das classes sociais. Desta forma o indivíduo, sujeito deste processo, atua na competição do espaço segundo sua posição social e ocupação. De acordo com essa idéia, o mercado livre é que determina os deslocamentos urbanos tendo como respaldo um Estado considerado neutro e justo (O’NEILL e NATAL, 1988).

Na leitura ecológica, a cidade é vista como uma colcha de retalhos onde cada área possui certa homogeneidade social. Assim, ao se deslocarem para uma nova residência, as pessoas através da auto-segregação procuram áreas que apresentem população do mesmo poder aquisitivo (LAGO, 2000).

Em relação ao papel desempenhado pelo Estado na organização da cidade capitalista, Abreu (1997/A) chama a atenção para o equívoco de pensarmos na existência de um Estado “neutro”, mediador dos conflitos existentes, funcionando como um “árbitro” entre as classes

sociais. Enfim, o Estado não pode ser visto como uma entidade autônoma, independente dos interesses de classes ou acima do “bem ou do mal”.

Essas abordagens ressaltam que o fator determinante da mobilidade é a decisão pessoal em detrimento dos estímulos externos. O transporte explica a desconcentração espacial na ótica do “determinismo tecnológico” (GOTTDINIER, 1997). Assim, o desenvolvimento do transporte em particular, é o fator que explica a expansão urbana, conforme podemos observar na seguinte citação: “O advento do bonde elétrico, e mais recentemente, o do automóvel, têm produzido elementos ainda mais inquietantes para o crescimento das comunidades humanas” (McKENZIE, 1924, p. 102).

No entanto, Gottdinier (1997) enfatiza que o desenvolvimento dos transportes é importante, mas não determinante para a expansão do espaço urbano. Em suma, explicar a mobilidade residencial apenas pelo desenvolvimento tecnológico, significa ignorar as questões históricas, econômicas e políticas e, sobretudo, o conflito de classes. A ecologia urbana privilegia uma abordagem descritiva, não analisando os reais fatores condicionantes do fenômeno da migração intra-urbana.

Para o enfoque marxista da cidade, a mobilidade residencial é gerada pelas transformações que ocorrem na sociedade capitalista e que são necessárias para a sua reprodução. Assim, o marxismo não se fundamenta na relação causal, como enfoca a Escola de Chicago, já analisada.

Ao criticar a Ecologia Humana, Castells (2000) retoma a discussão da elaboração de uma teoria crítica do espaço. Para o autor, é necessário superar a descrição dos mecanismos de relação entre as implantações e as atividades, a fim de localizar as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais. É preciso ultrapassar a oposição entre as determinações naturais e culturais do espaço através de uma análise da estrutura social como fruto de um processo dialético. Além disso, ele lembra que as práticas sociais determinadas

por características históricas, a diferenciação espacial e a articulação entre as formas e processos sociais não podem ser esquecidos.

Harvey (1980) corrobora com a elaboração da teoria crítica do espaço. Como Castells, o autor lembra que “qualquer teoria geral da cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume” (p. 14). Logo, a organização do espaço urbano irá refletir e condicionar as relações sociais (Ibidem)

Desta forma, a mobilidade residencial está relacionada às modificações estruturais, econômicas, políticas e sociais que se expressam no espaço urbano, afetando a construção do espaço das moradias. Os fatores condicionantes dessas transformações são resultantes da atuação dos diversos agentes que se articulam no meio urbano, como o Estado, os promotores imobiliários, os proprietários fundiários e os grupos excluídos.

Para Becker (1997), a contramobilidade, isto é, a resistência à mudança, reflete a emergência de conflitos sociais nas áreas de origem. Está vinculada, portanto, aos movimentos sociais de resistência à emigração. Aplicando este conceito à escala intra-urbana, nossa pesquisa verificará mais tarde, que os castelenses não conseguiram gerar essa força de reação.

A autora frisa que a eficiência da contramobilidade tende a ser baixa quando os locais de origem e de destino são semelhantes. Esta afirmação é importante, pois aplicaremos no capítulo 5, a questão citada ao padrão de mobilidade dos castelenses.

A degradação das áreas centrais e a refuncionalização promovida pela renovação urbana são fatores responsáveis pela mobilidade dos moradores do Morro do Castelo. Assim, a intervenção do Estado através de uma reforma urbana gerou uma expansão do capital imobiliário atraído pela valorização dos terrenos conquistados e provocou a mobilidade forçada das populações para outros locais da cidade.

No século XIX, a área central do Rio de Janeiro deixou de ser habitada pelos grupos de maior poder aquisitivo e passou a ser ocupada por grupos de baixa renda. No século XX, nas áreas atingidas pelo processo de renovação urbana, como foi o caso do Morro do Castelo, houve a expulsão da população residente que foi substituída por grupos de maior poder aquisitivo. Desta forma, a especulação imobiliária é um determinante da expansão urbana, logo, da mobilidade residencial.

Segundo Carlos (2001/B), o modo de ocupação da cidade reflete a necessidade de uma determinada ação: produzir, consumir, circular, habitar ou viver. Assim, o uso do solo urbano envolve diferentes percepções. A autora destaca os pontos de vista do capitalista e do morador:

Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o lócus da produção (onde se produz a mais-valia) e da circulação. Assim, entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc.) (...). Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é o meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o lócus da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (p. 46).

É fundamental esta discussão, pois nos ajuda a entender como a ocupação do solo urbano gera conflitos entre vários segmentos sociais. Portanto, a segregação urbana é fruto da luta pelo espaço urbano. É o que veremos a seguir.

### 1.4.2 – A segregação residencial

A segregação residencial envolve como já vimos, ação, espaço, tempo e mudança. Logo, este processo sócio-espacial é historicamente reproduzido, articulando formas atuais com padrões do passado. Desta maneira, os recortes temporais não podem ser menosprezados nos estudos empíricos, como nos lembra Corrêa (1995):

A segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente (p. 69).

Portanto, vale a pena discutir segregação urbana inserindo o Morro do Castelo no debate, isto é, analisando a estrutura urbana carioca quando a Colina ainda fazia parte da paisagem carioca, como também após o desmonte.

No entanto, seria interessante inicialmente, conceituar segregação, pois Lago (2004) ao avaliar trabalhos referentes ao tema, percebeu a ausência de uma discussão conceitual sobre a “noção” de segregação espacial urbana. Segundo ela:

Parte significativa dos estudos utilizam uma visão bipolar na perspectiva de mudança no padrão de segregação, caracterizada pela maior ou menor distância física entre grupos sociais, onde a escala geográfica é o fator central (como o padrão núcleo-periferia versus o padrão fragmentado ou polinucleado dos enclaves) e/ou pelos processos de integração ou exclusão de áreas socialmente distintas (como o padrão desigualmente integrador via mercado imobiliário ou política urbana versus o padrão excludente dos espaços e serviços privatizados). No entanto, não há uma preocupação em se definir conceitualmente o fenômeno, ficando tal definição subjacente à teoria e à metodologia utilizada (escolha de variáveis, recortes espaciais e social, etc.) (p. 2).

Além disso, a autora enfatiza que alguns pressupostos teóricos se perdem nos trabalhos selecionados sobre o tema – se a segregação é entendida como um processo inerente à ordem do mercado ou à ordem institucional; se há a distinção entre auto-segregação e

segregação imposta<sup>11</sup>. Achamos pertinente esta análise, pois como veremos a seguir, estas questões nos remetem ao arrasamento do Morro do Castelo. Assim, no desmonte prevaleceu a norma institucional (leia-se política segregadora do Estado através da reforma) aliada aos interesses associados à visão do mercado (leia-se interesses do capital imobiliário). Da mesma forma, a ação destruidora da administração Sampaio gerou uma “segregação imposta” através da expulsão dos moradores da Colina Histórica.

É importante frisar que o conceito de segregação nasceu no âmbito da Ecologia Humana, mais conhecida como Escola de Chicago. Segundo Castells (2000) a segregação urbana é um processo no âmbito ecológico,

pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de uma unidade e se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores, em geral conforme a distância social derivada do sistema de estratificação (p. 186).

Para esta Escola, o crescimento da cidade levaria à seleção de áreas, logo, à segregação sócio-espacial, o que resultaria na criação de áreas sociais “naturais”. É de Ernest W. Burgess o clássico padrão de estrutura urbana em anéis concêntricos. Associando a expansão da cidade a um conjunto de processos identificáveis (invasão, sucessão, centralização, descentralização, organização, desorganização e segregação) e utilizando como evidência empírica as grandes cidades norte-americanas, especificamente a heterogeneidade de Chicago, Burgess divide a cidade em zonas segundo o status social.

Burgess (1925) demonstra através do seu modelo em círculos concêntricos, o processo de expansão urbana. Na figura 1 (p. 73), identificamos os seguintes anéis – a Zona Central de Comércio (LOOP); a zona de transição invadida pelo comércio e pela manufatura leve (II); a

---

11

Luciana Corrêa do Lago utilizou como base para avaliação, trabalhos sobre segregação referentes às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. As fontes utilizadas foram: URBANDATA/IUPERJ, PROSSIGA/CNPq, DATAÍNDICE/IUPERJ e Anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). A autora avaliou 14 trabalhos, sendo 6 sobre São Paulo, 6 sobre Rio de Janeiro e 2 sobre o conjunto de grandes cidades brasileiras.

zona habitada pelos trabalhadores das indústrias desejam viver em área de fácil acesso ao seu trabalho (III); a zona residencial caracterizada pelos prédios de apartamentos de alta classe ou de seções de moradias isoladas e de padrão unifamiliar (IV) e a zona de *commuters* – áreas suburbanas ou cidades satélites (V).

Segundo este modelo, a população de baixo status social residiria no centro abandonado pelas elites que passariam a residir em subúrbios aprazíveis. É o que a Escola de Chicago comumente denomina invasão - sucessão, isto é, uma tendência de cada zona a expandir seu território sobre a zona subjacente. Além disso, este processo acabaria selecionando e realocando os indivíduos por áreas de ocupação, resultando com isso, a diferenciação por áreas. Burgess ressalta que há uma tendência de cada zona interna estender sua área pela invasão da zona próxima externa (sucessão). E acrescenta:

além da extensão e sucessão, o processo geral de expansão no crescimento urbano compreende os processos antagônicos, embora complementares, de concentração e descentralização. Em todas as cidades há uma tendência natural para o transporte local e de fora convergir para a zona central de comércio (BURGESS, 1925, p. 358).

Não é nossa intenção realizar uma leitura minuciosa sobre a teoria de Burgess, mas nos preocupamos em citá-la. Primeiro, porque é um estudo pioneiro e mesmo com as suas limitações, é ainda uma base de estudo importante sobre o tema segregação. Segundo, porque acreditamos que podemos resgatar alguns dos seus elementos para explicar as transformações ocorridas a partir dos recortes espacial e temporal que estamos utilizando. Estamos falando da zona periférica do centro, “membrana” que envolve o núcleo central e que foi constituída pelo crescimento da cidade.

Corrêa (1995) chama a atenção que o processo de invasão e sucessão já tinha sido descrito por Engels em 1840 para explicar a segregação nas cidades inglesas. Em seu clássico

*Para a questão da habitação*, Engels (1887) mostra a reprodução da segregação residencial. Os bairros de alto status social em torno do centro são abandonados pelas elites que vão residir na periferia. As mansões transformam-se em cortiços que irão abrigar a população pobre. Voltaremos às teorias da Escola de Chicago e Engels mais tarde para nos ajudar a mapear a mobilidade dos castelenses.

Assim, a segregação residencial está associada à reprodução das classes sociais (CASTELLS, 2000). Neste sentido, Cardoso e Ribeiro (1996) lembram que o espaço da cidade,

além de ser objeto de interesses econômicos, é disputado por grupos sociais, já que o acesso diferenciado a determinados bens, serviços, equipamentos ou amenidades permite o aumento da renda via valorização do patrimônio imobiliário, assim como maior conforto material e, também, a reprodução material e simbólica de situações de distinção social. Isso geral a identificação de determinados espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes, e a exclusão de outras parcelas da população do usufruto desses bens (p. 81-82).

Para Corrêa (1995), “trata-se, portanto, de um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista, ainda que sob a égide do capitalismo, a segregação assume novas dimensões” (p.61).

Sobre a evolução da segregação, Castells (1992) distingue quatro modelos de diferenciação sócio-espacial – o modelo pré-industrial, marcado pela proximidade espacial entre as classes sociais; o modelo urbano-industrial, caracterizado pela diferenciação espacial de grupos através de vizinhanças específicas na cidade; o modelo de segregação metropolitana, relacionado ao consumo e produção de massa do pós-guerra, no qual classes sociais ocupam espacialmente e legalmente diferentes segmentos do espaço metropolitano e o modelo pós-industrial, marcado pela reprodução e combinação entre os diferentes modelos de ocupação sócio-espacial, resultando com isso, num espaço plural.

Não podemos tratar do tema segregação sem tocar no estudo de Harvey (1980) em *A Justiça Social e a Cidade*. Analisando a produção e o uso do espaço através da luta de classes, para o autor, a sociedade capitalista necessita criar e se apropriar de um ambiente cuja finalidade é a produção e o consumo. Esta produção é repleta de contradições e tensões entre determinados segmentos sociais.

Harvey lista os principais elementos deste conflito: os capitais em suas inúmeras frações, entre elas destacam os capitais produtivo e especulativo; e a força de trabalho, que utiliza o espaço como meio de sua própria reprodução.

Discutindo o valor de uso e o valor de troca do espaço urbano, ele destaca a existência de diferentes atores no mercado de moradia: os usuários da moradia, os corretores de imóveis, os incorporadores, as instituições financeiras e as instituições governamentais. É importante esta análise, pois como se sabe, o desmonte do Morro do Castelo envolveu esses atores: os moradores (a maioria não-proprietária), os proprietários, que visavam obter renda com as desapropriações, as instituições financeiras (bancos internacionais) que lucraram com a obra e as instituições governamentais (municipais e federais) gestoras do projeto.

Assim, a segregação residencial é resultado, portanto, da luta de classes pela apropriação de determinadas frações do espaço. Para Harvey (1980):

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência (p. 8).

Assim sendo, é importante frisar que a administração pública possui um papel importantíssimo enquanto ator gerador de segregação. Basta lembrar das desigualdades e do tratamento discriminatório do gestor público entre as zonas norte e sul do Rio de Janeiro.

Portanto, o poder público possui instrumentos legais (urbanísticos e fiscal-financeiros) que, aplicados, dão a este agente grande poder de segregar (RIBEIRO, 2004). Na formação das cidades brasileiras, a relação entre o Estado e a classe dominante constitui uma poderosa aliança cuja base de acumulação é fundamentada tanto na apropriação de diversos tipos de renda urbana proporcionada pelo modelo de ocupação do solo como ao acesso desigual de consumo de bens e serviços coletivos e aos ganhos decorrentes da valorização imobiliária e fundiária (Ibidem).

Ao analisar criticamente o processo, Castells (2000) lembra que a distribuição de residências produz áreas específicas e diferenciadas na paisagem urbana. O autor diz:

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, de nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Falaremos, por conseguinte, de uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana. Num primeiro sentido, entendemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (p.250).

O autor aponta que esta tendência geral não explica por si só a estrutura do espaço residencial. Primeiro, porque a cidade como produto histórico, possui inúmeras combinações particulares na distribuição das atividades e dos status social no espaço; segundo, por ser uma tendência, as práticas sociais podem se opor a essa lógica de reprodução da sociedade capitalista. O autor conclui:

O que significa, na nossa perspectiva, que existe, por um lado, a interação entre as determinações econômica, política, ideológica, na composição do espaço residencial; por outro lado, que existe um reforço da segregação, um transbordamento de seus limites tendenciais ou modificação dos fatores de ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classe no local de residência, por exemplo através da utilização simbólica de uma zona urbana, ou o reforço da comunidade de grupo pelas fronteiras ecológicas (p. 250).

Analisando empiricamente a segregação urbana nas áreas metropolitanas norte-americanas, Castells (2000) observou uma tendência que podemos associá-la a evolução do espaço residencial do Morro do Castelo – o processo de invasão/sucessão nas moradias abandonadas nas áreas centrais pelas elites. Segundo ele:

Ora, as moradias abandonadas não foram demolidas, mas reocupadas por uma nova população feita de migrantes rurais, em particular os do sul e dos estratos inferiores, na parte inferior da escala de rendas e/ou vítimas de uma discriminação étnica, em especial os negros. À medida que as habitações do velho núcleo urbano são abandonadas por seus ocupantes, elas são redistribuídas pelos proprietários e divididas em apartamentos menores, com a finalidade de obter rendas superiores, multiplicando o número de ocupantes. Por um lado, o proprietário pára de efetuar os reparos, porque ele tem mais vantagem em acelerar o processo de deterioração. Por uma dupla razão: por um lado, o processo do imóvel está numa relação cada vez mais desfavorável com o preço do terreno, cujo valor aumenta por causa da escassez crescente da localização central (no subúrbio, ocorre o inverso); por outro lado, considerando que os novos ocupantes têm uma escolha limitada, o proprietário tem a certeza de encontrar sempre muitos locatários entre os que chegam em busca de empregos urbanos (exercício de reserva em nível de moradia) (p. 253 – 254).

Pois bem, como nos Estados Unidos, os proprietários dos imóveis no Morro do Castelo tinham como estratégia, obter renda através dos aluguéis à imensa massa proletária que buscava residir próxima ao local de trabalho, a espera por uma renovação urbana que pudesse valorizar os seus terrenos. Vale lembrar que, enquanto no caso norte-americano a população negra ocupava as áreas centrais, aqui, no Castelo, prevalecia população de origem latina, principalmente imigrantes italianos, como veremos mais a frente, no capítulo 4.

Esse processo, além de gerar uma deterioração física dos imóveis (podemos observá-la na história do Morro do Castelo), resultou numa ocupação da cidade por minorias étnicas, desfavorecidas, no mercado, do ponto de vista político e ideológico (CASTELLS, 2000).

Em *A Questão Urbana*, Castells constata que não há uma lei geral para explicar a segregação urbana. Para o autor, a diferenciação social do espaço reflete as realidades ambientais particulares associadas à articulação entre as relações de classe (econômicas, políticas, ideológicas) e a distribuição do espaço de moradia.

Gregory (1996) também chama a atenção sobre esta questão. Para o autor, a teoria social é fundamentada e elaborada em determinados locais para atender as circunstâncias particulares. No entanto, a teoria social não é estática. Assim sendo, na escala espacial, a teoria social necessita ser desenvolvida com atenção, levando em conta as suas inúmeras dimensões.

Para Castells (2000), a segregação urbana expressa, em nível de reprodução da força de trabalho, as relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades. Assim, segundo ele, “não há espaço privilegiado antecipadamente, em termos funcionais, sendo o espaço definido e redefinido segundo a conjuntura da dinâmica social” (p. 262).

A estrutura do espaço urbano é influenciada segundo o autor, pelas seguintes determinações:

- (a) Em nível econômico – a estrutura urbana obedece à distribuição do produto entre os indivíduos e à distribuição específica da moradia.
- (b) Em nível político-institucional – as forças locais tendem a reforçar as conseqüências da segregação, praticando uma política de serviços em função dos interesses da fração dominante.
- (c) Em nível ideológico – a formação de marcos simbólicos em relação aos lugares ocupados entre os tipos de moradia, reforço da distância social e espacial, transformando diferença em contradição.
- (d) Em nível de luta de classes – pode haver a formação de conflitos com a formação de “guetos proibidos” ou subordinação, onde a dominação de uma classe sobre a outra é aceita em todos os níveis, podendo haver até mesmo mistura residencial, numa espécie de paternalismo ecológico, onde as classes dominantes e dominadas habitam o mesmo bairro, ainda que em condições bem diferentes. Pode haver também duas intervenções

possíveis do aparelho de Estado: uma intervenção repressiva, que se traduzirá, por exemplo, num traçado urbano permitindo o controle e a manutenção da ordem das comunidades consideradas perigosas e uma intervenção integradora, visando a explosão da comunidade, dispersando-a no conjunto de um espaço residencial hostil.

Estamos enfatizando o alto grau de complexidade das teorias que explicam a segregação urbana. Além do mais, muitos modelos que utilizamos para explicar o espaço urbano no Brasil, foram elaboradas nos Estados Unidos ou nos estudos para as cidades latino-americanas.

É interessante lembrar que a maioria dos estudos sobre o tema enfatiza a emergência de um novo padrão de segregação, elevando a globalização como marco para as transformações na estrutura sócio-econômica (CASTELLS, 1992 e LAGO, 2000 e 2004).

Esta análise focaliza os impactos sócio-espaciais advindos do padrão de acumulação flexível (leia-se Pós-Fordismo). Segundo Lago (2004), há uma polêmica em torno da tese da cidade global, cuja hipótese central é a intensificação da dualização social:

O impacto espacial da tendência à dualização da estrutura social seria, num extremo, a apropriação cada vez mais exclusiva dos espaços mais valorizados pelas funções ligadas ao consumo e à moradia de luxo e, no outro, a conformação de espaços exclusivos da pobreza (p. 22).

É neste debate que surgem expressões como “cidade dual”, cidade dividida e espaço fragmentado (LAGO, 2000, CASTELLS, 1992 e SANTOS, 2004).

Castells (1992) em *Dual City* contesta a tese da dualização sócio-espacial. Analisando a reestruturação da cidade de Nova York no contexto das transformações da economia pós-industrial, o autor enfatiza que a visão dicotômica da estratificação social é teoricamente e empiricamente equivocada devido ao seu caráter simplificador e a enorme complexidade das cidades pós-industriais

Introduzindo as dimensões política e cultural, o autor relativiza com isso, o papel da reestruturação produtiva como fator determinante das mudanças sociais em curso, destacando a grande diversidade sócio-ocupacional presente na cidade, mas observa que a polarização ganha forma no contraste existente entre a capacidade de organização – coesão social – dos altos executivos e a fragmentação dos grupos sociais restantes, em função de etnia, gênero e ocupação.

A segregação espacial expressa, portanto uma dualização sociopolítica resultante, em parte, da fragmentação sócio-cultural da grande maioria da população. Como consequência, temos uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação espacial vigente. A partir da perspectiva espacial, para Castells, Nova York é ao mesmo tempo crescentemente atual e crescentemente plural.

Neste contexto, a polarização da estrutura social gerada pelo aumento da pobreza é uma vertente dos estudos de segregação no âmbito internacional. Contudo, a segunda vertente minimiza a polarização, devido ao dinamismo na periferia e pela presença maior da classe média. Segundo Lago (2000), é possível verificar a coexistência dessas duas tendências no atual padrão de segregação da cidade do Rio de Janeiro.

No último capítulo, retomaremos a questão. Acreditamos que para explicar a atual estrutura urbana, precisamos voltar ao passado. Este imenso “quebra-cabeça” sócio-espacial tem uma justaposição entre modelos atuais de segregação com modelos e tendências do passado. Nos capítulos da segregação urbana carioca, o arrasamento do Morro do Castelo é um grande exemplo da ação do Estado como agente que reforçou a estratificação sócio-espacial.

No próximo capítulo analisaremos o importante papel desempenhado pelo Estado como produtor e modelador do espaço urbano.

# ANEXO 1

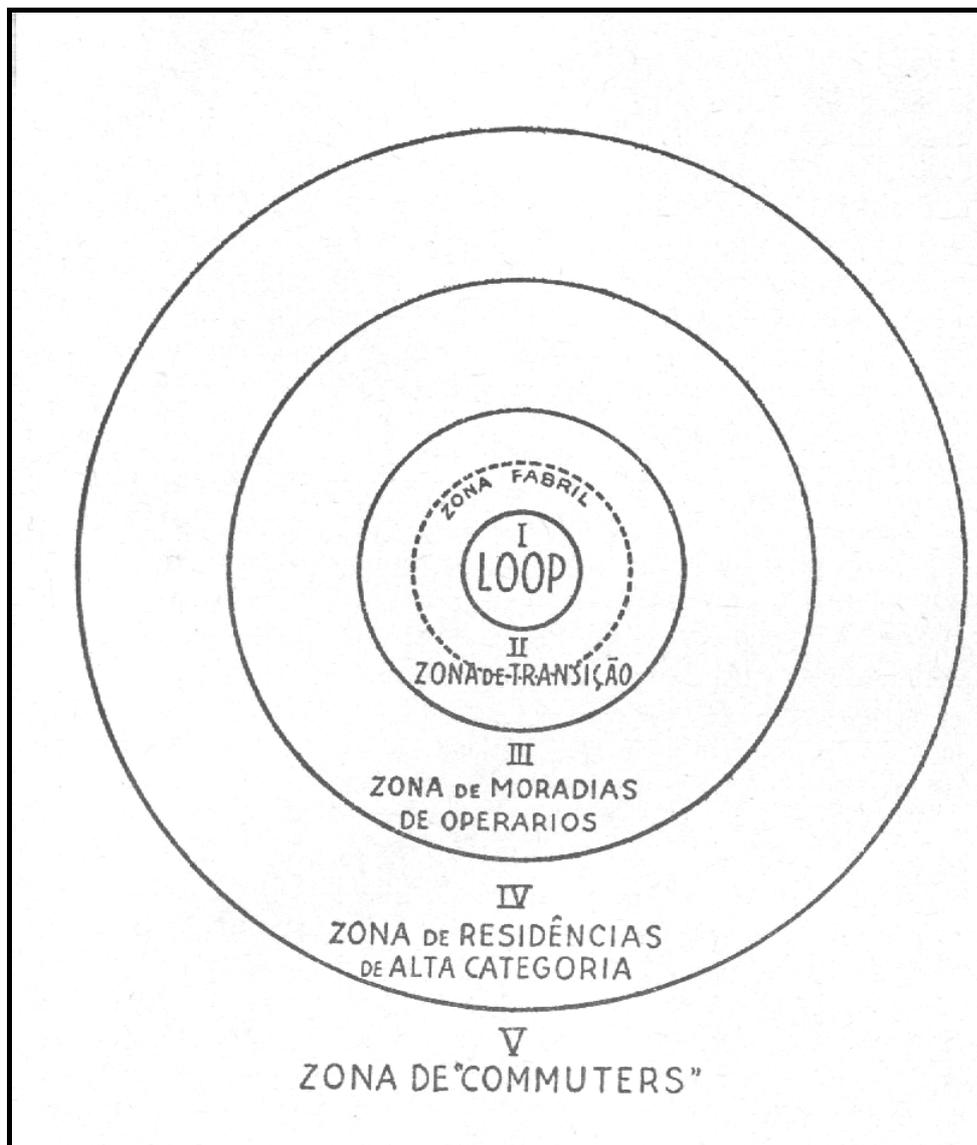


Figura 1 – Zonas concêntricas da cidade de Chicago  
Fonte: BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa (1925).

CAPÍTULO 2

REFORMA URBANA -

A DESTRUIÇÃO CRIATIVA

## 2 – Estado e espaço urbano

Nossa preocupação neste capítulo é estabelecer uma discussão que nos permita visualizar como a ação do Estado através de políticas e intervenções públicas e, associada ao interesse do capital imobiliário, se tornou o grande agente responsável pela construção de um espaço urbano altamente segregado. Sendo assim, analisaremos as reformas urbanas que no início do séc. XX modernizaram e segregaram grande parte da população que residia no centro do Rio.

Como todos sabem, o espaço urbano é o lugar onde ideologias e as práticas sociais se defrontam, e onde podemos ler, de forma bastante clara, os mecanismos de poder sobre o território.

A cada momento histórico de rupturas ou de mudanças institucionais, a organização política e econômica expressa pela sociedade, há um novo ordenamento espacial (NEDER, 1997). Neste sentido, a transição da monarquia para a ordem republicana significou novas espacialidades e temporalidades no Distrito Federal.

No entanto, antes de analisar as reformas em si, seria interessante tecer algumas notas importantes sobre a ação do Estado como produtor e gestor do espaço urbano. Partimos da premissa de que para entender o processo das reformas, se torna necessário debater o papel de determinados agentes responsáveis pela organização espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Deste modo, a cidade como produto social é resultado de ações acumuladas através do tempo e ordenada por agentes sociais que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 1995). São agentes sociais produtores do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Vale enfatizar no caso da

cidade do Rio de Janeiro, o papel desempenhado pela igreja, a qual nos primeiros anos após a fundação da cidade, se transformou no principal agente produtor do espaço urbano<sup>1</sup>.

Não querendo minimizar a importância dos demais agentes produtores de espaço, enfatizaremos aqui o papel do Estado. Tal escolha se deve ao importante papel desempenhado por este agente nas transformações espaciais da área central da cidade, especialmente no desmonte da Colina e a expulsão dos moradores, que aqui chamaremos de os *sem-tecto* do Castelo.

O Estado pode atuar diretamente sobre a organização espacial de uma cidade de várias formas, sendo um agente industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário. Indiretamente, o Estado interfere como agente de regulação do uso do solo urbano. Destacamos aqui algumas ações de regulação que achamos importantes quando analisamos a ação da política pública que arrasou o Castelo: o direito de apropriação e precedência na compra de propriedades; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; investimento público na produção do espaço como obras de desmontes e organização de mecanismos de crédito à habitação. Portanto, podemos afirmar que, na organização interna das cidades brasileiras, a intervenção do Estado comandou a produção do espaço urbano.

Segundo Boaventura Santos (1984), o Estado capitalista condensa uma série de articulações conflituais ou não conflituais de forças sociais. Esse jogo entre articulações e forças sociais forma a estrutura ou matriz do Estado. A articulação dominante é realizada a partir das relações sociais capitalistas que está intrinsecamente vinculada e dependente da lógica do capital.

---

1

Os jesuítas se transformaram no principal proprietário de terras da cidade do Rio de Janeiro no período colonial (FRIDMAN, 1999).

A lógica do capital é, segundo ele, conflitual, pois se baseia na condição de exploração. No entanto, essa lógica de exploração está assentada numa arena jurídico-política de igualdade e liberdade.

A cidade capitalista é a sede do poder, logo da classe dominante e, como tal, o Estado capitalista tem uma função política geral de dispersar as contradições geradas pelo modo de produção e das lutas sociais dela surgidas. Para o autor, não significa, no entanto, a superação das contradições sociais.

Assim, é importante ressaltar a cidade como o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade, ou seja, entre os diferentes grupos sociais. Segundo Corrêa (1995), a intervenção dos agentes sociais no meio urbano é complexa e deriva da dinâmica de acumulação de capitais, do interesse de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

Para Boaventura Santos (1984), as dispersões das contradições capitalistas é um fenômeno complexo, constituindo-se num conjunto articulado de mecanismo de dispersão distinguidos em: *mecanismo de socialização/integração*, *mecanismos de triavilização/neutralização* e *mecanismos de repressão/exclusão*.

Esses mecanismos são utilizados para minimizar os níveis de tensões sociais, sem necessariamente, superá-los, uma vez que o impacto das pressões sociais depende da correlação de forças entre as classes sociais.

Corrêa (1995) entende que a intervenção dos agentes sociais no meio urbano é complexa e deriva da dinâmica de acumulação de capitais, do interesse de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

É importante frisar que a atuação do Estado não se processa de forma neutra. Sua ação é caracterizada pelos conflitos de interesses em relação aos diferentes segmentos da

sociedade, como também das alianças entre eles. Desta forma, o Estado tende a privilegiar os interesses dos grupos dominantes que estão no poder.

Kessel (2000) questiona a visão do Estado como um mero idealizador dos interesses de progresso e modernidade de suas classes dominantes, como pode observar na citação abaixo:

embora seja possível admitir, em termos gerais, a consistência desta análise, é discutível a identificação do Estado como um prolongamento simplificado das classes dominantes e, em especial, deve-se contestar a validade desta interpretação no estudo de diversos episódios relacionados à urbanização do Rio de Janeiro. Na verdade, mesmo que possamos identificar nestes episódios a motivação subjacente, por parte do poder público, de facilitar a atuação do capital, cada um deles encerra embates e desfechos que somente podem ser examinados e compreendidos, se levarmos em conta a complexidade política dos interesses envolvidos no processo de remodelação da cidade (p. 65).

Assim, o Estado não pode ser visto como uma instância isolada, mas como um agente de articulação dos diversos agentes sociais que atuam sobre o meio urbano e mediador das divergências entre as classes sociais.

Não podemos esquecer que a atuação do Estado ocorre em três escalas de poder: a federal, a estadual e a municipal. E é esta última que exerce o maior poder sobre o espaço urbano, atuando como o grande interlocutor das elites locais (CORRÊA, 1995).

Em suma, na organização interna das cidades brasileiras, a intervenção do Estado comandou a produção do espaço urbano. Sua ação ocorreu no sentido de intervir para ajustar a desordem, e nunca para erradicá-la. Portanto, as cidades brasileiras cresceram reproduzindo novas e antigas formas de segregação sócio-espacial.

No caso do arrasamento do Castelo ficou evidente que a atuação do governo do Distrito Federal beneficiou a expansão do capital imobiliário. Entretanto, podemos levantar algumas questões: o Estado como mediador desse campo de forças não criou nenhum mecanismo para proteger os sem-teto? Ou protegeu apenas um determinado grupo?

Tentaremos respondê-las, mais tarde, no capítulo 4. A seguir, analisaremos como o Império e a República intervieram no espaço urbano do Rio de Janeiro.

## 2.1 – A política urbanística imperial

Não podemos iniciar a análise das reformas urbanas republicanas sem relacioná-las com o momento histórico anterior, ou seja, do período imperial, quando empreendimentos realizados pelo Estado vão alterar a fisionomia da cidade-capital.

É importante observar que durante o período colonial, a cidade já desempenhava uma importante função política-administrativa inserida na economia mercantilista. No entanto, o capital mercantil não possuía interesses na transformação da estrutura urbana. Em relação a isto, Benchimol (1990) lembra que da riqueza produzida, apenas o indispensável era investido para a construção de uma infra-estrutura mínima necessária para a manutenção do pacto colonial. Deste modo, como já destacado anteriormente, a estrutura urbana carioca, permanecia, neste período, sem grandes transformações, restritamente situada entre os quatros morros que marcavam os limites da urbe.

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808, modificou a ordenação do espaço, mesmo de forma superficial, como alguns autores enfatizam. Segundo Lessa (2000), a forma e estrutura da cidade do Rio de Janeiro não sofreram grandes transformações durante o período imperial. Essa inércia espacial é analisada pelo autor:

O Brasil imperial foi desatento em relação à cidade. Obviamente, alguns melhoramentos urbanos e desenvolvimentos culturais aconteceram no Rio do séc. XIX, mas os jardins de Glaziou foram a exceção no quadro de desinteresse estético, de quase mesquinaria para com a vida no Rio. O imperador dedicou seus cuidados a Petrópolis – uma fuga do Rio para o seu espaço de beleza na Serra dos Órgãos (p. 11-12).

Não concordamos totalmente com esta crítica. A “mesquinaria” é um termo que não nos parece aceitável. Basta lembrar que a cidade não possuía nenhuma infra-estrutura e os impactos urbanos advindos com a chegada da Família Real não podem ser minimizados. Além do mais, a idéia de reformar a cidade nasceu ainda no período imperial. A Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro criada em 1870 se transformou numa verdadeira “bíblia” para os futuros prefeitos engenheiros, adeptos da “era higienista” e, que a partir da República, encontraram as condições política e econômica ideais para inserir a ordem e progresso na forma urbana.

Vale a pena frisar que no século XIX, em escala mundial, ocorriam grandes transformações sociais, como é observado na citação abaixo:

a Revolução industrial inglesa e o nascimento de uma indústria capitalista sequiosa de mercados; o desabamento de antigos impérios coloniais; a imposição do livre-cambismo e a destruição dos entraves monopolistas à circulação de mercadorias em âmbito mundial; as guerras e revoluções que dilaceraram a Europa, quando a Antigo Regime, como um todo, começou a desabar, e a independência dos Estados Unidos, fato político de maior importância, tanto quanto a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, que recolocou em questão o domínio europeu, e particularmente, sobre o Caribe e a América em seu conjunto (BENCHIMOL, 1990, p. 22).

Em escala nacional, a fuga da corte portuguesa para o Brasil elevou o Rio de Janeiro, em 1815, à capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, implicando em novas funções econômicas e políticas à cidade. Vale destacar a superação do pacto colonial com a abertura dos portos, que não só fomentou as atividades comerciais na cidade, como também possibilitou a incorporação de idéias e hábitos cosmopolitas (Ibidem).

A respeito das transformações ocorridas na cidade com a chegada da Corte, cabe destacar o depoimento de Motta (2002):

Com a transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro em 1808, consolidou-se a idéia de construir um império na América Portuguesa. Ao substituir Lisboa, à qual cabia fornecer sentido e significado às “capitanias

separadas”, a cidade deveria tornar-se o baluarte da construção desse império. Para tanto, seria preciso adaptá-la a essa nova condição, dotando-se de instituições-chave que marcassem seu lugar de Corte, como se dizia à época.

No pobre cenário da cidade colonial teve então lugar uma verdadeira febre de empreendimentos. Fundam-se escolas – de medicina, de marinha, de guerra, de comércio, uma Imprensa Régia, que sempre fora recusada à colônia; uma livraria, que seria o núcleo da futura Biblioteca Nacional; o Jardim Botânico; a Academia de Belas Artes, o Teatro Real, o Banco do Brasil (p. 9 - 10).

Neste sentido, a chegada da Missão Artística Francesa em 1816, significou uma ruptura no processo de ordenação do espaço urbano. Assim, os primeiros projetos urbanísticos para a cidade são elaborados:

Esses artistas e técnicos, ligados ao derrotado império napoleônico, tentariam a “aventura de dar à Corte tropical dos Bragança a dignidade e a monumentalidade do neoclássico”. Traziam uma concepção de arte e de organização do espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da revolução industrial e do trabalho assalariado livre (Ibidem, p. 36).

A lógica da Missão era dar ordem a um espaço que apresentava inúmeras contradições para as novas funções que a cidade deveria desempenhar. Sobre essas contradições, Abreu (1994) diz:

A imagem de que o Rio de Janeiro é um lugar de contrastes tem acompanhado a cidade há bastante tempo. Os viajantes dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, foram unânimes em destacar a diferença gritante que se verifica, àquela época, entre o magnífico quadro natural que envolvia a cidade e o acanhamento e feitura do seu quadro construído (p. 34).

Benchimol (1990) lista aspectos da paisagem carioca, a partir de relatos de viajantes europeus:

Nas descrições desses europeus, o Rio de Janeiro é comparado a uma cidade árabe, com seu comércio ruidoso e fervilhante, suas casas baixas, suas ruas atravancadas e sujas, destituídas de simetria, ou então a uma cidade africana, devido à multidão de negros que por ela circulavam, movimentando todas as engrenagens do universo do trabalho urbano (p. 27).

O primeiro projeto de ordenar o espaço urbano do Rio de Janeiro, podemos assim dizer, foi elaborado por Grandjean de Montigny, a partir de suas experiências na remodelação urbanística de Paris à época do império napoleônico:

Grandjean não concebeu um plano de conjunto para a remodelação da cidade. Sua perspectiva consistiu, fundamentalmente, em implantar, no coração da fervilhante e barroca cidade dos trópicos, amplos espaços e imponentes estruturas em estilo neoclássico, onde o trono europeu e, depois, o poder imperial brasileiro pudessem exibir, com toda magnificiência. Tratava-se de inserir na trama da cidade as inscrições do poder que, antes, estavam na metrópole”

Grandjen projetou edifícios monumentais e, para realçá-los, longas artérias em perspectiva, atravessando o denso casario colonial, conforme o urbanismo clássico francês, fiel à regularidade e à simetria (Ibidem, p. 37).

Benchimol (1990) frisa que a Missão Francesa obteve mais fracassos do que êxitos. No entanto, alguns projetos de Grandjean saíram do papel como o prédio da Praça do Comércio, que depois abrigou a Alfândega, o Tribunal do Júri, atual Casa França-Brasil e o Palácio de Belas Artes. Outra obra importante foi a construção do Mercado da Candelária, que segundo o autor: “concluído em 1841, inspirava-se no mercado Saint-Germain, edificado por Blondel em Paris (1813-1816)” (p. 38).

Deste modo, a Missão teve um importante papel de articulação entre o Brasil e estilo de vida francês. Essa concepção arquitetônica seria materializada quase um século depois, com as Reformas de Pereira Passos e Carlos Sampaio, como veremos mais tarde.

É importante frisar, como já citado, que a idéia de reformar a cidade não nasceu com a República. Uma boa análise sobre esta questão é feita por Fritsch (1986). *Em Palavras ao Vento: a urbanização do Rio Imperial*, a autora debate sobre a reforma urbana republicana. Para a autora, “a política urbanística adotada pelo Prefeito Pereira Passos não resultou de uma mudança de mentalidade em função de uma nova ordem econômica capitalista” (p. 75).

Acrescentaríamos ainda a essa citação, a administração de Carlos Sampaio, pois sua política urbana em relação à modernização da cidade foi uma continuação direta da reforma Passos.

Cavalcante (1985) em *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, no final do séc. XIX*, também destaca a discussão da modernidade no Rio de Janeiro precedendo à Proclamação da República. Apenas um exemplo para ilustrar os autores, basta lembrar que a idéia de se arrasar o Morro do Castelo é muito antiga, como veremos mais tarde.

Desta forma, seria interessante analisar os principais pontos dos autores mencionados. Tal decisão visa corrigir uma idéia apresentada por mim anteriormente, na qual afirmei que o Morro do Castelo foi a principal vítima da modernidade instaurada pela ordem republicana.

Segundo Fritsch (1986), a crise urbanística nas últimas décadas do séc. XIX fez com que o império passasse a se preocupar com a urbanização da capital. O autor frisa: “A cidade imperial vinha assumindo, ao longo do séc. XIX, proporções incompatíveis com o atendimento das demandas mínimas para a sobrevivência da população” (p.76).

A crise de moradias e a higiene associada a epidemias levaram a mobilização do governo imperial a criar vários projetos de urbanização. A autora enfatiza que a década de 1870 é o marco para estruturar uma cidade saudável.

Lessa (2000) lembra que no século XIX a cidade era estigmatizada pela sujeira e estreiteza das ruas, responsáveis pela ameaça das doenças epidêmicas. Assim, com o objetivo de propor uma política urbana, foi formada em 1874, uma comissão a fim de propor uma reforma para a capital do império – a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, na qual um dos seus membros era o engenheiro Francisco Pereira Passos. De acordo com a citação abaixo:

Cabia à Comissão traçar um plano de reformas integrando num só trabalho as obras referentes ao alargamento e retificação de várias ruas da capital, abertura de novas praças e ruas para facilitar a circulação da cidade e melhorar as suas condições higiénicas, ao mesmo tempo que procuraria dar mais harmonia às construções embelezaria a cidade (FRITSCH, 1986, p. 78).

Ora, analisando esse objetivo, percebemos que o plano se transformaria na base das futuras reformas urbanas. Digamos que esse foi a primeira lição da “cartilha modernizadora” que legitimou o arrasamento do Morro do Castelo. O primeiro relatório tinha como área de abrangência, coincidentemente, a área de residência da Família Real<sup>2</sup>.

Segundo Fritsch (1986), o plano foi intensamente criticado, principalmente por Vieira Souto. Para o engenheiro, além de não concordar com a área escolhida, censurava o modelo do plano que visava o embelezamento da cidade em detrimento da higiene pública. No entanto, a maior crítica era em relação a intervenção direta do Estado nas obras. Defendendo a concessão das obras à iniciativa privada, Vieira Souto iniciava um conflito com o monopólio público, e que só seria resolvido na República. É interessante essa observação, pois como veremos a seguir, Vieira Souto juntamente com Carlos Sampaio fundariam, mais tarde, uma empresa para arrasar o Morro do Castelo. Era o capital começando a reivindicar do Estado o seu espaço, no sentido mais amplo da palavra.

Somente na segunda Comissão (1876) é que o centro da cidade passaria a ter atenção especial. Utilizando o mesmo objetivo do primeiro, o plano estabelecia a abertura de novas ruas e o arrasamento dos Morros de Santo Antônio, Castelo e Senado. Um ponto importantíssimo a diferencia da primeira Comissão, a noção que o governo não possuía os recursos necessários para realização das obras, “sendo necessário contar com a associação do Estado com a empresa privada, cabendo a esta última a faculdade de escolher, dentre as obras

---

2

Segundo FRITSCH (1986), a degradação de São Cristóvão foi um dos fatores de escolha do perímetro entre o Campo da Aclamação (atual Campo de Santana) até a serra do Andaraí, visava eletizar a área, expulsando a população pobre das proximidades da corte.

que deveriam ser realizadas, aquelas que mais atendessem a seus interesses” (FRITSCH, 1986, p. 80).

O decreto de desmonte do Castelo estava próximo. Como veremos a seguir, Carlos Sampaio, utilizou a corrente legal desta segunda Comissão que preparou o terreno para pôr em prática o seu grande projeto profissional, já que a mesma previa a fundação de empresas particulares para realizarem as obras através de concessões públicas.

Segundo Fritsch (1986), como as obras não foram realizadas e o estado da higiene pública não melhorou, a Comissão alterou o seu enfoque, concentrando suas pesquisas na área médica. Percebemos então, que os engenheiros ficaram em segundo plano. Os médicos apontavam como causas das doenças o clima úmido, o solo pantanoso, o grande número de cortiços anti-higiênicos, a presença de chiqueiros no centro da cidade e a falta de arborização em logradouros públicos.

Assim, o império passou a se apoiar na classe médica para resolver os problemas da cidade, antes liderados pelos engenheiros. Ficou evidente na obra da autora que o poder do império como agente do bem estar público esbarrava nas idéias liberais da economia capitalista, como podemos verificar na citação abaixo:

cabe aqui, ressaltar que, ao se tratar da reforma Pereira Passos no início do século XX, não se pode esquecer que o debate urbanístico e a própria concepção da nova cidade são antigos e remetem à década de 1870 o que nos leva a afirmar que a Reforma Urbana de 1904 não é fruto de uma mentalidade nova, capitalista, que pretende transformar a Capital da República numa cidade moderna e mais adequada a uma nova realidade, mas sim resultado de uma conjuntura econômica favorável que possibilitou a implementação de um projeto renegado anteriormente por total incapacidade de gerar recursos à época (Op. cit., p.85).

Esta análise é realizada também por Cavalcante (1985). O autor destaca que a discussão da modernidade precede à Proclamação da República. No entanto, frisa que a mudança da ordem política e econômica construiu uma nova relação de interpretação entre o que é moderno e o que significa o atraso.

A modernidade precedeu à República. Entretanto, essa ordem política estabelece um novo padrão de intervenção do Estado, implicando em novas espacialidades e temporalidades no espaço urbano.

## 2.2 – A cidade republicana: Ordem e Progresso na forma urbana

A renovação urbana apenas contorna o problema, e em alguns casos produz mais mal do que bem.

David Harvey

As Reformas Urbanas saíram do papel a partir da instauração da República e determinaram uma nova configuração na estrutura espacial e nas funções da cidade. Baseadas em discursos higiênicos e modernizadores, pretendiam construir uma nova cidade, semelhante às cidades européias, notadamente, Paris após a reforma de Haussman.

Segundo Abreu (1994), o Rio de Janeiro no final do século XIX era marcado por grandes tensões e contradições sócio-espaciais. O autor frisa:

O final do século XIX constitui um período de transição importante na história brasileira. Extinta a escravidão em 1888 e proclamada a República em 1889, o país vivenciará, no decorrer da última década do século, uma série de transformações econômicas, políticas e sociais, que embora traumáticas em muitos sentidos. Viabilizarão a sua integração efetiva à nova ordem internacional surgida com o advento da segunda revolução industrial (p. 35).

Desta forma, as mudanças sócio-econômicas que passou a sociedade brasileira neste período, geraram uma nova conjuntura ou ordem, na qual se redefiniu o enquadramento social, isto é, a incompatibilidade entre o moderno e o tradicional que significava o atraso.

Assim:

O debate travado na sociedade brasileira nos final do século passado revela entendimentos diversos acerca deste processo de modernização, correspondentes aos projetos que se apresentavam então, embora referidos ao par beleza e saneamento. Se eram unânimes quanto à necessidade de limpar e embelezar como estratégias de erradicação da sujeira e da feiúra, com a qual identificavam o arcaico e o tradicional, as discordâncias se apresentavam no momento de sua definição. Privilegiando a discussão sobre a questão da higiene, o debate nos revela como a preocupação em limpar e embelezar a sociedade emprestava novos conteúdos aos valores que esta sociedade deveria preservar e reproduzir – condição de sua própria reprodução. Construindo polaridades do tipo saúde/doença, beleza/feiúra, limpo/sujo, virtude/ócio, o discurso sobre a higiene redefiniu aqueles que teriam ou não lugar no cortiço remodelado (CAVALCANTE, 1985, p. 97).

Logo, a República cria um novo olhar sobre as contradições na cidade. Sobre isto,

Abreu (1994) destaca:

Capital do país e principal ponto de articulação do território brasileiro com os centros nervosos do capitalismo mundial nessa época, o Rio de Janeiro será palco privilegiado onde se materializarão as pressões que envolviam a República nascente. Cidade antiga, ela acrescentará, entretanto, a essas novas tensões, todo um rol de contradições que já lhe eram próprias e que vinham se acumulando há bastante tempo. Essas contradições não eram de pouca monta. Elas eram evidenciadas principalmente pela ausência de um porto moderno, necessário à agilização de todo o processo de importação e exportação de mercadorias e pela permanência de uma trama urbana, ainda remanescente dos tempos coloniais, que dificultava a circulação interna e que dava à cidade, segundo críticos da época, um ar de grande vila portuguesa (p. 35).

Uma interessante observação sobre a dualidade antigo/moderno é feita por Lessa

(2000):

O Rio, utopia concebida por frações das elites brasileiras e orquestrada pelo Estado, é produto da República Velha. Sem aprofundar, por agora, a questão, recorde-se o complexo de inferioridade brasileiro ao findar o século XIX. O Brasil havia sido o último país escravagista do Novo Mundo; a República, aqui, fora implantada com notável atraso em relação aos vizinhos americanos; nossa matriz histórico-cultural nos remetia a Portugal, pequena sociedade estagnada e pobre, exceção numa Europa próspera, em pleno desenvolvimento industrial. O passado nos condenava. O país teria que ser construído com Ordem e (em busca de) Progresso (p. 12).

Assim, a República levaria ao espaço urbano o lema positivista, isto é, a ordem e o progresso. Para tal, a cidade colonial portuguesa deveria ser destruída, pois o nosso atraso em relação às outras nações era culpa do período colonial:

Era necessário repudiar, simbolicamente, o passado colonial da capital: negar seu formato urbanístico, apagar tipologias arquitetônicas dominantes e inovar os padrões comportamentais na velha cidade. Era cancelar o estigma colonial e entrar na modernidade, atestando, com a reconstrução do Rio, o vigor potencial da civilização brasileira. O Rio como projeto e sonho foi, na virada do século, a condensação do progresso, tendo na largura das avenidas, na opulência dos bulevares, no faiscar da iluminação noturna e no circular elegante pela Avenida Central sua comprovação inequívoca. A população, nas calçadas, teria a demonstração concreta da modernidade do brasileiro. A República fez do Rio o espelho da nação como futuro feito presente (Ibidem., p. 12 -13).

Em relação a tudo que foi debatido até o momento, percebemos que a questão da modernidade está intrinsecamente relacionada à expansão das relações capitalistas. Construir uma cidade moderna, com forma afrancesada significaria criar mecanismos para a reprodução da sociedade capitalista. Assim, por traz da ideologia higienista, encontrávamos a organização de uma nova sociedade baseada em novas relações de dominação entre segmentos sociais, ou seja, era necessário dar ordem à sociedade, logo, ao espaço urbano. A aglomeração de pobres na área central da cidade, significava neste contexto, a desordem. As reformas segregacionistas de Passos e Sampaio visaram resolver esse problema. É o que veremos na próxima seção.

### 2.2.1 – Pereira Passos – o “reformador”

Uma noite, plena madrugada, o próprio Passos ali estava à frente de um contingente enorme de operários. E deu a ordem: Bota abaixo! Não houve juiz acordado àquela hora. Quando o sol nasceu não adiantava impetrar mais hábeas corpus algum. Nada mais restava.

Roberto Ruiz

O Rio civilizava-se dizia o cronista João do Rio, mas nem todos estavam felizes com o processo civilizatório em curso, sobretudo com o bota-abaixo. Houve protesto, houve revolta. O proprietário de um casebre que ia ser demolido recusou-se a deixar o local. A demolição foi feita com o homem lá dentro.

Moacyr Scliar

No capítulo 1, enfatizamos a necessidade de utilizar múltiplas escalas como método para se pensar o espaço urbano. Na dimensão temporal, estamos inseridos num tempo de longa duração. Desta maneira, não podemos abordar o processo de transformação da estrutura urbana carioca sem tratar da administração de Francisco Pereira Passos (1902 – 1906).

Passos foi considerado por muitos autores como o “Haussmann Tropical”, inclusive pelo Imperador D. Pedro II que chamou o seu plano urbanístico elaborado pela Comissão de Melhoramentos de 1870 de “haussmannização” (NEEDELL, 1993), devido à influência do Prefeito Georges Eugène, barão de Haussmann, que reformou Paris e que foi fonte de inspiração aos engenheiros brasileiros de sua época.

Como em Paris, casas foram demolidas, a população expulsa da área central, ruas estreitas foram alargadas e amplas avenidas foram construídas.

Sendo assim, é importante tecer algumas considerações sobre sua política urbanística. Não é nosso objetivo realizar um estudo completo, citando as principais realizações, mesmo

porque vários estudos desenvolvidos sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro dão maior ênfase a sua administração. A produção acadêmica dedicada às intervenções do Estado são principalmente e, quase que exclusivamente de Pereira Passos, o que gerou uma extensa e rica bibliografia. Segundo Motta (1992), a importância da Reforma Passos não é reconhecida apenas pela historiografia; é identificado também, como o marco principal da construção nos trópicos de uma cidade “civilizada”.

Visamos, então, identificar os principais pontos que aproximam a reforma Passos das questões que mais nos interessa, como a questão habitacional e a segregação sócio-espacial.

Segundo Abreu (1997/A), a reforma urbana realizada pelo Prefeito Pereira Passos foi o grande “divisor de águas” na relação entre Estado e meio urbano:

até então, essa relação havia sido indireta, limitando-se o Estado a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada, que se constituía assim na mola mestra de crescimento da cidade. A intervenção direta do Estado sobre o urbano – caracterizada pela Reforma Passos – não só modificou definitivamente essa relação, como alterou substancialmente o padrão da evolução urbana que seria seguido pela cidade no Século XX (p. 73).

Abreu (1986) lembra, no entanto, que todos os méritos da reforma foram creditados indevidamente por Passos, pois grande parte das obras que modificaram a cidade estava a cargo da União. A verdadeira Reforma Passos possuiu três principais atores: na esfera federal, o presidente Rodrigues Alves e o cientista sanitarista Oswaldo Cruz; na esfera municipal, o próprio prefeito-engenheiro.

Durante o império, Passos foi engenheiro no Ministério do Império e relator do grupo que estudou o Plano Geral de reforma urbana. Elaborou também o plano de arrasamento do Morro de São Bento, projeto que o Imperador Pedro II recebeu com indiferença, como podemos confirmar nesta citação: “Assunto que o imperador recebeu com grande frieza, infenso que era às reformas urbanas. Para ele o Rio era como era. Achava que bastava-lhe ficar assim” (RUIZ, 1973, p. 29).

O relatório apresentado pela comissão estabelecia em linhas gerais, um plano que foi seguido no século XX por outros prefeitos além de Passos, como mais tarde na administração de Carlos Sampaio. Sobre o projeto urbanístico cabe destacar algumas observações:

De tudo se cuida: até do estudo em relação ao vento e às horas de sol, da fixação da largura das calçadas e passeios laterais, da altura das arcadas e pórticos contínuos, além das etapas lógicas para a sua realização, de indicações sobre drenagem de terrenos, desmonte de morros, aterros de pântanos e regras essenciais à construção de novas casas (Ibidem, p. 29).

A Comissão de Melhoramentos estabelecia também que uma grande avenida deveria contornar o litoral, desafogando o centro, indo de São Cristóvão a Botafogo. Ora, percebemos que essa avenida saiu do papel e, possui atualmente trechos reconhecíveis como as Avenidas Rodrigues Alves, Rio Branco e a Beira Mar. Além da construção de um sistema viário, três morros deveriam ser arrasados em ordem de prioridade: o Senado, Santo Antônio e Castelo, com os quais viriam os grandes aterros propiciadores da criação de novos bairros como a cidade nova e a zona portuária.

Durante a administração Passos foi instituída a “ditadura do Prefeito” (MOTTA, 2004). Ruiz (1973) também verificou o poder conferido ao interventor do presidente Rodrigues Alves. Veja esta citação:

Para que Passos pudesse agir como desejava, conseguiu-se a votação de uma lei: a especial de 29 de dezembro de 1902, pela qual se adiavam as eleições do Conselho Municipal, a Assembléia Legislativa da cidade à época, dando-se norma peculiar à administração do Distrito Federal. Era a maneira pela qual se poderia levar a cabo o grande plano de obras, reformas, embelezamento da cidade que não mais podia ser postergado e estava enunciado na plataforma do candidato presidencial (p. 36).

A cidade do Rio de Janeiro era o cenário perfeito para espelhar as mudanças econômicas ocorridas no país. As condições sócio-espaciais do Distrito Federal não

permitiam a inserção do Brasil numa economia cada vez mais internacionalizada. Sobre isto, Abreu (1986) enfatiza:

O período Passos representa, para a história do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações motivadas sobretudo pela necessidade de adequar o urbano, visto aqui em sua acepção mais abrangente, às necessidades de criação, concentração e acumulação do capital (p. 52).

Neste precário quadro social, particularmente, a infra-estrutura viária, a questão sanitária e as péssimas condições de moradia favoreciam ao surto de epidemias como a febre amarela e a varíola.

Vale lembrar que as doenças repercutiam na economia, pois o país era considerado um país “perigoso” para os imigrantes e investidores internacionais, conforme podemos verificar na citação abaixo:

As agências européias anunciavam viagens de navio direto para Buenos Aires, sem escala no Brasil. Privado do transporte marítimo, o Brasil não conseguia exportar café, principal fonte de divisas. Não havia dinheiro para pagar a enorme dívida externa, contraída sobretudo com bancos ingleses. A cafeicultura também era prejudicada em termos de mão-de-obra: os imigrantes eram particularmente vulneráveis à febre amarela (SCLIAR, 2004, p.84).

Neste contexto, não podemos esquecer a precariedade do porto do Rio de Janeiro, que até as obras de modernização ocorridas no governo de Rodrigues Alves, ainda tinha uma estrutura colonial e que dificultavam as exportações de matérias-primas e importação de produtos industrializados. Assim, a capacidade de movimentação do porto colonial não estava em consonância com o aumento da circulação de mercadorias possibilitado pela construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Portanto, a Reforma Passos apresentou duas vertentes: o ordenamento do sistema de circulação e o controle urbanístico (ABREU, 1986). A modernização do porto e a abertura de eixos viários vão de encontro às contradições do sistema viário, enquanto a refuncionalização

da área central, expulsando a população trabalhadora residente e a utilização de novas normas como a proibição da venda de variados produtos em vias públicas, o combate ao comércio ambulante, a guerra aos quiosques visavam o controle do Estado sobre o espaço urbano.

A Reforma do Prefeito-engenheiro não só modificou a fisionomia do Rio de Janeiro no século XX, mas preparou a cidade para a fragmentação do espaço urbano. Uma interessante análise sobre esta questão é realizada por Mauricio de Abreu em *Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução*, publicado na Revista Rio de Janeiro (jun./abr. 1986).

O autor destaca que ao mesmo tempo em que a reforma investia sobre setores básicos da reprodução da força de trabalho, beneficiou de forma clara uma série de frações do capital.

Cabe aqui, destacar esta citação:

O primeiro beneficiário foi, sem dúvida, o capital financeiro (principalmente o internacional), que concedeu os empréstimos indispensáveis à realização das obras. Outras unidades do capital, entretanto, também foram bastantes beneficiadas, já que o processo de remodelação da cidade gerou uma série de economias externas, que foram por elas prontamente internalizadas.

Em primeiro lugar, os melhoramentos executados aumentaram consideravelmente o valor do solo urbano em diversos pontos da cidade (em especial no Centro e na Zona Sul, as áreas mais beneficiadas), propiciando aos proprietários dos imóveis aí localizados a extração de rendas extraordinárias, apenas timidamente capturadas pelo Estado através do imposto predial. Em segundo, as obras de remodelação da cidade estimularam a indústria da construção civil não só a mostrar as qualidades de seus arquitetos e engenheiros (concursos de fachadas), mas também a transformar-se em fração das mais importantes de acumulação do capital, posição que ainda detém na atualidade. Em terceiro, a melhoria da circulação interna e externa diminuiu não apenas o custo da circulação, favorecendo os mais diversos setores da economia, como também o custo da produção, estimulando o processo de formação/acumulação do capital industrial na cidade (p. 53).

É bom lembrar que o “bota-abaixo” acentuou o problema da falta de moradia. Antes de Passos a questão habitacional era baseada em termos de controle do trabalhador. Assim, a vila operária se transforma no objeto para assegurar a produtividade (casas higiênicas) com proximidade ao local de trabalho. A citação abaixo enfatiza a diferenciação dos usos realizada na sua administração:

Ao remodelar a cidade, Passos alterou fundamentalmente o nível em que essa questão era colocada. Separando usos e classes sociais que estavam anteriormente próximos, ou que se interpenetravam perigosamente, gerando faíscas, definiu precisamente os espaços de produção e os espaços de consumo da cidade, separando definitivamente os locais de trabalho e os locais de residência, agora ligados por modernos, eficientes e controláveis espaços de circulação (Ibidem, p. 54).

Para Mauricio de Abreu, a Reforma de Pereira Passos foi acompanhada por estratégia de classe para resolução da questão da habitação, pelo menos minimizando as tensões geradas pela crise habitacional. Primeiro, pela criação de novos empregos diretos e indiretos; segundo, pelas oportunidades de acesso à casa própria pela abertura do subúrbio aos trabalhadores.

O autor lembra que a segregação sócio-espacial não foi perfeita, e obviamente, não poderia ser: “Nenhum processo social erradica totalmente as formas antigas, que muitas vezes se mantêm no espaço por longos períodos, caracterizando-se como verdadeiros testemunhos de momentos anteriores de organização social. (p.56).

E o Morro do Castelo era um dos testemunhos que sobreviveram à Reforma Passos. No entanto, os seus dias estavam contados (fotos 2 e 3, p. 102 - 103). Acreditamos que nenhum processo erradica as formas antigas como nos mostrou o autor, como percebemos também que essas formas podem ser deslocadas e reproduzidas em outras áreas da cidade. Essa é a nossa tese e iremos defendê-la mais tarde.

A próxima seção trata da Reforma que na verdade, foi uma continuidade da administração de Pereira Passos, e que tirou do papel uma idéia que há muito, estava enraizada pelos intelectuais e políticos: o arrasamento do Sítio Histórico da cidade.

### 2.2.2 – Carlos Sampaio – o “demolidor”

Carlos Sampaio meteu mãos à obra ciclópica. Seu projeto era desmontar o Morro do Castelo, lançar a terra do desmante quase ao pé da obra, isto é, entre a Glória e a Praia de Santa Luzia, e entre a ponta do Calabouço e a ilha de Villegagnon, o que foi feito.

De Paranhos Antunes

Carlos César de Oliveira Sampaio (foto 4, p. 104) era carioca, engenheiro civil, professor da Escola Politécnica (atual Escola de Engenharia da UFRJ) e da Escola Naval. Sua política urbanística seguiu os mesmos caminhos do prefeito Pereira Passos.

Juntamente com Frontin e Passos, fizeram parte de um grupo de engenheiros que vivenciaram a Era Higienista e que no final de suas carreiras profissionais se transformaram em prefeitos interventores e, em grandes reformadores do espaço urbano do Distrito Federal.

Considerado um próspero e poderoso empresário do Clube de Engenharia, atuou em inúmeras intervenções urbanas antes de assumir a prefeitura do Distrito Federal. Destacamos, entre outras, o arrasamento do morro do Senado, a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”, as obras da Avenida Central e do Cais do Porto, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a demolição do convento da Ajuda.

Como já observado anteriormente, quando analisamos as reformas urbanas do Rio de Janeiro, todos os créditos são dados ao Prefeito Pereira Passos. A mesma importância não é dada à administração de Carlos Sampaio. Por esse motivo, decidimos nesta seção, relatar as principais intervenções do seu governo no espaço urbano carioca.

O envolvimento de Carlos Sampaio com a remodelação urbana do Rio de Janeiro iniciou-se em 1887 quando o engenheiro Luis Raphael Vieira Souto, detentor de uma concessão para arrasar o morro do Senado, o convidou para fazer parte do projeto (KESSEL, 2000). A terra resultante do desmante foi utilizada para aterrar a extensa área compreendida

entre o morro de São Diogo e o morro da Gamboa. O objetivo deste projeto era obter lucros com a venda dos terrenos resultantes do arrasamento, na futura esplanada do Senado e nas áreas a serem aterradas. Segundo Kessel (2000), ao contrário da Paris de Haussmann, remodelada com recursos governamentais, o Rio de Janeiro do século XIX, só contava com capital privado; e este encontraria melhor e mais rápida remuneração no mercado imobiliário. Desta forma, Sampaio queria o Estado como um mero intermediador no processo de desmonte do Castelo.

Em 1890, junto com os engenheiros Vieira Souto e Paulo de Frontin, Carlos Sampaio formou a Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil. Um dos principais empreendimentos dessa empresa foram os trabalhos de remodelação do Cais do Porto e o arrasamento do cortiço Cabeça de Porco. Enquanto se desenvolviam as obras do porto, a Melhoramentos se envolvia, sem êxito, no projeto do arrasamento do Morro do Castelo.

Carlos Sampaio foi o escolhido pelo Presidente Epitácio Pessoa, seu amigo, para ser o prefeito do Distrito Federal. Tomando posse em 08.08.1920, coube ao novo administrador preparar o Rio de Janeiro para a comemoração do 1º Centenário de Independência, quando a cidade receberia turistas e personalidades de várias partes do mundo para participar da Exposição Internacional. Apesar desse curto período de administração, realizou profundas alterações no tecido urbano do Rio de Janeiro.

Assim, apesar da escassez de capitais no sistema financeiro internacional devido a crise do pós-guerra, Sampaio enfatizou a necessidade de realizar empréstimos externos para melhorar a capacidade de circulação de bens e capitais no Distrito Federal:

o espaço urbano da Capital Federal era o espaço da circulação de mercadorias, serviços e capitais. É importante colocar que a política de reformas urbanas obedeceu à lógica de implantação e enraizamento do capital mercantil na cidade; e as reformas urbanas possuíam o objetivo de modernizar a capital (SOUZA, 1997, p. 57).

Maia (1997) percebe que a Reforma Sampaio foi como na Reforma Passos, uma espécie de “moeda de troca”. Enfatizando a questão do poder político em escala nacional, o autor lembra que a política de reformas urbanas obedeceu à lógica de enraizamento do capital mercantil na cidade. Assim, “as reformas urbanas possuíam o objetivo de modernizar a capital, servindo ao mesmo tempo como justificativas simbólicas ao poder oligárquico” (p. 57).

Neste contexto, resumidamente, destacamos a trajetória de Carlos Sampaio na remodelação urbanística na administração da cidade:

- desmonte de grande parte do Morro do Castelo e de uma parte do bairro da Misericórdia;
- aterro da Ponta do Calabouço à Glória;
- construção da Avenida Rui Barbosa, ligando o Flamengo a Botafogo;
- saneamento e embelezamento da lagoa Rodrigo de Freitas;
- reconstrução da Avenida Atlântica, demolida pela ressaca de setembro de 1921;
- construção da Avenida Maracanã;
- canalização dos rios Trapicheiros, Maracanã e Joana;
- construção do Hotel 7 de Setembro na Av. Rui Barbosa;
- construção de um conjunto arquitetônico incorporado à Exposição do Centenário;
- construção da Avenida Portugal (no recente e ainda desabitado bairro da Urca);
- conclusão do Túnel João Ricardo;
- embelezamento da Praça Mauá, Vieira Souto e Cristiano Ottoni.

A construção do bairro da Urca, a partir de aterros com a utilização de material retirado do Castelo, pode ser considerada um exemplo de parceria entre o poder público e

investidores privados (KESSEL, 2000). Em 1919, foi assinado um contrato entre a prefeitura do Distrito Federal e o empreiteiro Domingos Fernandes Pinto para concretizar tal empreendimento. Em 1921, foi construída a S.A. Empresa da Urca. O contrato final foi assinado em 1922, e obrigava a empresa a construir uma piscina onde hoje se localiza o “Quadrado” da Urca. À prefeitura coube a construção e pavimentação a macadame betuminoso da Avenida Portugal, já iniciada, e que seria inaugurada em setembro de 1922.

A urbanização da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas foi outra grande obra do Prefeito (foto 5, p. 105). Influenciado pelas questões higiênicas, Carlos Sampaio preocupado com os “pântanos de água doce”, decidiu adotar as conclusões do engenheiro Saturnino de Brito, que preconizava a canalização de todos os rios e águas pluviais que desciam da bacia para um canal que desaguardaria no final da praia do Leblon, a abertura de uma comunicação permanente e regular da lagoa com o oceano e o aterro das margens baixas e alagadiças da orla.

Um outro grande projeto de Carlos Sampaio em sua administração – a construção da Avenida da Independência, não teve sucesso. O decreto do Executivo Municipal n. 1.457 de 26 de agosto de 1920 aprovava o plano de abertura de uma avenida partindo da Avenida Rio Branco, entre as ruas Buenos Aires e Alfândega, terminaria na Praça da República<sup>3</sup>. Para o Prefeito “demolidor”, o aumento do tráfego de veículos no centro da cidade exigia tal empreendimento. Considerando que, se para a direção norte-sul, o movimento estava até certo ponto remediado, era necessário, segundo ele, construir uma avenida na direção leste-oeste com condições idênticas aos da Avenida Rio Branco. Este projeto pode ser considerado, ao nosso ver, o processo “embrionário” da Avenida Presidente Vargas, construída na década de 1940 na administração Henrique Dosdworth.

Desta forma, devido ao volume de obras em curto período de tempo e suas vultuosidades (basta lembrar o desmonte do Castelo), a prefeitura do Distrito Federal

---

3

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1920.

apresentou, no final da administração Sampaio, um grande déficit orçamentário, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Exercício	Receita	Despesa	Déficit	Déficit s/ receita
1920	65.571	79.170	13.599	12.00%
1921	93.034	127.042	34.008	36.55%
1922	180.316	242.505	62.189	34.48%

Fonte: PRATA, Alaor. 1958 *apud* BULHÕES, Antonio. 2004, p. 360

Bulhões (2004) justificando as péssimas condições financeiras da prefeitura, diz:

Em 1920, Carlos Sampaio governou quatro meses e três semanas, não se podendo atribuir-lhe maior colaboração para o déficit respectivo, que ele todavia exponenciou consideravelmente em 1921 e 1922, com a desculpa do volume e da natureza dos trabalhos que realizou. Todos os saldos negativos em causa foram cobertos por emissões de apólices e empréstimos junto a bancos, tão ao gosto do temperamento brasileiro, endividando pesadamente o Município (p. 360).

O engenheiro Fernando Adamczyc foi, segundo Souza (1997), um dos grandes agentes responsáveis, na esfera privada, pois financiou grande parte da obra através de um conjunto de empresas, além de ser o grande concorrente no projeto de desmonte. No capítulo 4, trataremos melhor da disputa Sampaio versus Adamczyc.

Como já observado, o arrasamento do Morro do Castelo foi financiado pelo capital estrangeiro e a sua execução por firmas privadas. Na visão de Sampaio, a melhor maneira de proceder à demolição da Colina parecia ser uma concessão que transferisse a particulares, os lucros da obra. (KESSEL, 2000). Assim, o setor privado teve um lado importante nesta obra, pois investiu grande capital financeiro e humano no projeto, cabendo ao Estado a função de negociador e avalista da empreitada (SOUZA, 1997).

Bulhões (2004) enfatiza que Carlos Sampaio dedicou atenção a quase todos os segmentos sociais. No entanto, mapeando a área das principais obras realizadas, lembramos do papel do Estado como agente produtor de segregação, pois percebemos claramente que suas ações ficaram restritas ao núcleo central da cidade.

A Reforma Urbana de Carlos Sampaio beneficiou claramente o capital imobiliário, intensificando o processo de remodelação e embelezamento do centro e da zona sul.

A sua principal obra, o arrasamento do Morro do Castelo, também foi fruto desta política segregacionista. Enquanto isso, os subúrbios se expandiam sem apoio do governo. No próximo capítulo, analisaremos melhor o processo de desmonte, analisando a evolução do Morro do Castelo.

## ANEXO 2

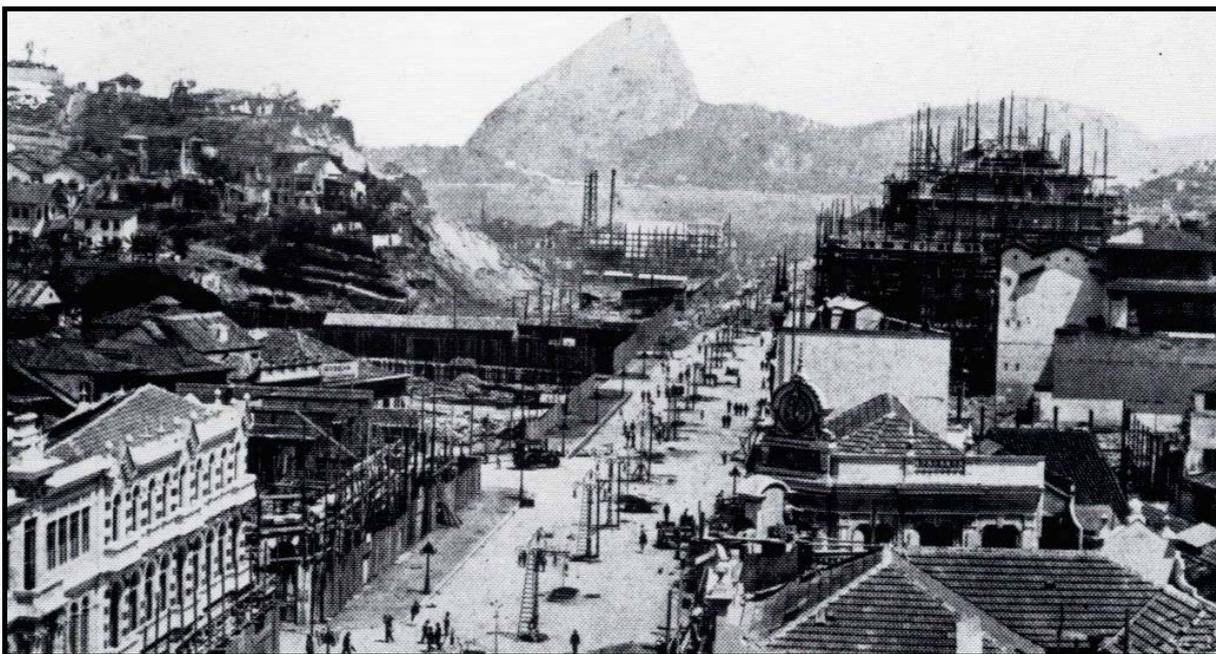


Foto 2 – Avenida Central. Sua construção “deslocou” ainda mais o Morro do Castelo da modernidade do novo Centro da cidade. Podemos observar a vertente da Colina demolida para dar lugar aos prédios da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes.

Data: 1908.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *apud* NONATO, Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. Era uma vez o Morro do Castelo.



Foto 3 – Desmorte da vertente do Morro do Castelo para a abertura da Avenida Central.  
Sem data.

Fonte: João Torres *apud* LEITE, Fernando da França. Rio de Janeiro – Uma viagem no tempo.

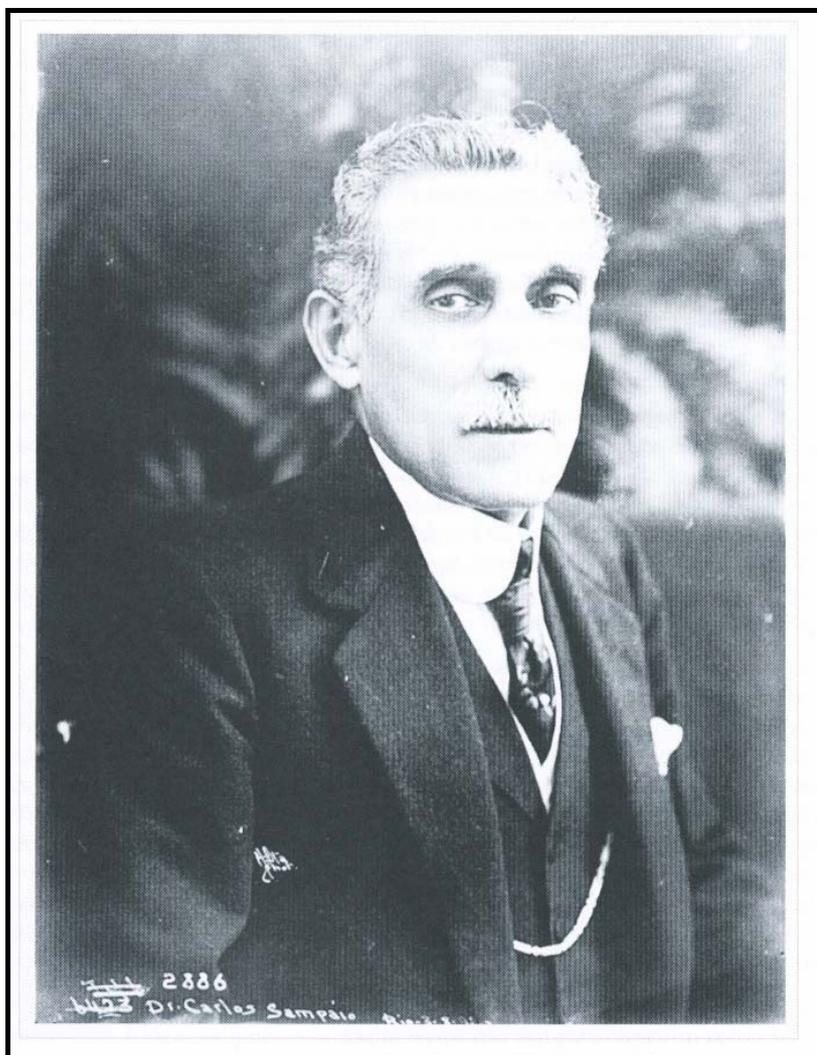


Foto 4 - Prefeito Carlos Sampaio, o “demolidor” do Morro do Castelo.

Sem data.

Fonte: Foto de Augusto Malta – FMIS/RJ *apud* KESSEL, Carlos. O Espelho e a Vitrine.

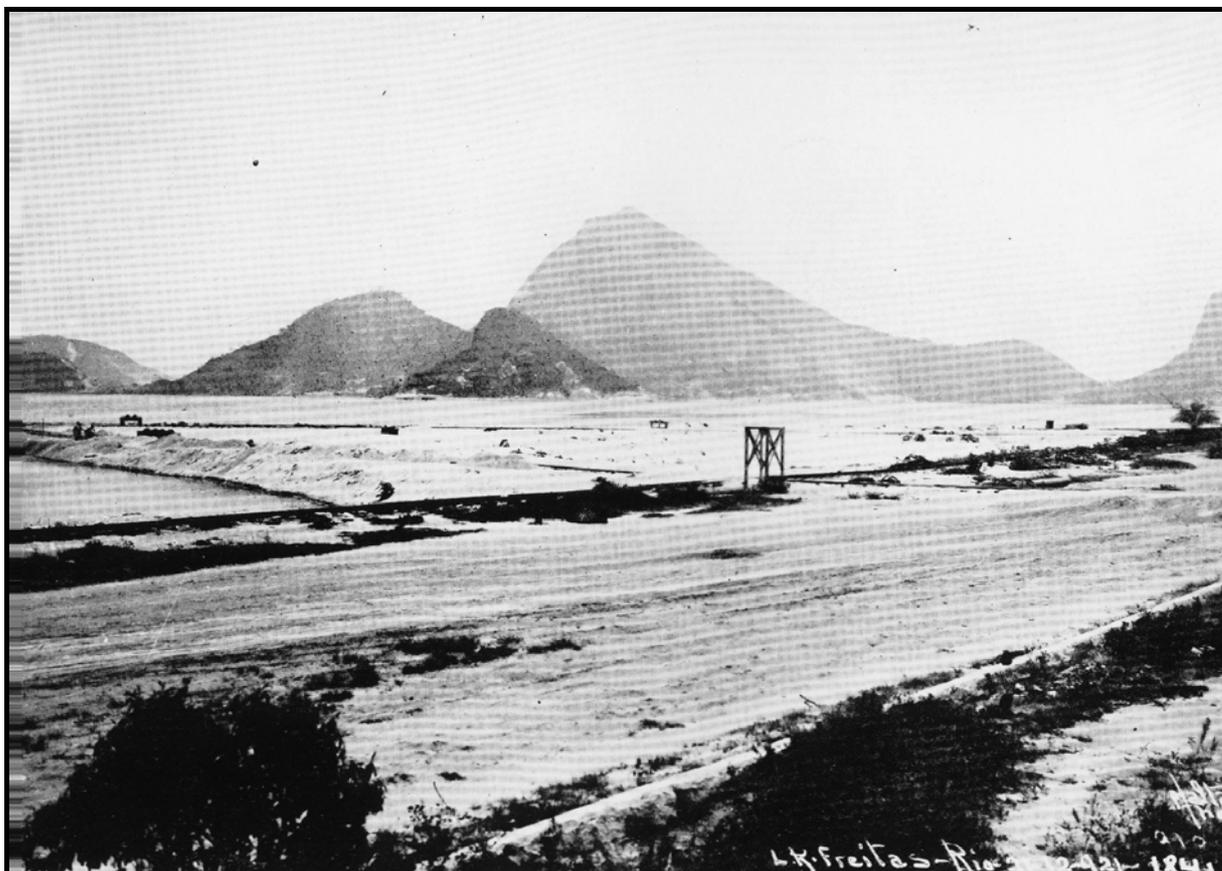


Foto 5 – Obras de saneamento na orla da Lagoa Rodrigo de Freitas. O aterro foi realizado com terras originadas do desmonte do Morro do Castelo.

Data: 12/09/1921.

Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

A GEOGRAFIA HISTÓRICA DO MORRO  
DO CASTELO

### 3 – Um baluarte natural

Escolhi hum sítio que parecia mais conveniente para hedificar nelle a cidade de São Sebastião o qual sítio hera de um grande mato espeço cheo de muitas arvores grossas em que se levou asaz de trabalho em as cortar e alimpar o dito sítio e hedificar huma cidade grande serquada de muro por sima com muitos baluartes e fortes cheo de artelharia, e fiz a igreja dos padres de jhesus onde agora residem telhada e bem consertada.

Mem de Sá

Para iniciar a análise da história oficial do Morro do Castelo, escolhemos a rica descrição de Mem de Sá sobre a Colina que havia escolhido para abrigar o primeiro núcleo urbano definitivo do Rio de Janeiro, publicada no *Jornal do Brasil* de 20 de janeiro de 1965, em comemoração aos quatrocentos anos de fundação da cidade. O sítio mais conveniente, segundo Mem de Sá, deveria estar em uma elevação, pois era naquele momento, o ponto mais salubre e de melhor observação, um verdadeiro baluarte natural para a defesa da recém-fundada cidade de São Sebastião (mapa 2, p. 144).

Bernardes (1995) entende que não se pode entender a fundação da cidade e a posterior transferência para o Morro do Castelo sem a articulação entre a geografia física e a sociedade que buscava apropriar-se do território.

Desta forma, a ocupação do Morro do Castelo até então ignorado pelos franceses, está diretamente associada à defesa do território português no séc. XVI. A Coroa Portuguesa se sentindo ameaçada pela presença dos franceses na Baía de Guanabara, apressou a ocupação do território. Em 1º de março de 1565, o desembarque de cento e vinte portugueses, sob comando de Estácio de Sá, e a criação de um povoado no melhor sítio no momento, localizado na várzea entre os morros Cara de Cão (hoje S. João) e Pão de Açúcar, simbolizou a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cujo nome foi uma homenagem ao

Rei de Portugal, D. Sebastião. Embora a povoação de Vila Velha fosse apenas um precário acampamento militar, apesar de localização estratégica, pois possuía duas rotas de fuga em caso de ataque (baía e o Atlântico), o Rio de Janeiro já nasceu como cidade, não recebendo anteriormente a denominação de povoado e vila<sup>1</sup>.

Vasconcelos (1997) frisa que, de um modo geral, a função defensiva predominou nas cidades litorâneas recém fundadas. Citando os exemplos de Olinda em Pernambuco, a Cidade Alta de Salvador e o Morro do Castelo no Rio de Janeiro, o autor lembra que as cidades brasileiras resistiram bravamente, e que essa resistência se deve muito à escolha de sítios defensivos.

Portanto, o sítio original da fundação da cidade foi escolhido claramente por motivos militares, ou seja, defender o território como já citado. Acontece que este ficou pequeno para abrigar a população. Apesar de realizar muito bem a sua função defensiva, o sítio de fundação não era apropriado para o crescimento da cidade. O local era ilhado, não tinha água potável, o acesso ao interior era difícil e era vulnerável aos ataques inimigos (REIS, 1986).

Após a morte de Estácio de Sá e com a derrota dos franceses, Mem de Sá resolveu transferir a povoação mais para o interior da baía em 1567. Diante da função eminentemente defensiva e de acordo com a própria tradição portuguesa, foi instalado um sítio em acrópole (fotos 6 e 7, p. 145), ou seja, em uma elevação que favorecesse a vigília e a defesa<sup>2</sup>.

Foi escolhido o morro de São Januário<sup>3</sup>, depois chamado de Descanso e Castelo, nome dado devido à fortificação aí construída, que vista de baixo se assemelhava a um castelo

---

1

Segundo Passos (1965), o governador Estácio de Sá não se descuidou da construção dos edifícios públicos e de casas residenciais na Vila Velha. As primeiras casas eram de taipas cobertas de folhas de sapé, sendo a primeira igreja erguida em vocação a São Sebastião, fundada à sombra do Pão de Açúcar.

2

Diferentemente dos espanhóis, que buscavam as mesetas e planícies para ocuparem um território, os portugueses buscavam sítios em elevação para a construção de suas cidades. Esta estratégia era adotada também pelos romanos, visigodos e muçulmanos em Portugal (PEREIRA, 1988)

medieval. Segundo o arquiteto Morales De Los Rios, a denominação Morro do Descanso surgiu na escritura da sesmaria (terras doadas pelo governador geral em nome da Coroa Portuguesa) doada pelo Governador Christovão de Barros à um dos conquistadores da cidade, Nuno Tavares. Tal escritura é datada de 1573 (*Jornal do Comércio*, 10/11/1921).

Assim, a cidadela de Mem de Sá foi contruída

no elevado morro que melhor dominava a baía, para ali erguer os fundamentos da povoação. Não somente as condições do local permitiam uma eficaz defesa contra futuros ataques, como a vida dos habitantes iria decorrer num espaço social mais adequado ao crescimento da terra (SERRÃO, 1965, p. 121).

Desta forma, é interessante observar a interação entre a geografia física com a geopolítica dos portugueses. Com a boca estreita (1.600 m) e elevações próximas (maciços litorâneos), além da existência de várias enseadas gerando excelentes ancoradouros, a Baía de Guanabara é considerada por muitos autores como uma fortificação natural<sup>4</sup>. Lessa (2000) sintetiza muito bem esta questão:

A Serra do Mar – barreira atlântica do planalto central brasileiro -, avançando para o norte, criou a planície litorânea que começa mais ou menos na região do Rio e vai se alargando em direção a Campos. Seguindo este percurso, a serra produziu uma quantidade de esporões – dobras projetadas para o mar – exemplificados na entrada da Baía de Guanabara e nos morros que se espalham pela região. Neles reside a possibilidade da acrópole – cidade construída em seu topo -, que, para a tecnologia militar e controle sanitário de então, era a cidade ideal. A acrópole é também aquela que se defende, que olha o horizonte, que vigia. A contrapartida desse intenso processo de erosão é a existência de vastos terrenos sedimentares. O material erodido se depositou em vales quaternários recentes, formando terrenos úmidos e pantanosos. “Esta foi, na visão do ocupante colonial, outra imensa vantagem militar do Rio: o morro naturalmente defendido pelo pântano (p. 24 - 25).

---

3

“Nota-se incidentalmente que São Januário foi sempre santo de muita devoção dos antigos cariocas. Pode mesmo ser considerado uma espécie de segundo orago ou vice-padroeiro da cidade de São Sebastião, o que se deve à concordância do nome Januário com janeiro, idênticos em latim (...). Uma das principais fortificações erguidas para defesa da cidade ainda nos tempos de Mem de Sá, foi posta sob o seu patrocínio: o forte de São Januário, no Morro do Castelo (COROACY, 1965, p. 78).

4

Lessa (2000) compara a baía de Guanabara há um cofre Militar natural, a melhor baía de todo o Atlântico.

Foi construída no Morro uma muralha com 4,40 m de altura e espessura, sendo que as edificações possuíam dois pavimentos. Cavalcanti (2004) crê que a edificação de sobrados obedecia à lógica defensiva:

Creio que isso se deu, mais uma vez, por questão de segurança: um observador situado no andar superior do sobrado teria plena visão por sobre o topo da muralha, descortinando, assim, toda a baía de Guanabara e, principalmente, sua entrada. Em tudo, até na construção de seus prédios, prevaleceram as preocupações de ordem econômica e com a defesa da cidade (p.26).

É importante frisar que a escolha do sítio inicial na planície para a fundação da cidade deveu-se à ocupação dos franceses no interior da baía. O Castelo poderia ter sido esse sítio inicial, mas a presença dos franceses na Ilha de Serecipe, atual Villegaignon, impedia que os portugueses ocupassem logo essa elevação para defender o território.

A ameaça representada pela aliança entre franceses calvinistas e índios Tamoios na Guanabara foi fundamental para a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o Morro do Castelo representava um ótimo sítio defensivo, um excelente posto de observação, privilegiado para guardar a Guanabara, as novas tentativas de fixação dos inimigos franceses e também contra a ameaça dos Tamoios, índios nada simpáticos aos portugueses e que tinham medo das colinas, associando-as a coisas demoníacas<sup>5</sup>.

É importante ressaltar que a “mobilidade residencial” da Vila Velha para o Morro do Castelo ocorreu de forma lenta. Passos (1965) nos lembra que a transferência definitiva ocorreu em dois anos e obedeceu a um plano logístico de Mem de Sá.

Delgado de Carvalho (1988) enfatiza que o fator agrícola também influenciou na ocupação inicial das encostas e várzeas orientadas para leste, ou seja, voltadas para o sol nascente. Esse fator foi importante para o desenvolvimento das lavouras e a conseqüente

---

5

Caderno de Domingo, *Jornal do Brasil*, janeiro de 1994.

estabilização e extensão da posse primitiva. Assim, as planícies entre os morros foram durante muito tempo, segundo o autor, os celeiros do núcleo de povoamento.

Logo no primeiro ano de ocupação, o Morro perdia a sua espessa cobertura vegetal (AMADOR, 1997) e ganhava suas primeiras construções: o Forte de São Januário rebatizado mais tarde de São Sebastião. Localizado na parte posterior da colina e feito como as demais edificações, de pedra e óleo de baleia, as paredes internas chegavam a ter um metro de espessura e sua aparência era a de um castelo. Foram construídos fossos, muros e baluartes (muralhas), a igreja e o colégio dos jesuítas, armazéns, casas para os primeiros moradores, a Casa da Câmara, a Cadeia e a Igreja de São Sebastião, o primeiro templo religioso do Rio, que se assemelhava a uma fortaleza<sup>6</sup>. Para a defesa, foi construído um conjunto de três fortes: o Baluarte da Sé e a Fortaleza de São Sebastião, localizados no morro, e a Bateria de Santiago, na ponta da Piaçava. Essa apontava para o mar, dividindo as praias de Santa Luzia e da Piaçava. Sobre as precárias construções erguidas na Colina, Serrão (1965) destaca:

Num quadro geográfico que todos elevavam pela beleza do sítio, a povoação erguida no Morro do Castelo era pobre, formada de casas térreas, com material de construção pouco durável, crescendo a povoação em forma de fogos isolados e sem unidade urbana (p. 121).

Diante das inúmeras elevações que circundavam a Baía de Guanabara, vale a pena responder a um questionamento - por que o Castelo foi o morro escolhido, já que existiam outras opções (Glória, São Bento, Pasmado e Viúva)? Segundo Lysia Bernardes (1992), atendendo a função escolhida, o Morro do Castelo era o que apresentava as melhores condições. Com uma altitude em torno de 60 metros, o Morro tinha um topo relativamente plano que permitia construções<sup>7</sup>. Todos os outros morros citados tinham vista para a baía,

---

6

Além da função religiosa, a igreja matriz também possuía função militar. Por estar localizada na parte mais alta da Colina, as duas torres eram usadas eventualmente para vigia da costa.

entretanto, o Castelo era o único que tinha uma vista ampla da sua entrada, além da proximidade com a ilha de Seregipe, onde os franceses haviam fundado a França Antártida. O Castelo estava cercado por pântanos e lagoas, sendo, portanto, um promontório quase insular, dificultando o seu acesso, logo facilitando a sua defesa. Além disso, a vertente oeste, voltada para o interior, era protegida pela aldeia dos índios Temiminós, aliados dos portugueses e inimigos dos Tamoios. O Morro tinha uma pequena fonte de água doce, que contribuiu para a escolha de Mem de Sá e, sua inclinação favorecia o escoamento dos detritos. Os portugueses jogavam o lixo nas ruas e as águas das chuvas tratavam de levá-lo encosta abaixo.

Considerando então 1567, o ano da segunda fundação da cidade e posse definitiva do território através da ocupação do Castelo, o Rio tinha seiscentos moradores, todos morando no Morro<sup>8</sup>. A cidade era habitada por frades, monges, burocratas, soldados e índios. Segundo o Engenheiro José de Oliveira Reis (1986), o Castelo não era também um local apropriado para o desenvolvimento da cidade, embora fosse o mais estratégico dos morros. A expansão da urbe foi feita pela conquista da planície embrejada a custa de inúmeros aterros.

---

7

Elevado sobre os terrenos pantanosos, o Morro do Castelo era um lugar mais salubre e fresco do que a planície encharcada.

8

Revista de Domingo, *Jornal do Brasil*, Janeiro de 1994.

### 3.1 – A descida para a várzea

As primeiras cidades do Brasil começam pelos morros e só tarde descem à planície (...). Essa é a prudência dos fundadores no século XVI e no seguinte que foram uma luta pela posse da terra.

Márcia Frota Sigaud

A recém fundada cidade não demorou a se espalhar em direção às planícies encharcadas por pântanos e lagoas que circundavam a Colina:

Como é fácil raciocinar, a cidade se foi desenvolvendo do morro para a planície, no espaço compreendido pelos Morros de São Januário (Castelo), do Carmo (Santo Antônio), de Manuel Brito (São Bento) e da Conceição. De maneira que, antes do segundo quartel do século XVII, as construções passavam do fosso, ou vala primitiva (rua Uruguaiana), e do Mangal de São Diogo, no bairro, depois denominado Cidade Nova (PASSOS, 1965, p. 25).

Assim, destinada a ser marítima, a cidade não poderia ficar confinada no alto da colina (GERSON, 2000). Segundo Serrão (1965), ainda no século XVI, a cidadela do Castelo começa a se expandir para a várzea e para os outros morros. O autor diz:

Desde o ano de 1585, a cidade recebeu novos moradores e foi crescendo nos morros vizinhos ao Castelo e ao longo da praia, a parte baixa constituiu a zona inicial de comércio, visto ser ali que as canoas desembarcavam os produtos das roças para o mantimento dos habitantes. O transporte de alimentos e vestuário para o morro de São Sebastião implicava depois um trabalho de carreto, pela íngreme ladeira que da praia lhe dava acesso (p. 181).

No início do século XVII, a população do Rio de Janeiro era de 4 000 habitantes, entre índios, a maioria, portugueses e negros africanos escravizados e introduzidos para trabalhar nos engenhos de açúcar.

Com o crescimento da economia e da atividade portuária, a cidade expandiu-se além do núcleo do Morro do Castelo. A “nobreza carioca” desceu pela ladeira da Misericórdia,

único acesso ao Morro no início da sua ocupação<sup>9</sup>. Segundo Nonato e Santos (2000), não era fácil morar num morro que tinha apenas uma nascente de água e, onde gêneros alimentícios e materiais de construção tinham que ser levados nas costas, a duras penas. Cruls (1965) lembra que a ladeira da Misericórdia era muito íngreme e tortuosa. Por esse motivo, os jesuítas construíram uma espécie de guindaste ou um tosco plano inclinado, pelo qual faziam o transporte de pedra e outros materiais. Segundo Morales De Los Rios, o Morro do Castelo não tinha água potável, sendo uma das causas do seu abandono pela população<sup>10</sup>. Assim, percebemos que a pequena fonte de água que existia no Morro era insuficiente para abastecer a maioria dos moradores.

Para Fridman (1999), a descida do Morro do Castelo foi decorrente também de interesses dos principais produtores de riqueza: donos de engenho, produtores agrícolas, donos de armazéns e dos mercados. Estes preconizavam o crescimento da cidade na várzea a fim de expandirem os seus negócios.

Do sopé do morro nasceram as primeiras ruas da cidade. A várzea era arenosa e em grande parte encharcada com lagoas e manguezais. Trilhas foram construídas e posteriormente se transformaram em ruas. Ruas como da Ajuda e Misericórdia contornavam a base para fugir dos terrenos úmidos. A rua Direita (atual 1º de Março), prolongamento da Misericórdia, ligava o Castelo ao Morro de São Bento. Segundo Gerson (2000), com a exceção da rua Direita, as primeiras ruas não foram planejadas de “ponta a ponta”. Desta

---

9

Havia uma ladeira localizada na praia da Piaçava, junto ao porto, que levava ao alto do morro. Por ser muito íngreme, logo foi abandonada e substituída pela Ladeira da Misericórdia.

10

*Jornal do Comércio*, 10/11/1921.

forma, as casas eram construídas de acordo com as necessidades imediatas e só depois as ruas eram construídas, em expansão lenta, sem calçamento e nem sempre em linha reta<sup>11</sup>.

Se fizermos uma abordagem sobre os “donos” da nova cidade, verificaremos que os grandes proprietários das terras do Rio de Janeiro eram, segundo Fridman (1999), a coroa portuguesa, um pequeno número de nobres e as ordens religiosas. Neste contexto, a cidade foi dividida entre várias ordens religiosas. Durante o período colonial, a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro estava diretamente relacionada à presença e dominação dos religiosos. Ainda segundo a autora, cada ordem, irmandade e confraria se apropriavam de uma parcela do espaço urbano. Essa dominação tinha uma base econômica através da produção (agropastoril e serviços), além da acumulação de propriedades e uma base ideológica, através da influência da religião católica. Assim, a geopolítica colonial estava assentada numa relação Estado/Igreja:

Neste campo da relação Igreja/Estado, na falta de normas civis específicas para a conformação urbana, as leis eclesiásticas tornaram-se definidoras do estabelecimento das atividades e dos caminhos da expansão territorial. O clero impôs normas expressas para os assentamentos dos edifícios e das propriedades sagradas. O uso do solo carioca mostrou, portanto, um jogo de forças que teve expressão jurídica e política (FRIDMAN, 1999, p. 13).

Neste contexto, o Morro do Castelo pertencia aos Jesuítas. Esta ordem foi a maior proprietária de terras no Rio de Janeiro até sua expulsão em 1759. As demais ordens: franciscanos, carmelitas e beneditinos localizaram-se inicialmente na várzea. Em 1587, Manoel de Brito, Capitão de Infantaria e Fidalgo da Casa Real doou a sesmaria de São Bento para os monges beneditinos. Os franciscanos ficaram no sopé do Morro do Castelo até 1607, quando decidiram a transferência para o Morro de Santo Antônio reservado aos carmelitas, que chegados em 1590, não o aceitaram (FRIDMAN, 1999).

---

<sup>11</sup>

A rua da Direita era um ponto estratégico pois ligava o Castelo ao morro onde os beneditinos haviam se instalado.

É importante frisar que essas ordens religiosas se transformaram num importante agente produtor de espaço, induzindo os vetores da expansão urbana carioca. Segundo Fridman (1999), os religiosos eram responsáveis pelos referenciais diários da população: habitação, saúde, produção de alimentos, educação, melhoramentos urbanos (construção de ruas, saneamento, abastecimento de água etc.). Mais adiante, analisaremos a expulsão dos Jesuítas e suas complicações no espaço do Morro do Castelo.

Com a expansão urbana e a conseqüente descida para a várzea, o Morro do Castelo passou a ter três acessos: a Ladeira da Misericórdia (foto 8, p. 146), já citada, a Ladeira do Castelo ou do Cotovelo (foto 9, p. 147) e a Ladeira da Ajuda ou Poço do Porteiro (REIS, 1986). A primeira ligava o Morro à praia do lado da Ponta do Calabouço; a segunda, isto é, a do Castelo, alcançava a planície pela Rua São José; a Ladeira da Ajuda ligava a parte oeste do Morro às proximidades da atual rua México<sup>12</sup>; sendo que a última foi destruída na primeira intervenção ocorrida na Reforma Passos para a construção da Avenida Central.

A cidade descia e com ela algumas instituições. A Casa da Câmara e Cadeia foram transferidas para a várzea (foto 10, p. 148), que também abrigava a Igreja do Carmo e o cemitério, localizado próximo à Santa Casa de Misericórdia. A Bateria de Santiago, na Ponta da Piaçava, foi ampliada a partir de 1603 e tornou-se a Fortaleza de Santiago, atual Museu Histórico Nacional. Em 1693, passou a abrigar uma prisão para escravos, que anteriormente ficava no prédio da Cadeia, localizada no alto do morro. Daí o nome “calabouço” por designar a fortaleza e a ponta onde se localizava.

Além do Castelo e do São Bento, foram ocupados logo depois, os morros da Conceição e Santo Antônio, formando o famoso “quadrilátero”, onde esses morros

---

12

A denominação Ladeira do Poço do Porteiro surgiu com a construção de um poço no terreno do porteiro da Câmara, Mestre Vasco.

delimitavam a área urbana até meados do século XIX<sup>13</sup>. A planície encharcada começava a ser aterrada. A lagoa da Carioca, que separava os Morros do Castelo e de Santo Antônio e a lagoa do Boqueirão, onde se localiza atualmente o Passeio Público, começaram a ser dissecadas. Percebemos, deste modo, que além da função defensiva, a ocupação inicial dos morros se deve também à própria insalubridade da planície. Os morros eram naquele momento, o melhor e o único local para a ocupação e o povoamento, já que as planícies que os circundavam eram praticamente embrejadas. Desta forma, apesar da questão estratégica ter sido determinante, não podemos minimizar a questão sanitária para entendermos a ocupação do Morro do Castelo.

Portanto, como já citado, no final do século XVI, com o rápido crescimento da cidade, a população começava a descer o Morro do Castelo. A partir do século XVII, a Colina passou a perder influência diante do comércio marítimo crescente, que transformou o porto e as imediações da atual praça XV em centro administrativo e econômico do Rio colonial.

Desta forma, a mudança da função da cidade, de militar para portuária, corroborou para “descida” do Castelo. Além do tradicional quadrilátero, a cidade começava a mover os seus “tentáculos” em direção ao interior. As principais edificações, como o Forte ou Castelo de São Sebastião, que batizara a colina, o Colégio dos Jesuítas, fundado por Anchieta e Nóbrega, e as casas dos primeiros colonizadores estavam em processo de deterioração; as estreitas e tortuosas vielas do morro passaram a abrigar uma população menos favorecida que ficou fora da distribuição de sesmarias, principalmente pescadores. A Igreja de São Sebastião, por exemplo, ficou praticamente esquecida pelo povo carioca (foto 11, p. 149). A falta de fiéis levou os padres a recrutar os escravos para assistir as missas. No século XVI, as mulheres só saíam de casa para ir à missa, e a movimentação no morro ficava por conta dos dias de procissão.

---

13

Fora do perímetro urbano, formaram-se as lavouras, campos de pecuária e os engenhos de açúcar.

Com o êxodo da elite rumo à planície, a decadência do Castelo tornou-se inevitável. No século XVII, o morro abrigava uma população marginal e, apesar de guardar relíquias históricas, era desprezado pela maioria dos cariocas.

Vale lembrar que com deslocamento da atividade portuária para a área do Valongo, Gamboa e Saco dos Alferes no século XVIII, houve uma desarticulação entre o Morro do Castelo e a estrutura urbana do seu entorno (LAMARÃO, 1991, *apud* MASCARENHAS, 1998).

Bicalho (2003) frisa que o desprezo ao Berço da cidade não era compartilhado por todos. No século XVII, o então Governador Duarte Corrêa, escreveu ao Rei sobre a conveniência de toda a burocracia e eclesiásticos viverem na parte alta da cidade. O Governador recomendava, então, a transferência dos habitantes da cidade, sobretudo das autoridades para o Morro do Castelo. O Projeto não foi adiante e a previsão de Duarte Corrêa se confirmou com as invasões francesas no início do século XVIII.

De fato, com a exploração do ouro em Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro passou a ganhar importância como o principal porto de embarque do metal para Portugal. A riqueza gerada atraiu duas expedições francesas, a de Duclerc em 1710, mal sucedida, e a de Duguay-Trouin, no ano seguinte, que saqueou a cidade e tornou urgente a revitalização dos fortes e a melhoria da função defensiva<sup>14</sup>. Em 1762 foi construída a Casa do Trem, próximo à Fortaleza de Santiago, destinada à guarda do armamento (trem de artilharia) das tropas enviadas por Portugal. Posteriormente, foi construído junto à Casa do Trem, o Arsenal de Guerra, destinado à fabricação de munições e ao reparo de armas. Segundo Kessel (2000), o entorno da área hoje ocupada pelo Museu Histórico Nacional passou a abrigar logradouros

---

14

Durante a invasão de Trouin, a bandeira francesa tremulou no Morro do Castelo por mais de um mês. (Tribuna da Imprensa – 15/07/1955.

cuja toponímia evocava as funções bélicas e defensivas: os becos da Batalha, do Calabouço, do Quartel, do Trem e dos Tambores.

Um capítulo marcante na história do Morro do Castelo foi, sem dúvida, a expulsão da Ordem dos Jesuítas durante o Período Pombalino, no século XVIII. Segundo o historiador Nireu Oliveira Cavalcanti<sup>15</sup>, a expulsão dos jesuítas não pode ser justificada apenas pela ordem de Marquês de Pombal, considerado um anti-clerical. Na verdade, a expulsão interessava à Igreja Católica, já que essa Ordem estava ficando muito rica e independente do Vaticano. A expulsão dos jesuítas do Morro do Castelo gerou muitas lendas na população. Tesouros teriam sido enterrados nos seus lendários subterrâneos durante o rápido despejo dessa Ordem. É interessante frisar que essa lenda foi absorvida inclusive pelas classes dirigentes, a ponto que as possíveis riquezas lá encontradas serviriam como garantia às empresas que estivessem a serviço do desmonte. Essa visão aceita por grande parte da população, acabou contribuindo para legitimar o arrasamento.

A expulsão dos jesuítas em 1759 culminou com confisco de seus bens, cujas terras agrícolas e urbanas passaram ao patrimônio do Estado ou foram vendidas em leilão (FRIDMAN, 1999). Em relação às propriedades jesuíticas no Morro do Castelo, segundo a autora, o Estado as doou à Santa Casa de Misericórdia.

O conjunto arquitetônico dos Jesuítas se adaptou para abrigar a residência dos Vice-Reis. Coroacy (1965) e Cavalcanti (1998) lembram que o Conde Cunha, o primeiro Vice-Rei, preocupado com as péssimas condições sanitárias da cidade, particularmente, com a presença dos mosquitos na planície, resolveu transferir-se para o antigo Complexo. Sem a efetiva mudança, as instalações jesuíticas abrigaram posteriormente, o Real Hospital Militar, que aí permaneceu até a Proclamação da República.

---

<sup>15</sup>

Mesmo com a descida para a várzea, o Morro ainda possuiu por muito tempo, função estratégica. O telégrafo e o Observatório Astronômico são exemplos da refuncionalização do Castelo não só com fins científicos, mas também com fins militares. Do morro, por exemplo, se davam os avisos de incêndios na cidade, o que prova que o sítio urbano era muito pequeno. Além disso, a fortaleza de Santa Cruz, localizada na entrada da Baía, passava para o Castelo, através de sinalizações com bandeiras, o tipo e a nacionalidade do navio que estava entrando no porto. Da Colina, as informações eram passadas à sede do governo, na Praça XV.

A transferência do Observatório Militar para a torre da igreja e parte do convento dos Jesuítas no século XIX gerou muitas controvérsias. A instalação do Observatório, segundo a visão de alguns militares, deveria ser feita no Morro da Conceição. A justificativa se devia à precária situação geológica do Morro do Castelo. A instabilidade do terreno aliada às enxurradas e desmoronamentos, ainda mais acelerados com o desmatamento, e a própria inadequação das instalações do edifício à sua nova função, dificultavam as pesquisas científicas<sup>16</sup>.

Portanto, como nos lembra Kessel (1997), o Morro do Castelo é parte inseparável da vida diária no Rio Imperial:

Que horas são?<sup>17</sup>, Qual é a nau que aponta no horizonte? Há incêndio? Vamos à missa? Procuremos uma rezadeira... Os laços se estreitam em 1862: em presença do Imperador D. Pedro II, exumam-se os restos de Estácio de Sá, enterrados desde 1583 na Igreja de S. Sebastião, que em virtude de um temporal havia sofrido sérios danos no ano anterior. Os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assistem à cerimônia, que marca a confirmação do liame entre a colônia, berço do Rio de Janeiro, e o túmulo de seu fundador. Lá está também o padrão quinhentista de Pedra com as quinas portuguesas, marco da fundação da cidade. Carregado de tradições, lugar de memória e devoção sacra, para onde a cada momento se voltam os olhos dos cariocas, como é possível que se trame a sua ablação? Mas assim é<sup>18</sup>.

---

16

Além da instabilidade geológica, os cientistas eram, as vezes, surpreendidos com as explosões que visavam encontrar os possíveis tesouros enterrados pelos jesuítas.

17

Que horas são? Esta pergunta era respondida após observar o Morro do Castelo; um relógio na torre do Observatório Nacional, onde era içado um balão ao alto do mastro para indicar o meio-dia.

Assim, mesmo abandonada pelas elites, a Colina ainda teve um importante papel na vida diária dos cariocas.

### 3.2 – A era higienista: ventilar era preciso

O debate sobre o saneamento nas décadas de 70 e 80 é dominado pelos higienistas que opinam sobre variados temas, sendo no entanto possível perceber um ponto comum. Quer comentassem a venda de carnes, a coleta de lixo, as habitações, o vestuário ou a distribuição d'água, eram concordes num ponto: a falta de condições higiênicas e a conseqüente insalubridade da cidade (...). Por esta razão o espaço urbano forneceu ele próprio as condições e os argumentos para a propaganda da nova ordem.

Berenice de O. Cavalcante

Desde o século XVIII, o Morro do Castelo foi alvo de inúmeros pareceres técnicos ligados aos campos da medicina e da engenharia. Segundo esses pareceres, o arrasamento dessa Colina era vital para a melhoria do clima e da circulação dos ventos na área central do Rio de Janeiro. O Morro contribuía segundo os técnicos, com a propagação das epidemias que assolavam os cariocas e amedrontavam os estrangeiros.

O médico José Maria Bontempo em sua *Memória sobre algumas enfermidades do Rio de Janeiro* (apud NONATO E SANTOS, 2000) aconselhava a demolição não só do Morro do Castelo, como também do Morro de Santo Antônio. Neste trabalho, Bontempo chegou a enfatizar que o administrador responsável pelos desmontes ficaria com o nome eternizado na história da cidade.

Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo, bispo de Pernambuco e Procurador do Senado da Câmara em Lisboa, no *Ensaio Econômico Sobre o Comércio de Portugal e suas*

*Colônias* (apud NONATO e SANTOS, 2000), enfatizou a importância do desmonte do Castelo, que impedia a circulação dos ventos vindos do mar, tão necessários na região tropical. Este foi o primeiro estudo completo sobre a idéia de arrasar a colina histórica. Segundo Dom José, do desmonte se criaria uma “nova cidade” até a Ilha de Villegaignon, e o ouro extraído do subsolo, deixado pelos jesuítas, pagaria os proprietários dos imóveis desapropriados.

O famoso episódio conhecido como “Águas do Monte”, de 1811, ou seja, a grande enxurrada que provocou desabamentos de encostas do morro, com numerosas vítimas, também concorreu para incentivar os defensores da idéia do desmonte.

No século XIX, as várias tentativas para o seu arrasamento foram frustradas. A cidade se expandia e a colina agonizava, mas resistia. Para facilitar a comunicação entre Botafogo e Laranjeiras com a área portuária, foi alargada a estreita passagem entre a rua da Ajuda e da Misericórdia, em frente à Igreja de Santa Luzia. No início do século XX, a construção da Avenida Central rasgou o Centro do Rio. Foram feitos cortes no morro em 1904 para a abertura da Avenida Central, hoje Rio Branco, e para as construções da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Supremo Tribunal Federal (fotos 12 e 13, p. 149 - 150).

A demolição veio com a administração do prefeito Carlos Sampaio. Assumindo em 1920, o engenheiro tinha como objetivo sanear a cidade e prepará-la para as comemorações do 1º Centenário de Independência do Brasil, realizando obras de saneamento e embelezamento que culminariam numa exposição internacional no local do arrasamento do Castelo.

A Colina histórica era vista por Carlos Sampaio como um grande problema de razões ligadas à estética, higiene e a engenharia. O morro era comparado a um “quisto” ou uma

“cárie” que precisava ser extraída para por fim às moléstias que infectavam a cidade. Era necessário, segundo o prefeito, ventilar a área central:

Com a forma de um rim, voltando sua convexidade para a única entrada da nossa imensa bahia e com sua maior dimensão normal á direção dos ventos reinantes, esse monte agravava por esse motivo inconvenientemente precedentemente indicado e produzia, por seu aspecto inestético e asqueroso uma má impressão ao viajante, que, ao entrar na esplendida bahia do Rio de Janeiro, tinha a mesma sensação que se teria ao ver uma linda boca com o dente da frente cariado (SAMPAIO, 1924, p. 4).

Em seu livro *Memória Histórica: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro*, Carlos Sampaio (1924), além de condenar o Castelo, visto como o morro mais nocivo à saúde do Rio de Janeiro, elaborou os pareceres técnico e financeiro que justificavam a importância daquela obra. Algumas questões foram consideradas por ele como os “Problemas do Castelo”, a saber: o desmonte; o destino a ser dado às terras e ao novo local; o sistema de transporte a ser utilizado para o desmonte e a proteção do aterro contra as águas do mar. Veja que em nenhum momento do seu livro, o prefeito se preocupou em resolver a questão demográfica do morro. Afinal, para onde iria aquela população que residia no Castelo? Segundo Carlos Sampaio, foram demolidos quatrocentos e sessenta prédios, cuja desapropriação ocorreu sem nenhuma reclamação.

Em relação às terras originadas do desmonte, Sampaio, por questões financeiras, justificava o destino *in loco*, aterrando a orla até a ilha de Villegaignon e a praia adjacente, a enseada da Glória.

Na época do desmonte, houve o seguinte questionamento: Por que não arrasar o Morro de Santo Antônio ao invés do Castelo? Era mais fácil tecnicamente e não criaria uma resistência maior em relação à opinião pública. Carlos Sampaio justificava pela importância da Colina Histórica. Para ele, qualquer prefeito poderia arrasar o Santo Antônio, mas o Castelo dificilmente um administrador teria essa coragem. Além disso, com o desmonte, a

prefeitura ganharia com a utilização da valiosa área a ser aplainada e criada e ainda, em suas próprias palavras: “*Mostrar ao mundo civilizado que o brasileiro também sabe trabalhar...*”.

Quanto a vertente financeira do desmonte, Antonio Nonato E Nubia Melhem Santos em *Era Uma Vez o Morro do Castelo* (2000), enfatiza que não existe ainda uma pesquisa sobre o quanto se gastou na obra. Mas é certo que houve um grande endividamento do Estado. Vale lembrar que Carlos Sampaio foi acusado na época por corrupção, já que no final do século XIX possuía uma empresa de Engenharia que tinha a concessão do Estado para demolir o morro. Estudos mostravam que obras de embelezamento no morro custariam bem menos, cerca de um terço do valor gasto no desmonte.

É importante frisar que a opinião pública e a imprensa ficaram divididas em relação ao projeto de desmonte. Segundo Velloso (1998), a imprensa favorável à demolição do Morro usava metáforas ao citar o Castelo. Destacamos a da Revista Careta:

Se o trambolho do Castelo  
Se projeta remover,  
Afirmamos que é com certeza  
Para o rei Alberto ver...<sup>19</sup>

Por outro lado, existiam aqueles que se opunham à demolição. Dentro da imprensa carioca, destacou-se a campanha feita pelo *Jornal do Brasil*, que propôs um projeto de urbanização dos morros do Centro do Rio<sup>20</sup>. Dentre os intelectuais opositores, o paulista Monteiro Lobato escreveu numa crônica: “a colina seria a pérola maior do maravilhoso colar de pérolas carioca.” (*apud* VELLOSO, 1998, p. 32). Para ele, o carioca acostumado com a beleza natural da cidade, não lhe dava o devido valor.

---

<sup>19</sup>

Revista Careta, 4 de setembro de 1920 (*apud* VELLOSO, 1998, p. 30).

<sup>20</sup>

Havia projetos que sugeriam a urbanização e transformação do Castelo em pólo de atração turística (VELLOSO, 1998).

### 3.3 – A ideologia que arrasava: abaixo Portugal, viva a França!

A idéia de uma cidade imunda, pobre, infecta de moléstias, de clima insalubre e repleta de analfabetos é analisada por muitos autores como uma visão preconceituosa e determinista. É lógico que existiam ambientes insalubres na cidade. Entretanto, a natureza dessa insalubridade era fundamentada em pareceres pouco críticos. Afinal, o Rio de Janeiro foi a segunda cidade do mundo a possuir esgoto sanitário e não podia-se dizer exatamente que as grandes cidades do mundo na época primassem pela higiene e limpeza.

Segundo Barbosa (1992), as péssimas condições de vida da população pobre carioca corroborava para o avanço das doenças que assolavam a cidade (varíola, febre amarela, tuberculose etc.). Desta forma, a natureza dos ambientes malsãos na cidade do Rio de Janeiro não poderia ser analisada pelo determinismo do clima quente e úmido, ideologia que acabou legitimando o arrasamento da Colina. “Submetidos a viver na tênue fronteira entre a precariedade e a indignidade, os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro lutavam diariamente contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização” (BARBOSA, 1992, p. 327).

Essa era a verdadeira natureza da crise ambiental por que passou a cidade. Não era o Castelo o responsável pelas moléstias e sim a pobreza e a exploração da classe trabalhadora.

Além disso, a República, recém instaurada em 1889, precisava se legitimar no poder, atacando para isso, não só o período colonial português como também a própria identidade da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o professor Carlos Lessa (2000), a República logo iniciou estudos da região central, reservada à nova capital:

Parecia estar no subliminar da nascente República a sinalização de repúdio à cidade imperial; expressaria um certo desamor pelo Rio, considerado lugar contaminado por conotações coloniais e dinásticas (LESSA, 2000, p. 183).

A ideologia destruidora dos resquícios da cidade colonial e atrasada colocava o Morro do Castelo na beira da condenação, pois era essa colina, sem dúvida, o principal símbolo colonial português na cidade.

O novo regime teria que lidar, não só com a organização de uma nova vida social e política, mas também com a projeção de uma arquitetura simbólica do nacional, que marcasse a República com a verdadeira entidade representativa da sociedade como um todo (MOTTA, 1992, p. 11).

Para Motta (2001), a República não via com bons olhos o Rio de Janeiro. A cidade era considerada agitada, politizada e cheia de símbolos coloniais:

a assuada da massa popular do Rio de Janeiro sempre assustou os governantes. A capital imperial foi freqüentemente marcada por manifestações de rua, seguidas de quebra-quebras de estabelecimentos comerciais, especialmente de portugueses... (p. 50).

O Morro era a fronteira nítida entre a cidade “colonial e atrasada” e a cidade “européia, civilizada e moderna”. Muitos relatos da época enfatizam o contraste de paisagens. Há metros do Teatro Municipal, recém construído, de estilo francês, podia se ver uma paisagem bucólica na colina, onde pastavam cabras, além das galinhas e dos famosos varais de roupas, paisagem humana marcante do Morro do Castelo.

A Reforma Urbana promovida por Pereira Passos, ao remodelar o Rio Antigo, deixou o morro do Castelo fora do processo de modernização urbana. Tendo como referência o estilo de vida francês, o modelo parisiense foi utilizado para consolidar a passagem da cidade atrasada para a cidade moderna<sup>21</sup>. Além da remoção dos cortiços e a expulsão da população pobre do centro do Rio, o não tratamento paisagístico no Morro do Castelo gerou um forte

---

21

Não foi somente a cidade do Rio de Janeiro que copiou o estilo francês. Várias cidades do mundo também copiaram esse modelo.

contraste de paisagens, alimentando ainda mais o sentimento republicano de aversão ao estilo urbano português.

Segundo Mascarenhas (2000), Passos não arrasou fisicamente a Colina, mas contribuiu para a sua condenação, pois consolidou na cidade uma atmosfera de apologia à modernidade, além de supervalorizar os terrenos vizinhos ao morro, fortalecendo ainda mais os discursos a favor da demolição. O centro da cidade foi deste modo, a área onde Passos buscava a superação das feições coloniais da cidade velha, comparadas com a doença e o atraso.

Para Velloso (1998), sempre que havia uma discussão sobre a modernização da cidade, os portugueses não eram poupados de comentários maldosos: “Lá vêm esses portugueses atrapalhando os nossos caminhos” (VELLOSO, 1998, p. 33). Não podemos esquecer que nesse contexto, grande parte das propriedades do Rio de Janeiro e especialmente no Morro do Castelo pertencia aos portugueses<sup>22</sup>. Em suma, as campanhas republicanas preconceituosas contra o passado colonial português visavam “mudar a cara” do Brasil, e o Morro do Castelo, nesse contexto, era o símbolo mais nítido do português.

Mascarenhas (1998) nos lembra que o Morro do Castelo passou no final da sua história oficial, por um processo de turistificação. No século XIX, a Sé era alvo de procissões no dia de São Sebastião. Joaquim Manuel de Macedo em *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (1862), publicou uma espécie de guia turístico da cidade onde elege oito áreas de visitação na cidade. Há um destaque especial para o Morro do Castelo:

com efeito, o telégrafo do Castelo, com seu jardimzinho e seu pátio e sua fonte, e sobretudo, com a sua feliz situação, avassalando a cidade do Rio de Janeiro e a magnífica baía de Niterói, é um dos mais frequentados e estimados passeios da capital, principalmente aos domingos e feriados (...) (MACEDO, 1991, p. 254).

---

22

CAVALCANTI, J. Cruvelo. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro*.

No referido trabalho, Macedo estabelece um roteiro histórico-cultural do Morro do Castelo, destacando as suas principais relíquias históricas: a Sé e o Complexo Jesuítico. Vejam como ele achava importante visitar a casa dos primeiros “donos” da cidade do Rio de Janeiro:

Subir o Morro do Castelo, percorrê-lo, estudar, embora muito rapidamente, a sua história e descer enfim desse velho e desprezado capitólio da cidade do Rio de Janeiro, sem ter parado, por alguns minutos ao menos, diante do antigo Colégio dos Jesuítas, fora ao mesmo que ir a Roma e não visitar o papa (MACEDO, 1991, p. 214).

Já no século XX, na Reforma Passos houve a descoberta dos lendários subterrâneos do Castelo, conforme a citação abaixo nos informa:

a turma de trabalhadores das obras da Avenida Central que, sob a direção do engenheiro Dr. Dutra de Carvalho Filho, procede à destruição do morro do Seminário, fez na madrugada de hoje, pouco antes de 1 hora, uma surpreendente descoberta. Na fralda do morro, já cortado numa grande parte, apareceu sob a picareta, dos trabalhadores a boca de uma galeria... Vai se verificar, finalmente, que fundo de verdade tem a tradicional versão da existência de tesouros naquele morro (*Jornal do Comércio* de 27/04/1905 *apud* BARRETO, 1997, p. I).

Segundo Mascarenhas (1998), o governo deixou exposta para visita pública uma pequena amostra do que seria supostamente a rede de galerias subterrâneas. Por ser uma ordem rica, os jesuítas talvez tivessem guardado os seus tesouros nas galerias, gerando lendas e curiosidades entre a população carioca. Segundo Barreto (1997), o Morro chegou a ter uma visita diária em torno de três mil pessoas. Apesar dos tesouros históricos do Castelo, a turistificação não gerou forças para impedir o arrasamento da Colina.

### 3.4 – Enfim, o arrasamento

Desde que o Brasil é Brasil fala-se em desmoronar a montanha do Castelo.

Machado de Assis

Como vimos até o momento, o arrasamento do Morro do Castelo era uma idéia bastante antiga. Em ordem cronológica, podemos destacar os principais capítulos, nos quais o plano do desmonte vinha à tona:

1. em 1808, os ingleses que vieram com a Família Real propuseram o desmonte e o direito de explorar os lendários subterrâneos do Castelo;
2. em 1814, o médico José Maria Bontempo em sua Memória sobre enfermidades do Rio de Janeiro, aconselhava as demolições do Castelo e do Santo Antônio;
3. em 1816 - Dom José Joaquim da Cunha de Azevedo, bispo de Pernambuco e Procurador do Senado da Câmara em Lisboa, no *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, enfatizou a importância do desmonte do Castelo, que impedia a circulação dos ventos vindo do mar;
4. as “águas do monte”, de 1811 (grande enxurrada que provocou desabamentos na encosta do morro) concorreram para incentivar os defensores do arrasamento;
5. em 1838, os engenheiros militares Conrado Niemeyer e Pedro Bellegarde conseguem, sem êxito, a concessão para demolir a colina;
6. em 1891, Carlos Sampaio e Paulo de Frontin obtiveram a concessão, sem êxito, para desmontar a colina através da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil.

7. Fernando Adamczyk (o grande concorrente de Sampaio) vinha há anos tentando conseguir a concessão, sem êxito ,para o desmonte da colina;
8. em 1904, Pereira Passos voltou ao assunto; uma parte do Morro cedeu lugar à Avenida Central;
9. em 1920, Carlos Sampaio assume a prefeitura, afasta Adamczyk da concorrência e realiza um dos seus principais projetos: demolir o sítio histórico da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira concessão para arrasar o Morro do Castelo foi pedida ao parlamento, sem êxito, por Conrado Niemeyer e Pedro Bellegarde, em 16 de julho de 1838. Em 1891, Carlos Sampaio e Paulo de Frontin obtiveram do Governo Provisório, a concessão para desmontar a Colina através da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil. Mais uma vez, o projeto não vingou, pois essa empresa, não conseguiu viabilizar o capital necessário para tal obra.

Assim, o projeto de desmonte do Morro do Castelo, atraiu inúmeros empreiteiros, pois havia o interesse declarado do Estado em distribuir concessões para viabilizar a obra. Sampaio e Adamczyk, ambos engenheiros, vinham há anos, tentando realizar esse cobiçado projeto: conseguir a concessão para o desmonte da Colina. Nas primeiras negociações, ainda no governo de Sá Freire, o consórcio representado por capitalistas ingleses e liderado por Adamczyk, propunha conseguir um empréstimo ao município de 12 milhões de libras para a realização de obras na cidade, inclusive a do Morro do Castelo (KESSEL, 2000).

Quando assumiu a prefeitura, Carlos Sampaio tratou logo de afastar seu antigo concorrente da operação. A disputa Sampaio *versus* Adamczyk ainda teve capítulos decisivos ao longo do ano de 1920, envolvendo inclusive, o Conselho Municipal. Segundo o Boletim Municipal do Distrito Federal, em 17 de novembro do mesmo ano, uma resolução dos Intendentes Municipais concedia a preferência ao Sr. Fernando Adamczyk para arrasar o

Morro do Castelo. Apesar de Sampaio não ter sofrido forte oposição do Conselho ao projeto de desmonte, o atrito entre os Legislativo e o Executivo Municipais resumia-se nos atores responsáveis para por em prática tal empreendimento. O Lobby político envolvendo o Legislativo e interesses de empreiteiras, foi logo rechaçado pelo Prefeito.

Em 20 de novembro de 1920, Carlos Sampaio vetou tal resolução. Com a saída definitiva de Adamczyk, o projeto de desmonte seria conduzido exclusivamente pelas ordens do Prefeito.

Foi firmado, então, um empréstimo de trinta mil contos ao Banco Holandez, e a concessão do desmonte à firma Soares & Cia. Todavia, o atraso na conclusão das obras desagradava o prefeito. Após uma nova negociação, onde a prefeitura conseguiu um empréstimo de 12 milhões de dólares aos banqueiros americanos Dillon & Read, Carlos Sampaio rescindiu com a Soares & Cia, e firmou um novo contrato com a firma de Engenharia Kennedy & Co<sup>23</sup>.

Para Carlos Sampaio, o Morro do Castelo era uma verdadeira “galinha dos ovos de ouro”, pois os ganhos com os terrenos vendidos na esplanada e no aterro sobre a baía, além dos impostos das novas edificações, justificavam os volumosos empréstimos que a prefeitura necessitava para realizar o desmonte. Entretanto, o prefeito foi duramente criticado pelo aumento vertiginoso da dívida do Município.

É importante frisar que no caso da cidade do Rio de Janeiro, a estrutura política do antigo Distrito Federal era composta pelo poder executivo, onde o prefeito era um interventor do Presidente da República e pelo poder legislativo, formado pelo Conselho Municipal com poderes limitados. Segundo Freire (2000), o legislativo municipal servia de base para a atuação dos grupos políticos locais<sup>24</sup>:

---

<sup>23</sup>

Essa transferência acelerou as obras do desmonte, pois foi introduzido a técnica da força hidráulica (KESSEL, 2000).

o seu esvaziamento representava uma redução significativa no poder que esses grupos tinham na ocupação de cargos políticos e, conseqüentemente, na montagem e manutenção das suas clientelas políticas. Com isso, abria-se o campo político carioca para o lançamento de candidaturas inteiramente fiéis ao executivo federal e fora do controle político local (FREIRE, 2000, p. 30).

Achamos fundamental essa observação, pois como veremos mais a diante, o governo do Distrito Federal pouco ou nada fez para proteger os excluídos do Morro do Castelo. A engenharia política daquele momento não permitia a inclusão dos interesses das massas nas prioridades governamentais.

O arrasamento do morro do Castelo iniciou-se em novembro de 1920, com a instalação de uma máquina escavadora que foi utilizada na demolição do morro do Senado, na área que corresponde hoje a atual rua México (KESSEL, 2000).

Segundo Motta (1992), os recursos que foram aplicados na demolição foram vultosos, necessitando a emissão de papel moeda e de empréstimos externos. O ritmo dos trabalhos era bastante lento no início do desmonte. Até dezembro de 1921, apenas 10% do morro havia sido removido. Entretanto, com a negociação de um novo empréstimo de 12 milhões de dólares, o equivalente a 93 600 mil contos e com a transferência das obras para a Kennedy & Co., o uso intensivo da força hidráulica acelerou o ritmo do desmonte (foto 14, p. 151). Por outro lado, os custos aumentavam proporcionalmente à aceleração do desmonte. Em suma, ao longo do período das obras de demolição, os ritmos com as técnicas empregadas variaram de acordo os fluxos de investimentos (SOUZA, 1997).

O alto endividamento externo e as suspeitas de negociatas geraram muitas críticas. Veja esta crônica de Ricardo Cravo Alvin em *O Globo* de 18/09/2000:

O Morro do Castelo arrolou alguns argumentos ridículos – de resto jamais comprovados – como o da melhor aeração para o Centro de Cidade, especialmente para a nova Avenida Rio Branco, cuja construção alias já custara ao velho morro uma de suas ladeiras, onde hoje está a Biblioteca Nacional. A principal razão do “bota-abaixo”, contudo, foi uma reles politicagem. Carlos Sampaio cujo mandato expiraria em novembro de 1922, queria entregar a “grande obra do seu Governo” no dia 7 de setembro de 1922, quando se inauguraria a Exposição Mundial do Centenário da Independência, cujos pavilhões começaram a ser construídos nas fraldas do Morro do Castelo. Um prato cheio, já se vê, para encobrir negociatas e malversação de dinheiro público. O prefeito tratou de rescindir a obra com a firma brasileira e contratou – pela soma fabulosa de 12 milhões de dólares – uma firma americana, interveniada por banqueiros Internacionais (Dillon and Read), que emprestaram a dinheirama ao governo municipal. Com isso, os custos ultrapassaram todas as expectativas anteriores. Os americanos, por seu turno, substituíram o escavamento manual do morro pelo uso intensivo de força hidráulica, cujas mangueiras gigantescas aceleraram dramaticamente o ritmo do desmonte, triplicando a velocidade com que a montanha ia desaparecendo aos olhos estupefatos dos Cariocas.

Desta forma, a Exposição do 1º Centenário de Independência dependia diretamente dos trabalhos da Prefeitura do Distrito Federal (foto 15, p. 152). Os pavilhões da Exposição seriam construídos em aterros provenientes do desmonte do Castelo. A Exposição foi um evento grandioso e buscou firmar uma determinada imagem de modernidade para o país como podemos verificar nesta citação:

a exposição não teria somente o caráter de uma vitrine dupla, onde os visitantes do exterior conheceriam a riqueza e as potencialidades do país e onde os brasileiros teriam a oportunidade de tomar contato com as maravilhas do estrangeiro; o espaço tomado ao mar e ao Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam e deveriam projetar, a imagem do progresso, da civilização, da higiene e da beleza. Dia a dia, no movimentado ano de 1922, o Rio de Janeiro assistia ao espetáculo diário do passado representado pelo Castelo e se esvaindo em forma de lama pelas mangueiras hidráulicas, enquanto que sobre o aterro resultante tomavam forma os palácios e as avenidas (KESSEL, 2000, p. 61).

A Exposição foi montada ao longo de dois eixos, entre o final da Avenida Rio Branco e a Praça XV, cujo vértice era a antiga Ponta do Calabouço, agora afastada do mar pelos sucessivos aterros.

Simbolicamente, o arrasamento do Morro do Castelo e a Exposição do Centenário de Independência significavam um verdadeiro “laboratório da exclusão”. Primeiro, por que a destruição da Colina excluiu os seus moradores do seu espaço de vivência (fotos 16 e 17, pp

152 e 153). Segundo, por que a Exposição não foi feita para a massa trabalhadora. Sobre a exclusão do povo as festividades do Centenário, Lima Barreto lembra:

O que se nota, nas atuais festas comemorativas de passagem do centenário da proclamação da Independência do Brasil, é que elas se vão desenrolando completamente estranhas ao povo da cidade. O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no ânimo nenhuma vibração patriótica. De resto, o nosso povo carioca sempre foi assim: nunca levou a sério as datas nacionais, sempre elas lhe mereceram essa atitude displicente que está tomando agora com o Centenário, festejado tão pomposamente com bailes e banquetes (1953, p. 114 -115).

Como a Exposição do Centenário visava como já observado, criar uma vitrine do Brasil “civilizado” para o mundo, é fácil entender porque grande parte dos trabalhadores ficou a margem das festividades (foto 18, p. 154).

Cavalcanti (1998) em tom de desabafo analisa essa triste página na história da cidade:

Contraditoriamente, a derrubada do histórico Morro do Castelo se deu para comemorar cem anos de história da independência do Brasil com a Exposição Internacional situada na nova “Esplanada do Castelo”. Só mesmo numa terra de governantes insensíveis comemora-se um fato ou existência de um Morro histórico, destruindo o próprio objeto físico da comemoração (p. 18).

É importante destacar que o ano de 1922 foi crítico para o governo brasileiro, repleto de disputas e levantes militares. Assim, o governo de Epitácio Pessoa não poupou esforços e recursos para mostrar que o Brasil fazia parte do “mundo civilizado” durante a Exposição do Centenário.

As obras do desmonte pararam durante a Exposição (foto 19, p. 155). O mandato de Carlos Sampaio finalizou a 15/11/22. Nos dois últimos meses o ritmo de demolição foi acelerado apesar das controvérsias sobre as tentativas de evitar o desaparecimento do Hospital São Zacharias e do Complexo Jesuítico. Carlos Sampaio frustrou os defensores dos valores históricos dizendo: “... Como se fosse possível arrasar o morro do Castelo sem demolir tudo o que se achava sobre ele...”.(SAMPAIO, 1928, p. 7, *apud* KESSEL, 2000, p. 62).

O governo de Carlos Sampaio foi comparado muitas vezes com a administração de Pereira Passos, pois marcou para sempre a paisagem carioca. Entretanto, o arrasamento do Morro custou uma fortuna para a cidade. Somente com banqueiros americanos e holandeses, a prefeitura contraiu uma dívida externa próxima de 24 milhões de dólares. Assim, ao sair do governo, Carlos Sampaio deixou a prefeitura do Distrito Federal praticamente falida. E mais, o Morro levaria anos até ser completamente destruído (foto 20, p.156).

### 3.5 – A Esplanada do Castelo

Com o final das celebrações do 1º Centenário de Independência, em 1923, a área da exposição permaneceu por anos desocupada, na medida que o morro ainda não tinha sido totalmente arrasado. É importante destacar que muitos prefeitos após Carlos Sampaio participaram ainda do desmonte do Morro do Castelo (fotos 21, 22 e 23, p. 156 - 157). Somente no governo de Henrique Dodsworth (1937 a 1945) é que houve um avanço substancial, arrasando quase que totalmente o morro e a conseqüente ampliação dos aterros do Calabouço, que passaram posteriormente a abrigar as pistas do Aeroporto Santos Dumont.

Além das dificuldades financeiras para realizar a obra de tal vulto, Carlos Sampaio não disponibilizava de tempo para findar o desmonte total da colina. Dos cinco milhões de metros cúbicos de rocha e terra, três milhões foram removidos no seu governo.

O desmonte da Colina gerou uma área total de oitocentos mil metros quadrados, sendo cento e oitenta e quatro mil metros quadrados na área que foi aplainada e seiscentos e dezesseis mil metros quadrados de aterro sobre a baía de Guanabara. A área aplainada gerou uma grande esplanada que foi incorporada à área central da cidade (fotos 24 e 25, p. 158).

Quando foi decidido o arrasamento do Morro do Castelo, a prefeitura tratou logo de estabelecer um plano de urbanização para a área a ser construída. O plano de arruamento da esplanada foi aprovado pelo decreto 1529 de 09/03/1921. Associando os padrões de higiene, estética, ventilação e circulação, tão defendidos nos discursos que legitimaram o arrasamento do Castelo, a esplanada teria uma praça central (nas proximidades do MEC – edifício Gustavo Capanema), onde convergiam largas avenidas de 17 metros. A principal avenida teria uma largura de 30 metros. Entretanto, esse plano urbanístico nunca saiu do papel.

Como já citado anteriormente, o desmonte do Morro do Castelo e Exposição do Centenário de Independência geraram enormes despesas e deixaram a cidade do Rio de Janeiro em sérias dificuldades financeiras. A precária situação do tesouro público do Distrito Federal obrigou a um controle maior de despesas na administração Alaor Prata (1922 a 1926).

Segundo Reis (1977), a suspensão do desmonte do morro gerou protestos da imprensa e dos meios técnicos. Entretanto, as péssimas condições financeiras da prefeitura, como já enfatizado, não permitiam a continuidade da obra. Somente na administração Prado Júnior (1926 a 1930) é que foram incentivadas as obras do arrasamento, sem que entretanto tivessem conclusão.

Como já observado, o grande avanço na demolição da colina se deu no governo Dodsworth. A prefeitura desapropriou grande quantidade de prédios situados na periferia do morro. Os últimos vestígios da Colina foram removidos na administração do prefeito Sá Freire Alvim (1958 a 1960) (REIS, 1977).

A forma e a função da esplanada do Castelo eram ainda incertos. No governo de Alaor Prata, sucessor de Carlos Sampaio, houve a revogação do decreto, e alterou substancialmente o Plano de Urbanização da área da esplanada. Esse Plano também teve vida curta como o anterior, sendo substituído pelo Plano Agache, que também sofreu modificações na administração Dodsworth, momento em que a esplanada foi praticamente urbanizada. Plano à

plano, a esplanada ficava abandonada, a não ser pela utilização para combates de boxe, luta livre e de comícios políticos (GERSON, 2000).

Foi na administração de Antonio Prado Junior (1926 a 1930) que o Professor Alfred Hubert Donat Agache foi chamado para coordenar um grupo de estudiosos para a confecção do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade, conhecido posteriormente como Plano Agache. O principal objetivo urbanístico do plano era, segundo Reis (1977), considerar todos os problemas da cidade, orientar o seu crescimento normal, sistematizar a sua expansão natural, ordenar sua vida coletiva e, inclusive, organizá-la administrativamente para atender as suas necessidades futuras.

Considerado o primeiro Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, enfocava, sobretudo, a área central, como a Reforma Passos. Muitas foram as grandes intervenções efetuadas ao longo dos anos, inspiradas neste plano. Dentre elas, destacam-se a abertura da Avenida Presidente Vargas, parte das ligações metroviárias existentes e túneis de ligação norte-sul. Alguns dos parâmetros urbanísticos definidos por este plano ainda existem na área central, a exemplo da Esplanada do Castelo. Pela primeira vez foi estabelecido um zoneamento para a cidade.

Não é nosso objetivo nesse momento realizar uma análise minuciosa do Plano Agache e nem criticar o seu caráter “burguês”, já que segundo Abreu (1997/A), foi uma forma das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana da cidade. Entretanto, podemos fazer algumas considerações sobre o que previa o plano para o futuro da Esplanada do Castelo.

A administração Prado Junior acelerou as obras do desmonte do Morro do Castelo, quase que concluindo o seu arrasamento. Uma vez reiniciada as obras de arrasamento, foi possível aumentar a área disponível da esplanada, para o respectivo arruamento, já de acordo com o Plano Agache, sendo que as primeiras ruas foram pavimentadas.

Reis (1977) afirma que nessa ocasião, os primeiros lotes foram vendidos em hasta pública, e algumas construções, muito timidamente foram iniciadas. Segundo o autor, o Plano Agache havia delineado a urbanização da área da esplanada, cujas diretrizes principais foram mantidas com pequenas alterações introduzidas na administração Dodsworth.

Pelo Plano Agache a área da Esplanada do Castelo se transformaria no Centro de Negócios da Cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 1997/A) Do Plano, saíram as Avenidas Antônio Carlos, Nilo Peçanha e Graça Aranha. As ruas adjacentes, conseqüentes do aterro, foram muito alteradas pelo Plano. Vale lembrar que o Plano Agache foi concluído em 1930. Entretanto, o projeto foi interrompido com o Golpe de Estado de 1930, só sendo retomado, parcialmente, entre 1937 e 1945.

Na administração Dodsworth, o Plano Agache foi “readaptado” às novas condições da cidade, interferindo com isso, na urbanização da esplanada do Castelo. O desmonte do Morro ficou paralisado durante alguns anos na sua parte periférica, em virtude das desapropriações. O plano urbanístico ficou interrompido, como já citado, permanecendo a área do Castelo inteiramente deserta e inaproveitável. Enfrentando vários problemas financeiros, a prefeitura retomou as obras visando ao seu término. Finalizando as indenizações, foram retomados e reformulados os diversos antigos projetos do Plano de Urbanização, o que resultou numa modificação do Plano Agache.

Vários prédios da Rua Chile e São José foram demolidos, e removidos o restante do Morro do Castelo. Reis (1977), afirma que isso deu nova vida a toda área do Castelo, que até 1938 permanecia praticamente deserta. Anos depois, aumentava o volume das construções, e com isso o valor dos terrenos.

Segundo Kessel (2000), a construção da Avenida Perimetral foi a mais importante das transformações por que passou a área compreendida entre a Praça Mauá e a antiga Ponta do Calabouço na segunda metade do século XX. Em 1960, com a construção da Perimetral, o

Mercado Municipal, por muitos anos, principal local de trabalho de inúmeros *castelenses*, e os vestígios do antigo Calabouço foram demolidos. Na administração do prefeito João Carlos Vital (1951 a 1952) foi demolido um pequeno barranco, ainda remanescente do morro do Castelo, que deu lugar ao Terminal Rodoviário Menezes Cortes.

É importante frisar que o planejamento da esplanada foi alvo de disputa entre os urbanistas e os engenheiros. Segundo Kessel (2000), a solução proposta para a área, que privilegiava o impacto estético, dividiu arquitetos e engenheiros. Carlos Sampaio que passeava quase que diariamente pela nova esplanada, era o principal opositor as idéias do Plano Agache para o Castelo, como pode ser observado na citação abaixo:

a solução proposta por Agache, que privilegiava o impacto estético do portal grandioso, permite deslindar o posicionamento de Carlos Sampaio frente a uma questão que ganha corpo nos anos 20: a da disputa por espaço de planejamento e na gestão da cidade, que divide arquitetos e engenheiros (KESSEL, 2001, p. 112).

Carlos Sampaio utilizou *O Jornal* (sem data) para demonstrar sua insatisfação com o futuro urbanístico da Esplanada. Vejamos a reportagem:

#### O URBANISMO NO RIO DE JANEIRO

Crítica à Agache – Projetos a serem executados em 50 anos que, serão, portanto, de pura phantasia. Mas com planos exequivos e que nos dêem uma solução imediata.

O que, entretanto, deve servir de guia em um tal estudo é a observação do que se fez e se faz nas grandes cidades, acompanhada do conhecimento tão completo quanto possível da natureza do solo da nossa capital, do seu CLIMA, da sua formação gradual e desordenada, das correntes aéreas, dos movimentos do mar no interior da Bahia e dos efeitos lastimáveis desse grandioso e imponente phenomeno das resacas, do regimem de chuvas e das conseqüentes inundações resultantes principalmente do facto de se tratar de uma cidade pouco acidentada na parte plana, inteiramente chata e de nível baixo em relação às marés do mar que a circunda em toda a extensão de seu litoral. Acima de tudo isso, é imprescindível não esquecer um só momento que o sol dardejante entre nós exige que se tenha constantemente a preocupação da sombra, do abrigo e da arborização.

O sr. Agache suppor que elle veio aqui para corrigir os trabalhos executados por technicos que pelo menos sabem o que fazem.

Nunca é demais repetir que o sr Agache, convidado pelo Prefeito Antonio Prado para apresentar um plano geral , é um urbanista notável, mas que, não se tendo especializado em questões de engenharia, a elle devemos dar as informações necessárias para que não commetta erros technicos da maior influência.

Em suma, a esplanada do Castelo, num primeiro momento, interessava mais aos técnicos do que ao capital imobiliário. Este concentrava suas atividades na construção da segunda geração de prédios da Avenida Rio Branco, como também a edificação da Avenida Presidente Vargas. Segundo Reis (1977), a área da esplanada era um local deserto e isolado do centro da cidade.

Durante anos, essa área funcionou como reserva de valor. Posteriormente, a Esplanada passou a abrigar vários prédios públicos e edifícios de escritórios. Para o arquiteto Carlos Fernando Andrade, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, o Estado se apropriou desse espaço para criar, aqui mesmo, a nova capital. O projeto do Estado Novo, era segundo ele, construir a nova capital do Brasil, ou seja, a capital se mudava do Rio para o Rio: esse Projeto visava a construção de prédios grandiosos para os ministérios, embaixadas e autarquias. Praticamente toda a administração federal estava de casa e cara novas, num espaço antes ocupado pelo Morro do Castelo.

Deste modo, para entendermos a ocupação da Esplanada, precisamos fazer um recorte em escala nacional. Na época, o Brasil passava pelo processo de crescimento industrial baseado no modelo de substituição de importações sob uma forte presença do Estado.

Durante os anos que marcaram a política nacionalista de Getúlio Vargas, desde a subida ao poder em 1930 até 1945, quando foi deposto, o país viveu um momento em que o aparelho político do Estado ampliou suas bases para estimular a industrialização, criando vários órgãos públicos, entre eles, os seguintes: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1931), Ministério da Educação (1933); IBGE (1938); Instituto do Álcool, Café e Cacau, entre 1932 e 1941.

Foi construído então um “bairro ministerial” com uma função administrativa, além de várias autarquias e embaixadas (função diplomática) (foto 26, p. 159). As linhas

arquitetônicas dos prédios ministeriais e a imponência das novas construções visavam mostrar o poder do Estado sobre a sociedade.

O prédio do Ministério da Fazenda é o melhor exemplo para comprovar a citação acima. Segundo o Museu Virtual do Ministério da Fazenda do Brasil, a antiga sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro funcionava em um velho casarão em ruínas na Avenida Passos. Em 1934 foi autorizada a construção de um edifício-sede, centralizando todas as repartições do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas. O local escolhido foi a Esplanada do Castelo, em um terreno permutado com a prefeitura do antigo Distrito Federal. O lançamento da pedra fundamental presidido pelo presidente Getúlio Vargas, ocorrendo em 03 de outubro de 1938, data escolhida em comemoração ao 8º aniversário da Revolução de 1930. Em novembro de 1943 foi inaugurada a nova sede do Ministério da Fazenda. Em estilo neo-clássico, a porta principal possui colunas de 9,5 metros de altura e os vasos de granito que adornam as laterais pesam cada um cerca de dez mil quilos. A construção do edifício é considerada, portanto, uma amostra da grandiosidade arquitetônica que visava, como já citado, evidenciar a prosperidade e a importância econômica do Estado Novo (foto 27, p. 160).

Assim, o Estado Novo se apropriou e interveio diretamente no aproveitamento daquele espaço, usando-o politicamente. Essa apropriação previa ainda a ocupação da esplanada originada pelo desmonte do Morro de Santo Antônio na década de 50. Nesta área, pelo projeto, seriam construídos as novas Prefeitura, Câmara e a Catedral. Portanto, se a Avenida Central foi o grande símbolo da República Velha, a Esplanada do Castelo foi o principal símbolo do Estado Novo (fotos 28 e 29, p. 161 - 162).

Um dado interessante sobre a ocupação da Esplanada é que a partir da 2ª Guerra Mundial o Centro da cidade como um todo, voltou a receber novos moradores. Se por um lado, as Reformas (Passos/Sampaio) visaram expulsar parte da população, por outro, a crise

dos transportes coletivos e a escassez de combustível, fez com que, curiosamente, o governo estimulasse a população a morar novamente no Centro. Assim, o Castelo, agora na forma de Esplanada, reviveu uma velha função: a moradia, como se pode verificar nesta citação:

Erguem-se vários prédios existentes hoje no Castelo, um deles habitado por Heitor Villa-Lobos. Em 1933, quando casou com Arminda Villa-Lobos - Mindinha -, sua segunda mulher, o compositor foi morar no Castelo, na Rua Araújo Porto Alegre, 54, em frente ao Palácio Gustavo Capanema. Ali residiu até sua morte, em 1959. Juscelino Kubitschek possuía uma cobertura num prédio da rua Santa Luzia. Com o fim da guerra, em 1945, o Centro transforma-se primordialmente no espaço comercial e de negócios até os dias de hoje<sup>25</sup>.

É importante frisar que o processo de apropriação através das duas esplanadas do Centro do Rio de Janeiro (Castelo e Santo Antônio) não se completou e foi abortado pela mudança da capital federal para Brasília. O que aconteceu com a população do Morro? Bem, abordaremos esta questão no próximo capítulo.

---

25

## ANEXO 3



Mapa 2 - Morro do Castelo. Em destaque, podemos observar o Forte de São Sebastião, fixo que originou o topônimo Castelo.

Fonte: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – 1812 - Impressão Régia.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 6 – Morro do Castelo, visto da Ilha de Villegaignon. Com o desmonte, toda a área marítima até a ilha foi aterrada para a construção do Aeroporto Santos Dumont.

Data: 1860.

Fonte: Juan Gutierrez, MHN, IPHAN/RJ *apud* NONATO, Antonio e SANTOS, Núbia Melhem. Era uma vez o Morro do Castelo.



Foto 7 – Vista aérea do Morro do Castelo. Podemos observar o prédio da Santa Casa de Misericórdia, o Complexo Jesuítico e a Ponta do Calabouço, onde hoje está localizado o Museu Histórico Nacional.

Fonte: VIANNA, Luiz Fernando. Rio de Janeiro – Imagens da Aviação Naval – 1916 – 1923.



Foto 8 - Ladeira da Misericórdia. Por aqui, os primeiros colonizadores portugueses ocuparam o Morro do Castelo em 1567. Foi a primeira rua calçada da cidade (1617) (FRIDMAN e MORAES, 1999).

Sem data.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 9 – Ladeira do Castelo ou do “cotovelo”. Tinha início entre as ruas do Carmo e São José.

Sem data.

Fonte: ERMAKOFF, George. Rio de Janeiro – 1900 – 1930: Uma Crônica Fotográfica.

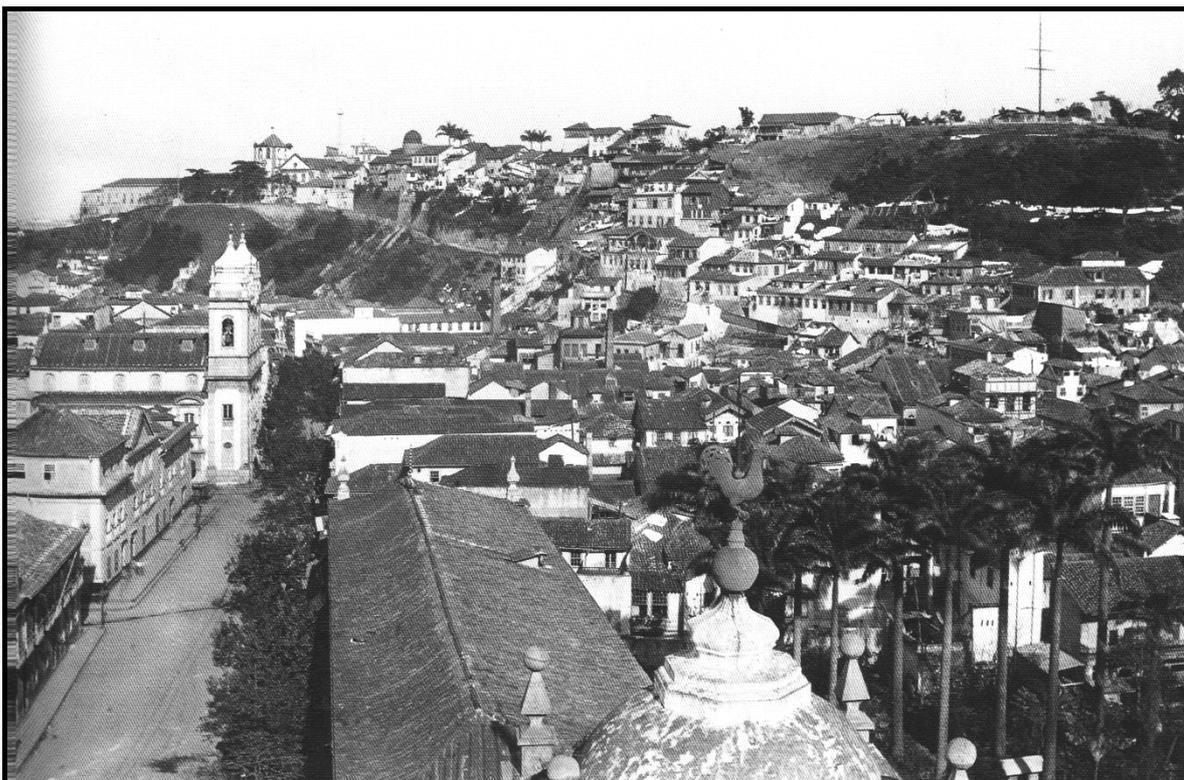


Foto 10 - Morro do Castelo, visto da torre da Igreja do Carmo. Podemos observar a Igreja de São José ao lado da antiga cadeia, onde hoje está localizado o Palácio Tiradentes. Em destaque no Morro, o casario, o Complexo Jesuítico e a torre do telégrafo.

Data: 1860.

Fonte: Juan Gutierrez, MHN, IPHAN/RJ *apud* NONATO, Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. Era uma vez no Morro do Castelo.



Foto 11 - Travessa de São Sebastião. Ligava a Igreja de São Sebastião (ao fundo) à Fortaleza.

Data: 31/08/1920.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.

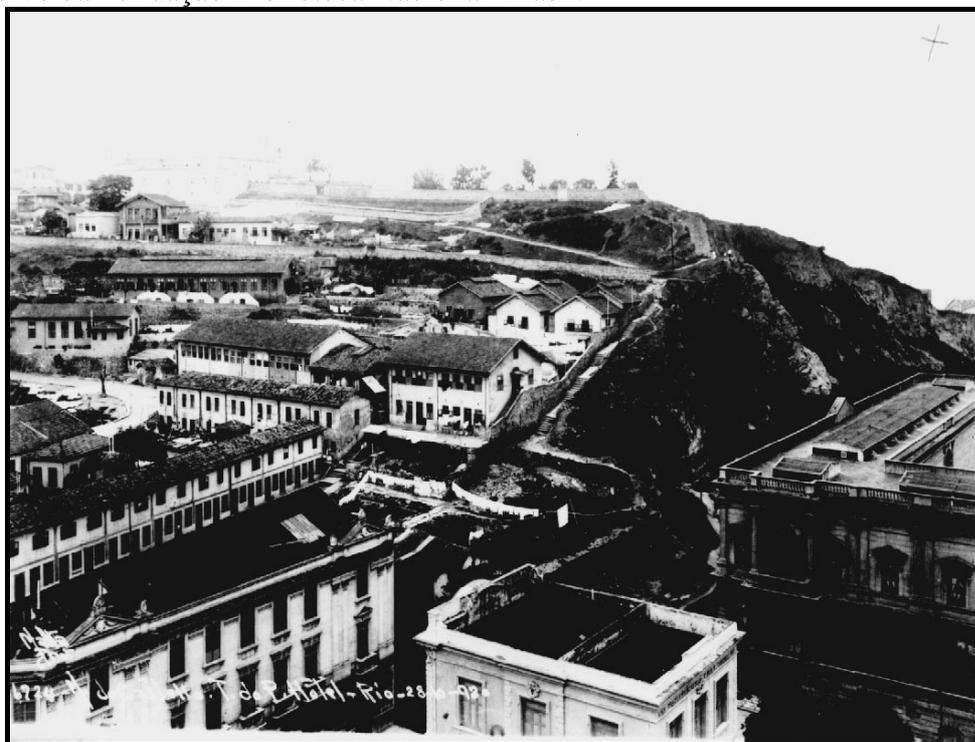


Foto 12 – Morro do Castelo.

Data: 28/10/1920.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 13 – 1º corte no Morro do Castelo. Ocorrido na Reforma Passos, significou o “início do fim”.

Data: 21/11/1905.

Fonte: Augusto Malta. Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 14 – Arrasamento do Morro do Castelo

Data: 11/09/1922.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.  
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 15 - Construção dos Pavilhões para a Exposição do Centenário de Independência.

Data: 13/12/21.

Fonte: Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 16 - Vista aérea do Castelo em processo de arrasamento. Veja como a praia de Santa Luzia (dir.) começava a ser aterrada.

Fonte: VIANNA, Luiz Fernando. Rio de Janeiro – Imagens da Aviação Naval – 1916 – 1923.

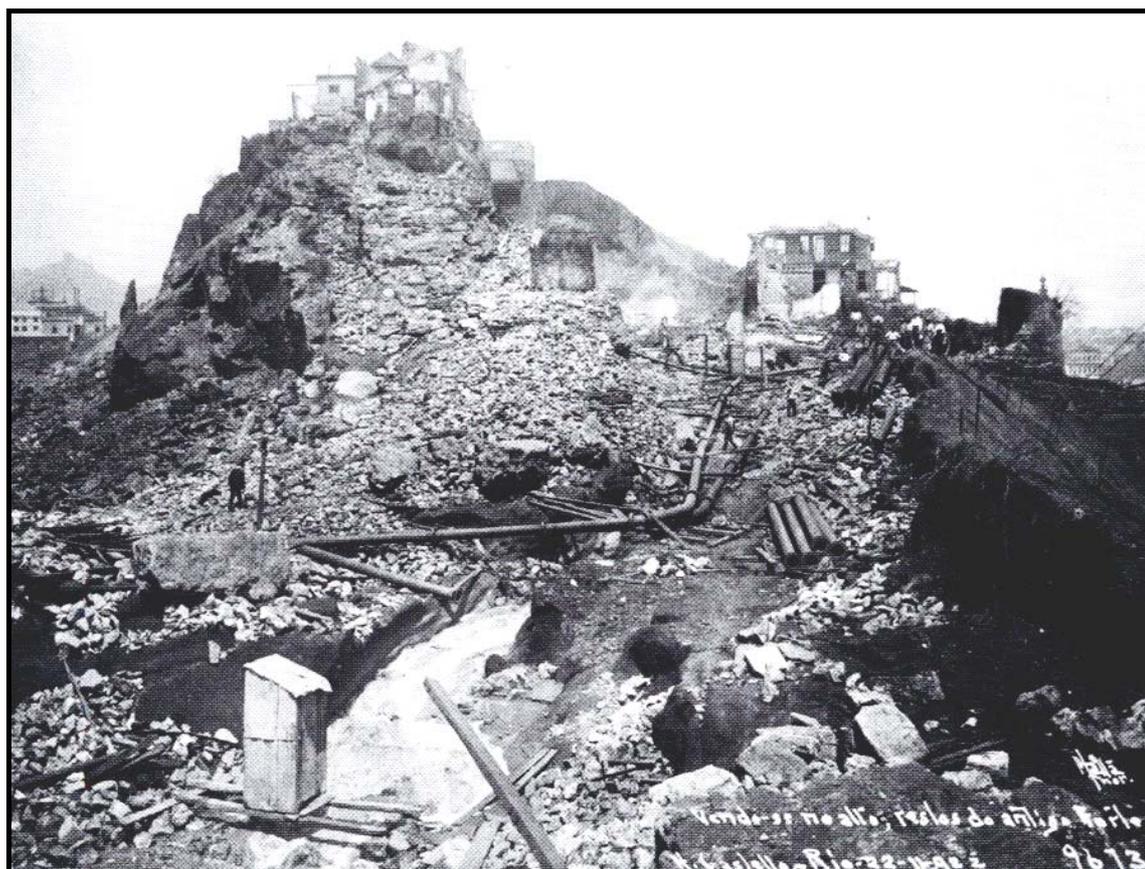


Foto 17 – Arrasamento do Castelo. Em destaque, as ruínas da Fortaleza de São Sebastião. Dizem que o amor remove montanhas. A insensibilidade também!

Data: 22/11/22.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 18 – Exposição do Centenário de Independência. A grandiosidade das festividades não conseguiu esconder o crime de destruir o passado com o arrasamento do Morro do Castelo, ao fundo. O Brasil moderno e o condenado passado colonial vistos na mesma imagem.

Data: 1922.

Fonte: Augusto Malta, FMIS/RJ *apud* KESSEL, Carlos. O Espelho e a Vitrine.

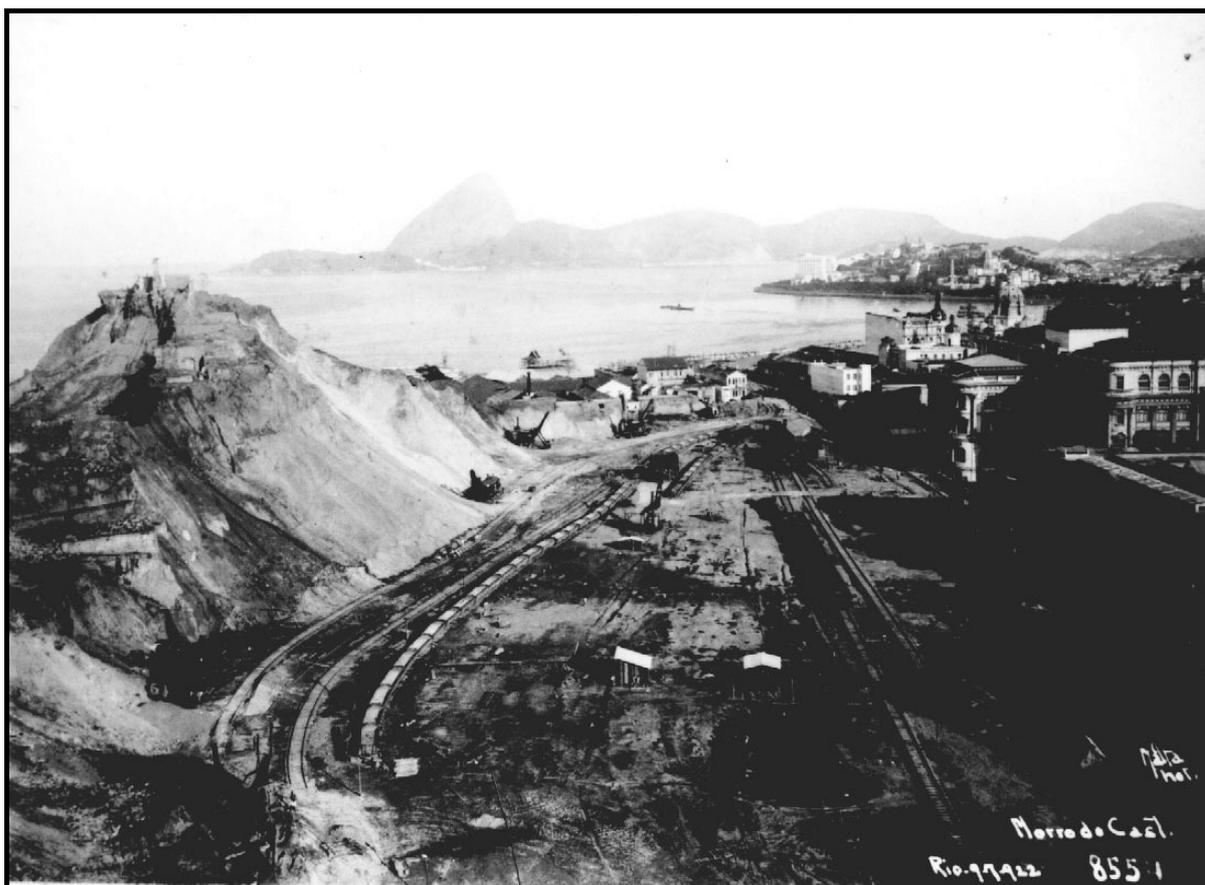


Foto 19 - Arrasamento do Morro do Castelo

Data: 09/07/22.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 20 - Desmorte do Morro com jatos d'água

Data: 11/11/28.

Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 21 - A burguesia no Castelo (1). Visita do Presidente Washington Luís ao Morro, ou melhor, ao que restou dele.

Data: 08/05/1928.

Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

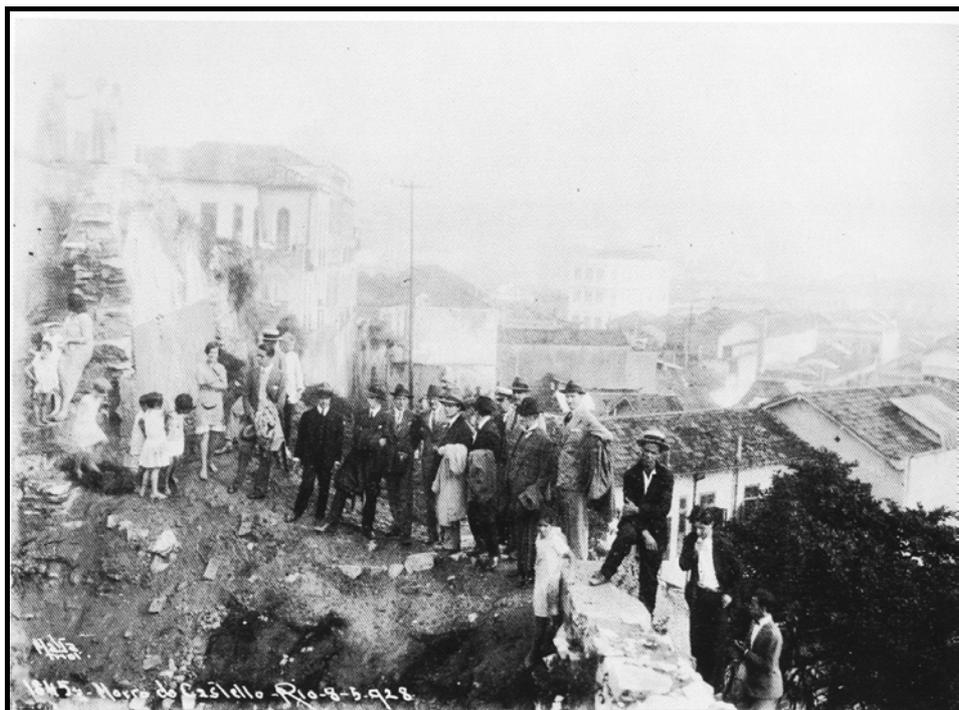


Foto 22 - A burguesia no Castelo (2). O Presidente Washington Luís queria ver todos os detalhes dos restos do “Castelo mal-assombrado” de Carlos Sampaio.

Data: 08/05/1928.

Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 23 - A burguesia no Castelo (3). O Presidente e sua Corte junto aos últimos “Heróis da Resistência”.

Data: 08/05/1928.

Fonte: Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 24 – Construção da Esplanada do Castelo

Data: 21/09/28.

Fonte: Fonte: Augusto Malta, Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 25 – Edificação da Associação Cristã de Moços. Este prédio foi a primeira edificação construída na Esplanada do Castelo. À direita a Igreja de Santa Luzia.

Data: 1929.

Fonte: DUNLOP. C.J. Rio Antigo.

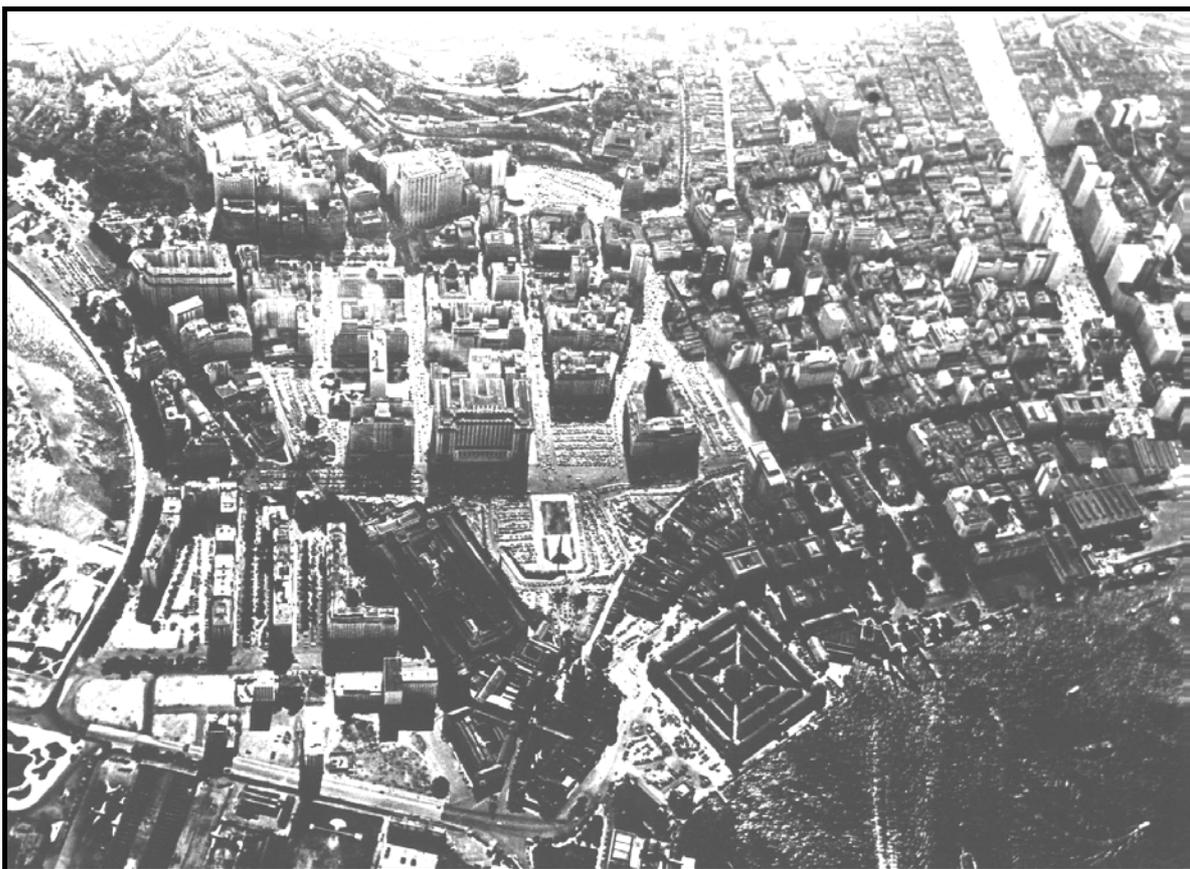


Foto 26 - Foto aérea da Esplanada do Castelo. Essa imagem nos oferece a oportunidade de perceber a descontinuidade entre a área ocupada pelo Morro e a “Cidade Velha”.

Data: 1955.

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Foto 27 – Ministério da Fazenda, visto da cobertura do Edifício Gustavo Capanema.

Data: 14/07/2004.

Fonte: foto do autor.



Foto 28 – Esplanada do Castelo (1). Destaque para o Aeroporto Santos Dumont e a Ilha de Villegaignon. Esta vista foi tomada do Alto do Prédio Gustavo Capanema. A altura do prédio do Ministério da Educação e sua localização coincidem com o sítio da antiga Igreja de São Sebastião.

Data: 14/07/2002.

Fonte: foto do autor.

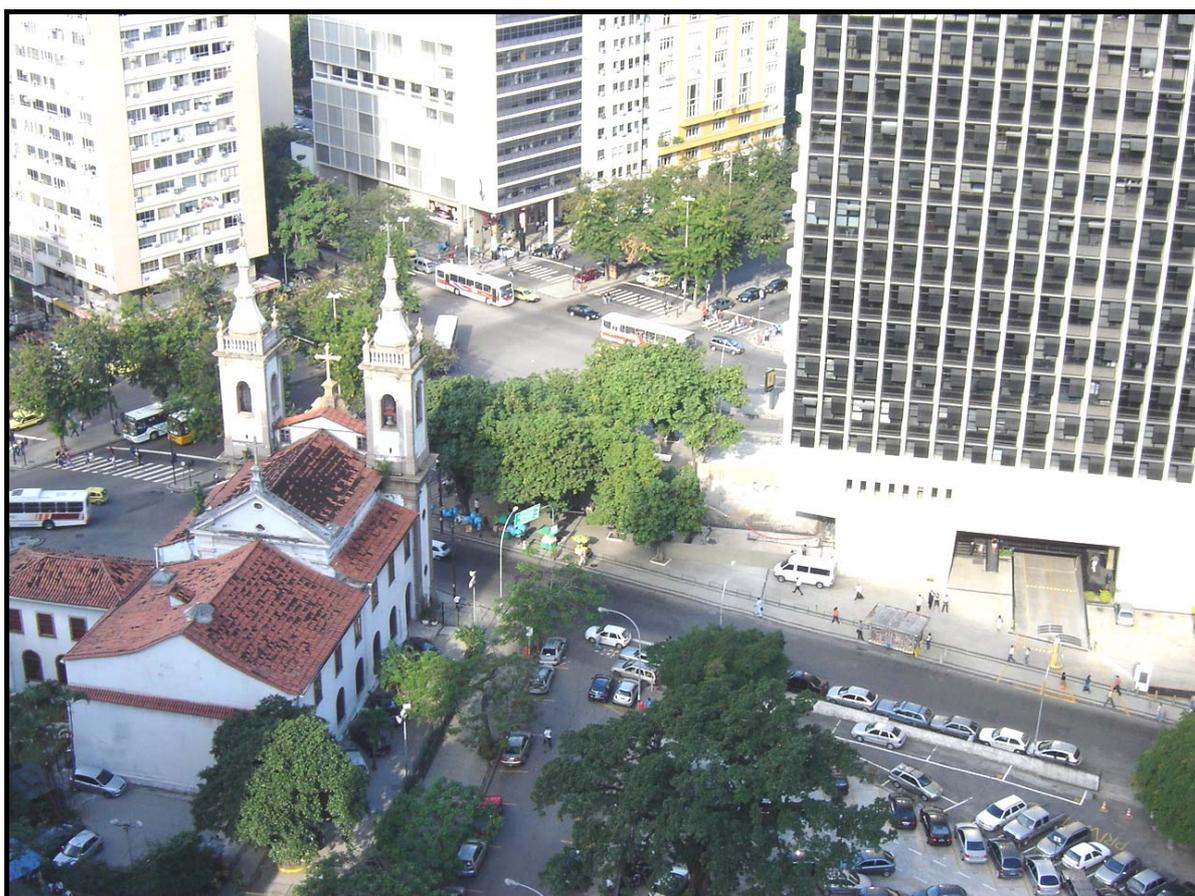


Foto 29 – Esplanada do Castelo (2), vista da cobertura do prédio do MEC. Temos como destaque, os fundos da Igreja de Santa Luzia. Até a década de 1920, esta era a imagem que os castelenses viam do templo, sem o aterro, os prédios e o trânsito caótico, é claro.

Data: 14/07/2004.

Fonte: foto do autor.

CAPÍTULO 4

OS *SEM-TECTO* DO MORRO DO

CASTELO

#### 4 – Quem eram os *castelenses*?

E fala-se em arrasar todo o Moro do Castelo (...). Arrase-se o Morro, que já há muito anos devia ter sido arrasado! Mas, antes de arrasá-lo, digam-me, pelo amor de Deus, para onde se há de mudar toda a gente que o habita, gente que é tão gente como nós, e que, como nós, tem o direito de possuir uma casa, um lar, uma família, e uma vida!

Olavo Bilac

Há muito que se falar sobre os castelenses. Na literatura específica sobre o Morro do Castelo, não há com raríssimas exceções, citações referentes aos seus moradores. E para a imprensa da época, eles eram praticamente “invisíveis”.

Mas afinal, quem eram os *sem-tecto* do Morro do Castelo? (figura 2, p. 200) Onde e em que trabalhavam? A Colina histórica era um local de moradia apenas para a população pobre? O Morro era um “quisto” para a cidade como viam as elites, ou era uma “pérola” como via o escritor Monteiro Lobato? Como o Morro era visto pela imprensa, pelas elites e pelos próprios moradores? É oportuno, portanto, realizar um debate sobre os castelenses, respondendo essas questões, a fim de traçar um perfil da população que foi removida do Morro.

Quando a Colina começou a ser arrasada em 1920, a população residente estava assim distribuída:

...408 prédios, sendo 338 de 1 pavimento, 61 de 2 pavimentos, 8 de 3 pavimentos e 1 de 4 pavimentos. A população é de 4 200 habitantes, inclusive a “Chácara de Floresta”, com 1 043 habitantes, e o Hospital de São Zacharias, com 311<sup>1</sup>.

---

1

Ofício da Secretaria do Gabinete do Prefeito, n° 883, de 2 de setembro de 1921. Coleção Carlos Sampaio, lata 642, pasta 25 *apud* Maia, 1997, p. 80.

Muitos moradores não acreditavam no desmonte, pois há um século, a população convivia com boatos de que o Morro iria abaixo. Acreditamos que este foi um dos fatores que explicam a inexistência da contramobilidade, isto é, da resistência dos Castelenses à mudança. Mais tarde, discutiremos melhor esta questão.

Na pesquisa, percebemos a presença marcante de imigrantes no Morro do Castelo: italianos, portugueses e espanhóis. A grande maioria era a população de origem italiana, como podemos verificar nesta reportagem da Revista *Kosmos*: “O Castello de hoje é quasi todo italiano. Pódem-se contar facilmente os nacionaes e portugueses que alli moram por que, numa simples inspecção, se reconhecem os typos de sua exterioridade”<sup>2</sup>.

Assim, a Colina serviu de localização inicial para os imigrantes europeus de origem latina (foto 30, p. 200). A *Revista da Semana* também destacou a presença de italianos: “A maioria da gente, segundo averiguamos é italiana, talvez na proporção de 70%. Salvo pouca meia dúzia, o seu trabalho, distribuído pela cidade, torna-lhe penosa essa forçada ascensão de todos os dias.” (*Revista da Semana*, julho de 1921).

Existe um erro grave quando afirmarmos que grande parte da população que habitava o Morro do Castelo era composta de negros ou mestiços. Chamamos a atenção a esta questão, pois a *Revista Kosmos* publicou em outubro de 1905 uma reportagem com o título “O Morro do Castelo”. Américo Fluminense, autor da reportagem, comparou a Colina a um dos seus moradores, isto é, “uma negra velha que dorme num canto da rua”. É uma citação forte, mas que sintetiza uma imagem equivocada e preconceituosa de uma mídia interlocutora das elites e que, pasmem, visão essa que perdura até os dias atuais.

Sobre a questão da localização dos imigrantes, a Escola de Ecologia Urbana propõe um modelo para a cidade latino americana, no qual os imigrantes têm como primeiro local de

---

2

*Revista Artistica, Scientífica e Letteraria Kosmos*, Anno II, nº 1, janeiro 1905.

residência os cortiços das proximidades da área central. Apesar de ser um modelo bastante questionado, Corrêa (1976) chama a atenção que não podemos excluí-lo totalmente<sup>3</sup>.

Desta forma, vários imigrantes recém chegados, residiram na área central do Rio de Janeiro, havendo posterior mudança para a periferia da cidade. Segundo os ecologistas urbanos, isto se deve ao fato de que muitos dos imigrantes são jovens e solteiros, sem especialização profissional, encontrando melhores oportunidades nas proximidades do centro comercial das grandes cidades, onde residem em quartos mobiliados, próximos ao local de trabalho. À medida que esses imigrantes ascendem socialmente, deslocam-se para a periferia urbana, onde constroem ou adquirem suas casas próprias. Acreditamos que esse modelo teórico se encaixa bem quando estudamos os moradores do Morro, o que foi comprovado empiricamente através da nossa pesquisa.

Mas o Castelo não era apenas italiano. Fridman e Moraes (1999) frisam que além de italianos, o Morro foi residência de famílias alemãs durante o Império. Nossa pesquisa anterior verificou também a existência de população de origem chinesa, que se concentrava na rua da Misericórdia.

Existiam empregos no Morro, pois havia armazéns e quitandas, escolas, hospital, além do Observatório Astronômico, mas grande parte dos moradores do Castelo trabalhava no centro da cidade. Na sua maioria, eram comerciantes, fruteiros, peixeiros, alfaiates e lavadeiras.

Pelo *Almanaque Laemmert* publicado em 1908, descobrimos que residiam também profissionais com curso superior, como arquitetos, engenheiros e professores. Havia também comerciantes e funcionários públicos (documento 1, p. 201).

Vale lembrar que, no início do século XX, diversas propriedades no Morro pertenciam ao Governo (próprios nacionais), onde residiam famílias de militares reformados (FRIDMAN

---

3

CORRÊA, Roberto Lobato. Localização Inicial do Imigrante: O caso do Rio de Janeiro.

E MORAES, 1999). Destacamos esta observação, pois, uma das hipóteses a ser defendida, é que este grupo foi transferido para o bairro de Marechal Hermes. Mais tarde, voltaremos a esta questão.

O principal local de trabalho da população masculina era o mercado municipal na Praça XV (foto 31, p. 202). As mulheres trabalhavam geralmente como lavadeiras e costureiras principalmente para o Arsenal de Guerra da Praça Mauá: “Os homens quase não variam de profissão, sendo na sua generalidade peixeiros e vendedores ambulantes. Quanto as mulheres, entregam-se a lavagem de roupas, com freguesia cá por baixo” (*Revista da Semana*, julho de 1921).

A falta de estudos sistemáticos sobre os castelenses contribui para forjar uma imagem negativa sobre os moradores. Ainda hoje, é possível associar a imagem do Castelo à favela, a um covil de marginais<sup>4</sup>.

---

4

O site [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br) associa o Morro do Castelo à favela, como podemos verificar nesta citação: “O fato de ter sido a primeira favela do Rio, no entanto, não é consenso entre os especialistas. Para muitos, o Morro da Favela, pela localização, era sim a comunidade mais visível. Nessa mesma época, final do século 19, já existiam núcleos de mesmas características em outras partes da cidade, como no Morro do Castelo e no Morro de Santo Antônio, ambos no Centro”.

## 4.1 – Visões do Castelo

Recentemente, José Antonio Nonato e Nubia Melhem Santos, autores do livro *Era uma Vez o Morro do Castelo*, escreveu sobre a Colina Histórica na Revista *Nossa História* (junho/2004). O início da reportagem com o título *O passado morro abaixo* nos chamou a atenção:

Berço da cidade do Rio de Janeiro e residência de família ricas no período colonial, o Morro do Castelo tornou-se, no século XIX, uma área empobrecida e decadente. Visto como entrave ao progresso, foi demolido, em 1922, e quase ninguém o defendeu (p. 68).

Duas questões se fazem necessárias. Nestes quatro anos de árdua, mas apaixonante pesquisa sobre o berço da nossa cidade, tenho a convicção de que: primeiro, o Morro do Castelo não se configurou numa área social homogênea, marcada pela pobreza, pelo menos até a proximidade da demolição; segundo, será que quase ninguém o defendeu?

Os intelectuais e imprensa realizaram grande debate sobre a demolição. Procuraremos então, nesta seção, citar algumas reportagens dos principais meios de comunicação da época, além de depoimentos prós e contra ao projeto de arrasamento.

Escolhemos algumas reportagens para enriquecer as visões sobre o Castelo. Iniciaremos com os depoimentos pró-desmonte.

Vejamos como o jornalista Assis Chateaubriand interpretou do desmonte do Castelo em *O Jornal* de 05/02/1929:

O carioca hoje pode descansar tranquilo. A prefeitura, graças a noção de gosto de um executivo inteligente, possui um programa dentro do qual a cidade deve crescer, com uma força harmoniosa, cujo equilíbrio mestres de obras e prefeitos suburbanos não poderão mais destruir.

Acrescentamos a leitura de *O Correio da Manhã*: “O espetáculo deprimente que apresentam aqueles amontoados de casebres imundos, verdadeira vergonha da nossa cidade e da nossa civilização” (03/05/1920).

A *Revista da Semana* também contribui com textos a favor da demolição:

O Rio de Janeiro tem um colar de montanhas grandiosas. Uma pequena pérola que se desate não representará perda sensível nesta parure suntuosa. Desgastado na sua base pela ampliação da cidade, bloqueado de avenidas e praças, ostentando nas suas fraldas íngremes uma edificação tumultuada e mesquinha, o Morro do Castelo já nem é sequer um adorno. Homem do seu tempo, o engenheiro e governador da cidade encarou o morro histórico como um quisto encravado no seio da urbe, e prepara-se para extirpá-lo (07/08/1920).

Por sua vez, a revista *Careta* não ficou atrás:

Somos pelo arrasamento e estamos certos de que hoje, depois daquela descoberta de bombas de dinamite no interior das escavações, o povo do Rio inteirinho, todinho, está conosco, que também vê-lo em farrapos (19/03/1921).

Agora, selecionamos alguns textos e depoimentos de época contrários ao projeto de demolição. O *Diário de Pernambuco* publicou em 3/10/1926 uma interessante reportagem de Gilberto Freyre sobre o Rio de Janeiro. Veja partes do texto com o título *Sugestão da favela*:

O que faz o Rio tão gostoso para os olhos é a muita cor, é o ar sempre de festa, em redor da gente, para onde se quer que a gente vá, a pé ou de bonde ou de táxi. Dando voltas ou subindo ladeiras.

Esse morro da favela, que de vez em quando aparece entre os vultos desiguais, entre os altos e baixos dos quintos e dos segundos andares de casas e de edifícios novos – alguns horrorosamente horríveis; esse morro da Favela dá ao Rio uns azuis e uns vermelhos e uns amarelos, verdadeiramente deliciosos.

A estética os engenheiros ainda não chegou por lá. Nem chegará tão cedo. Aquilo não será fácil de achatar nem de acizentar nem de ajeitar (...).

Aquilo não será em mão de imbecil nenhum, de esfera de “pinça-nez” nenhum, a mesma bola de cera que foi o outro morro – aquele que o prefeito do sr. Epitácio Pessoa achatou como se a cidade do Rio fosse toda de areia para ele, novo menino, brincar. Aquilo não será o mesmo brinquedo de papelão que foi nas mãos do atual prefeito o chafariz do Largo da Carioca (...).

Um grande opositor da destruição da Colina foi o paulista Monteiro Lobato. Cabe aqui citar um trecho de sua defesa ao Morro:

Ali no Morro do Castelo nasceu a cidade, ergueu-se a primeira igreja, funcionou o primeiro colégio, enterrou-se Estácio, o fundador. Dali partiu a mancha de azeite que, insinuada encostas acima e vales afora, criou o urbanismo mais pitoresco jamais surgido sobre a terra. Além desta função genetriz, de si bastante para sagrar a colina, o Morro do Castelo, justamente pelo abandono em que o deixaram e pela vizinhança com a avenida, é a pérola maior do maravilhoso colar de pérolas carioca (...).

Houve sempre cochichos de conspiração nos quais um estribilho soa insistente: precisamos arrasar o Morro do Castelo! Sente-se condenado, como a árvore secular que caiu nas unhas dum vendedor de lenha, preocupadíssimo com o cálculo das carradas prováveis. Percebe que virou negócio, que o verdadeiro tesouro oculto em suas entranhas não é a imagem de ouro maciço de Santo Inácio e sim o panamá do arrasamento. E desconfia que seu fim está próximo.

Os homens de hoje, são negociastas sem alma. Querem dinheiro. Para obtê-lo venderam tudo, venderam até a alma se a tivessem. Como pôde ele, pois, resistir à maré, se suas credenciais – velhice, beleza, pitoresco, historicidade – não são valores de cotação na bolsa?<sup>5</sup> (p. 226 -227).

Podemos acrescentar a oposição feita por importantes órgãos da imprensa carioca como o *Jornal do Brasil*. Veja como o jornal publicou a notícia do desmonte:

A prefeitura do Distrito Federal, por meio do decreto 1.529, decidiu cometer um crime: vai mesmo arrancar o coração do Rio. Desde o ano passado, o *Jornal do Brasil* vem fazendo intensa campanha contra a demolição do Morro do Castelo, mas a Diretoria Geral de Obras está decidida a transformar em entulho para aterros o local onde, em 1567, “nasceu a cidade, ergueu-se a primeira igreja, funcionou o primeiro colégio, enterrou-se Estácio, o fundador”, como afirmou o escritor Monteiro Lobato, igualmente contra o arrasamento (...). Higiene, aeração, ruptura total com tudo aquilo que lembre o colonizador português são as desculpas mais comuns daqueles que querem ver o Rio perder o início da própria história. As máquinas prometem destruir tudo até o ano que vem, deixando 4.200 pessoas sem lar. Elas ficarão, provisoriamente, instaladas em barracos, na Praça da Bandeira (*Rio tem o coração arrancando*, 09 de março de 1921).

Diante de diferentes interpretações, cabe neste momento, destacar a posição de um instituto que tinha, teoricamente como papel , a preservação da história do Rio de Janeiro: o IHGB. Sócios fundadores como Pedro Bellegarde e Conrado Niemeyer, fizeram coro com os intelectuais que apoiavam o arrasamento. É bom lembrar que os engenheiros citados foram os primeiros a conseguir uma concessão do Estado para demolir a Colina ainda no século XIX. Outro importante intelectual do Instituto, o Secretário Geral José Vieira Fazenda também fez

---

5

O tesouro do Castelo, in *Urupês*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

parte desse grupo. Maciel Pinheiro em *O Rio de Janeiro através da revistas*, diz que Vieira foi o “maior sabedor das coisas do Rio de Janeiro”.

As obras de desmonte continuaram durante toda a década de 20 e os discursos se tornavam contraditórios. Em 12 de fevereiro de 1927 a Revista da Semana publicou uma reportagem sobre o Castelo. Pairava no ar uma nostalgia e uma preocupação como a história de um órgão que incentivou o desmonte. Vejamos:

Há cerca de seis annos já vem sendo desmontado o Morro do Castello, para que o substitua uma planície de 213 000 metros quadrados. É o berço da nossa capital que desaparece, por que o Rio teve a sua origem verdadeira não nas palhoças de Uruçumirim onde Estácio de Sá, em 1565, lançou os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas nas edificações do morro que já quase não mais existe.

Esse Castello, que existiu até no século XVIII, tendo os nomes de Forte e Castello de São Januário deu a denominação do monte anteriormente chamado de “Morro do Descanso”, Morro de São Sebastião e Alto da Sé.

Hoje bem pouco resta do velho monte histórico. Acima da planície erguem-se os poucos restos de suas cumiadas, cada vez mais rastejantes, procurando desaparecer. A parte fronteira ao mar já não existe. A hydraulica funciona ainda na parte que confinava com os fundo da rua de São José de acesso, só a ladeira do Castello, com as suas casas escalonadas, aguardando o fim que vem próximo.

Está, pois, quase inteiramente arrazado o Morro do Castello. Para os cariocas que têm visto o desaparecimento de tantas relíquias suas, o arrazamento do monte histórico que representa a perda de uma relíquia de altíssimo valor, induz a sérias apreensões. Que poderá erguesse na planície com que está sendo dotado a cidade? Uma maravilha ou uma monstruosidade. Queira a providência que a “sorte” nos favoreça e o Rio possa vir a perdoar o aniquilamento de seu berço”.

*O Jornal do Brasil*, opositor, parece que ao passar do tempo, se rendeu ao discurso de modernidade. Veja parte da reportagem de 12 de março de 1925, com o título – O Rio Moderníssimo de amanhã:

O desmonte do Castello – um sonho alimentado algumas dezenas de annos, desde o velho Scherideau, que na sua época, em 1857, sonhou, projectou e quis fazer face a grande empreitada, demolindo o Castello como o morro de Santo Antonio, fazendo a abertura da maior avenida do mundo, naquele tempo, e que seria símile da nossa Avenida Rio Branco; o Castello está com dois terços demolidos! A sua área – 213.000 metros quadrados, - representa o todo de uma cidadela que vem ampliar a zona central urbana, cujo crescimento atinge neste momento o máximo de carência, para solução de muitos problemas atinentes ao desenvolvimento de suas atividades (...). A cidade, enfim, que se há de refazer com o modernismo exigido para as grandes cidades do mundo.

Todavia, as posições do IHGB, *Jornal do Brasil* e *Revista da Semana* não eram tão ambíguas assim. Afinal, um traço marcante nos capítulos de evolução urbana carioca foi, e ainda é, a dificuldade em conciliar os valores da modernidade com a tradição histórica.

Nas duas próximas seções analisaremos como o Castelo era visto pelas elites e pelos próprios castelenses.

#### 4.1.1 – A imagem do Castelo segundo as elites

As casas, em geral, construídas no estilo feio e forte da colônia, não têm mais do que um ou dois andares. Todo um conjunto de telhados pardos e tristonhos, erguidos numa feição desirmanada e chué: prédios desrebecados, encardidos, remanescente, embora de nobres, residências, verdadeiros frangalhos arquitetônicos.

Luís Edmundo

A visão das elites caracterizava o Morro do Castelo como um local infecto, moradia de uma população pobre e marginalizada, onde proliferavam terreiros de macumba, fumadores de ópio, cortiços imundos e prostíbulos. Em *O Rio de Janeiro do meu tempo* de Luiz Edmundo, um dos grandes cronistas e estudiosos da cidade no início do século XX, o autor realiza uma síntese da imagem do Castelo segundo a classe dominante. Os capítulos 6 e 7 tratam da Rua da Misericórdia e do Morro do Castelo, respectivamente.

Logo no primeiro parágrafo do capítulo, Luiz Edmundo mostra a sua visão sobre a Colina Histórica, estigmatizada como área de miséria humana e arquitetônica: “Os morros de Santo Antônio e do Castelo, no coração da cidade, são dois arraiais de aflição e de miséria. No Rio de Janeiro, os que descem na escala da vida, vão morar para o alto” (EDMUNDO, 1987, p. 63).

O autor estigmatiza o Morro como área de miséria humana e arquitetônica:

Paredes acaçadas, frias, lá uma vez ou outra forrada com papéis de vinte anos atrás, cheios de manchas de umidade, endoados pelas mãos das crianças imundas, soalhos podres, tetos, muitos, de telha vã, e, com mobiliário, a tradição de miséria vinda dos tempos da colônia (Ibidem, p. 66).

Além da degradação física, Luiz Edmundo analisa o dia a dia dos moradores do Castelo:

Um moçoilas pálidas, cheias de olheiras e sardas que trabalham cosendo para o Arsenal de Guerra e que vivem queixando-se de pontadas no lado do pulmão, tonteiras e falta de ar (... ) Em geral, o dono dessas moradias pitorescas são homens do comércio, dos que vêm jantar à casa e que, após o caldo d'untos ou a bacalhoadada da pragmática, vão para a porta da rua, em mangas de camisa, a barguilha da calça desabotoada, o palito espetado na dentuça podre e ar de grão senhor(...) Não há casa ou casebre que não tenha, dependurado ao parapeito da janela, além da gaiola, um homem ou uma mulher a mostrar-se, espiando, indagando a vida de todo mundo, sabendo de que tudo quanto se passa fora de portas, no lugar. Quando não sabem, indagam, inventam, falseiam, caluniam (Ibidem, p. 67).

Seu olhar sobre a Rua da Misericórdia não difere muito da visão burguesa em relação ao centro da cidade:

O bairro é velho e miserável, remanescente de um casario que foi, entanto, o da melhor nobreza(...) Rapazes de ar franzino, curvos, em mangas de camisa, de barba por fazer, à espera de empregos que não sobem andares de casas de cômodos (Ibidem, p. 53).

Escolhemos Luiz Edmundo, pois além do autor analisar a vida diária dos moradores da Colina e da Misericórdia, sintetiza muito bem a ideologia da classe dominante arraigada de valores franceses, e que viam no Morro do Castelo o símbolo do condenado passado colonial português.

Como já citado anteriormente, o Castelo passou no final do século XIX e início do século XX, por um processo de turistificação. Segundo Mascarenhas (1998), o livro de memórias “Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro”, de Joaquim Manoel de Macedo,

precursor de “guia turístico”, dedica ao Castelo, em especial à Igreja de São Sebastião, um lugar de destaque à visitação pública.

A narrativa sobre a Colina é contraditória, ora enfatizando a beleza do lugar:

Naquele sítio aprazível e encantador os olhos têm sempre um quadro admirável a contemplar na majestosa natureza do Rio de Janeiro (...) E os pulmões, enfim, exultam, respirando um ar livre, puro, suave e bem diverso daquele com que a ilustríssima Câmara Municipal infecciona e envenena o respeitável público nas ruas imundas da cidade (p. 214),

ora sobrecarregando no ataque ao estado das construções:

Subir o Morro do Castelo, percorrê-lo, estudar, embora muito rapidamente, a sua história e descer enfim desse velho e desprezado Capitólio da cidade do Rio de Janeiro, sem ter parado, por alguns minutos ao menos, diante do antigo Colégio dos Jesuítas, fora o mesmo que ir a Roma e não ver o papa (Ibdem).

Apesar de enaltecer a imagem negativa do Castelo, o livro sinaliza para as potencialidades concretas de exploração turística do Castelo. No entanto, Mascarenhas (1998) frisa que poucos se interessavam pelas relíquias históricas do Morro<sup>6</sup>.

Assim, os guias turísticos destacavam o Castelo como importante área para a visitação. Entretanto, enfatizavam a pobreza e a insalubridade da área. Mascarenhas (1998) cita a publicação do guia turístico *Standard Guide & Handbook to Rio de Janeiro* (1914), que sugeria a subida pela ladeira do Carmo, já que a sua principal, a ladeira da Misericórdia, estava junto, segundo o guia, ao bairro mais pobre e infecto da cidade.

Trazendo a questão do arrasamento do Morro do Castelo à discussão da atualidade, percebemos como o discurso do controle do espaço urbano é constantemente reproduzido.

---

6

A Reforma Passos ao construir a Avenida Central (atual Rio Branco) removeu parte da vertente oeste do Morro. O poder público deixou exposta à exibição uma pequena amostra do que seria a suposta imensa rede de galerias subterrâneas construída pelos jesuítas. Estas eram abertas para visitação pública após a constatação da ausência das riquezas. Barreto cita que visitação foi concorrida: “sobem a três mil o número de curiosos que ontem lá estiveram” (1997, p. 32, *apud* MASCARENHAS, 1998, p. 172).

Lago (2004) lembra que no discurso da ordem, a tolerância tão comum ao poder público é substituída pela repressão. Neste contexto, programas de urbanização de favelas convivem paralelamente com os de remoção, além do controle dos espaços públicos, como repressão aos camelôs e o gradeamento das praças. “Tudo em nome da ordem social e urbana indispensável para o afluxo de investimentos externos”, diz a autora.

#### 4.1.2 – A imagem do Castelo segundo os seus moradores

Não só de frades e gente pobre houve no Castello. Ali moravam, entre outros de boa nota....

*Revista da Semana*, julho de 1935

Na visão dos seus moradores, o Morro do Castelo era uma grande comunidade alegre e festiva. No dia de São Sebastião e durante a Semana Santa, a população da cidade invadia o Morro do Castelo para assistir às festas na Igreja dos Capuchinhos. A Colina possuía também casas bonitas, blocos carnavalescos (Castelo de Ouro e Prazer do Castelo), um time de futebol amador (Paulistano), uma escola primária (Carlos Chagas), hospital, um posto policial e inclusive, telefone.

Segundo Oswaldo Porto Rocha em *A Era das Demolições* (1995), a maioria dos cronistas e autores da época não conheciam de fato alguns bairros populares: “Eventualmente, algum cronista aristocrático visitava um desses locais, levado mais pela curiosidade do que por outra razão” (p. 76).

Neste contexto, destacamos um trecho de Esaú e Jacó de Machado de Assis, onde as personagens Natividade e Perpétua sobem o Morro do Castelo pela primeira vez a fim de localizar uma vidente para consultar o futuro de seus filhos gêmeos:

Era a primeira vez que as duas iam ao Morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá por os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira (...) Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o Morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto (...) (ASSIS, 1998, p.15).

Desta forma, muitos cariocas conheciam o Morro do Castelo apenas pelo seu imaginário. O Castelo que “enfeava” a cidade, era uma área de alvenaria degradada e estava em desacordo com o que era considerado como chique nas primeiras décadas do século XX. Nesta ótica, o Castelo tinha que ser removido para “melhorar a circulação de ar no Centro”, como também para construir uma cidade moderna. A situação social gerada com o deslocamento da população e a preservação da memória nacional eram coisas que não preocupavam os políticos da época.

Após o decreto do desmonte, o *Jornal do Brasil* entrevistou um velho morador do Morro do Castelo, perguntando a ele, como cidadão, pelo menos no papel, o que sentia, ao saber da notícia sobre o desmonte da Colina:

O arrasamento do Morro do Castelo vai expor muito a cidade dos grandes vendavais. Vai descobrir a cidade já tão sem defesa. Enfim, vai tirar-lhe sua parte mais histórica. O que se deveria fazer era embelezá-lo, saneá-lo, introduzir-lhe melhoramentos, ajardiná-lo, torná-lo acessível a linhas de bondes elétricos, planos inclinados, elevadores, de modo que aproveitando mesmo o seu lado histórico, fazerem do Morro do Castelo o local da grande exposição universal de 1922, com que se pretende comemorar o centenário da Independência do Brasil. Fazer túneis grandes e espaçosos. Os subterrâneos já constituiriam uma grande novidade. Um grande melhoramento ao movimento da cidade dando como a que se pretende fazer em 1922. Em um ano apenas não teremos arrasado o Morro do Castelo e iremos fazer um fiasco medonho aos olhos do mundo inteiro... Não é a picareta do progresso que invade o tradicional, o histórico, o legendário Morro do Castelo: o progresso respeita as tradições de um povo. Isto que o senhor está vendo ali em baixo, é a invasão dos bárbaros! É o menosprezo dos grandes, dos ricos diante da miséria dos pequenos, dos pobres, dos oprimidos, enfim da chamada canalha das ruas. Eis a gente que habita o Morro do Castelo. Se aqui morasse um graúdo, um figurão, um burguês qualquer, eles falariam apenas mas nunca consumaria o arrasamento. Só se lembram de nós na véspera das eleições. Onde estão os intendentes, os deputados, os senadores do Distrito Federal? Estão com o prefeito, apoiaram o plano, votaram empréstimos, aprovaram tudo, quando nas vésperas, por ocasião das eleições federais nos prometiam tudo, nos enchiam de esperanças. Não diga pelo amor de Deus que isto seja picareta do progresso invadindo o Morro do

Castelo, repito, isto é invasão dos bárbaros! bárbaros! bárbaros! (*Jornal do Brasil*, 03 de setembro de 1921).

Interessante as observações feitas pelo morador. Sua indignação nos leva a fazer algumas considerações importantes. Se para as elites, o arrasamento refletia as aspirações da construção de uma cidade moderna com estilo europeu, para os *sem-tecto* do Castelo, significava a invasão dos bárbaros, o desrespeito à história da cidade. Outro ponto importante destacado na entrevista é a total despreocupação do governo de Carlos Sampaio em relação ao futuro daquela população. A “picareta da modernidade” ou os picaretas no poder não respeitou a história da cidade e muito menos o futuro da população residente no Morro do Castelo.

Durante a pesquisa, uma questão nos chamou a atenção: por que o Morro do Castelo tinha essa imagem tão degradada? Tal curiosidade foi reafirmada quando uma bibliotecária da Biblioteca Nacional, que nos atendeu, disse que o Morro do Castelo era uma favela.

Ora, analisando as inúmeras fotos de Augusto Malta no Álbum do Morro do Castelo<sup>7</sup>, o principal registro fotográfico da Colina Histórica, da Biblioteca Nacional, percebemos que o Castelo apresentava aspectos negativos para a cidade que se modernizava (fotos 32 e 33, p. 203). A Colina estava mal inserida no início do século XX, em relação ao centro cultural que se formava ao seu redor, com as reformas urbanas que modernizaram a cidade e que estava representado pelo Teatro Municipal, Escola de Belas Artes e Biblioteca Nacional. Entretanto, precisamos fazer algumas considerações sobre o trabalho de Malta.

Segundo Maia (1997), Augusto Malta era um fotógrafo oficial da Prefeitura do Distrito Federal e como tal, as suas fotos deveriam traduzir e revelar as imagens selecionadas pela classe dominante. Assim, o que nos chama a atenção ao observar as fotos, são os

---

7

Maia (1997) ficou surpreso ao saber que o Álbum ficava num cofre na Biblioteca Nacional. Hoje, ficaria mais ainda, pois para acessar tal obra é necessário que a pessoa seja um pesquisador.

destaques à alvenaria deteriorada, ao excesso de crianças mal vestidas, cabras, cortiços e o incansável trabalho das lavadeiras (foto 34, p. 204).

Em 1920, a Prefeitura do Distrito Federal lançou em homenagem a visita do Rei Alberto da Bélgica, um Álbum de fotografias da cidade. Apesar das inúmeras fotos do centro, não há um único registro do Morro do Castelo. Em suma, para os olhos da elite, o Sítio Histórico do Rio de Janeiro já não fazia parte da paisagem.

Ciavatta (2002) faz uma bela análise do trabalho de Malta em *O Mundo do Trabalho em Imagens*. Para a autora a descrição política do fotógrafo não permite avaliar se ele compartilhava da idéia de que seu olhar fotográfico estava condicionado pela ação do poder político, apesar do posicionamento de sua câmera estar associada ao olhar do prefeito. No entanto, independente da opção política, Malta teve o papel de registrar imagens e feitos da política pública.

Neste sentido, o Álbum do Morro do Castelo apresenta algumas imagens preconceituosas, comuns ao discurso das elites. A deterioração física das casas evidenciadas nas imagens estigmatizou a área como já observado. Essas imagens, talvez, tenham contribuído para criar uma visão negativa do Morro, e que até hoje persiste no imaginário das pessoas, inclusive de muitos intelectuais.

Paixão (2002) lembra que a visão negativa do Morro do Castelo (leia-se moradores), fortemente vinculada pela imprensa acabou abafando vozes contrárias como a de Lima Barreto, e se podemos acrescentar, de Monteiro Lobato. Em relação ao trabalho “Moradores do Morro do Castelo: uma questão social no Rio de Janeiro da década de 1920”, a autora vivenciou a mesma problemática que tenho ao pesquisar quem eram realmente os moradores do Castelo. Segundo ela:

Perceber quem eram os moradores do Castelo não é tarefa fácil, muito pelo contrário. A escassez de fontes que dessem voz a essas pessoas ainda é um grande problema. Talvez venha daí a conformidade de aceitar tão facilmente a idéia de que tais moradores formavam um grupo único e hegemônico (p.21).

Paixão utiliza uma metodologia interessante e comum na historiografia: os processos criminais. Essas fontes permitiram a visualização de inúmeras características dos castelenses, pois os livros de ocorrência da 5ª Delegacia de Polícia (antigo 4º Distrito da cidade, onde estava localizado o Morro do Castelo), registravam, além do nome e do tipo de ocorrência, dados como local de nascimento, filiação, estado civil, idade e profissão das pessoas envolvidas.

A autora chegou ao número de 72 ocorrências que envolveram moradores do Morro do Castelo em 1919 (ano anterior à chegada de Carlos Sampaio ao poder). A conclusão é que a média de ocorrências com referências aos moradores da Colina foi baixa (0,19 casos por dia) em relação à média de casos da mesma delegacia (3,5). Outro dado interessante é que das 72 ocorrências, 97 pessoas se declararam residente no Morro. Deste total, 25 moradores eram infratores, 32 testemunhas e 41 vítimas.

No entanto, do total de pessoas, apenas 20 registraram informações sobre profissões. Assim, Paixão totalizou dois comerciantes, dois motoristas, quatro sapateiros, um eletricista, um vendedor ambulante, um operário, três carregadores, um alfaiate, um policial, um negociante e duas domésticas. A autora frisa, que para a época, profissões como comerciante, eletricista, motorista, operário, alfaiate e policial, eram consideradas como trabalho qualificado. A pesquisadora conclui:

Dentro das relações sociais estabelecidas através de serviços prestados, tais profissões levam a acreditar que havia moradores do Castelo inseridos em uma rede de prestação de serviços que envolvia camadas sociais com certo poder aquisitivo que pudessem pagar por seus serviços especializados de baixa qualificação. Um artesão, pescador ou marceneiro encontraria no Castelo Moradia barata e próxima ao centro da cidade e do Mercado da Praça XV, o que facilitaria bastante a venda de sua produção (p. 23).

Em relação à nacionalidade, 32 ocorrências registravam essa informação, 20 eram estrangeiros e 12 brasileiros. Em suma, utilizando metodologias diferentes chegamos a mesma

conclusão: o Morro nunca representou a materialização de um covil de bandidos e desocupados, nem tampouco uma favela.

Sobre a favelização do Morro, analisando criticamente as fotos do Álbum do Morro do Castelo, observamos fios de energia elétrica, iluminação à gás nas ruas, calçamento antigo (pé-de-moleque) e calçamento mais moderno (paralelepípedo); algumas casas já possuíam água encanada, provando que este bairro “isolado” e “desarticulado” com o seu entorno (foto 35, p. 204), possuía um equipamento urbano que, inclusive, algumas comunidades carentes do Brasil não possuem até hoje<sup>8</sup>.

#### 4.2 – Dona Guiomar, uma castelense

Reservamos esta seção para apresentar um pequeno, mas valioso depoimento de uma testemunha viva do Morro do Castelo: Dona Guiomar Deodoro de Melo, 89 anos de idade, uma ilustre castelense (foto 36, p. 205).

Dona Guiomar nasceu no Morro do Castelo. Seu pai, Emílio Toca Castelo Branco foi enfermeiro da Santa Casa de Misericórdia, e sua mãe, Dona Emília Ferreira Leirosa lavava roupa para o Arsenal de Guerra da Marinha<sup>9</sup>.

Ela não se lembra o nome da rua em que sua família residia no Morro. No entanto, diz que era próximo à Ladeira da Misericórdia.

---

8

O Morro do Castelo possuía um reservatório de abastecimento de água com a capacidade de 10 434 700 litros e estava situado na cota 56 m. (CORRÊA, s/d).

9

A mãe de Dona Guiomar usava folhas de mamona extraídas do próprio Morro para fazer um “tapete” para quarar as roupas. Alias, esta é uma paisagem marcante da Colina.

Apesar da idade, Dona Guiomar ainda possui na memória marcas do Castelo: “era um morro chique, tão bonito e tão bom”. A família residia numa casa alugada de assoalho de tábua corrida. Ela lembra que a tarde sua família e vizinhos ficavam sentados na calçada em frente as suas casas para observar a chegada de navios na entrada da Baía de Guanabara: “era uma festa” diz ela.

Com o decorrer da entrevista, a memória de Dona Guiomar sobre o Morro foi sendo ativada. Havia, segundo ela, muitas famílias italianas e portuguesas como a dela; e muitas crianças também. Uma de suas lembranças se remete ao carnaval. Nesta época, os castelenses desciam à Avenida Rio Branco para brincar a festa popular.

Dona Guiomar também lembra muito bem da igreja de São Sebastião: “um dia houve uma grande missa, com milhares de pessoas subindo o Morro. Parecia um formigueiro”. Este fato trata da última missa na antiga Sé, celebrada em 01 de novembro de 1921.

Questionada porque não houve uma resistência maior dos moradores à demolição, ela diz que sempre houve boatos, mas foram tantos, que a população não acreditava mais. De fato, como já observado, as pessoas saíam à medida que o arrasamento avançava.

Sua família composta por 10 pessoas foi desalojada em 1922. Com apenas 7 anos de idade, Dona Guiomar lembra que a família ficou provisoriamente instalada na Santa Casa de Misericórdia durante aproximadamente um mês.

Logo após, com a ajuda da Prefeitura, seus pais conseguiram ser transferidos junto com outros castelenses para uma casa de cômodos situada na rua Itapiru, nº 100 no bairro do Catumbi<sup>10</sup>.

Dona Guiomar residiu no Catumbi por aproximadamente, segundo ela, dez anos. Posteriormente, sua avó comprou uma casa em Turiaçú, no subúrbio, e levou toda a sua

---

<sup>10</sup>

Apesar da mudança, seus pais continuaram desempenhando as mesmas funções.

família com exceção de um tio. Seu Domingos foi residir no Morro do Pinto. A transferência para esta elevação será analisada no capítulo 5.

Apesar do tempo, Dona Guiomar não esqueceu o lugar onde nasceu. Como já citado, sua permanência por aproximadamente dez anos na zona periférica do centro, no Catumbi, nos ajuda a reforçar a nossa hipótese.

A seção a seguir tratará da homogeneidade social no Morro do Castelo.

### 4.3 – Morro do Castelo: uma área social homogênea?

Como analisar a segregação residencial no Morro do Castelo? Esta Colina apresentava de fato, uma área social homogênea?

Edmundo (1987) cita a construção de barracos no Morro:

Por entre todas essas construções, por vezes, surgem barracos de madeira, inúmeros barracos, com cobertura de zinco enferrujado, o pé de xuxu ou de maracujá florindo à beira, resguardando-o da inclemência do sol (p. 66).

Além do autor, existe uma vasta bibliografia que enfatiza a pobreza como um elemento característico da Colina, ressaltando as péssimas condições de vida de seus moradores.

É importante ressaltar que a partir do séc. XVII, quando a cidade desceu o Morro em direção à várzea, o Castelo passou a ser ocupado por uma população humilde. Corrêa (1995), explica que o processo de segregação social do Rio de Janeiro gerou uma área de obsolescência no centro da cidade. Os proprietários de imóveis na expectativa de conseguirem renda com a valorização do solo urbano com a possível expansão do núcleo central, não investiam na conservação do seu patrimônio. Esses eram alugados para os

brasileiros e imigrantes que trabalhavam no centro. O uso residencial com base em uma população de baixo status social e a deterioração física da área estigmatizaram-na, criando uma imagem de pobreza, vício e crime.

Lessa (2000) enfatiza que no séc. XIX, o Morro do Castelo já estava inteiramente encortiçado, através de antigos solares que o povo transformou em cortiços, onde se reuniam inúmeras famílias.

Por cortiço, usaremos a definição oficial do início do século XX:

Por habitações coletivas entendiam-se oficialmente aquelas que, dentro do mesmo terreno ou sob o mesmo teto, abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes (DECRETO N° 391, de 10/02/1903, art. 27 *apud* CARVALHO, 1995, p. 133).

O cortiço mais importante do Castelo foi o da Chácara da Floresta, localizado ao fundo do terreno da Biblioteca Nacional no início da Ladeira do Seminário (foto 37, p. 206). Possuía 164 casas e, como já citado, nele residia cerca de 1/5 da população do Morro do Castelo. O seu terreno irregular, marcado, ora pela suavidade do terreno, ora pela alta inclinação, combinou, na verdade, várias formas de habitação coletiva .

A denominação “Chácara da Floresta” derivou de uma antiga chácara, pertencente à Baronesa de Wilson<sup>11</sup>. Esse imenso cortiço possuía uma singularidade que o diferenciava da forma tradicional dos cortiços da época: era espaçoso e possuía um ar bucólico. Segundo o casal Francisco Villardo e Florinda Villardo Aloy, ex–moradores do Castelo, a “Floresta” era uma grande avenida, com a entrada toda arborizada<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup>

Informação de Carlos Kessel.

<sup>12</sup>

MORENO, Francisco e ALOY, Florinda. Depoimento – Museu da Imagem e do Som –30/10/1985.

Aliás, a natureza era um elemento marcante nas paisagens da Colina: bananeiras, galinhas, cabras e vacas. Assim, existia no Morro, uma economia complementar associada a um comércio local<sup>13</sup>.

Com a decadência do Forte de São Sebastião, é importante frisar que sua área foi invadida por propriedades particulares, o que gerou várias ações movidas pelo Ministério da Guerra contra os ocupantes (ANTUNES, s/d). É por essa razão que não conseguimos evidenciar o baluarte em imagens da Colina, apesar da possível observação em mapas (foto 38, p. 207).

Sobre a pobreza do Morro tão evidenciada na historiografia, torna-se importante fazer algumas considerações. Como já observado, o Morro do Castelo não era habitado apenas por uma população pobre. Nonato e Santos (2000) ressaltam que no séc. XIX houve uma espécie de *revival* na Colina, ou seja, o morro passou a ser novamente procurado pela população de certo poder aquisitivo. Desta forma, essa classe média via no Castelo a possibilidade de fugir da crise de moradia, caracterizada pelos altos aluguéis das áreas da zona sul.

Acreditamos, ao nosso ver, como elemento fundamental para o *revival* já observado, o parcelamento do solo urbano, crescimento ocorrido com a promulgação da Lei de Terras de 1850, no qual o vetor de expansão da cidade representado pelas ordens religiosas foi substituídos pelos promotores imobiliários capitalistas (FRIDMAN,1999). Em os *Donos do Rio em nome do Rei*, ao analisar produção do espaço urbano no Rio de Janeiro Colonial, aponta o papel desempenhado pela igreja católica como agente político na evolução urbana da cidade. Para a autora, as ordens e irmandades religiosas eram verdadeiros promotores imobiliários. O solo do Castelo, por exemplo, pertencia aos jesuítas, como já citado anteriormente, como também, alguns lotes, a irmandade da Misericórdia, conforme podemos observar nesta citação:

---

<sup>13</sup>

É importante frisar que essa era uma característica comum das comunidades que ocupavam os morros da cidade.

(...) no primeiro século de ocupação os jesuítas, os beneditinos, os carmelitas e as irmandades já possuíam casas para alugues à população não nobre no coração da cidade, sobretudo nas ruas Direita e da Misericórdia e no entorno dos morros do Castelo e de São Bento (...). Quanto ao patrimônio imobiliário da Misericórdia, a partir de sua fundação acumulou imóveis e terrenos (FRIDMAN, 1999. p. 30).

Com a valorização do solo urbano ocorrido com a Lei de Terras, as ordens religiosas passaram a lotear e a leiloar os seus terrenos (op. cit). Desta forma, acreditamos que essa data é de suma importância para se entender o revival apontado por Nonato. Na verdade, o crescimento e conseqüente parcelamento do solo urbano, associado a questão higiênica, explicam ao nosso ver, esse adensamento populacional no Morro do Castelo.

No entanto, junto com a questão da valorização e loteamento do solo urbano, temos também a questão insalubre do espaço urbano. Latif (1965) analisou a volta aos morros no século XIX, enfatizando a ocupação de Santa Teresa:

Mas o medo da febre amarela, que se põe subitamente a grassar na várzea, vai levar o casario a ganhar a montanha para, em grande atropelo, procurar lá em cima um refugio em recantos bem ventilados. O terrível mal dos trópicos forçara as casas a galgarem as encostas íngremes, onde o carro nem sempre se aventura (...) Em outros tempos, quando os sinos tocavam o alarma, o povo corria para abrigar-se atrás das muralhas no alto do Castelo. Agora é o medo da febre que vai afugentar as casas para o morro de Santa Teresa (p. 155).

Mas não era apenas Santa Teresa que possuía ambientes mais salubres na cidade. E o Castelo, será que existiam esses ambientes? Em 27/11/1926, a Revista da Semana publicou uma reportagem sobre os hospitais do centro da cidade. Sobre o Hospital infantil São Zacharias que existiu na Colina, comenta: “(...) o Hospital de São Zacharias, na grimpada do Castello, sítio onde a paisagem levava, o ar puro revigorava e o sol ressuscitava crianças enfermiças”.

Apesar da contradição observada, já que a revista citada não poupou esforços para vender a imagem que a elevação piora as condições sanitárias da cidade, acreditamos que a

piora na questão higiênica da cidade também corroborou, ao nosso ver, para que o Castelo fosse procurado novamente pelos cariocas e estrangeiros.

Em Aparência do Rio de Janeiro, Gastão Cruels observou a heterogeneidade social do Castelo:

Até o Morro do Castelo, após longo período de decadência, desde que os primeiros povoadores começaram a preferir a várzea, voltou, por meados do século passado, a ser procurado. Talvez porque aí se instalasse o Observatório Astronômico, o Telégrafo Semafórico, o Hospital Militar e, depois, a Escola de Medicina. Clemente Martins de Matos, com enorme propriedade em Botafogo, onde se veio a rasgar a rua São Clemente, morava habitualmente no Castelo. Segundo Vieira Fazenda, foram ainda residentes do Morro, Pedro Cipriano de Abreu Lima; o banqueiro Montenegro; o General Pedro Labattute; o Coronel Gabizo, visitado freqüentemente por José Bonifácio, o velho; Floriano Peixoto, quando estudante; talvez Laurindo Rabelo. Houve tempo em que o pátio do Telégrafo, com canteiros floridos e uma fonte, tudo muito bem arranjado pelo velho Gabizo, seu diretor, era ponto de passeio aos domingos (p. 401).

Entretanto, a Reforma Passos do início do século XX modificou esta situação, pois uma parte da população expulsa dos cortiços demolidos para a abertura da Avenida Central, se deslocou para o Castelo. Portanto, o adensamento populacional se intensificou com a Reforma de Pereira Passos, pois a população pobre desalojada via no Morro a possibilidade de fixar nova residência, tomando o rumo das casas de cômodos e dos cortiços, como o da Chácara da Floresta, conforme podemos observar na citação abaixo:

Com o gradual desaparecimento dessas habitações, uma grande parte de seus moradores não iria se transferir para as áreas periféricas, devido à dificuldade de locomoção para seus empregos, uma vez que a massa destes concentrava-se no espaço urbano central, optando então, pela subida pelos morros centrais, onde se empilhavam casebres sem higiene e sem luz, mas também sem qualquer obrigação para com a classe de especuladores capitalistas (CARVALHO, 1995, p. 139).

Como já enfatizado, barracos de madeira e de teto de zinco também podiam ser observados no Morro. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o “velho Ignácio, um dos moradores mais antigos do Morro, destaca esse problema e a preocupação com o seu futuro:

- *Há quantos anos o senhor mora no Morro do Castello?*
- Moro aqui no morro há 52 anos.
- *E agora, para onde pretende ir?*
- Para lugar nenhum, fico mesmo aqui.
- *Mas o Morro do Castello vai ser arrasado.*
- Isto leva tempo, leva tempo! Lá em baixo tem mais mandadores que trabalhadores. Quando chegarem cá em cima já acabou o dinheiro. Não há terra abençoada como esta.
- *Quanto paga aqui de aluguel?*
- Antigamente eu não pagava nada, deram-me este cantinho de terra e eu fiz este barracãozinho, mas o senhor acredita que tudo seja mesmo arrasado?
- *Pois não tá vendo o prosseguimento das obras?*
- Para onde vou eu e D. Maria Luiza?
- *Quem é D. Maria Luiza?*
- É esta pobre velha cearense, minha companheira de muitos anos. Para onde é que vamos sem eira nem beira? Que será de mim? No fim da minha vida, ficar na rua sem ter onde dormir. Para onde vai essa gente toda? (*Jornal do Brasil*, 28/08/1921).

Podemos fazer algumas considerações a respeito. Primeiro, destacamos a descrença do seu Ignácio em relação ao desmonte. Segundo, a presença de nordestinos no Morro, Dona Maria Luiza, cearense e mulher de seu Ignácio. Terceiro, a presença, de fato, de barracos no Castelo. Este tipo de habitação no Morro é também frisado por Lessa (2000).

A Reforma Passos selou o futuro do Morro do Castelo. Passos não arrasou a Colina por falta de interesse, e sim pela simples falta de tempo hábil. O corte no Morro para a construção da Avenida Central em 1905 gerou a primeira etapa de mobilidade residencial. A parte mais nobre do Morro foi demolida e seus moradores removidos. Apesar de ter sido procurado por parte da população pobre, expulsa dos cortiços da área central, o Morro do Castelo passou por um êxodo, da população de melhor poder aquisitivo e que percebia a proximidade do processo total de desmonte. A partir desse momento, inúmeras famílias passaram a desocupar a Colina, ou seja, a mobilidade dos castelenses começou antes do decreto do desmonte.

É importante destacar, então, o processo de invasão/sucessão, tão debatida pela Escola de Ecologia Urbana. À medida que a população expulsa da Reforma de Passos, considerada de baixo status, subia o Morro do Castelo, a população de médio status descia a Colina. Assim, o processo de mobilidade residencial não se iniciou com o desmonte. Na primeira

década do século XX, inúmeros castelenses passaram a residir em outros bairros da cidade, como Paula Mattos, Morro do Pinto e Marechal Hermes. Em suma, a classe que tinha certo poder aquisitivo foi a primeira a sair da Colina. Os que ficaram, juntamente com os que subiam, esperando as máquinas para demolição, eram os mais pobres.

Assim, no início do século XX, parte dos moradores da Colina histórica pertencia a uma classe que poderia ser hoje comparada a uma classe média e média-baixa. Relatos mostram que a população se dissipou progressivamente à medida que a colina ia sendo arrasada. As inúmeras fotos de Malta comprovam essa tese. Para ilustrá-la, destacamos a foto do desmonte da Igreja dos Capuchinhos, onde mesmo com a sua destruição, percebemos o trabalho das lavadeiras (foto 39, p. 208).

No final da sua história oficial, realmente, o Morro do Castelo foi caracterizado pela homogeneidade social, ou seja, pelo predomínio da população pobre, revelando um processo de segregação no Morro. Achamos essa informação relevante, pois este fato contribuiu para facilitar a ação do governo no processo de desmonte, pois como nos lembra Lessa (2000): “Ser pobre na sociedade brasileira sempre foi sentir-se vulnerável ao arbítrio, à violência e à ausência de proteção” (LESSA, 2000, p. 292).

Entretanto, se do ponto de vista de renda, o Morro do Castelo não poderia configurar-se como uma área social homogênea, pelo menos até a proximidade do arrasamento, o mesmo não podemos afirmar sob o ponto de vista cultural. Para reforçar tal afirmação, gostaríamos de enriquecer o debate, resgatando alguns apontamentos de Castells (1992) em *Dual City*. O autor destaca a dualidade cultural nas correntes que estudam a cidade através da polarização sócio-espacial.

Enfatizando que a cultura define grupos e seleciona seus espaços, ele percebe que a cidade torna-se um lugar para a expressão e reprodução de grupos étnicos. Castells cita exemplos que para grupos étnicos oprimidos, o território confinado coincide com áreas de

menor expressão econômica, demonstrando a estratificação social através da discriminação racial. Desta forma, ao nosso ver, a presença da comunidade latina (portugueses e italianos) configurava o Morro do Castelo como um enclave espacial, sendo neste sentido, uma área social homogênea.

#### 4.4 - A (des)política habitacional

Era necessário pensar em mudar e dar nova residência a 5 000 pessoas, obter permissão do Cardeal e chegar a acordo com os Capuchinhos para demolir o Convento e as Igrejas, e era essencial dar destino às crianças que se achavam em tratamento no Hospital de S. Zacharias.

Carlos Sampaio

Um dos traços mais marcantes da evolução urbana brasileira é a questão da habitação. Esta pode ser observada através de vários eixos de análise: a constante favelização, a presença dos sem-tetos nas grandes cidades, o preço elevado dos aluguéis e a falta de investimentos do Estado em habitações populares.

Para entender um pouco melhor as origens da crise de moradias, temos que voltar ao século XIX, a partir dos anos 50, quando a população urbana cresceu, e a transferência do eixo de acumulação de capitais da economia escravista para a mercantilização do solo trouxe profundas mudanças no setor habitacional.

Neste período, o grande fluxo imigratório e de mão-de-obra proveniente da economia cafeeira fluminense em decadência, permitia uma oferta de força de trabalho como também intensas transformações no espaço da cidade do Rio de Janeiro.

No século XIX, o crescimento demográfico da cidade promoveu a ocupação das freguesias periféricas ao centro da cidade. Entretanto, esta ocupação não foi acompanhada por uma correspondente expansão do parque domiciliar, aumentando com isso, a densidade na área central. Segundo Carvalho (1995), esse crescimento determinou um aumento da demanda de habitação, cujo déficit de moradias acabou por gerar um desequilíbrio no setor habitacional, afetando as populações de baixa renda. Em outras palavras, os cortiços avançavam na área central.

Durante o período colonial, a população da cidade do Rio de Janeiro era na sua maioria formada por escravos. Existiam poucos trabalhadores livres e uma reduzida elite administrativa. A função portuária e comercial associada a difícil acessibilidade devido a falta de transportes coletivos, fazia com que esses grupos sociais morassem junto à área central. Desta forma, não existia ainda um espaço urbano segregado até a primeira metade do século XIX, quando a mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro era bastante limitada.

Portanto, a criação de um espaço segregado típico do desenvolvimento capitalista, iniciou-se na segunda metade do século XIX, colaborando para isso, o papel do Estado através de intervenções no espaço urbano e o desenvolvimento dos meios de transporte.

Quando as elites iniciam o abandono do centro em direção à zona sul e alguns bairros da zona norte (Tijuca, Vila Isabel e Grajaú), as áreas residenciais localizadas no centro são desvalorizadas e ocupadas por famílias e pessoas solteiras, imigrantes recentemente chegados, que alugavam residências ou quartos em imóveis que, na maioria dos casos, tornam-se fortemente deteriorados, conforme o padrão identificado por Corrêa (1995), citado anteriormente.

Assim, a dinâmica espacial da segregação gerou o aparecimento de bairros dotados de novos valores de uso e amenidades, habitados agora pelos grupos sociais de alto e médio status.

O *Jornal do Brasil* no início da década de 1920 procurou relatar o problema da crise de habitações por que passava a cidade do Rio de Janeiro. A reportagem do dia 27/10/1921, com o título: “*Uma favela na planície com vistas ao Ministério Público e a Saúde Pública*”, nos mostra como era contraditório o discurso do Prefeito Carlos Sampaio em relação à questão habitacional. A citada reportagem criticava a política habitacional do Prefeito do Distrito Federal, relatando a formação de uma favela à margem da linha de ferro Central do Brasil, em frente ao Derby Club. Segundo a reportagem, a contradição era gritante: “A aberrante política de Carlos Sampaio em obras de embelezamento e saneamento urbano. Somas vultosas gastas e outros pontos se transformando em favelas”. (*Jornal do Brasil*, outubro de 1921).

A Reforma Urbana e o saneamento da cidade acentuaram os problemas de sobrevivência da população trabalhadora residente na área central. A primeira grande Reforma do século XX, a de Passos, estava ausente as soluções de moradias para aqueles que residiam nos cortiços, como nos lembra Lessa (2000):

A reforma urbana nada propôs em relação aos quarteirões lindeiros à área reformada, tampouco sugeriu nenhum novo padrão de controle policial. Não realizou qualquer política habitacional para os pobres. Simplesmente não tomou em consideração a moradia para o povo. Desconheceu o problema. Parecia que, para os homens da Reforma Passos, o povo era invisível (LESSA, 2000, p. 296).

Para muitos críticos da questão das moradias, de nada adiantava demolir as casas de cômodos sem o devido investimento em programas de construção de casas populares. Tal situação apenas contribuiu para agravar e ainda, proliferar novos cortiços em outros pontos da cidade.

Vale enfatizar que a falta de habitações provocava a elevação dos aluguéis, tornando as áreas centrais cada vez mais proibidas às camadas populares. Entretanto, a população removida dos cortiços necessitava de soluções que garantissem a proximidade do local de

trabalho com o lugar de residência. Esses trabalhadores encontraram na favela, a solução para residirem próximos do local de trabalho (CARPINTÉRO, 1977).

Os cortiços e as favelas eram vistos pelos médicos e higienistas como uma ameaça ao desenvolvimento da cidade. Influenciados pelas teorias médicas européias do século XIX, consideravam que as precárias habitações eram responsáveis pela propagação de doenças e epidemias.

Segundo Carpintéro (1977), os congressos de higiene e saúde pública enfatizavam a questão da habitação popular a fim de viabilizar os projetos de construção para a população de baixa renda.

Na área da legislação, os decretos federais, ao incentivar a construção de residências para a população de baixa renda, geraram atritos entre o poder público e as iniciativas particulares, dificultando com isso, a realização de projetos.

Os Decretos Federais 2.407 e 4.029, datados de janeiro de 1911 e dezembro de 1920 respectivamente, procuraram favorecer as empresas de construção, estabelecendo uma série de requisitos, entre eles a concessão de empréstimos destinados à construção de habitações populares. Como já citado anteriormente, esta lei federal acabou provocando alguns conflitos entre a esfera municipal e a iniciativa privada, pois nas cláusulas que compõem o decreto 4.029, estava presente a necessidade de aprovação do município para a obtenção de empréstimos feitos pelas companhias construtoras, ficando ainda a cargo da prefeitura cobrir todos os gastos necessários para a instalação de infra-estrutura. (op. cit.)

Em 5 de setembro de 1921, a Directoria Geral de Obras e Viação do Distrito Federal abriu concorrência para a construção de pequenos prédios para abrigar os moradores do Morro Castelo. Havia uma série de condições, ao nosso ver, nada atrativas às construtoras. Vejamos: as construtoras deveriam possuir o terreno e construir no mínimo 20 prédios; as casas poderiam ser isoladas ou em grupo de duas com 1 ou 2 quartos, sala, cozinha, tanque

para lavar e quintal; as casas construídas deveriam ser alugadas com preferência aos moradores do Castelo pelos preços que pagavam na Colina pelo prazo de 2 anos; após o término deste prazo, os proprietários poderiam agir a melhor maneira de convier. Além disso, o proponente aceito deveria trabalhar também no desmonte do Morro, podendo utilizar os materiais aproveitáveis para o emprego na construção dos prédios<sup>14</sup>.

Logo, percebemos que as condições impostas eram muitas. No entanto, as vantagens para as construtoras eram pequenas.

O conflito entre o poder público e o capital imobiliário também é analisado por Barbosa (1992):

O empenho do poder público na construção de habitações para a classe trabalhadora nunca ultrapassou os limites da cessão de concessões às empresas particulares e poucas destas levaram adiante os seus projetos: mesmo aqueles que conseguiram edificar “habitações populares”, o seu número estava muito aquém da demanda e além das possibilidades econômicas da classe operária (p. 326).

Neste sentido, Carpintéro (1977), afirma que nem todos os prefeitos estavam dispostos a aprovar os projetos de construção popular apresentados pelas construtoras. Citando o exemplo da administração de Carlos Sampaio, a autora enfatiza que o prefeito foi um dos mais criticados na questão habitacional para a população de baixa renda. A Companhia Construtora Jannuzzi, tendo como proprietário o Sr. Antonio Jannuzzi apresentou um projeto de construção de casas populares a preços baixos para facilitar a aquisição pelos trabalhadores. Carlos Sampaio vetou tal projeto justificando os altos gastos que a prefeitura arcaria com os serviços de infra-estrutura necessários e também por que haveria uma grande especulação, pois as empresas obteriam lucros com a venda das casas, conforme podemos observar na citação abaixo:

---

14

Boletim Municipal do Distrito Federal, 1921.

O confronto nos anos 20 entre empresas construtoras e o poder municipal na cidade do Rio de Janeiro assinala um outro movimento em relação ao controle do Espaço urbano, neste momento, a preocupação central dos urbanistas já era de tentar combater a política descontrolada dos especuladores imobiliários (CARPINTÉRO, 1977, p. 71).

Como vimos na concorrência aberta pela prefeitura, Carlos Sampaio não queria arcar com custos para a construção de casas populares.

O interessante é que o Plano Agache concebido na década de 20, mesmo sendo um instrumento que visava “empurrar” os trabalhadores de baixa renda para os subúrbios, tinha na sua concepção a preocupação com a questão da habitação popular:

É indispensável na hora actual, que o Estado ou a Municipalidade contribuam para a habitação de certas classes da população, seja por meio de empréstimos a juros mínimos, seja fazendo executar as obras (...) (AGACHE *apud* ABREU, 1997/A, p. 87).

Assim, o Plano Agache sugeria a participação do Estado no processo de reprodução das classes trabalhadoras através de uma política que barateasse os custos dos programas habitacionais.

Corrêa (1995) nos lembra que no interior da sociedade capitalista, não há interesse dos promotores imobiliários na produção de imóveis para a população de baixa renda. Isto é explicado pelos baixos salários dos trabalhadores em relação ao custo da habitação produzida. Interessa ao capital produzir habitações para as classes privilegiadas, o que gera o aumento dos lucros. Daí a participação do Estado em certos momentos na produção para as classes baixas, ou seja, se transformando em verdadeiro promotor imobiliário.

A prefeitura do Distrito Federal gastou em torno de 15.600 contos somente com desapropriações no Morro do Castelo (KESSEL, 2000) . Durante o processo de desmonte, o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã* fizeram inúmeras denúncias sobre fraudes nas indenizações dos proprietários:

Um prédio comprado por 5.000\$000 e com mais 18.000\$000 de reformas foi vendido à prefeitura por 70.000\$000... E o pobre que dança na corda bamba. Calcule agora quando for o resto, este colosso que se chama Morro do Castello! Dinheiro haja!<sup>15</sup>

O *Correio da Manhã* de 07/01/1926 publicou uma reportagem sobre desapropriações indevidas pagas pela Prefeitura aos proprietários do Morro do Castelo. Nesta reportagem há uma denúncia de que existiam falsos vendedores que aferiam lucros com a venda de terrenos que não lhes pertenciam. Assim, percebemos que o Morro do Castelo se transformou nos seus últimos dias, num verdadeiro “negócio da China”.

Entretanto, é importante frisar que a grande maioria dos moradores do Castelo e do bairro da Misericórdia eram inquilinos, que alugavam casas a preços baixos e que, portanto, não receberam nenhuma indenização.

A construção de barracões na Praça da Bandeira para abrigar a população, de nada adiantou para reverter a crise dos moradores. A total falta de infra-estrutura nesses barracões, apenas piorou as condições de vida dos pobres moradores expulsos do Castelo. Em suma, como na Reforma Passos, para Carlos Sampaio, a população do Morro do Castelo também era invisível.

É importante, portanto, tecer algumas considerações sobre a ausência das classes populares enquanto atores políticos na estrutura política do então Distrito Federal. Assim, a análise do jogo de forças entre o prefeito e o Conselho Municipal é fundamental para entendermos as questões políticas do arrasamento do Morro do Castelo e suas conseqüências.

Motta (2001) enfatiza que os prefeitos cariocas eram meros interventores do poder federal, exercendo a administração municipal em consonância com as diretrizes do Governo Central. Segundo a autora:

---

15

*Jornal do Brasil*, 03/09/1921.

De formação técnica – médicos, engenheiros e militares, na sua maioria, vindos em geral de outros estados e alheios à política municipal, esses prefeitos teriam sido incapazes de estabelecer redes sólidas de alianças aptas a sustentar uma agremiação política estável. A Câmara Municipal por seu lado, não possuiria condições de estabelecer limites ao prefeito (p. 59).

Composto por médicos, advogados, engenheiros, funcionários públicos e comerciantes como nos lembra Kessel (2000), o Conselho Municipal poderia ser um elemento de referência para as reclamações da população. Todavia este se limitava a defender os interesses de determinados grupos como, por exemplo, os funcionários públicos municipais:

a maior parte do tempo do conselho era gasto tratando dos interesses dos funcionários públicos municipais: regulamentar promoções, nomeação, reintegrações, gratificações, aposentadorias e equiparações e conceder licenças por longos períodos para tratamento de saúde... É significativo que dos 593 decretos legislativos, 453 tratassem da rotina funcional dos servidores (KESSEL, 2000, p. 67).

Um outro ponto importante da dimensão política da reforma urbana é enfatizar que na década de 20 estava se iniciando a prática dos chamados “currais eleitorais” na cidade do Rio de Janeiro. Alguns políticos já controlavam algumas áreas da cidade. Entretanto, não era o caso do Morro do Castelo, reduto de imigrantes sem direito a voto. Portanto, este é um fator que explica o total descaso do poder público dos centros urbanos que sabia que não haveria grandes pressões por parte das massas populares urbanas. Em suma, a palavra cidadania não existia ainda, no vocabulário das massas urbanas nas primeiras décadas do século XX.

No caso do Rio de Janeiro, o prefeito era indicado pelo Presidente da República; em outras palavras, era um mero interventor. No caso de Carlos Sampaio, é importante frisar que ele era um técnico e não um político. Portanto, ele não almejava a continuidade de sua carreira política. Havia ainda, o Conselho Municipal que era escolhido pelo povo, mas tinha poderes limitados. Este, que poderia se transformar em um mediador dos conflitos entre classes, apenas procurou defender os interesses de determinados grupos, como por exemplo, os funcionários públicos.

Silva (2003) examina as possíveis articulações entre a territorialidade do voto e agenda política da reforma urbana brasileira. Segundo o autor:

Em nosso país, a política era, sobretudo vista como uma atividade restrita às elites, uma atividade realizada em gabinetes, corredores, jantares políticos, em acordos entre grupos privados, quando não nos palácios estrangeiros. Mas, no curso dos últimos tempos, a partir da redemocratização do país, a sociedade brasileira tem ensaiado e aprimorado seu processo democrático (p. 2).

O autor frisa que a territorialidade é fundamental que a população tenha consciência da sua participação política no território, como também da necessidade de sua integração nele. A territorialidade, segundo ele, pode ser definida como a tentativa, do indivíduo ou do grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, ações, decisões, fenômenos e relações políticas.

Assim, percebemos que a territorialidade do Morro do Castelo era parcial ou restrita, pois a apropriação do lugar pelos seus habitantes se inscrevia apenas no campo imaterial, ou seja, no simbólico, no afetivo, não possuindo no campo político, poder de decisão na arena de conflitos entre os segmentos sociais que participavam do projeto de arrasamento da Colina.

Voltemos à questão da resistência. Será que ela de fato, não existiu? Se existiu, será que não foi abafada pela mídia da época? Para responder estas questões, lembramos da metodologia adotada por Paixão (2002). Partimos então, para o laboratório de microfilmagem da Casa Ruy Barbosa, onde estão localizados os boletins de ocorrências policiais do Rio antigo. A idéia é simples: se houve alguma manifestação que pudesse culminar numa desordem urbana, com certeza, estaria registrada nos processos arquivados.

Em inúmeras ocorrências de acidente de trabalho ocorridas no desmonte da Colina, selecionamos uma de maior gravidade. O boletim de ocorrência n. 000816 de 09 para 10 de julho de 1921, registra um incidente com morte no Morro do Castelo (documento 2, p. 209). Um português que trabalhava no desmonte foi atingido por uma pedra. É um fato violento e isolado, não configurando, portanto, numa revolta generalizada.

Assim, apesar de algumas manifestações isoladas contrárias ao desmonte, os moradores do Morro do Castelo não foram organizados o suficiente para serem interlocutores da classe dirigente e reivindicar uma política habitacional para a população removida.

Não existiam à época grandes preocupações por parte dos políticos com o destino e as conseqüências dos deslocamentos das populações removidas nas Reformas Passos e Sampaio. Vale destacar que na época não votavam as mulheres, os analfabetos e os estrangeiros. Ora, como já observado, o Castelo era habitado por um grande contingente de imigrantes, mulheres e crianças; e ainda, para agravar a situação, metade da população carioca era analfabeta, segundo o Censo Demográfico do Distrito Federal de 1920. Concluimos, portanto, que o Castelo tinha um peso insignificante em número de eleitores para compor o Conselho Municipal. Em suma, o Castelo não era um “curral eleitoral” como ocorre atualmente com as comunidades carentes.

Na atualidade, os políticos demonstram supostas preocupações com o futuro dos habitantes das comunidades carentes urbanas, pois estão interessados na manutenção de suas carreiras políticas por intermédio de futuras eleições a cargo de mando.

A resistência ao desmonte foi, ao nosso ver, materializada na permanência da população removidas para áreas próximas do local de trabalho, em morros da zona periférica do Centro. É o que veremos no próximo capítulo, quando analisaremos o padrão geral da segregação imposta pela Reforma Sampaio.

## ANEXO 4



Figura 2 – Os *sem-tecto* do Morro do Castelo

Fonte: Charge de J. Carlos, Revista Careta n. 695 – data: 15/11/1921 *apud* NONATO, Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. Era uma vez o Morro do Castelo.



Foto 30 – Moradores do Morro do Castelo. Na foto, o italiano Jacomo e sua esposa em frente de sua casa.

Fonte: Revista da Semana, julho de 1921.

**CASSIANO, RUA DO.** Na Gloria. Veja Chefe de Divisão Salgado, rua do.

**CASSIANO, TRAVESSA.** Districto de Santa Thereza.

- N. 1 C. N. Lefebre, commerciante (583 A)  
 N. 2 B Francisco Borges Linhares sobrinho, 2.º esc. da 5.ª div. da E. F. C. B.  
 N. 16 Porfírio C. de Sá, cart. de 2.º cl. da Adm. dos Correios.  
 N. 60 André Gonçalves, cart. de 3.º cl. da Adm. dos Correios do Dist. Fed.

**CASSIANO, TRAVESSA DO.** Principia na rua do mesmo nome, hoje Chefe de Divisão Salgado, rua do (à esquerda). Districto da Gloria.

**CASTELLO, LADEIRA DO.** Principia no antigo edificio do Hospital Central Militar e finaliza no portão do Telegrapho, tendo à esquerda as travessas de S. Sebastião e do Castello. Districto de S. José.

- N. 1 Camillo Dias da Motta Maia, casa de pasto (539).  
 N. 4 Nicolão Massuc, calçados (521).  
 N. 5 Emilio Perez Salgado, quitanda (740).  
 N. 8 Carlos Azevedo Barbosa, kiosque de bebidas (650).  
 N. 8 Avelino Teixeira da Rocha, liquidos (755).  
 N. 10 Virgilio Xavier Gomes, chefe da impressão do "Diario Official".  
 N. 18 Domingos da Silva Justo, botequim (515).  
 N. 20 Domingos da Silva Justo, liquidos e comestiveis (563 e 755).  
 N. 25 Espenuce Freire, architecto (475).  
 N. 25 Tavares & Rego, pentes (716).

**CASTELLO, MORRO DO.** Sobre-se por duas ladeiras: pelo largo da Misericordia, rua do Carmo, hoje Julio Cesar e agora trecho da Avenida Central. Districto de S. José.

Observatorio do Morro do Castello.  
 Luiz Cruls, Dr., engenheiro (589).  
 Nuno Alves Duarte Silva, engenheiro (589).

Jacinto Vieira, engenheiro (589).  
 Anuario do Observatorio do Rio de Janeiro (648).

- N. 7 Alfredo de Castro Almeida, ajudante do Observatorio do Rio de Janeiro.  
 N. 8 Avelino Teixeira da Rocha, seccoos e molhados (755).  
 N. 16 Carmen Marroig de Azevedo, D., professora publica (735).  
 N. 27 Antonio Homem Ribeiro, açougue (460).  
 N. 42 Guilherme Alexandrino Meyer, funcionario da Limpeza Publica.

**CASTELLO, PRAÇA DO.** Entre o largo da Sé Velha e a rua do Castello, no morro do Castello. Districto de S. José.

- N. 1 Antonio Luciano, casa de commodos (538).  
 N. 13 Francisco Sattice, seccoos e molhados (755).  
 N. 14 Severo R. Alvares, padaria (702).  
 N. 22 Francisco Saraiva, calçado (521).  
 N. 27 Antonio Jhomez Ribeiro, açougue (460).

**CASTELLO, TRAVESSA DO.** Principia na rua do Castello e finaliza na praça do mesmo nome. Districto de S. Jose.

**CASTRO, LADEIRA DO.** Principia na rua do Riachuelo e finaliza no largo dos Guimarães. Districto de Santo Antonio.

- N. 6 Lutz Walther, typographo (782).  
 N. 14 José de Azevedo Marinho, telegraphista da Repartição da Policia.

**CASTRO, TRAVESSA DO.** Em Monte Alegre, no morro de Santa Thereza. Districto de Santa Thereza. Veja Banqueira, travessa.

**CASTRO ALVES, RUA** (Todos os Santos). Principia na rua Lucidio Lago e finaliza na rua Getulio. Districto do Meyer.

- N. 7 Carlos Simões Prata, 1.º escriptuario da Caixa de Amortização.  
 N. 18 João Teixeira P., conferente da Receb. do Estado de Minas, na Cap. Fed.  
 N. 38 Francisco J. G. Portugal, aux. do R. Geral de Hypoth. (764).  
 N. 40 Manoel C. França, 2.º escrip. da Cont. da E. F. C. Brazil.  
 N. 42 Luciano A. da Silva Netto, 2.º escr. da cont. da E. F. Cent. Brazil.

**CASTRO VELHO, LADEIRA DO.** No Morro de Santa Thereza. Veja Castro, ladeira do.

**CATALÃO, ILHA DO.** Pertence ao districto de Inhaúma.

**CATTETE, PRAÇA DO.** Outr'ora Ferreira Viana, no fim da rua do Cattete. Veja José de Alencar, praça.

Companhia de Seguros de Vida **CRUZEIRO DO SUL**  
 Largo da Carioca n. 9 --- Rio de Janeiro

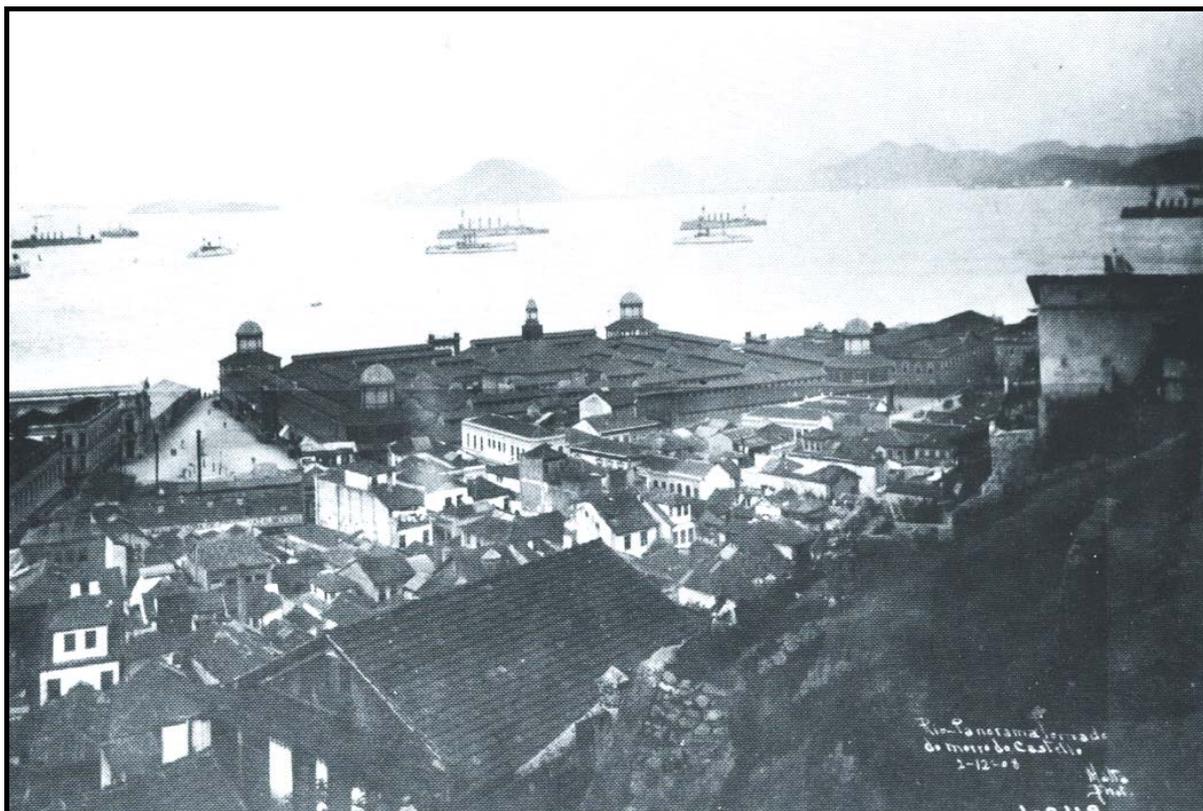


Foto 31 - Mercado Municipal da Praça XV, visto do Morro do Castelo. Era o principal local de trabalho dos moradores da Colina.

Data: 02/12/1908.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 32 - Casa no alto do Castelo. Havia muitas lavadeiras de roupas que trabalhavam para o Arsenal de Marinha. Possivelmente, nesta casa, residia uma delas.

Data: 31/081920.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 33 – Casas em mau estado de conservação

Data: 1921.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.

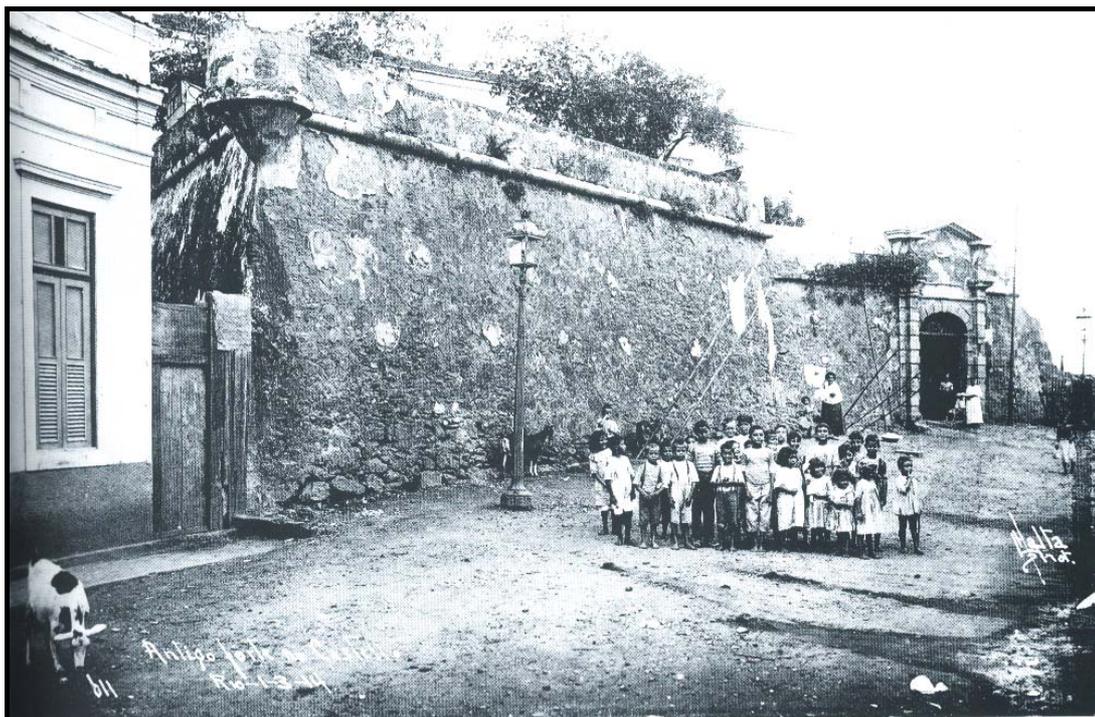


Foto 34 – Crianças no Morro do Castelo. Em destaque, a muralha do Forte de São Sebastião.

Data: 01/03/14.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 35 – Morro do Castelo

Sem data.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 36 - Dona Guiomar, nossa ilustre castelense.

Data: 20/07/2004.

Fonte: foto do autor.

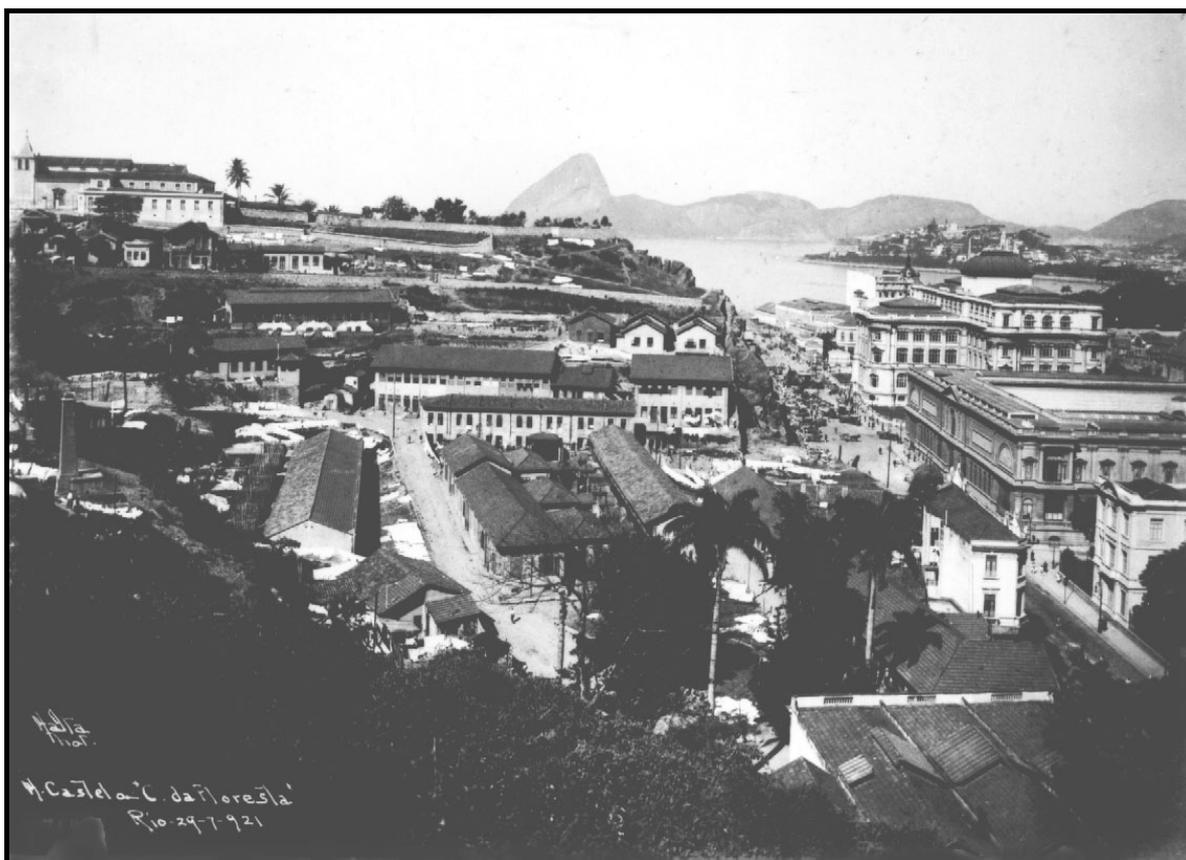


Foto 37 - Chácara da Floresta. Era o maior cortiço do Morro do Castelo.

Data: 29/07/21.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 38 - Entrada do Forte de São Sebastião. Esta imagem prova que a antiga Fortaleza foi invadida por inúmeras famílias.

Sem data.

Fonte: ERMAKOFF, George. Rio de Janeiro – 1900 – 1930: Uma Crônica Fotográfica.



Foto 39 - Igreja de São Sebastião em processo de demolição. Os varais provam que os castelenses resistiram até a “última picareta”. Segundo Fridman e Moraes (1999), há uma lenda de que na cidade natal do corsário Duguay-Trouin, o sino da Igreja local foi pilhado da Sé do Rio de Janeiro.

Data: 11/03/22.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.

SÃO JOSÉ

Nada mais se sabe  
que chegou ao meu conhecimento  
O Comissario de Policia  
Antonio de Almeida

Sorte de 9 para 10 de Julho de 1921

As 15 horas tive sciencia pelo telefone que algo de anormal se havia passado no Morro do Castello.

Partindo para o local verifiquei que o trabalhador Basilio Macedo Branco, Portuguez com 28 annos de idade de cor branca, estando trabalhando em companhia de mais trabalhadores nas demolicões do mesmo Morro, foi atingido por uma pedra a qual lhe produzio a morte, esta segun do informaçoes prestadas por Domingos de Azevedo Sousa residente a rua S. Francisco Xavier n.º 470 e o Coronel Daniel Antonio Guimarães residente a rua Conselheiro Auleran n.º 21 foi jogada por um muro, do alto do referido Morro, evadindo-se em seguida sobre mais que o soldado n.º 25 do 4.º Batalhão, mystico, alguma coisa podia informar o que não fez devido a não se retirar antes da minha chegada ao local, em poder do cadaver arrecadei 12.500 em dia

Doc. 2  
 Doc. 2  
 J. Cardoso

Documento 2 – Boletim de ocorrência n. 00816. Registra a morte de um operário do desmonte.

Fonte: Livro de ocorrências pertencentes ao Distrito de São José (1921).

Fundação Casa Rui Barbosa..

## CAPÍTULO 5

A SEGREGAÇÃO REPRODUZIDA -

OS NOVOS CASTELOS

## 5 - Os *sem-tecto* do Castelo: rumo ao subúrbio?

Vamos para o subúrbio  
O diabo é que não sabíamos para onde ir  
Moradores do Morro do Castelo

As citações acima nos levam a uma hipótese sobre o destino dos moradores expulsos do Castelo: “Ao todo, foram demolidos 300 imóveis e retirados 66 mil metros cúbicos de terra. A população que ali vivia foi removida para os subúrbios do Rio (...)” (*Revista do Jornal do Brasil*, fevereiro de 1994).

*A priori*, esta é a idéia largamente difundida, inclusive pelos poucos livros didáticos que tratam do tema. Entretanto, nossa pesquisa revela que nem sempre o subúrbio foi o destino da população removida. Aliás, essa afirmação também serve para caracterizar a Reforma Urbana que alterou anteriormente a área central – a Reforma de Pereira Passos.

A demolição dos cortiços na administração Passos gerou uma grande mobilidade residencial forçada, pois milhares de famílias perderam suas habitações. Para onde foram os desabrigados? Segundo Pereira (1998), o projeto da política segregadora objetivava a ida da população pobre para os subúrbios. Nesse período, enquanto as freguesias centrais (Candelária, Sacramento e Santa Rita) perdiam população, Inhaúma teve um crescimento de 239%, Engenho Novo, 126% e Irajá, 109%. Entretanto, a população mais pobre continuou na área central, ou seja, o subúrbio era o alvo para aquela população que possuía um trabalho estável e que podia arcar com a compra de terrenos e os custos dos transportes. A população que não tinha condições de arcar com essas despesas e precisava residir próximo ao local de trabalho, passou a promover o crescimento de outras freguesias centrais: São José (7%), Santo Antônio (12%), Santana (17%), além dos bairros do Catumbi, Estácio, Rio

Comprido e parte de Santa Teresa (88%). Vale lembrar que o Morro do Castelo pertencia à freguesia de São José. Portanto, a Colina também recebeu os removidos do “bota-abaixo” de Passos.

E a mobilidade dos moradores removidos do Morro do Castelo, será que seguiu a mesma tendência?

Em agosto de 1921, o *Jornal do Brasil* subiu as ladeiras do Morro do Castelo, realizando várias entrevistas com moradores e fazendo a mesma pergunta que após oitenta e quatro anos objetiva nossa pesquisa, isto é, para onde iriam após a remoção? Eis a opinião do Sr. Manoel Francisco dos Santos, morador há 56 anos:

Arrasar o morro do Castelo é um crime e eu não acredito que homens de saber o cometam. O que deviam fazer era embelezá-lo, introduzir muitos melhoramentos e nunca arrasar. Se o governo queria arrazar o morro do Castello deveria em 1º lugar construir casas que abrigassem estas famílias (*Jornal do Brasil*, 28/08/1921).

Conforme reportagem do *Correio da Manhã* de 16 de setembro de 1921, havia propostas de companhias construtoras para a construção de pequenas casas para os moradores do Castelo. Os locais citados para a construção seriam o Engenho Velho (Tijuca), Botafogo e Glória. Acreditamos que estas propostas faziam parte da licitação aberta pela prefeitura, como já citado no capítulo anterior. Todavia, Kessel (2000) enfatiza que foram construídas algumas casas na Tijuca e Glória, mas em número insuficiente para acomodar todos os despejados.

Como observamos na reportagem “*Rio tem o coração arrancado*” do *Jornal do Brasil* de 09/03/1921, a prefeitura do Distrito Federal construiu barracões na Praça da Bandeira para instalar provisoriamente as 4.200 pessoas sem lar.

Entretanto, a precariedade das construções e a falta de infra-estrutura fizeram com que a população abandonasse esse local. De fato, foi o que aconteceu com Francisco Villardo e Florinda Villardo. Essa família saiu do Castelo um dia antes da destruição da casa onde moravam. Segundo Francisco Villardo, sua família seguiu direto para esses barracões. A inexistência de infra-estrutura, como a falta de água, por exemplo, fez com que os Villardos, posteriormente, se mudassem para o bairro de Santa Teresa.

Como vimos anteriormente, o mesmo não aconteceu com a família de Dona Guiomar. Após a remoção, ficaram alojados na Santa Casa de Misericórdia, local de trabalho de seu pai. Após um mês, a prefeitura os transferiu juntamente com outras famílias para uma casa de cômodos na rua Itapiru, no Catumbi.

Em nossa pesquisa, verificamos que além da Praça da Bandeira, a zona portuária da Saúde também recebeu os *sem-tecto* do Castelo. A população ficou abrigada em barracões que um dia serviram de trapiches do antigo porto. Além dos castelenses, esses barracões também receberam moradores do Morro de Santo Antônio, desalojados devido a um incêndio que destruiu centenas de barracos<sup>1</sup>. Os barracões na Praça da Bandeira, assim como os trapiches da Saúde, não tinham a mínima infra-estrutura. Desta forma, as medidas do governo resumiram-se apenas no campo do improvisado, como nos prova esta citação:

Foi uma resolução do momento, a única encontrada então, dada a falta de locais apropriados para o refúgio de tanta gente. Os sentimentos piedosos da gente do governo cessaram desde que os comentários dos jornais em torno da miséria que rodeava aquela multidão infeliz deixaram de fazer. Toda aquela gente foi depois desalojada de novo e como recurso extremo invadiu os morros da Favela, Salgueiro, São Carlos, Urubus, Villa Rica, Macaco e os longínquos bairros dos subúrbios. Para completar o doloroso espetáculo que apresentam tais cancos no centro da cidade, como na Favela, milhares de casebres feitos de tábuas de caixões e cobertos de zinco, foram construídos, abrigando, muitos deles, famílias inteiras, compostas de dez e mais pessoas... (*Jornal Correio da Manhã*, 02/02/1924).

---

1

*Jornal Correio da Amanhã*, 02/02/1924.

Assim, a mobilidade residencial dos castelenses também contribuiu para o crescimento das favelas. Além das citadas, não podemos esquecer também dos morros do Borel e da Mangueira. A mobilidade para estes morros será analisada a seguir.

Uma área mais distante que recebeu moradores do Castelo foi o bairro de Marechal Hermes. Projetada para ser uma vila proletária, Marechal Hermes foi inaugurado em maio de 1913, mas não recebeu trabalhadores do setor fabril. Os primeiros residentes foram os moradores do Morro do Castelo, conforme podemos observar nesta citação: “Os seus moradores foram pessoas empistoladas, funcionários públicos (...). Mais uma vez os apadrinhados do sistema aproveitam a proximidade do poder” (COSTA, 2001, p. 8).

Novamente, apenas um determinado grupo saiu beneficiado. Vale lembrar que na Reforma Passos, o único ato da política habitacional para população removida dos cortiços, foi a construção da vila para funcionários do Distrito Federal, localizada na Avenida Salvador de Sá. O exemplo de Marechal Hermes confirma que a mobilidade residencial dos castelenses iniciou-se antes do decreto de arrasamento.

Portanto, a ineficácia do Estado em resolver a questão das moradias para a classe trabalhadora acabou resultando em novas formas de apropriação do solo urbano. Para muitos, a decisão de ocupar ilegalmente as encostas dos morros da cidade, foi a possibilidade e talvez a única forma de sobrevivência e reprodução.

## 5.1 – E as instituições?

Na nova igreja havemos de dar a Estácio de Sá um monumento digno dele.

Frei Eugenio – Superior dos Capuchinhos no Morro do Castelo

Estavam localizadas no Morro do Castelo algumas importantes instituições. Destacamos a Igreja de São Sebastião – primeira catedral da cidade, o Seminário São José, o Observatório Astronômico Nacional e o Hospital Infantil São Zacharias. Vejamos para onde foram transferidas.

O Seminário São José estava situado na Ladeira da Ajuda, na altura onde hoje está a Biblioteca Nacional. Foi criado em 1735 pelo Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe visando à formação de padres (CAVALCANTI, 1998). Em 1873, o Colégio foi dividido em duas sedes – o maior no Castelo e o menor, na antiga casa do Bispo, no Rio Comprido. Mais tarde, os dois seminários foram reunidos no Rio Comprido; o do Castelo passou a ser utilizado como abrigo de pobres e mendigos protegidos por organizações da Igreja Católica (Ibidem). Com a Reforma Passos, a vertente onde estava localizado o Colégio foi abastada para a construção da Avenida Central, sendo transferido definitivamente para a rua do Bispo.

A Igreja de São Sebastião merece um destaque pela sua centralidade religiosa. Nos primeiros anos da cidade foi uma simples ermida de palha, consagrada a São Sebastião, localizada no sítio da fundação, na entrada da Baía de Guanabara, na Cidade Velha (MELLO, 2002). O templo foi transferido com juntos com os primeiros povoadores para o Morro do Castelo em 1567, sendo a igreja definitiva construída em 1587. Em 1676, foi elevada a Igreja Catedral, exercendo essa função até 1734.

Além do péssimo estado de conservação (MELLO, 2002), o cabido alegava a ausência de fiéis devido a dificuldade de acesso pelas íngremes ladeiras (CAVALCANTI, 1998). Coroacy (1955) frisa que a partir do deslocamento da população para a planície no século XVII, a Matriz ficou em um lugar distante. Além disso, “amesquinhava-se ainda a imediata vizinhança da igreja de Santo Inácio, dos Jesuítas, muito mais grandiosa e rica, atraindo a preferência dos fiéis pela maior pompa de suas cerimônias e prestígio dos padres da Companhia” (Ibidem, p. 45).

A transferência da Igreja Matriz ocorreu 1734 para a Igreja de Santa Cruz dos Militares, localizada na Rua Direita (atual 1º de Março). Por sua vez, D. João V não permitiu a demolição do templo no Morro do Castelo, devido ao seu valor histórico e por acolher o marco da fundação da cidade e as cinzas de seu fundador (MELLO, 2002). Em 1737 foi novamente transferida, agora para a Igreja de São Benedito, localizada após a rua da Vala (atual Uruguaiana). Em 1808, a Matriz foi transferida para a Igreja do Carmo, permanecendo até 1976. Hoje, a Catedral de São Sebastião está localizada na Esplanada de Santo Antônio, em solo criado com a demolição do Morro de Santo Antônio na década de 50.

Em 1843, os barbadinhos italianos receberam do governo imperial a doação da Velha Sé no Morro do Castelo. Em ruínas e ameaçado de desabamento, o convento ficava contíguo à igreja parcialmente reformada. No primeiro dia de novembro de 1921, foi realizada a última missa que lotou a Igreja (foto 40, p. 253). No dia 3 do mesmo mês e ano, o convento e o mosteiro foram fechados devido às obras de desmonte da Colina. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em agosto de 1921, o Frei Eugênio, superior dos Capuchinhos no Morro do Castelo, não questionando a decisão do governo de arrasar o Morro, acreditava que a Igreja seria transferida e construída para um local no Centro da cidade:

- *O Jornal do Brasil deseja saber o que pretende fazer a Ordem dos Capuchinhos diante da execução do projeto do arrasamento do Morro do Castelo?*
- Uma coisa. Apenas acatar as ordens emanadas das autoridades e nada mais. A igreja apenas descerá o lugar em que vai ser levantado o novo templo. Desce, mas não desaparece.
- *Como será construído? Para onde irão os Capuchinhos?*
- Provavelmente para o Centro da Cidade. (*Jornal do Brasil*, 28/08/1921).

Os barbadinhos continuaram morando no convento mesmo após a Igreja fechada. A prefeitura reconstruiu e adaptou o prédio nº 290 da Rua Conde de Bonfim, junto à praça Saens Peña (local onde hoje está instalado o prédio do Correio), para a instalação provisória do Convento (REIS, 1977). Em 1922, devido a aceleração do desmonte, os frades foram obrigados a se mudar para a nova residência (foto 41, p. 254).

Em 1931, mesmo sem a finalização das obras, foi inaugurada a igreja de São Sebastião na rua Haadock Lobo, na Tijuca. As relíquias da cidade como o marco de fundação, as cinzas de Estácio de Sá foram levadas para a nova Igreja, ficando sob a guarda dos barbadinhos.

O Complexo Jesuítico foi outro importante fixo destruído com o arrasamento da Colina. Com a expulsão dos jesuítas durante o período Pombalino, as dependências do Complexo foram refuncionalizadas. Num primeiro momento, o edifício ficou sendo residência dos Vice-Reis<sup>2</sup>. Posteriormente, uma parte do Colégio foi transformada pela Santa Casa de Misericórdia em hospital para doentes militares. Na parte mais alta do prédio foi instalado o Observatório Astronômico, como veremos a seguir.

Posteriormente, com a chegada de D. João VI em 1808, foi instalada neste prédio, a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica, considerada por muitos como o embrião da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1856, a Faculdade de Medicina foi transferida para o prédio do Recolhimento das Órfãs, localizada na Praia de Santa Luzia, ao lado da

---

2

O Conde da Cunha, Governador da Cidade, incomodado com a falta de higiene do Largo do Paço, mudou a sua residência para o colégio dos Jesuítas (*Jornal do Brasil*, 10/11/1921).

Santa Casa de Misericórdia. Em 1918, foi transferida para um prédio recém-inaugurado na Praia Vermelha. Hoje, faz parte da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No início do século XX, o antigo Colégio dos jesuítas foi transformado em hospital infantil, o São Zacharias. Localizado na Ladeira da Misericórdia, nº 89, pertencia à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia. Com o desmonte do Morro do Castelo, a Santa Casa acrescentou mais investimentos à indenização de 500 contos de réis e construiu o novo hospital à entrada do Túnel Novo, no bairro de Botafogo.

A questão da demolição do hospital infantil São Zacharias e do Complexo Jesuítico foi a última controvérsia sobre o arrasamento do Morro, acelerada nos últimos meses do mandato de Carlos Sampaio. As tentativas de evitar o desaparecimento do complexo foram impedidas pelo prefeito, que se negou a adiar o projeto de arrasamento. Segundo o Prefeito: “Como se fosse possível arrasar o morro do Castelo sem demolir tudo o que se achava sobre ele” (SAMPAIO *apud* KESSEL, 2000, p. 62).

Outra importante instituição foi o Observatório Astronômico criado oficialmente em 1827 em instalações do Complexo Jesuítico do Morro do Castelo e onde residiu o cientista belga Luís Crulls. Mas antes dessa data, em 1780, os portugueses já utilizavam a acrópole para montar um observatório a fim de estudar a meteorologia, astronomia e o magnetismo terrestre.

A localização no Morro do Castelo foi questionada por inúmeros cientistas. A instabilidade geológica da Colina não oferecia as condições necessárias para a instalação do Observatório; este não teria a máxima imobilidade que é fundamental para as pesquisas. A estabilidade do terreno piorava – o tráfego humano e o desmatamento faziam com que a cada enxurrada as partes mais desprotegidas desabassem. Além disso, a instalação seria provisória devido ao próprio projeto de arrasamento, idéia bastante antiga.

Em 1922, com o arrasamento, o Observatório Nacional foi transferido do Morro do Castelo para o Morro de São Januário no bairro de São Cristóvão.

## 5.2 - Os *sem-tecto* e as redes de solidariedade

Na pesquisa realizada anteriormente, identificamos uma rede social entre a comunidade latina expulsa do Centro. Os *sem-tecto* estabeleceram uma rede de solidariedade para suprir a falta de investimentos do setor público na questão habitacional. Rede essa, que começou a ser tecida na grande Reforma Urbana de Pereira Passos.

Portanto, a nossa proposta nesta seção é estabelecer uma conexão entre as grandes Reformas da cidade e a implantação de redes sociais entre os excluídos da política habitacional, pois acreditamos que as repercussões do arrasamento da Colina na estrutura urbana vão muito além de uma simples transferência de um grupo social para outros lugares. Em nossa opinião, enquanto um “Castelo” estava sendo destruído, outros estavam nascendo.

Usaremos como sustentação teórica para comprovar a rede de cooperação e a reprodução da forma-conteúdo do Morro do Castelo, as idéias apresentadas por Milton Santos em *A Natureza do Espaço* e por Friedrich Engels em *Para a Questão da Habitação*.

Santos (1999) enfatiza que a grande cidade comporta uma série de espaços banais, onde todos (capitais, trabalhos, técnicas e formas de organização) podem se instalar, conviver e prosperar. Segundo o autor: “Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir” (p. 258).

Assim, a cidade cria uma grande diversidade sócio-espacial, um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação e de solidariedade. É claro que Milton Santos analisa a grande cidade na atual fase da economia mundial, onde os

lugares se mundializam; mas não podemos esquecer que a globalização é fruto de um processo histórico. Logo podemos utilizar seu embasamento para explicar a cidade do Rio de Janeiro em outra escala temporal.

Deste modo, o autor frisa que a população pobre de uma grande cidade se ajusta numa multiplicidade de combinações para prover a sua sobrevivência, visando com isso, a adaptação e sustentação no seu meio geográfico, que se torna uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais.

Segundo o Professor Luiz César de Queiroz Ribeiro em *Segregação, Desigualdade e Sustentabilidade Urbana: a Metrópole do Rio de Janeiro*<sup>3</sup>, o aumento da competitividade econômica gera ações como a integração social. O autor enfatiza que os mecanismos de mercado criam duas situações interessantes: ao mesmo tempo em que gera um individualismo que isola as pessoas, os grupos sociais e as instituições, podem também potencializar a mobilização eficiente dos recursos locais.

No caso do Rio de Janeiro, o autor lembra que a mais importante tendência dilapidadora do capital social é o seu modelo urbano segregado, no qual são evidentes a segmentação do espaço social e as profundas desigualdades sociais em matéria de condições e qualidade de vida. Em suma, o capital social incentiva à cooperação entre os grupos sociais, as instituições e os governos, possibilita a criação, consolidação e extensão das redes sociais.

Nesta diversidade sócio-espacial é estabelecida uma rede de cooperação entre os excluídos e, que no caso do Morro do Castelo foi tecida não somente entre grupos de mesma afinidade cultural, como foi visto no Curso de Pós-graduação *lato-sensu*, mas também entre relações de proximidade econômica.

---

3

Relatório de Desenvolvimento Humano Sustentável Local do Município do Rio de Janeiro – RDH –Rio. ([www.ippur.ufrj.br/observatório/produtos/rdh\\_v1.pdf](http://www.ippur.ufrj.br/observatório/produtos/rdh_v1.pdf)).

Sobre a solidariedade entre os grupos pobres, Santos (1999) diz:

Por serem diferentes, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnosfera e a psicofera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos (p. 261).

É como se as possibilidades oferecidas pelo lugar pudessem minimizar as carências de cunho afetivo, material e político, tornando possível a reprodução dos grupos excluídos.

Assim, a mobilidade (leia-se fluxos) é uma característica que se transforma numa regra do espaço geográfico:

A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias. Tudo voa. Daí a idéia de desterritorialização. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização (Ibidem, p. 262).

Deste modo, quando uma pessoa encara um lugar que não ajudou a criar, cuja história desconhece cuja memória é estranha, esse lugar se torna em uma coisa alienada. Segundo o autor, a residência por mais breve que seja, é um quadro pessoal que possui importância na produção de sua vida.

Estudar o arrasamento do Morro do Castelo oferece uma rara oportunidade de verificar a tese defendida por Engels em *Para a questão da habitação*, quando analisa o espaço urbano das cidades inglesas no século XIX, mais precisamente na década de 1840. Percebemos que a grande Reforma Urbana de Carlos Sampaio seria como no caso inglês ou francês, respeitando, é claro, os contextos sócio-econômico e político de cada caso, um reflexo do mecanismo de controle sobre o espaço urbano, imposto pelas classes dominantes.

Para Engels (1887), a questão da habitação é um sintoma das transformações sócio-econômicas advindas da Revolução Industrial. O autor enfatiza:

O tempo em que um velho país de cultura realiza esta transição – ainda por cima acelerada por circunstâncias tão favoráveis – da manufatura e da pequena empresa para a grande indústria é também, sobretudo, o tempo da falta de habitações. Por um lado, massas de operários rurais são de repente atraídas para as grandes cidades que se desenvolvem em centros industriais; por outro, o traçado destas cidades mais antigas já não corresponde às condições da nova grande indústria e do tráfego correspondente; ruas são alargadas, novas ruas abertas, e faz-se passar o caminho de ferros pelo meio delas. No mesmo momento em que os operários afluem em grande número, as habitações operárias são demolidas em massa. Daí a repentina falta de habitações dos operários e do pequeno comércio e pequenos ofícios dependentes de uma clientela operária. Nas cidades que surgiram desde o começo como centros de indústria esta falta de habitações é por assim dizer desconhecida. Foi o caso de Manchester, Leeds, Bradford, Barmen-Elberfeld. Pelo contrário, em Londres, Paris, Berlim, Viena, ela tomou uma forma aguda e, na maioria dos casos, continua a existir de maneira crônica (p. 322 - 323).

Será que podemos acrescentar aos exemplos de Londres e Paris, a cidade do Rio de Janeiro? Acreditamos, sem medo de errar, que é perfeitamente possível resgatar subsídios da teoria de Engels, mesmo sendo em contextos espaciais e temporais distintos. Neste sentido, é importante frisar que a teoria não se pode transformar numa “camisa de força”, mesmo porque cada cidade é única. Assim, cabe a nós pesquisadores do espaço urbano moldá-la, quando possível, e de forma crítica, no quadro de cada realidade que deparamos.

Oswaldo Porto Rocha já o fez em 1983 quando defendeu sua tese de mestrado *A era das demolições – a cidade do Rio de Janeiro 1870 – 1920*. O autor utilizou como sustentação teórica a obra de Engels para explicar a Reforma de Passos.

Como, ao meu ver, a Reforma Sampaio foi uma continuação da política segregadora de Passos, é perfeitamente cabível utilizar a teoria de Engels para não somente analisar o arrasamento do Morro do Castelo pelo prisma do desenvolvimento capitalista, como também perceber, como nos lembra o autor, que resolver a questão habitacional é, sobretudo, a solução momentânea para reproduzi-la mais adiante.

A esse processo de reprodução do antigo, Engels (1887) denominou de método “*Hausmann*”. O autor explica:

Por Hausmann entendo não apenas a maneira especificamente bonapartista do Hausmann parisiense de abrir ruas compridas, direitas e largas pelo meio dos apertados bairros operários e de guarnecê-las de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar numa pura cidade de luxo. Por Hausmann entendo também a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito, tais como vias-férreas, ruas, etc. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desapareceram ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata (p. 379 - 380).

O autor ilustra como exemplos a cidade de Manchester em 1843 e 1844. Uma reforma urbana transformou alguns bairros mal afamados que foram atravessados, arejados e melhorados e, outros eliminados para abertura de novas ruas e edifícios públicos e privados. O autor descreve que, no entanto, muitos bairros continuaram na mesma situação ou até em piores condições. Em contrapartida, com a expansão urbana, bairros que eram arejados e limpos, se tornaram superpovoados como os lugares que foram destruídos.

Portanto, para o autor, a burguesia possuía apenas uma maneira para resolver estas questões – o método Hausmann, que apenas transfere o problema de lugar.

Alguns autores contestam a relação exclusiva entre reforma urbana e expansão das relações capitalistas. Pinheiro (2002) ao analisar o patrimônio histórico da cidade do Rio de Janeiro acredita que o capital imobiliário não foi o principal agente responsável pelas Reformas Urbanas que transformaram a paisagem a área central. Segundo o autor, o contexto da destruição parece ter sido mais ideológico do que econômico, como podemos verificar nesta citação:

A Avenida Rio Branco, por exemplo, teve quatro gerações de prédios, enquanto, encostada nela, a rua Uruguaiana, após a reforma Passos, teve pouquíssimos prédios altos construídos. Não foi atingida pela onda avassaladora de renovação que atingiu o Centro do Rio ao longo de todo o século XX. E a área conhecida como Saara, mais ao norte da Uruguaiana, muito menos. A Lapa, mais ao sul, de alguma forma também ficou protegida, a não ser pelas grandes demolições dos anos 70, consequência também do desmonte do morro de Santo Antônio. A região da Praça XV, idem. Na verdade, não houve uma grande ou mesmo expressiva pressão imobiliária sobre essa área. A única pressão forte partiu do próprio governo, que alargou ruas, demoliu quarteirões, quase bairros inteiros, morros e prédios importantes (como o Mercado da Praça XV e o Palácio Monroe) (p. 151).

Assim, para o autor, o simbolismo positivista da ordem e do progresso prevaleceu sobre o interesse do capital. É importante este debate, pois, como já sabemos, os discursos sobre os problemas da cidade envolviam desde o século XIX, a medicina e a engenharia. Nesta complexa rede de interesses nas Reformas Urbanas, havia uma ideologia como “pano de fundo”, isto é, o antilusitanismo que acabou legitimando o ordenamento do espaço urbano carioca.

No entanto, não se pode minimizar o papel do capital nas transformações sócio-espaciais do Distrito Federal na primeira metade do século XX. Como sabemos, o capital é seletivo e não pode atuar em toda a cidade com o mesmo interesse. Não é porque áreas vizinhas à Avenida Rio Branco foram preservadas das Reformas que significa a preponderância do campo ideológico em detrimento da atuação do capital. Um outro grande exemplo é a Avenida Presidente Vargas que, conforme se distancia da centralidade da Avenida Rio Branco, vão surgindo vazios, principalmente após a Estação da Central do Brasil. Ora, sabemos que a emergência do sub-centro Copacabana foi um dos obstáculos para a expansão imobiliária ao longo da Presidente Vargas.

Não podemos deixar de enfatizar que muitas formas pretéritas (ruas, prédios, casarões, e por que não outros morros) não foram destruídas por motivos preservacionistas, mas sim por falta de interesses dos agentes econômicos.

Portanto, acreditamos que para entender as Reformas Urbanas, é necessário analisar as suas inúmeras dimensões: a cultural, que via a cidade colonial como reflexo do atraso

social e econômico; a questão técnica, que via a higiene e o sanitarismo como necessidades básicas para resolver os problemas urbanos; e por fim, a questão econômica, que via na criação de solo urbano uma forma de reprodução do capital imobiliário.

Em suma, a política urbana que resultou no arrasamento do Morro do Castelo foi traçada por objetivos legitimados pela ideologia vigente, associada à técnica e unida ao interesse do capital. Essa, e ao nosso modo de ver, a melhor maneira para analisar a reforma como um todo, sem minimizar os seus principais agentes.

### 5.3 – Os novos “Castelos”

Segundo Corrêa (1992), podemos identificar na estrutura urbana da metrópole capitalista os seguintes ambientes: o núcleo central, a zona periférica do centro, as áreas fabris, os subcentros comerciais, as áreas residenciais da classe dominante, as áreas residenciais de classe média e as áreas residenciais populares.

Trata-se de uma totalidade fragmentada e articulada pelos fluxos entre as inúmeras partes que a compõe. Sobre a reprodução desses ambientes, o autor descreve:

Os desiguais ambientes são, em realidade, simultaneamente perversos e funcionais. Perversos porque contribuem para a reprodução de cidadãos desiguais. Funcionais porque a desigualdade é necessária, é parte integrante de uma sociedade de classes: a extinção das desigualdades colocaria em risco a própria sociedade de classes (p. 30).

Considerando a cidade do Rio de Janeiro, Corrêa apresenta características de alguns tipos de ambientes acima citados. Escolhemos para análise o núcleo central e sua periferia imediata. Tal escolha se deve por que pretendemos afirmar que uma parte dos castelenses seguiu essa trajetória.

O núcleo central de negócios corresponde ao berço histórico da cidade, caracterizado pela magnitude da segunda natureza. Sua paisagem natural foi drasticamente modificada pela ação de aterros de lagoas, mangues e pela demolição de morros. Corrêa (1992) aponta os seguintes aspectos desta importante área da cidade:

- (a) uso intensivo do solo, com grande concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário;
- (b) ampla concentração vertical;
- (c) limitada escala horizontal;
- (d) limitado crescimento horizontal;
- (e) concentração diurna;
- (f) foco de transportes intra-urbanos;
- (g) área de decisões

Voltando à teoria de Burgees, vista no capítulo 1, verificamos que o núcleo central corresponderia em seu modelo de segregação, à zona (I) ou Loop. Como área central de comércio e negócios, a verticalidade dos edifícios é intensa, pois ocupam os terrenos com preços mais elevados. Importando este modelo para o Rio de Janeiro – respeitando as espacialidades e temporalidades distintas – a Avenida Rio Branco seria a principal artéria deste anel. A magnitude das transformações é expressa pelos pouquíssimos prédios que restaram da primeira geração, oriundos da Reforma Passos.

Por sua vez, a zona periférica do centro envolve como uma membrana o núcleo central de negócios e apresenta uma paisagem e fluxos diferentes da centralidade do centro histórico (foto 42, p. 255). Segundo Corrêa (1992), trata-se de uma paisagem que, em sua maior extensão, encontra-se deteriorada. O autor enumera suas principais características:

- (a) uso semi-intensivo do solo;
- (b) ampla escala horizontal;

- (c) limitado crescimento horizontal;
- (d) área residência de baixo status social;
- (e) foco de transportes inter-regionais com a localização de terminais rodo-ferroviários.

Tal área, no modelo de Burgess, corresponderia à zona de transição (II). Este anel é constituído por prédios antigos com usos não toleráveis no núcleo central e marcado por terminais de transportes, estacionamentos, depósitos, pensões, unidades fabris, sendo que as atividades aí concentradas são vinculadas às do núcleo central.

É importante frisar que esta área constitui-se no foco da política de renovação urbana, como nos lembra Corrêa (1995):

Esta consiste, sobretudo, na substituição de prédios residenciais deteriorados por novos edifícios de apartamentos. Concomitantemente verifica-se a substituição do conteúdo social, isto é, saem os pobres e entra a classe média (p.43).

Esta política pode ser verificada em pequena escala na cidade do Rio de Janeiro em algumas tentativas de revitalização de bairros da zona portuária<sup>4</sup>.

O autor lembra que a zona periférica do centro apresenta um pequeno processo de verticalização com usos mistos (trabalho/residência); a presença do porto é o fator importante para o ambiente, sendo uma área estigmatizada pela população de classe baixa.

No caso do Rio de Janeiro, a zona periférica do centro é formada pelos bairros de Gamboa, Saúde, Santo Cristo, Cidade Nova, Estácio, Bairro de Fátima, parte do bairro de

---

4

Segundo o site do Instituto Pereira Passos ([http://www.rio.rj.gov.br/ipp/noticias/nota\\_016.htm](http://www.rio.rj.gov.br/ipp/noticias/nota_016.htm)), a Prefeitura do Rio, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e do Instituto Pereira Passos, criou um grupo de trabalho que está propondo o gerenciamento afim de atrair investidores para o Programa de Revitalização da Região Portuária. Visando as intervenções nos logradouros públicos, recuperando suas condições urbanísticas e nas áreas residenciais, o projeto visa reverter o processo de decadência da Zona Portuária, tornando possível atrair novos investimentos para a região assim como incrementar atividades ligadas à cultura e ao entretenimento.

Santa Teresa (Paula Mattos) e Lapa<sup>5</sup>. Constituído-se como uma “membrana”, esta zona é o foco da nossa análise sobre a mobilidade castelense.

A partir destas observações, seria interessante observar a mobilidade residencial à luz da visão de deslocamento espacial estabelecida por Engels (1887) para as cidades inglesas no século XIX. Podemos afirmar, sob esta ótica, que o Morro do Castelo não foi destruído, mas sim deslocado para outras áreas próximas da área central da cidade.

Portanto, veremos a seguir, os novos “Castelos” surgidos na periferia imediata ao centro. No caso de Paula Mattos, em Santa Teresa, já habitado por moradores de origem latina, no início do século XX, o bairro recebeu famílias de origem italiana expulsas do Morro do Castelo e que trabalhavam no Mercado Municipal. Mais uma vez fica evidente a existência de uma rede de solidariedade entre a comunidade excluída do centro da cidade.

### 5.3.1 –Do Castelo ao Morro de Paula Mattos

O “bairro” de Paula Mattos está localizado na cota mais baixa do Morro de Santa Teresa, junto ao bairro do Catumbi e a rua do Riachuelo<sup>6</sup> (mapa 3, p. 256).

A ocupação desta localidade iniciou-se ainda no século XIX<sup>7</sup>. Segundo Bernardes (1961), a conquista do Morro de Paula Mattos foi um dos primeiros ataques à montanha do Rio de Janeiro. O povoamento foi feito a partir do bairro do Catumbi. Atraídas pelas

---

<sup>5</sup>

Pelas suas características e proximidade com o núcleo central, consideraremos nesta pesquisa, o Morro do Telégrafo (Mangueira) como área pertencente à Zona Periférica do Centro.

<sup>6</sup>

O Morro de Paula Mattos tem a altitude máxima de 80 metros. Tem portanto, altitude inferior às demais unidades que formam o Morro de Santa Teresa: Morro de Nova Cintra (280 metros) e o morro dos Prazeres (270 metros).

<sup>7</sup>

A chácara mais importante foi a do Comendador Paula Mattos, da qual derivou o nome da rua aberta em 1849 (MAIO e MOCELLIN, 1974).

temperaturas mais amenas, famílias cariocas de classe privilegiada da cidade, instalaram-se em grandes e belas chácaras (SOARES, 1962).

A novas ruas construídas convergiam para o Largo das Neves, onde já se percebia a ocupação por famílias portuguesas através dos tipos de construção, de comércio e a devoção religiosa, com a construção da igreja Nossa Senhora das Neves.

No final do século XIX, o Morro de Paula Mattos recebeu famílias de origem italiana, comerciantes em geral que tinham suas atividades no centro da cidade.

Um estudo de mobilidade residencial ocorrido por Maio e Mocellin (1974), revelou que grande parte dos moradores do “bairro” de Paula Mattos, veio de outros locais, especialmente das áreas de obsolescência contíguas ao centro (50,90%) e dos subúrbios (23,50%), atraída pelo clima, tranquilidade, aluguéis baratos, proximidades do trabalho e possibilidade de vida comunitária.

Neste sentido, grande parte dos moradores de Paula Mattos é proveniente do Centro da cidade. Isso é uma indicação que uma parte dos moradores expulsos do Centro pelas Reformas Urbanas, mudaram para Santa Teresa, especificamente para aquela área.

De fato, com o desmonte do Castelo, uma parte da grande comunidade italiana do Morro migrou para Paula Mattos:

Com a derrubada do Morro do Castelo em 1922, em favor da expansão da cidade do Rio de Janeiro, vários povos de origem latina voltados para as atividades comerciais no Centro, especialmente venda de peixes e legumes, frutas ou jornais, na Praça XV, transferiram-se para Paula Mattos, abandonando, por conseguinte, uma elevação em demanda da outra; segundo antigos habitantes locais, movimentos deste tipo já se verificavam a partir de 1916, embora em pequena escala (MAIO e MOCELLIN, 1974, p. 101).

Maio e Mocellin (1974) identificaram também em sua pesquisa, o valor dado pelo habitante local de Paula Mattos à proximidade em relação ao local de trabalho. Em 1974, 57,85% dos residentes tinham suas atividades na área central do Rio de Janeiro.

Outro fator não menos importante para a escolha de Paula Mattos, foi a rede de solidariedade entre a comunidade italiana. Percebemos durante pesquisa de campo, que os moradores de Paula Mattos, ainda hoje, valorizam a vida comunitária. Na época, a presença da comunidade italiana no Morro foi fundamental para atrair aqueles que foram removidos do Castelo. Quanto à nacionalidade, apesar da saída de muitas pessoas, ainda é marcante a presença de famílias de origem italiana, grande parte oriunda da Calábria. Com o crescimento da cidade, a área recebeu grandes contingentes de classe média não italiana, o que afugentou as famílias tradicionais (MAIO e MOCELLIN, 1974).

A partir dessas considerações, tentaremos identificar nesta seção, os condicionantes que levaram um grupo de moradores do Morro do Castelo a mudar para Santa Teresa, mais especificamente, Paula Mattos.

Em relação ao procedimento metodológico, decidimos recuperar a história de Paula Mattos, através de depoimentos de seus moradores. Realizamos, então, trabalhos de campo, para identificar pessoas que possuem história ligada ao Morro do Castelo. Para nossa surpresa e felicidade, no primeiro contato, encontramos Dona Francisca, de 74 anos de idade, nascida em Paula Mattos e moradora da Ladeira Frei Orlando, principal acesso ao Morro (foto 43, p. 257). Seus pais residiram no Morro do Castelo. Sua mãe, de origem calabresa, tinha 15 anos quando sua família mudou para Paula Mattos. Seu pai, vendedor, trabalhava na rua Marechal Floriano, no Centro, e segundo Dona Francisca, havia muitos italianos no Morro do Castelo e grande parte passou a morar em Paula Mattos. Segundo ela, a maioria trabalhava no Mercado Municipal da Praça XV. Quando indagada sobre o porquê da escolha de Paula Mattos, Dona Francisca respondeu: “*Em Paula Mattos já tinha moradores italianos e o local de trabalho era próximo.*” Dona Francisca lembra com saudades do bonde que passava na rua do Senado e levava os trabalhadores até a Praça XV.

Como moravam de aluguel no Castelo, Dona Francisca não sabe dizer se o proprietário do imóvel recebeu indenização.

Dona Francisca nos indicou uma segunda pessoa que possivelmente foi moradora do Castelo. Na mesma ladeira, mora Dona Gema, 77 anos de idade (foto 44, p. 257). Também de origem calabresa, Dona Gema residiu na rua da Misericórdia. Filha de comerciantes italianos saiu da Misericórdia em 1937. Essa observação registra que a população não foi removida de uma só vez. O bairro da Misericórdia ainda sobreviveu alguns anos a mais que o seu vizinho arrasado. O irmão de Dona Gema, Seu Salvatore, já falecido, trabalhou como vendedor de frutas no Mercado Municipal. Segundo Dona Gema, as pessoas demoravam a desocupar o Morro do Castelo e a Misericórdia, com medo de não receber as indenizações prometidas pelo governo. Sobre os italianos do Castelo, Dona Gema ressaltou que a maioria trabalhava no Mercado Municipal. Desta forma, o fator proximidade também explica, segundo ela, a escolha de Paula Mattos para a nova residência.

Os pais de Dona Gema residiram numa casa de cômodos na rua da Misericórdia, onde moravam várias famílias. O dono da casa, segundo ela, era um Juiz de Direito de origem portuguesa.

Segundo o filho de Dona Gema, Seu Armando, o Morro do Pinto em Santo Cristo, São Cristóvão e Quintino também receberam moradores expulsos do Castelo. Segundo ele, as pessoas que tinham um melhor poder aquisitivo mudaram para Paula Matos, onde a sua família adquiriu a nova residência. Assim, percebemos que os comerciantes que conseguiram ascensão social, foram morar em imóvel próprio em Paula Matos.

Dona Gema lembra que o Morro do Castelo e o bairro da Misericórdia não eram habitados apenas por italianos. Residiam também portugueses, espanhóis e inclusive chineses. Estes últimos, se concentravam na rua da Misericórdia. Essa presença é confirmada em *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, de Luis Edmundo.

Retornando à rua Paula Mattos (foto 45, p. 258), localizamos a Sra. Anttonieta Pascale Langoni. O marido, já falecido, morou na rua do Comércio próximo à Praça XV e trabalhava vendendo frutas no Mercado Municipal. Segundo familiares da Sra Anttonieta, os bairros do Rocha, Riachuelo e Méier também receberam população de origem italiana expulsas do Castelo e da Misericórdia.

Já finalizando o nosso segundo trabalho de campo, localizamos o Sr. Antonio de Almeida Meirelles. Sua mãe, Olívia Mazzei, de 81 anos, nasceu no morro do Castelo. D. Olívia saiu do morro com 2 anos de idade. Seu Antonio nos relatou que sua família trabalhava como feirante em Copacabana e comprava as frutas no Mercado Municipal. A família morava nas casas mais antigas, nas quais as janelas eram de pedra. De fato, em fotos de Augusto Malta, visualizamos esse tipo de casa, consideradas as mais antigas do Morro do Castelo. Segundo Seu Antonio, a família teve prazo para sair do morro do Castelo. A prefeitura custeou a mudança para Paula Mattos. Parentes que também residiam no Castelo foram para o Engenho de Dentro e Vila Isabel.

A partir do resgate histórico do bairro, conseguimos entender que a mobilidade residencial do Castelo à Paula Mattos é explicada pela proximidade do mercado de trabalho e a rede social estabelecida entre as comunidades latinas, especialmente a italiana. A seguir, analisaremos um outro “Castelo”: o Morro do Pinto.

### 5.3.2 – Do Castelo ao Morro do Pinto

O Morro do Pinto, então está aí, esperando uma novela ou pelo menos uma tese de mestrado.

Nei Lopes

Milhares de pessoas passam diariamente pela Avenida Presidente Vargas, principal saída do centro do Rio para os bairros da zona norte da cidade. Diante do fluxo estressante de carros, ônibus e trens, poucos percebem, ao lado direito para quem se dirige ao subúrbio, uma elevação com uma pequena igreja se destacando em seu cume. É o Morro do Pinto (fotos 46 e 47, p. 259 - 260).

No mapa 3 (p. 256), podemos localizar o Morro do Pinto no Rio de Janeiro do início do século XX. Pertencente ao bairro de Santo Cristo, na zona portuária, os atuais limites do Morro são: Avenida Presidente Vargas (linha férrea e complexo do metrô), rua Pedro Alves, rua Santo Cristo e elevado São Sebastião. Apesar de muitas pessoas retratarem o Morro como uma favela, este não passou pelo processo de ocupação como o seu vizinho mais próximo: o Morro da Providência, segundo muitos historiadores, a primeira favela construída na cidade do Rio de Janeiro<sup>8</sup>.

No caso do Morro do Pinto, utilizaremos a mesma metodologia aplicada para o Morro de Paula Mattos, isto é, recuperar a história através de literatura específica e a partir de depoimentos de seus moradores.

A Zona Portuária é um dos poucos locais da cidade onde as formas de uso residencial guardam a autenticidade do passado, considerada única no que diz respeito à

---

8

Segundo Abreu (1994), a primeira favela da cidade foi estabelecida no Morro de Santo Antônio em 1893 por soldados que combateram na Revolta da Armada.

preservação de suas características originais, “uma memória, ainda viva, do passado” (RABHA, 1985, p. 36).

A forma-função do Morro do Pinto está associada diretamente à estrutura urbana circunvizinha, isto é, da zona portuária. Como é sabido, a cidade ficou sitiada até o século XIX, entre o quadrilátero irregular dos morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição. Logo, a área em questão não se urbanizou até meados do século XVIII, quando algumas chácaras foram instaladas atraídas pela existência de amplos terrenos, e proximidade da cidade (CARDOSO *et al*, 1987).

Segundo Lamarão (1991), a descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais e conseqüente incremento das atividades portuárias da cidade do Rio de Janeiro desempenharam papel importante no povoamento desta área. Vale destacar, como aponta Bernardes (1992) que a presença de enseadas, logo, de bons ancoradouros, melhores que os dos arredores do Morro do Castelo, contribuíram para a ocupação da área com a função portuária.

É importante frisar que os processos de ocupação e cristalização ocorridos no Morro do Pinto estão, de alguma forma, atreladas à evolução dos transportes na cidade. A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858, por exemplo, isolou uma vertente desta elevação da Cidade Nova.

Assim, o crescimento das atividades econômicas, desempenhou um fator para a expansão dos transportes e da cidade para além dos quatro morros. Por sua vez, a topografia da zona portuária, caracterizada por pequenas elevações, constituiu numa boa opção de moradia para os habitantes da cidade.

Houve, portanto, ao longo do século XIX um retalhamento das chácaras em inúmeros lotes urbanos. Os morros desta parte do litoral foram sendo urbanizados a partir das encostas próximas às ruas de maior movimentação (CARDOSO *et al*, 1987).

Como o Castelo, o Morro do Pinto já possuiu outros topônimos (mapa 4, p. 261). São Diogo e Nhéco são outras denominações atribuídas, que com a abertura da Rua do Pinto (1874), conferiu o nome hoje conhecido:

Mais do que uma nova denominação, a abertura da rua do Pinto significou o início de uma ocupação efetiva do morro, onde, até aquele momento, só se encontravam algumas edificações esparsas. Ainda em 1874, com o calçamento da rua da América e o alargamento da rua de Santa Teresa (atual Vidal Negreiros), os dois principais acessos ao Morro do Pinto, sua urbanização ganhou um novo e importante estímulo (Ibidem, p. 78 - 79).

Desta forma, o Morro do Pinto foi loteado em terras que pertenceram ao Barão de Mauá. O topônimo originou-se, portanto, em homenagem ao major Pinto Sayão, parente do herdeiro e loteador das terras.

No início do século XX, a Reforma Passos transformou esta colina em um dos redutos da colônia italiana no Rio de Janeiro. Ao nosso ver, esta presença latina possibilitou a criação, posteriormente, da rede social que atraiu moradores removidos do Castelo.

Sendo assim, Lopes (2001) destaca o deslocamento de pessoas que foram removidas pela Reforma Sampaio para o Morro do Pinto:

*Por causa do Rei Alberto, que veio nos visitar, as mulheres de vida fácil, todas têm que se mudar... E essa marchinha queria dizer que o prefeito Carlos Sampaio estava higienizando agora também a Cidade Nova e toda a região do mangue de São Diogo. Foi nessa que os italianos foram atravessando a linha de trem, aqui perto da Central, e subindo o morro do Pinto. Aí, os Ciciliano, Rianelli, Gambardella, Carbonelli, Santoro, Chianelli, Schiovanni etc foram encontrando os crioulos que já estava, na área para fazerem surgir importantes ranchos carnavalescos e uma das primeiras escolas de samba carioca, a Vizinha Faladeira, hoje renascida (p. 16).*

Achamos importante, resgatar a história deste lugar, e não poderia ser diferente, pois no capítulo 1, enfatizamos a evolução do espaço urbano como um processo. Neste sentido, o resgate da memória do Morro do Pinto (bibliográfica e de seus moradores), se deve, como já

citado, a hipótese de que uma parte dos castelenses de origem latina (portugueses e italianos) escolheu o Morro da zona portuária como nova residência.

Um fato nos chamou muito a atenção durante os trabalhos de campo realizados no Morro do Pinto - a semelhança da sua forma-conteúdo com o Morro do Castelo, claro, respeitando as devidas diferenças espaciais e temporais. Podemos destacar as seguintes semelhanças: mesma altitude, topo relativamente plano, a igreja no alto do morro, a maioria de seus habitantes trabalhando no centro, a presença de comunidades italiana e portuguesa, a presença de uma classe média-baixa, a idéia de abandono e a comparação com a favela (foto 48, p. 262).

Além disso, percebemos através de fotos que no final do século XIX, as duas elevações possuíam uma atmosférica bucólica, aliás, característica comum aos morros daquela época (fotos 49 e 50, p. 263). É como se na estrutura urbana, a geografia física do Rio de Janeiro propiciasse a “reprodução” do Castelo no Morro do Pinto.

Ao associarmos a imagem do Morro do Pinto a uma favela, na tentativa de “provocação”, o presidente da associação de Moradores foi enfático: “o Morro do Pinto nunca foi uma favela!” Segundo ele, a integração entre o morro e a zona portuária ainda é marcante, pois vários moradores ainda possuem a carteira de estivador do porto. No entanto, com a decadência das atividades portuárias, inúmeras famílias se mudaram para outras áreas da cidade. Segundo os moradores mais antigos do Morro, como o Sr Galeli, o Morro do Pinto recebeu moradores não só do Castelo, mas também de outras áreas do centro destruídas com o crescimento da cidade.

Sobre o isolamento do Morro, a evolução dos transportes foi ao mesmo tempo, um passo para a ocupação, como um fator para reforçar a segregação. De fato, as construções da via férrea como já citado, da Avenida Presidente Vargas e do complexo do metrô (garagem) distanciaram o Morro do Pinto do Centro da cidade (foto 51, p 264). Por outro lado, a

construção do elevador São Sebastião ligando a zona portuária ao túnel Santa Bárbara pôs fim a ligação feita por uma passarela entre o morro e a sua favela vizinha, a Providência. O principal acesso é, portanto, feito pela rua Sara, ligando a colina a rua Santo Cristo (foto 52, p. 264).

Esse isolamento é visto com bons olhos pela comunidade. Segundo o Sr. Jonas, presidente da associação de moradores, o morro é tranqüilo, apresentando um “clima” de cidade do interior. De fato, como um verdadeiro enclave, percebemos como os moradores do morro nos viam como pessoas estranhas, que não pertenciam aquele lugar (foto 53, p. 265).

A presença da comunidade italiana e lusitana ainda é marcante como presenciamos durante o trabalho de campo. Como no Castelo, o morro não apresenta, sob o ponto de vista de renda, uma homogeneidade social. Presenciamos casas típicas de classe média, como também casas de status social mais baixo (foto 54, p. 265).

Conforme já observado anteriormente, Seu Domingos, tio de Dona Guiomar, nossa ilustre castelense, após residir no bairro do Catumbi, foi residir no Morro do Pinto. Sua filha, nascida no Morro, hoje mora na Tijuca.

Vale lembrar que o Morro do Pinto foi ao nosso ver, um receptor de moradores removidos das grandes reformas urbanas. Foi assim com as reformas Passos e Sampaio e, mais tarde com a reforma Dosdworth. Segundo moradores, a construção da Avenida Presidente Vargas fez com que inúmeros moradores removidos subissem o Morro do Pinto para fixar nova residência.

Em suma, a pesquisa mostra, portanto, que a topografia da zona periférica do centro, representada principalmente pelos morros de Paula Mattos e Pinto, associada ao descaso do Estado em relação à questão habitacional e, ainda, o estabelecimento de redes de solidariedade entre os removidos das reformas urbanas, contribuiu para a “reprodução” do

Morro do Castelo em outras áreas da cidade. Na próxima seção, analisaremos outros “Castelos” - as favelas.

### 5.3.3 – Do Castelo às favelas

Entre as favelas que receberam os moradores do Castelo destacamos os morros do Borel e da Mangueira.

Apesar de não estar localizado na zona periférica do centro, consideramos importante destacar a ocupação do morro do Borel, pois a criação da favela coincidiu com a expulsão dos moradores do Morro do Castelo. A história da comunidade começa no ano de 1921, quando o sr. Manoel Isidério subalugou os terrenos do morro para construção de barracões de madeira ou pau-a-pique, com cobertura de zinco. Havia muitos terrenos devolutos nas encostas do vale do rio Maracanã. “Seu” Manoel percebendo as transformações provocadas pela reforma urbana de Carlos Sampaio, aliada à grande crise habitacional, se apropriou de um terreno público para oferecer lotes para as pessoas que quisessem construir seus barracos, alugando a preços baratos para os trabalhadores de baixa renda. Nas vertentes do vale, o morro do Borel apresentava uma elevação moderada, coberta por vegetação para a extração de madeiras, possuindo 22 nascentes e 2 córregos com água potável.

“Seu” Manoel não permitiu naquela época se fazer habitações de alvenaria, pois essas teriam um valor maior, o que dificultaria a indenização em caso de remoção, pois, como sabemos, era um terreno público. Segundo Gomes (1980), quem não tinha condições financeiras para alugar um quarto numa casa de cômodos vinha morar no Borel. Com a demolição do Morro do Castelo e a Exposição do Centenário da Independência, além da remoção da população residente, era grande também o fluxo de trabalhadores no centro da cidade. “Seu” Isidério ocupou a área mais plana, fronteira com a rua São Miguel, desmatou

e aproveitou a madeira para construir barracos, alugando, tornando-se dono absoluto das terras abandonadas, controlando, inclusive as leis no morro.

Sobre a expansão das favelas, o Plano Agache analisou a forma de ocupação ocorrida como o morro do Borel:

Pouco a pouco surgem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogênea, nasce um princípio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento da propriedade territorial (...) Alguns (favelados) que fizeram bons negócios, melhoram a sua habitação, alugam-na até, e estabelecem-se noutra parte, e eis pequenos proprietários capitalistas que se instalaram repentinamente em terrenos que não lhes pertenciam, os quais ficariam surprehendidos se se lhes demonstrasse que não podem, em caso nenhum, reivindicar direitos de posseção (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL apud ABREU, 1997/A, p. 89).

O Morro da Mangueira também recebeu castelenses. A rede social que “capturou” os moradores do Castelo foi inicialmente tecida pelos moradores do Morro de Santo Antônio. Abreu (1994) ao reconstruir a história deste morro, segundo ele, a primeira favela da cidade, lembra que houve uma espécie de “dança” das favelas. Os moradores foram removidos em 1901, mas com a Reforma Passos, o Morro foi novamente ocupado. Em 1910, novamente, moradores foram removidos, com consentimento da prefeitura para o Morro do Telégrafo. Segundo o autor, em pouco tempo, o Santo Antônio já estava novamente ocupado. A prefeitura tentou, por ordem judicial, nova remoção, mas os moradores conseguiram adiamento da execução.

Contudo, suas moradias não estavam seguras. Em 1916 houve um grande incêndio, o que forçou novamente a remoção dos moradores. Esses infelizes “bailarinos” tiveram a permissão, mais uma vez, da prefeitura para transferência para o Morro do Telégrafo, “o que fez com que a favela, seja talvez, a única das favelas cariocas que contou com a aprovação do poder público” (Ibidem, p. 46).

Este fato foi destacado na imprensa. Vejamos a reportagem com o título “Os barracões da Mangueira – um caso para o prefeito resolver” do *Correio da Manhã*:

Quando do incêndio dos barracões do morro de Santo Antônio (...). A caridade foi completa (...)

Na rua Visconde de Nictheroy, números 156 a 160, na estação da Mangueira, existiam uns terrenos em abandono. Com a aquiescência da Prefeitura, as próprias vítimas do incêndio construíram ali os seu novos barracões.

Pensaram estar seguros em tal sítio, pois para a ali foram residir com permissão das autoridades municipais.

É que naquela época ainda se conservava bem nítida na memória de todos a impressão desoladora deixada pelo trágico espetáculo. Mas o tempo passou. Veio o esquecimento e com ele a idéia de sanear aquele recanto de Mangueira, que se ia transformando em um novo morro de Santo Antônio. E o saneamento vai ser feito. Ainda no dia 6, receberam os habitantes dos barracões, do agente municipal do distrito do Engenho Novo, uma instituição para dentro de cinco dias, desocuparem os casebres, que serão demolidos. Ninguém contestará o direito, o dever a fé que tem a prefeitura de zelar pela higiene pública do Distrito. Mas no caso vertente, esse direito não deve, como pretende aquele funcionário, ser usado com o rigor anunciado, pois que de uma ação visando o benefício da coletividade resultará um gesto prepotente impiedade para com um grupo, que positivamente não é bafejado pela boa sorte.

Trata-se de gente extremamente pobre, que, por mais esforços que empregue, não poderá nunca arranjar nova residência do pé para a mão, com se pretende.

Eis porque julgamos que o prefeito andará acertadamente se atender o pedido que lhe enderesam os interessado, solicitando a edilação daquele prazo para 30 dias, a fim de poderem e retificar a mudança ordenada". (11/09/1916).

A leitura chama a atenção para um fato. A área do Morro do Telégrafo que recebeu moradores removidos ficou conhecida como Santo Antônio.

Achamos esta informação importante, pois em *A Subversão pelo Riso*, Rachel Solhet ao estudar o carnaval carioca na *Belle Époque*, analisa a história das escolas de samba a partir da ocupação dos morros da cidade. Sobre o Morro da Mangueira, a autora tem o depoimento de Dona Neuma. Segundo a ilustre moradora, parte dos moradores do Castelo se estabeleceu na Mangueira, na área conhecida como Santo Antônio.

Deste modo, a rede de solidariedade não iniciou no período do desmonte. Antes disso, esta foi tecida a partir dos “pioneiros”, isto é, dos primeiros habitantes do centro a serem expulsos a partir do “bota-abaixo” de Pereira Passos.

A partir dos resultados obtidos pela nossa pesquisa até o momento, desenvolveremos a seguir um padrão geral de segregação para a Reforma de Carlos Sampaio.

#### 5.4 – O padrão de segregação da Reforma Sampaio: uma proposta

Lago (2000) entende que as transformações sociais e espaciais ocorridas nos anos 80 apontam a necessidade de se rever o modelo dual (núcleo x periferia) na região metropolitana do Rio de Janeiro, pois este padrão está, segundo ela, consolidado nas pesquisas da organização interna do espaço urbano.

Para a autora, uma primeira análise da estrutura urbana do Rio de Janeiro sob os efeitos da crise econômica é a expansão da pobreza por todo o espaço metropolitano através do crescimento das favelas, tanto nas áreas centrais quanto nas áreas periféricas. Outra análise aponta para o fato da periferia ter se tornada socialmente mais heterogênea.

Assim, verificamos duas tendências – o aumento relativo dos pobres e da concentração de renda, o que indicaria a tendência à polarização da estrutura social e o aumento relativo dos setores médios, particularmente nas áreas periféricas. Lago chama atenção que tais tendências não são necessariamente excludentes.

Luciana verifica o aumento das desigualdades sócio-espaciais na metrópole carioca nas últimas décadas. Segundo ela, o processo histórico de concentração de riqueza não alterou o padrão histórico de estruturação sócio-espacial, mantendo com isso, a estrutura dual. No entanto, evidências empíricas em escala micro indicam que o espaço urbano chegou a década de 90 mais fragmentado socialmente.

Neste contexto, o enclave é a melhor expressão da nova escala espacial da segregação social que começa a se configurar no Rio de Janeiro e nas grandes metrópoles do país:

Trata-se da segregação de ricos e pobres em enclaves, isto é, em espaços fisicamente delimitados, sejam eles ocupações ilegais, sejam eles condomínios horizontais ou verticais dispersos no espaço metropolitano. Pode-se-ia argumentar que a fragmentação espacial em pequena escala tem sido, há pelo

menos cinquenta anos, uma característica da cidade do Rio de Janeiro, com a expansão e a consolidação das favelas (LAGO, 2000, p. 224).

A fragmentação espacial como padrão histórico nos remete a evolução urbana do Rio de Janeiro, mais especificamente, ao padrão segregador da Reforma Urbana de Carlos Sampaio. Sendo assim, propomos segundo o nosso objetivo, recuperar historicamente, a segregação sócio-espacial de nossa cidade. Para tal, como visto, partiremos da hipótese que a dinâmica da segregação fragmentou e reproduziu a espacialidade dos castelenses em outras áreas da cidade, principalmente na zona de transição do modelo teórico de Burgess, isto é, a zona periférica do centro.

Corrêa (1995) chama a atenção que a dinâmica da segregação é própria do desenvolvimento capitalista, não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada pelo forte imobilismo sócio-espacial. Ora, analisando a evolução urbana do Rio de Janeiro, percebemos que até a segunda metade do século XIX, quando a cidade apresentava ainda uma economia tipicamente colonial, e a falta de transporte aliada à necessidade de defesa gerava um forte imobilismo residencial, fazendo com que os diversos grupos sociais ocupassem o mesmo espaço como moradia, ou seja, o centro da cidade.

Entretanto, segundo Abreu (1997/A), no século XIX, mais especificamente na década de 20, é que a cidade começa a formatar em seu tecido, uma pequena segregação social. As cinco freguesias urbanas: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, se diferenciavam pelas suas funções. As freguesias da Candelária e São José abrigavam as principais instituições da cidade, tornando-se área de preferência para moradia das classes dominantes. As classes mais pobres, por precisarem morar próximo do centro, passaram a ocupar as freguesias de Sacramento, Santa Rita e Santana. Esta organização espacial foi, ao nosso ver, o processo embrionário da atual segregação sócio-espacial existente na cidade do Rio de Janeiro.

Uma interessante análise da evolução da segregação no Rio de Janeiro é realizada por Fridman (1999). A divisão da cidade em ordens religiosas (jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos) representou a valorização através da oferta de serviços, de áreas no período colonial. A autora conclui:

Os locais e ruas da cidade eram, muitas vezes, especializados por funções e segregados pelas ordens e confrarias que representavam as classes de renda. Pudemos verificar no texto que tal segregação, resultado do valor de uso e não do preço, decorria da distribuição arbitrária. O binômio valorização/segregação diz das características urbanas anteriores ao sistema capitalista de produção (p. 49).

Como agentes modeladores do espaço urbano, as ordens religiosas se apropriaram de parcelas da cidade. As ordens mais ricas como a jesuítica do Morro do Castelo, estavam localizadas na proximidade do porto, servido por benfeitorias como os colégios, hospitais, e marcos simbólicos como igrejas. Por sua vez, diz a autora, as irmandades mais pobres estabeleceram-se nas áreas mais distantes do “coração da cidade” que, por sua localização, expressaram o início, digamos assim, a estruturação de um espaço desigual:

Foram reflexo e condição para a divisão existente na própria sociedade, discriminadora a tal ponto de existirem irmandades para pardos, mulatos, negros e brancos que não assimilavam. Neste sentido, as propriedades fundiárias representaram um mecanismo pelo qual o espaço da cidade, que se estruturava, viesse a ser diferenciado como consequência das práticas sociais nela mantidas (p. 49).

Como é sabido, o Rio de Janeiro nasceu no Morro do Castelo. A cidade se espalhou ao redor da Colina e ficou “sitiada” até o século XIX no perímetro compreendido entre os quatro morros (Castelo, Conceição, Santo Antonio e São Bento). Mais do que uma opção gerada pelas limitações físicas do território com também pelo forte imobilismo espacial, morar juntos era uma necessidade imposta pelas questões de controle e segurança (BICALHO, 2003).

Este padrão colonial permaneceu inalterado, a não ser com algumas pequenas alterações. Vale lembrar que no final do século XVIII, alguns comerciantes residiram fora do perímetro urbano, especificamente em São Cristóvão e Botafogo.

No entanto, a presença da Corte trouxe algumas mudanças na estrutura da cidade. Além disso, a abertura dos portos integrou a economia brasileira ao mercado mundial e, a expansão do comércio fez com que a cidade rompesse o quadrilátero urbano. Neder (1997) lembra que muitos britânicos transferiram-se para o Rio, construindo suas casas inicialmente em São Cristóvão e posteriormente em bairros da atual Zona Sul. Os nobres e burocratas permaneceram nos limites da cidade ou em quintas próximas a Quinta da Boa Vista Real. Os franceses por sua vez, instalaram-se em áreas do Engenho Velho (atual Grande Tijuca).

Desta forma, as classes mais abastadas procuraram residir em chácaras além da área urbana, nos atuais bairros da Glória, Botafogo, Tijuca e São Cristóvão, transformados numa espécie de “periferia enobrecida”.

Por serem mais frescas no verão e menos atingidas pelas febres, os ricos cada vez mais optavam por se mudar para os locais antes usados apenas para os descansos semanais esporádicos ou para uma semi-aposentadoria refinada, e esses bairros se tornaram práticos para idas diárias à Cidade Velha. No início, a Zona Norte (Cidade Nova, São Cristóvão, Tijuca, Rio Comprido) e, depois, a Zona Sul (Glória, Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo) foram alcançados, no começo pela carruagem pioneira, que ia para a Zona Norte, e depois pelos coletivos e bondes, cujas primeiras linhas serviam a nova e da vez mais prestigiada Zona Sul (NEDER, 1997, p. 48).

Silva (1978) enfatiza que Botafogo era o local preferido pelos estrangeiros e aristocratas, onde se encontravam agradáveis chácaras. Veja um anúncio de venda de uma chácara no século XIX:

Vende-se a chácara de Botafogo pertencente ao cavalheiro Diogo Gambier, a qual consta de casas nobres, bem repartidas, com água de beber, banho de água doce, cocheira; cavaliariças e outras muitas comodidades, tanto na mesma casa, como por ser tudo situado em um belo terreno fértil, espaçoso, bem cercado, regado com água doce, árvores, frutos, horta e jardim de recreio, assim como mui

conveniente, por ser junto à pequena enseada de Botafogo, para os banhos de mar (GAZETA DE NOTÍCIAS, n. 43, 1812 *apud* SILVA, 1978, p. 42).

A citação acima nos revela como as elites não tinham problemas mais sérios com a questão da água. Ontem, como hoje, os serviços são segregados. Outro ponto interessante observado no “classificado” de época era o início da valorização dos terrenos próximos da praia, o que induziu a ocupação da orla litorânea da Zona Sul da cidade ao longo do século XX.

Por sua vez, os trabalhadores livres e os escravos não tinham outra opção senão adensar as freguesias centrais, além da atual zona portuária (Gamboa, Santo Cristo e Saúde) onde se concentravam atividades manufatureiras, casas comerciais, trapiches e estaleiros.

Como já observado, a presença da Corte gerou uma série de melhoramentos na cidade como a construção de novos caminhos que possibilitaram a expansão do espaço urbano. O grande exemplo foi a construção do Caminho do Aterrado em terras conquistados do Mangal de São Diogo, o que deu origem a Cidade Nova e a incorporação de São Cristóvão como inclusive, local da residência da Família Real.

Fatores importantes vão contribuir, na segunda metade do século XIX, para a quebra do imobilismo espacial. Destacamos o próprio crescimento da cidade, a mercantilização do solo urbano e sua conseqüente valorização e expansão, e o desenvolvimento dos transportes urbanos (bondes e trens), que direcionou as classes sociais.

Nas três primeiras décadas do século XX, já se observava a conformação de um padrão de segregação intra-urbana: um núcleo valorizado pelos investimentos públicos e privados em equipamentos e serviços urbanos e uma periferia carente desses serviços. Essa afirmação é reforçada pelo debate que realizamos no capítulo 1, isto é, a segregação institucionalizada pela ação do Estado.

Devemos destacar uma questão importante, os investimentos públicos ficaram restritos aos novos bairros que recebiam a população das classes altas, enquanto os subúrbios não tiveram a mesma atenção. Assim, uma das grandes conseqüências dessa intervenção do Estado no tecido urbano é a transformação da sua forma (aparência) e função (usos), principalmente no tocante aos usos pelas classes sociais.

Como o Estado atua para viabilizar condições para a reprodução da sociedade capitalista, este agente cria mecanismos que levam à segregação residencial. Deste modo, o imposto territorial diferenciado, por exemplo, pode afetar o preço do solo e dos imóveis resultando na segregação residencial, com a apropriação das áreas de amenidades pela população de alta renda.

Portanto, o Estado através de investimentos desiguais em infra-estrutura urbana, também cria condições para a separação das classes sociais. A evolução urbana do Rio de Janeiro foi marcada pelos investimentos públicos concentrados na zona sul, enquanto os subúrbios ficavam completamente abandonados. Servindo aos interesses de uma minoria, o Estado contribuiu ainda mais para ampliar a renda daqueles que já possuíam elevada renda monetária (CORRÊA, 1995).

Neste sentido, a respeito da cidade latino-americana, Corrêa (1995) também chama a atenção que a segregação residencial resultou também de uma ação direta e explícita do planejamento de Estado. A demolição do Morro do Castelo e a remoção de seus moradores é um exemplo claro de planejamento que visava não somente redirecionar a segregação residencial como também maximizar as oportunidades para o capital imobiliário.

As Reformas Urbanas criaram no início do século XX, a figura do empreiteiro de obras públicas, pois, anteriormente, havia a contratação eventual. A partir das grandes transformações na paisagem do Rio, passaram a existir empresas interessadas essencialmente na manutenção e ampliação do gasto público em obras. O capital

imobiliário foi maximizado pela expansão das oportunidades de obras. Em suma, o Estado ao atuar sobre o espaço geográfico, tende a se aliar aos interesses de grupos da classe dominante, criando e viabilizando o processo de reprodução da sociedade capitalista.

Com o Plano Agache, na década de 20, a prefeitura visou controlar a expansão urbana carioca, elaborando um projeto urbanístico que separava as classes sociais no espaço. As áreas pobres deveriam ser erradicadas da área central.

Dentro desta ótica, a separação das classes sociais no espaço só seria eficaz, se o Estado interviesse diretamente no processo de reprodução da força de trabalho, subsidiando parcialmente seus custos. Para tanto, Agache sugeria a adoção de uma política urbana que privilegiasse a construção de habitações baratas nos subúrbios, que também seriam dotados de um mínimo de infra-estrutura básica.

A Revolução de 30 arquivou o Plano Agache. O crescimento da cidade resultou no aumento das distâncias entre o local de trabalho e a residência, exigindo deslocamentos cada vez maiores da força de trabalho. Tal crescimento, porém, não foi acompanhado da melhoria de transportes coletivos, principalmente, o ferroviário.

Corrêa (1995) demonstra a dinâmica da segregação através de modelos de mobilidade intra-urbana importados para as cidades latino-americanas. Analisando os padrões de mobilidade, podemos extrair algumas idéias que nos ajudam a visualizar a mobilidade da população do Morro do Castelo, tendo como referência os padrões espaciais descritos pela Escola de Chicago, especificamente o modelo de Burgess.

Assim, num primeiro momento, o processo de segregação sócio-espacial inicia-se na segunda metade do século XIX, quando as camadas mais ricas da população “abandonaram” os seus solares, no Centro do Rio, se deslocando para os bairros recém-construídos especialmente para elas (LAGO, 2000). Na Zona Sul, antigas chácaras foram sendo loteadas, convertendo-se em bairros para a elite. Assim, a cidade se expandia, e as antigas

fazendas e chácaras da periferia imediata à área central foram loteadas para receber essa nova população. Bairros como Jardim Botânico, Botafogo, Gávea, Lagoa, Copacabana e Tijuca foram incorporados ao tecido urbano ao longo desse processo. Assim, a mercantilização do solo urbano, além do desenvolvimento dos transportes coletivos (bondes e trens) com a conseqüente redução das distâncias, permitiu a expansão de novas áreas com função residencial e a refuncionalização de outras<sup>9</sup>.

No entanto, no caso do Morro do Castelo, esta saída, como vimos no capítulo 3, é anterior, quando as elites (burocrática, comercial e religiosa) passaram a ocupar a planície no século XVII, fazendo com que o Morro passasse por um processo progressivo de abandono.

Como já observado, no século XIX, a mobilidade era um fenômeno para poucos. Para a maioria da população (trabalhadores em geral), essa mobilidade ficava restringida. Assim, essa população, que não tinha condições de ter gastos diários com transportes, permaneceu na área central, aumentando a densidade domiciliar através das casas de cômodos ou cortiços. Aqueles trabalhadores que tinham condições de arcar com despesas de transporte foram para as freguesias suburbanas com a introdução dos trens. A população suburbana era constituída por pessoas que podiam pagar pela compra do solo urbano e arcar com os transportes. Eram geralmente funcionários públicos, comerciantes e operários (PEREIRA, 1998).

Neste sentido, no início do século XX, já era possível identificar e localizar a área de cada classe social no espaço urbano carioca, espacialidade distinta daquela já observada na cidade colonial, ou seja, da cidade marcada pela proximidade física entre as classes sociais;

---

9

A fuga do Centro pela população de alto status para áreas de amenidades gerou uma expansão espacial potencializada pelos interesses fundiários e imobiliários.

aliás, uma tendência comum na cidade do Rio de Janeiro, inclusive nos dias atuais, quando o espaço urbano encontra-se mais fragmentado.

Num segundo momento, as áreas do Centro desvalorizadas na segunda metade do século XXI para o uso de moradia de alto status social, passam a ser ocupadas por trabalhadores, pessoas solteiras, imigrantes recém-chegados, habitando os antigos solares agora transformados em casas de cômodos.

A dinâmica da segregação gerou então, uma área de obsolescência em torno do núcleo central. O uso residencial de baixo status social e a deterioração física da área estigmatizaram-na, criando uma imagem de pobreza, vício e crime. O abandono do Morro do Castelo é um exemplo.

Entretanto, o processo acima citado, não configurou o Centro como uma área de forte homogeneidade social. Como vimos na pesquisa, o Morro do Castelo foi habitado por pessoas que poderiam ser pertencentes ao grupo de médio status social.

Reforçamos a idéia de que no Castelo, esses momentos ocorreram anteriormente. Lógico, por ser o Berço Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, a Colina tinha que assistir precocemente os processos de invasão e sucessão. É como se o Castelo fosse um laboratório exclusivo dos processos sócio-espaciais que ocorreriam posteriormente na cidade.

Como já analisado, Engels (1887) verificou esse modelo de mobilidade (anterior à Escola de Chicago) nas cidades industriais da Inglaterra no séc. XIX. Segundo Vasconcelos (1999/B), a percepção de Engels da estrutura urbana da cidade industrial de Manchester é impressionante:

o centro era formado pelo bairro comercial, com escritórios e armazéns e já era desabitado. O bairro operário rodeava a zona comercial como um cinturão. Além desse cinturão habitava a média e a alta burguesia, a primeira em ruas regulares, porém próxima a classe operária, enquanto que a alta burguesia residia em habitações com jardins, mais afastadas ou sobre colinas arejadas, em pleno “ar puro do campo”, servido com ônibus que conduziam seus habitantes à cidade (p. 57).

Engels (1887) informa que teria havido um abandono do centro edificado de Manchester na época pré-industrial, enquanto que os antigos habitantes haviam se deslocado para bairros melhor construídos, abandonando suas casas para uma população operária de origem predominantemente irlandesa.

Pois bem, em relação ao segundo momento de mobilidade intra-urbana, a área central como uso residencial de trabalhadores, comerciantes etc., pode ter essa função interrompida por medidas como Reformas Urbanas. O caso do arrasamento do Morro do Castelo é um grande exemplo, pois a população expulsa do Berço Histórico sem a proteção do Estado, precisou buscar novas áreas, sendo “capturada” pela rede social tecida anteriormente pela Reforma Passos. Neste sentido, a tendência verificada por Castells (2000) para as cidades americanas, vista no capítulo 1, isto é, da população removida buscar residência em áreas próximas da anterior, pode ser confirmada em nossa verificação empírica.

É claro, que por ser uma tendência, não podemos configurá-la como um modelo exclusivo. No entanto, por tudo o que vimos, podemos sugerir-lo. Assim, destacamos em nossa pesquisa, o padrão geral de mobilidade dos castelenses para a zona periférica do centro.

Acreditamos que esse modelo tem como sustentação teórica a Teoria de Engels, pois nos ajuda a entender a reprodução de “novos Castelos” em outras elevações que envolvem a área central, e verificadas empiricamente por nós – Morros de Paula Mattos e do Pinto

Em suma, as Reformas Urbanas do século XX reestruturaram o espaço da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a sua fragmentação, logo, reforçando a segregação. Esse processo foi facilitado pela expulsão da população pobre do Centro da cidade. Entretanto, a expulsão para o subúrbio foi relativa. Assim como na Reforma Passos, o arrasamento do

Morro do Castelo obrigou a mudança de milhares de pessoas do seu universo vivido, ou seja, do Centro da cidade. No entanto, a pesquisa verifica a invasão da zona periférica do centro pelos castelenses.

Por ser um processo sócio-espacial, a segregação possui uma história. No Rio de Janeiro, a atual fragmentação do tecido urbano implica numa sobreposição entre novas e antigas formas de segregação espacial. Ontem como hoje, a aproximação física entre classes sociais é uma característica marcante no ordenamento do espaço residencial. O arrasamento do Morro do Castelo é um capítulo deste processo, e suas implicações espaciais (fragmentação/reprodução) analisadas aqui reforçam a nossa proposição.

## ANEXO 5



Foto 40 - Última Missa na Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo. A imagem revela o templo do Padroeiro do Rio de Janeiro. Será que o Padre estava justificando o desmonte em prol da modernidade?

A celebração atraiu milhares de cariocas, que subiram a Colina para se despedir da primeira Catedral da cidade. A Igreja reabriu suas portas no dia 20 de janeiro de 1922 para a transferência em solenidade, dos restos mortais de Estácio de Sá, do Marco da Fundação e a imagem do Padroeiro para o bairro da Tijuca.

Data: 01/11/21.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.

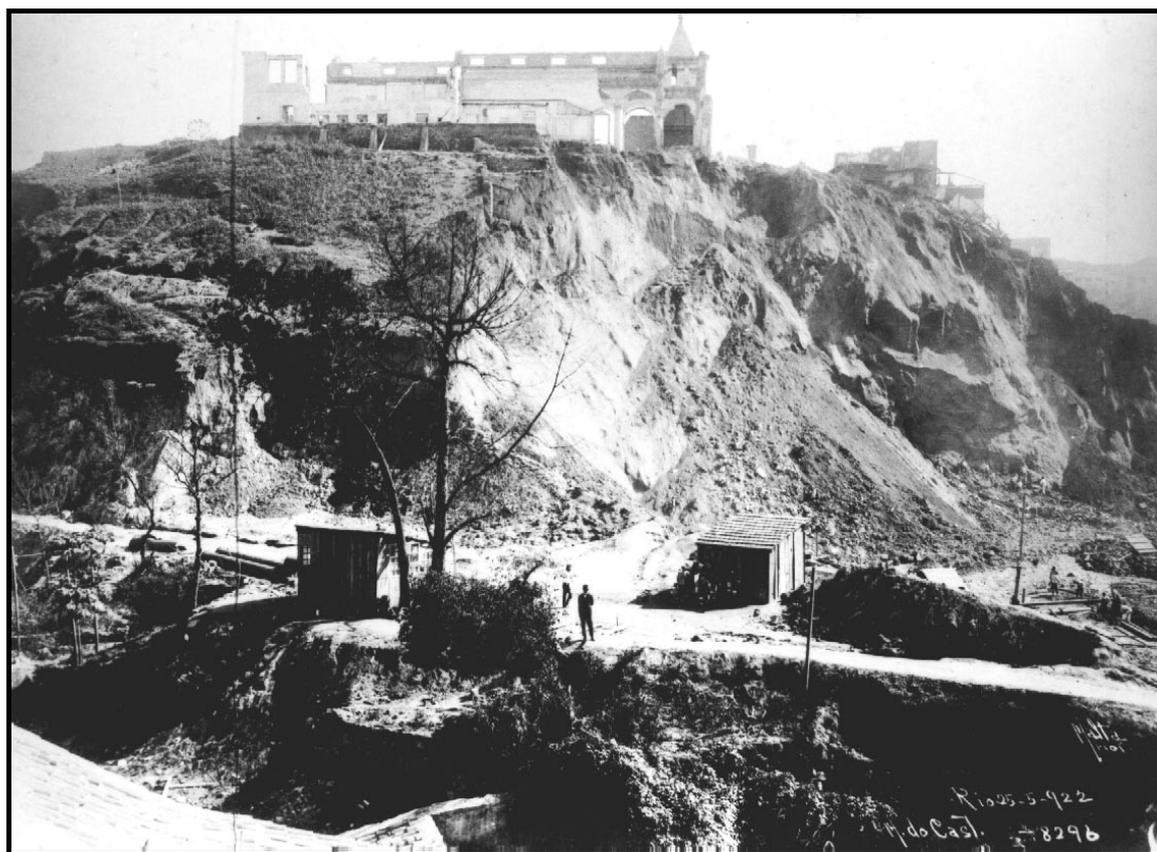


Foto 41 – Ruínas da Igreja de São Sebastião

Data: 25/05/22.

Fonte: Augusto Malta, Álbum do Morro do Castelo.

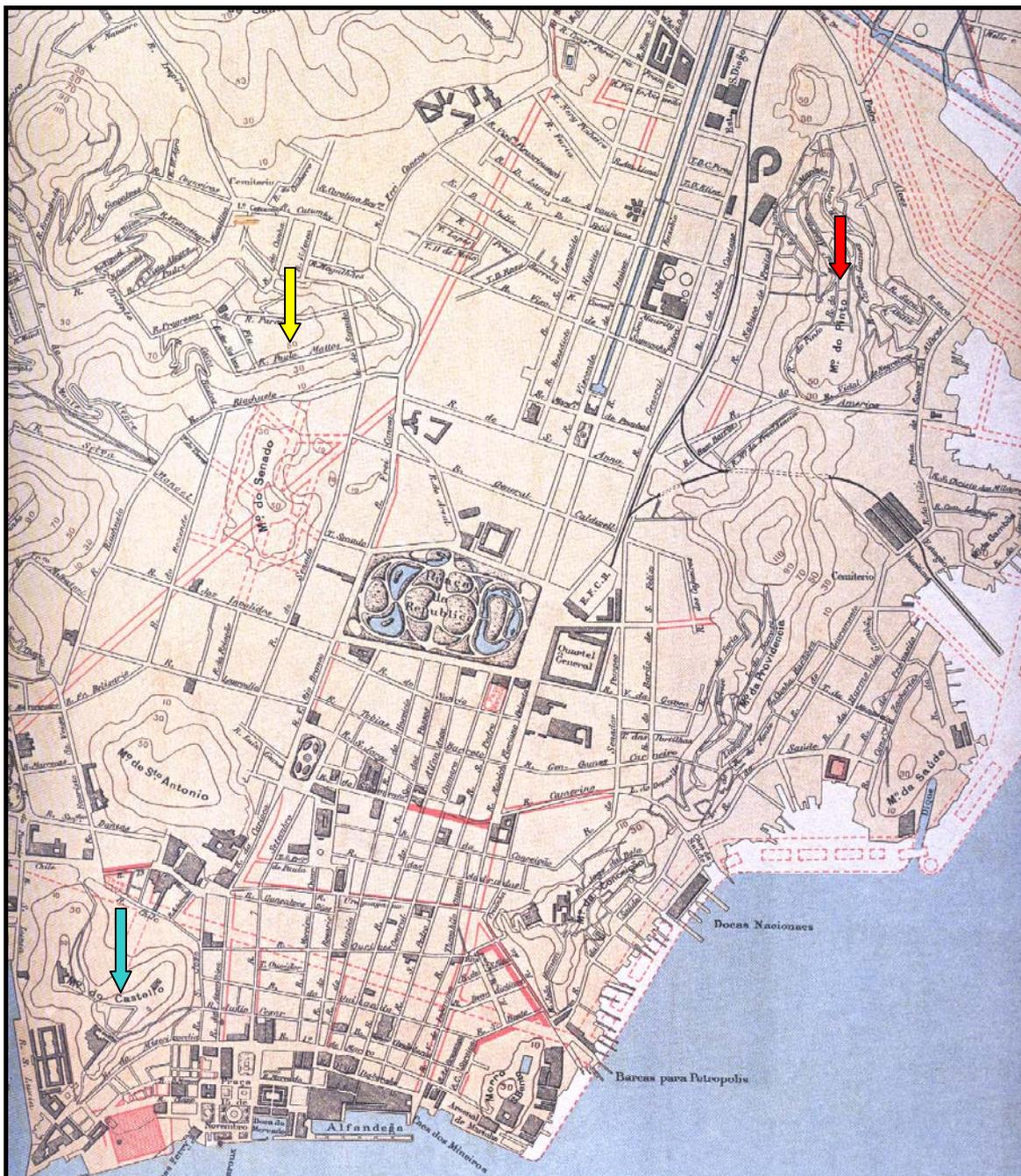
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional-Brasil.



Foto 42 – Zona Periférica do Centro. “Escondido” entre os prédios está o Morro de Paula Mattos (seta em vermelho).

Data: novembro de 2004

Fonte: foto do autor.



Mapa 3 – Área Central do Rio de Janeiro e de sua periferia imediata. Além do “velho” Castelo (seta verde), podemos identificar os “novos Castelos” – o Morro de Paula Mattos (seta em amarelo) e o Morro do Pinto (seta em vermelho).

Data: 1904.

Fonte: Plan de La Ville De Rio de Janeiro avec le trace dès travaux projetes PAR LE PRÉFET DR. F. P. PASSO et par lè gouvernement Federal *apud* ERMAKOFF, George. Rio de Janeiro – 1900 – 1930: Uma crônica fotográfica.



Foto 43 – Ladeira Frei Orlando. Liga a rua do Riachuelo ao bairro de Paula Mattos.  
Data: agosto de 2002.  
Fonte: foto do autor.



Foto 44 - Dona Gema, ex-moradora da rua da Misericórdia.  
Data: agosto de 2002.  
Fonte: foto do autor.



Foto 45 – Rua Paula Mattos

Data: agosto de 2002.

Fonte: foto do autor.



Foto 46 – Morro do Pinto (1). Vista a partir do famoso Edifício “Balança mas não cai”.  
Data: novembro de 2004.  
Fonte: foto do autor.



Foto 47 – Morro do Pinto, visto da Avenida Presidente Vargas.

Data: Julho de 2004.

Fonte: foto do autor.





Foto 48 – Morro do Pinto com destaque para a Capela de Monserrat

Data: novembro de 2004.

Fonte: foto do autor.



Foto 49 – Morro do Pinto no início do século XX. Em destaque a Igreja de Santo Cristo, hoje localizada longe do mar.

Sem data.

Fonte: PINHEIRO, Augusto e RABHA, Nina. Porto do Rio de Janeiro – Construindo a Modernidade.



Foto 50 – Obras de aterro da Zona Portuária. Em destaque, a ilha dos Melões, onde hoje está localizada a Rodoviária Novo Rio. À esquerda, o Morro do Pinto.

Sem data

Fonte: PINHEIRO, Augusto e RABHA, Nina. Porto do Rio de Janeiro – Construindo a Modernidade.



Foto 51 – Área Central vista do Morro do Pinto. No centro da foto (seta em amarelo), a antiga passarela que ligava a Colina à Avenida Presidente Vargas.

Data: dezembro de 2003.

Fonte: foto do autor.



Foto 52 – Rua Sara – Morro do Pinto. Principal acesso ao Morro.

Data: dezembro de 2003.

Fonte: foto do autor.



Foto 53 - Capela de Monserrat no topo do Morro do Pinto. Aspecto de cidade do interior.  
Data: dezembro de 2003.  
Fonte: foto do autor.



Foto 54 - Rua Mont'Alverne - Morro do Pinto. Nesta rua, há casas típicas de classe média.  
Data: dezembro de 2003.  
Fonte: foto do autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## Considerações finais

Procuramos nesta dissertação analisar o processo de evolução da segregação na cidade do Rio de Janeiro através de um recorte temporal: a questão dos *sem-tecto* do Morro do Castelo, na década de 1920.

Atualmente, vivenciamos um processo de toporreabilitação, isto é, de recuperação dos lugares pretéritos. Esta dissertação é uma prova disso. No entanto, apesar do aumento considerável das pesquisas que retratam os lugares do passado, a dinâmica segregacionista desta cidade apresenta ainda, inúmeras lacunas. Os impactos sociais promovidos pelas grandes Reformas Urbanas do século XX é uma delas.

Desta maneira, buscamos dar visibilidade principalmente, aos moradores do Morro do Castelo, ignorados nos estudos sistemáticos sobre a história do Berço da cidade.

Percebendo o espaço urbano em sua totalidade, nos preocupamos em relacionar as transformações da estrutura urbana da nossa cidade aos processos políticos, econômicos e sociais, em suas inúmeras escalas espaciais e temporais.

Consideramos então, a Proclamação da República como um recorte temporal importante para entendermos o arrasamento do Morro do Castelo, pois estabeleceu uma nova forma de ordenação do espaço do Distrito Federal. Era preciso adequar a cidade às necessidades do capital. Em outras palavras, era necessário excluir as contradições do espaço urbano ainda como uma estrutura colonial que dificultavam o aprofundamento das relações capitalistas, logo, a inserção do Brasil numa economia cada vez mais internacionalizada.

Tendo como pano de fundo a grave crise ambiental, o projeto urbanístico republicano visava solucionar os problemas de circulação da capital e do capital, e os graves problemas de saneamento, se inspirando nas Reformas urbanas de Paris de Haussmann.

Neste sentido, a Era Higienista não poupou as habitações populares, que segundo os pareceres médicos e de engenharia, eram a fonte de diversas doenças que assolavam o Rio de Janeiro da época.

O núcleo central era local de residência de população mais pobre que vivia em cortiços, antigos solares abandonados pelas elites, como também de pequenos comerciantes, funcionários públicos, militares, que representavam um grupo de médio status social, o que conferia a este espaço uma heterogeneidade social.

Como vimos nesta pesquisa, a ordenação do núcleo central através das reformas urbanas implicou na remoção de milhares de pessoas do seu universo vivido, logo tendo implicações na dinâmica da segregação. A expulsão das camadas populares do centro da cidade gerou implicações espaciais como a ocupação de áreas não valorizadas pelas classes dominantes. Aproveitando a topografia da cidade, as encostas de vários morros foram ocupadas com “permissão” do Estado pelos excluídos das Reformas.

Paradoxalmente, a Reforma Passos acirrou as contradições do espaço urbano, especificamente a questão da segregação sócio-espacial. A meta era separar, deixando o centro “limpo” das classes “perigosas”.

Enquanto o centro passava por grandes cirurgias urbanas, a zona sul era preparada para a ocupação pelas classes mais favorecidas. Os subúrbios eram preparados, ou melhor, esquecidos pelo poder público para receber a população de baixa renda.

A Reforma Sampaio foi uma continuação da Reforma Passos. Vimos que a idéia de demolição do Morro do Castelo era bastante antiga, do meados do século XVIII, sendo o grande projeto de engenharia de Carlos Sampaio. Com Passos e Frontin, o Prefeito Demolidor fez parte de um grupo seletivo de engenheiros que vivenciaram a Era Higienista e que no final de suas carreiras profissionais se transformaram em prefeitos interventores e, em grandes reformadores do espaço urbano do Distrito Federal.

Coube a Carlos Sampaio preparar o Rio de Janeiro para a comemoração do 1º Centenário de Independência. Chegara a hora de mostrar ao mundo que o Brasil havia ingressado na era da modernidade, e aproveitando essa atmosfera de transformações, de tirar o seu antigo projeto do papel, destruir o Berço Histórico do Rio de Janeiro.

Entender a complexidade dos fatores que levaram ao arrasamento do Morro do Castelo, nos leva a justaposição de inúmeras forças – econômicas, políticas e ideológicas. Na organização do espaço urbano e, particularmente, do nosso objeto de pesquisa, o Estado foi o principal agente, intervindo diretamente através da ação como articulador entre os agentes particulares.

Percebemos também como a imagem negativa do Castelo corroborou para legitimar o desmonte. Aliás, a imagem que as elites da época queria repassar para os cariocas, persiste nos dias atuais. No entanto, apesar das invasões ocorridas durante a Reforma Passos, o Castelo não poderia ser comparado a uma favela.

A pesquisa mostrou o histórico descaso das autoridades em relação à política habitacional. Apesar das indenizações pagas aos proprietários, a grande maioria dos moradores, não proprietários, ficaram abandonados. Os precários barracões construídos na Praça da Bandeira pelo governo do Distrito Federal e os antigos barracões que um dia serviram de trapiches no bairro da Saúde, pouco contribuíram para resolver a questão, por representar uma solução transitória para a população de baixo poder aquisitivo.

Por sua vez, a licitação para a construção de casas populares não resolveu a questão, pois, como foi observado, não interessava às construtoras pois os custos não eram atrativos ao capital.

Apesar da remoção de alguns moradores para casa de cômodos, promovido pela Prefeitura, como observado no caso da família da Dona Guiomar, não podemos caracterizar esta ação como uma política habitacional efetiva associada à Reforma.

Para entender a inexistência de uma contramobilidade, isto é, da resistência dos castelenses à mudança, é necessário visualizar o momento político da época. É importante enfatizar que na década de 1920 estava se iniciando a prática dos chamados “currais eleitorais”. Em alguns bairros da cidade, políticos já controlavam seus redutos. Entretanto, não era o caso do Morro do Castelo, residência de imigrantes sem direito a voto. Além disso, o prefeito do Distrito Federal era indicado pelo Presidente da República, em outras palavras, um mero interventor. Carlos Sampaio era mais um técnico do que um político. Portanto, o Demolidor do Castelo não almejava a continuidade de sua carreira política. Neste quadro, havia ainda o limitado Conselho Municipal que poderia se transformar num mediador dos conflitos de interesses. No entanto, o Conselho não procurou criar resistência ao desmonte, pelo contrário, apenas direcionou o projeto a favor de outros grupos econômicos.

Apesar de algumas manifestações isoladas contrárias ao desmonte, como foi o caso das pedras jogadas nos operários que trabalhavam no arrasamento, os moradores do Morro do Castelo não foram organizados o suficiente para ser interlocutores da classe dirigente e reivindicar uma política habitacional para os removidos.

Diante deste quadro, acreditamos que a resistência dos castelenses à mudança se resumiu a uma única palavra – permanência. Seja permanecendo em suas casas até o último momento possível, seja ocupando “novos Castelos”, permanecendo então, próximos da antiga moradia no Berço Histórico.

Neste sentido, se por um lado, o Estado através de uma despolítica habitacional não ofereceu espaços legalizados à população removida, o espaço físico oferecia, do outro lado, uma série de opções próximas, ou seja, terrenos já ocupados por habitações irregulares, as favelas e Morros como os de Paula Mattos e do Pintos, já loteados no século XIX e não valorizados pela população de alto status social.

Assim, não concordamos com aquela visão tradicional da ida dos castelenses apenas para as áreas suburbanas. A nossa pesquisa mostrou que a proximidade do local de trabalho foi um fator importante para a escolha da nova residência. Com o desmorte, o destino dos moradores foi condicionado à situação financeira de cada grupo de moradores à rede em que estava inserido, já que o Morro do Castelo, até o início do século XX, não possuía uma homogeneidade social.

A mobilidade residencial passou por várias etapas. Logo no início do século XX, a Reforma Passos forçou a mudança de moradores da vertente ocupada, por população de melhor poder aquisitivo. Por sua vez o “bota-abaixo” fez com que a densidade no Morro se tornasse maior. Em suma, enquanto a classe “média” era expulsa, pessoas removidas para a construção da Avenida Central subiam o Castelo.

Desta forma, o Morro foi ficando socialmente mais homogêneo, facilitando com isso, o processo que em breve resultaria no arrasamento da Colina.

Os *sem-tecto* do Morro do Castelo estabeleceram uma rede social entre a comunidade latina e os excluídos da Reforma Passos para suprir a falta de investimentos do setor público na questão habitacional. Esta rede começou a ser tecida na grande Reforma Urbana de Pereira Passos (1903-1906).

Os casos pesquisados – Morros de Paula Mattos e do Pinto – mostram que a presença de portugueses e italianos foi um fator importante para a construção da rede que “capturou” a comunidade latina do Morro do Castelo. Além disso, o fator acessibilidade em relação ao local de trabalho foi importante para a busca da residência posterior. No caso das favelas – Borel e Mangueira – a rede foi tecida pelos *sem-tecto* de baixo status social.

Então, a estrutura interna da cidade do Rio de Janeiro, altamente caracterizada pelos seus elementos naturais, especificamente a topografia da área central e de sua periferia

imediate, não determinou, mas influenciou diretamente na segregação residencial, reproduzindo “novos Castelos”.

Portanto, é um erro afirmar que as Reformas Urbanas do século XX expulsaram a população pobre do Centro da cidade exclusivamente para as áreas suburbanas. Assim, como na Reforma Passos, o arrasamento do Morro do Castelo obrigou a mudança de milhares de pessoas do Centro da cidade. Nossa pesquisa propõe um padrão geral para a segregação imposta pela administração de Carlos Sampaio – *a fragmentação e a reprodução do Castelo na zona periférica do centro*.

Gostaríamos de finalizar esta dissertação, lembrando a frase de Dona Guiomar, nossa castelense: “O Morro do Castelo era um lugar lindo”. Ela e os quatro mil castelenses esquecidos pelo tempo (e pelo poder público), merecem esta homenagem, mesmo que tardia. Dona Guiomar é uma testemunha viva do Berço Histórico da Cidade Maravilhosa, e seu depoimento carinhoso sobre o Morro do Castelo é uma prova inequívoca que a história de nossas vidas está atrelada a história dos lugares onde vivemos.

REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1.1 – Periódicos

#### ***Jornal do Brasil:***

- 09 de março de 1921
- 28 de agosto de 1921
- 03 de setembro de 1921
- 27 de setembro 1921
- 12 de março de 1925
- 20 de janeiro de 1965
- 27 de fevereiro de 1994

#### ***Jornal O Globo:***

- 18 de setembro de 2000
- 05 de janeiro de 2004
- 27 de fevereiro de 2004
- 23 de maio de 2004

#### ***Jornal O Correio da Manhã:***

- 11 de setembro de 1916
- 03 de maio de 1920
- 16 de setembro de 1921
- 02 de fevereiro de 1924
- 07 de janeiro de 1926

#### ***Jornal O País:***

- sem data

#### ***Jornal do Comércio:***

- 10 de novembro de 1921

#### ***O Jornal:***

- 05 de fevereiro de 1929

***Diário de Pernambuco:***

- 3 de outubro de 1926

***Revista da Semana:***

- agosto de 1920  
- julho de 1921  
- novembro de 1926  
- fevereiro de 1927  
- julho de 1935

***Revista Artística, Científica e Letteraria Kosmos:***

- janeiro 1905.

***Revista Careta:***

- 19 de março de 1921

***Revista Época:***

- Edição n. 50, 03 de maio de 1999

**1.2 – DEPOIMENTOS**

MORENO, Francisco e ALOY, Florinda. Gravação – Museu da Imagem e do Som – 30/10/1985.

**1.3 - PUBLICAÇÕES**

ABREU, Irlane Gonçalves. Geografia Urbana: Questões sobre sua Natureza e seu Objeto. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Os Caminhos da Reflexão sobre Cidade e o Urbano. EDUSP, São Paulo, 1999.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: Revista Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, Niterói, abril de 1986.

\_\_\_\_\_ A Cidade, a Montanha e a Floresta. . In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_ “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro”. In: Espaço & Debates, São Paulo, v.14, n.37, 1994.

\_\_\_\_\_ Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 3º Edição, IPLANRIO, Rio de Janeiro, 1997/A.

\_\_\_\_\_ A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). Explorações Geográficas. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997/B.

\_\_\_\_\_ Sobre a Memória das Cidades. In: Revista Território – LAGET/UFRJ, n° 4, Ano III, Jan/Jun. 1998.

\_\_\_\_\_ O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Os Caminhos da Reflexão sobre Cidade e o Urbano. EDUSP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_ A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In OLIVEIRA. Lúcia Lippi (org). Cidade: História e Desafios. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002/A.

\_\_\_\_\_ “O Rio de Janeiro Quinhentista: debates e armadilhas”. Revista Rio Urbano, Fundação CIDE, Rio de Janeiro, Março 2002/B.

\_\_\_\_\_ Cidades: Espacialidades e Temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandra e LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos – Novas Abordagens sobre a Cidade. Contexto Acadêmica, São Paulo, 2003.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: um balanço histórico. . In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

ANTUNES, De Paranhos. Estudos de História Carioca. Coleção Cidade do Rio de Janeiro – 8, Secretaria Geral de Educação e Cultura, Prefeitura do Distrito Federal, s/d.

ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. Série Bom Livro, 11º edição, Editora Ática, São Paulo, 1998.

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. Agentes Modeladores e uso do Solo Urbano. In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. XIX, São Paulo, 1978.

BARBOSA, Jorge Luiz. Olhos de Ver, Ouvidos de Ouvir: Os “Ambientes Malsãos” da Capital da República. In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BARREIROS, E. C. Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Ensaio – 1565 – 1965, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. A Cidade do Rio de Janeiro e suas dúvidas. Editora Aurora, Rio de Janeiro, 1958.

BARRETO, Lima. Coisas do Reino do Jambon. Editora Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1961.

\_\_\_\_\_. O Subterrâneo do Morro do Castelo. 2º edição, Dantes, Rio de Janeiro, 1997.

BARROS, Paulo Cezar. Reforma Urbana e Mobilidade Residencial: um estudo de caso sobre os “sem-teto” do Morro do Castelo. Monografia de conclusão do curso de Pós-Graduação Em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, UERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. Do Morro do Castelo à Esplanada: Um capítulo na Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Revista GETER, Gráfica da UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.- Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, v.11, 1992.

BERNARDES, Lysia M. C. Posição Geográfica. In: SILVA, Fernando Nascimento. Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade. Distribuidora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1965.

\_\_\_\_\_. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. . In: Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BERNARDES, Lysia M. C e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro – Cidade e Região. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.

BECKER, Olga Maria S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Iná Elias et al (orgs.). Explorações Geográficas. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império – o Rio de Janeiro no Século XVIII. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

BOLETIM DA PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL (RIO DE JANEIRO). Publicado pela Secretaria do Gabinete do Prefeito – 1921, anno LIX, Typografia do “Jornal do Commercio” de Rodrigues e C., Rio de Janeiro, 1922.

BOLETIM DA PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL (RIO DE JANEIRO). Publicado pela Secretaria do Gabinete do Prefeito – 1920, anno LVIII, Typografia do “Jornal do Commercio” de Rodrigues e C., Rio de Janeiro, 1922.

BOLETIM DA PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL (RIO DE JANEIRO). Publicado pela Secretaria do Gabinete do Prefeito – 1921, anno LX, Typografia do “Jornal do Commercio” de Rodrigues e C., Rio de Janeiro, 1924.

BRESCIANI, Maria Estella. Cidade e História. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: História e Desafios. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

BRUYNE, Paul et alli. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais – os Pólos da Prática Metodológica. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977.

BULHÕES, Antônio. Diário da Cidade Amada: Rio de Janeiro - 1922. Sextante Artes, Rio de Janeiro, 2003.

BURGESS, Ernest W. O Crescimento da Cidade: Introdução a um Projeto de Pesquisa (1925). In: PIERSON, Donald. Estudos de Ecologia Humana – Leituras de Sociologia e Antropologia Social. Tomo I, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1970.

CARDOSO, Adauto Lucio e RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro. Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR, FASE, Rio de Janeiro, 1996

CARDOSO, Elizabeth Dezouart et alli. História dos Bairros – Saúde, Gamboa e Santo Cristo. João Forte Engenharia, Editora Index, Rio de Janeiro, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Repensar a Geografia Urbana: O Balanço de um Simpósio. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Os Caminhos da Reflexão sobre Cidade e o Urbano. EDUSP, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_ Espaço-Tempo na Metrópole. Contexto Acadêmica, São Paulo, 2001/A.

\_\_\_\_\_ A Cidade: O Homem e a Cidade; a Cidade e o Cidadão; de quem é o Solo Urbano? Coleção Repensando a Geografia. Geografia Contexto, São Paulo, 2001/B.

CARPINTÉRO. Marisa Varanda T. A Construção de um Sonho: Os Engenheiros – Arquitetos e a Formulação da Política Habitacional no Brasil. Editora da Unicamp, Campinas, São Paulo, 1977.

CARVALHO, Delgado. História da Cidade do Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro, 1988.

CASTELLS, Manuel and MOLLENKOPF, John Hull. *Dual City – Restructuring New York*. Russell Sage Foundation, New York, 1992.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Coleção Pensamento Crítico - vol. 48, Editora Paz e Terra. São Paulo, 2000.

CASTRO, Iná. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

CAVALCANTE. Berenice de O. *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. In: *Revista Rio de Janeiro*, vol. 1, nº 1, Niterói, dezembro de 1985.

CAVALCANTI. J. Cruvelo. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro*. Organizada pela Ordem da Ilustríssima Câmara Municipal. Typografia da Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1878.

CAVALCANTI. Nireu. *Rio de Janeiro – Centro Histórico (1808/1998) – Marcos da Colônia*. GMT Editores Ltda, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_ *O Rio de Janeiro Setecentista- A Vida e a Construção da Cidade da Invasão Francesa até a Chegada da Corte*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.

CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho em Imagens – A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)*. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2002.

COHEN, Nelson. *Rio de Janeiro: Marcos de sua evolução – fotos Carlos Secchin e Milan*. Booklink, Rio de Janeiro, 2002.

COROACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Documentos Brasileiros, Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1965.

CORRÊA, Magalhães. *Terra Carioca – Fontes e Chafarizes*. Coleção Memória do Rio 4. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Localização Inicial do Imigrante: O caso do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n.3, v.38 – IBGE, julho/set. 1976.

\_\_\_\_\_ *Região e Organização Espacial*. Série Princípios, 3º Edição, Editora Ática, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_ *O Meio Ambiente e a Metrópole*. In: *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_ *O Espaço Urbano*. Série Princípios, 3º Edição, Editora Ática, Rio de Janeiro, 1995.

COSTA, Alexander Josef Sá Tobias. Hidrogeografia e a Cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (organizadores). Estudos de Geografia Fluminense. Livraria e Editora Infobook Ltda, Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Murilo Cesar. Vila Proletário de Marechal Hermes, uma Utopia Urbana. Monografia – Pós Graduação em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, Nelson. O Rio através dos séculos: A história da cidade no seu IV Centenário. Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965.

COSTA, Rosalina Maria Costa. Em Busca do Espaço Perdido: A Reconstrução das Identidades Espaciais do Bairro da Lapa na Cidade do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

COSTA, Valéria Grace. A Mobilidade Residencial: Um estudo de caso na favela Pau da Fome, município do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1995.

CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Coleção Rio 4 Séculos, Livraria José Olympio Editoria, Rio de Janeiro, 1965.

CUNHA, Murilo Alves da. Um pouco da História Fluminense. Mimeo, Rio de Janeiro, 1996.

DUNLOP, C.J. O Rio Antigo. Volumes I, II e III, Editora Gráfica Laemmert Ltda. Rio de Janeiro, 1955.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Coleção Memória Viva, Vol. I, Xenon Editora, Rio de Janeiro, 1987.

ENGELS, Friedrich (1887). Para a Questão da Habitação. In: Marx e Engels: Obras escolhidas em três tomos. Tomo II, Edições – Moscovo, Edições “Avante” – Lisboa, 1983.

ERMAKOFF, George. Juan Gutierrez – Imagens do Rio de Janeiro (1892 – 1896). Coleção Visões do Brasil I, Apresentação Pedro Karp Vasquez, Marca d’água Livraria e Editora, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_ Rio de Janeiro – 1900 – 1930: Uma Crônica Fotográfica. Iphis Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, 2003.

FERREIRA, João da Costa Ferreira. A Cidade do Rio de Janeiro e seu Termo. Coleção Memória do Rio 1, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

FLEIUSS, Max. História da Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) – Resumo Didactico. Comp. Melhoramentos de São Paulo, Rio de Janeiro, 1928.

FREIRE, Américo. República, Cidade e Capital: O Poder Federal e as Forças Políticas do Rio de Janeiro no Contexto da Implantação Republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) Rio de Janeiro: Uma Cidade na História. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

FREYRE, Gilberto. Tempo de aprendiz. Artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor: 1918-1926. (Vols. 1 e 2). São Paulo: IBASA; Brasília: INL, 1979. Vol. 1. (p.335).

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em Nome do Rei – Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1999.

FRIDMAN, Sergio A. e MORAES, Roberto Menezes. Morro do Castelo: seus aspectos numa rara coleção de cartões postais. Rio de Janeiro, 1999.

FRITSCH, Lílian de Amorim. Palavras ao vento: a urbanização do Rio Imperial. In: Revista Rio de Janeiro, vol. 1, nº 3, Niterói, agosto de 1986.

GERSON, Brasil. História das Ruas do Rio. 5º edição, Lacerda Editora, Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Manuel. As lutas do povo do Borel. Edições Muro, Rio de Janeiro, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa Gomes. A Condição Urbana – Ensaio Geopolítico da Cidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In VALLADARES, Licia e PRETECEILLE, Edmond (Coordenação). Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. Nobel/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_ A Produção Social do Espaço Urbano. Editora da Universidade de São Paulo, 2º Edição, São Paulo, 1997.

GREGORY, Derek. Teoria Social e geografia humana. In: GREGORY, Derek et alli (org). Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência social. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1996.

GUERRA, Domingos Martins. Os morros do Castelo e Santo Antônio são úteis ou nocivos à saúde pública? Durante o desmoronamento destes morros correria a cidade algum perigo? Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852.

HASSINGER, Hugo. Fundamentos Geográficos de la História. 2ª edição, Madrid, 1952.

HOBBSAWN, Eric J. A Era dos Extremos: O Breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. Hucitec, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_ A Condição Pós-Moderna. Loyola, São Paulo, 6ª edição, 1996.

KESSEL, Carlos. A Vitrine e o Espelho – O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Coleção Memória Carioca, Vol. 2, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. In: Tempo – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF. Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, jun. 1997.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. Coleção Primeiro Passos, 23, Editora Brasiliense, São Paulo, 2003.

LAGO, Luciana Corrêa do. Segregação Socioespacial e Condições Urbanas de Vida nos Anos 80: A Metrópole do Rio de Janeiro em Questão. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998. [www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br).

\_\_\_\_\_ Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de Crise. Revan, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_ Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana – São Paulo e Rio de Janeiro. Observatório das Metrópoles, 2004. [www.ippur.ufrj.br/observatorio](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio).

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Dos Trapiches ao Porto: Um estudo sobre a Área portuária do Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro, 1991.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara: Setores da evolução fluminense. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, nº 5, 1948.

\_\_\_\_\_ A Paisagem Carioca e suas origens. In: SILVA, Fernando Nascimento. Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade. Distribuidora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1965.

LATIF, Mirian de Barros. Uma Cidade no Trópico – São Sebastião do Rio de Janeiro. 2ª edição, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1965.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Fernando da França. Rio de Janeiro – Uma viagem no tempo. Produtor Editorial Independente, Rio de Janeiro, 2000.

LESSA, Carlos. O Rio de Todos os Brasis – Uma reflexão em busca de auto-estima. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

LIMA, Evelyn F. Werneck. Avenida Presidente Vargas: Uma Drástica Cirurgia. Biblioteca Carioca, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1990.

LIMA, Hilda da Silva T. (Org.). Manual para elaboração e normalização de dissertações e teses. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2005.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial financeiro. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978. 2 v.

LOPES, Nei. Guimbaustrilho e outros mistérios suburbanos. Coleção Sebastião, nº 2, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Dantes Livraria Editora, Rio de Janeiro, 2001.

LOWENTHAL, D. The past is a foreign country. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

\_\_\_\_\_ Possessed by the past. London: Simon & Schuster, 1996.

MACEDO, Manuel Joaquim. Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Imagens do Brasil, vol. 1, Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1991.

MCKENZIE, Roderick D. A Comunidade Humana Abordada Ecologicamente (1924). In: PIERSON, Donald. Estudos de Ecologia Humana – Leituras de Sociologia e Antropologia Social. Tomo I, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1970.

MAGNOLI, Demétrio. Globalização – Estado Nacional e Espaço Mundial. Coleção Polêmica, 10ª impressão, editora Moderna, São Paulo, 1999.

MAIO, Celeste Rodrigues e MOCELLIN, Rachel Silva Jardim. Paula Mattos, Uma Comunidade Italiana do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE – jan/mar. 1974.

MALTA, Augusto. Fotografias do Rio de Ontem. Coleção Memórias do Rio 7, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

\_\_\_\_\_ Álbum do Morro do Castelo. Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1922.

\_\_\_\_\_ Coleção Fotográfica do Distrito Federal (1903 – 1958). Prefeitura do Distrito Federal, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

MARINS. Paulo César Garcez. História da Vida Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à era do rádio. Coleção dirigida por Fernando A. Novais; Volume organizado por Nicolau Sevckenko. 4ª reimpressão, São Paulo, 1998.

MASCARENHAS, Gilmar. Em Busca do Berço Perdido: Turismo e Patrimônio no Morro do Castelo (Rio de Janeiro). In: CORIOLANO, L. (org). Turismo com Ética. Fortaleza: UECE, 1998.

\_\_\_\_\_ Espaço, Tempo e Paisagem no Morro do Castelo: Obsolescência e Morte de um Lugar. GEO UERJ, Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2000.

MAURÍCIO, Augusto. Algo do meu velho Rio. Livraria Brasiana Editora, Rio de Janeiro, 1966.

MELLO, João Baptista Ferreira. A Humanização da Natureza – Uma Odisséia para a (re)Conquista do Paraíso. In: MESQUITA, Olíndina Vianna e SILVA, Solange Tietzman (orgs.). Geografia e Questão Ambiental. IBGE, 1993.

\_\_\_\_\_ A Restauração dos Lugares do Passado. Geo UERJ, Revista do Departamento de Geografia, nº 12, UERJ, Rio de Janeiro, 2º semestre de 2002.

\_\_\_\_\_ Explosões de Centralidades na Cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (organizadores). Estudos de Geografia Fluminense. Livraria e Editoria Infobook Ltda, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_ As catedrais de São Sebastião do Rio de Janeiro. IN: AGB – XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, CD-ROM, 2002.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. “Luvas! O tesouro do Castelo. In Urupês. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1943.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. 9ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1990.

MOTTA, Marly Silva da. A Nação faz 100 Anos – A Questão Nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

\_\_\_\_\_ Rio de Janeiro: de Cidade-Capital a Estado da Guanabara. Coleção Estudos do Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_ O “Hércules da prefeitura” e o “demolidor do Castelo”: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In OLIVEIRA. Lúcia Lippi (org). Cidade: História e Desafios. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_ Rio, Cidade – Capital. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. Registro Fotográfico de Marc Ferrez da Construção da Av. Rio Branco, 1903 – 1906. Texto de Paulo Santos e Gilberto Ferrez et alli. Apresentação de Alcídio Mafra de Souza. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, 1982.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: Tempo – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF. Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, jun. 1997.

NEDELL, Jeffrey D. Belle Époque Tropical – Sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século. Companhia Das Letras, São Paulo, 1993.

NONATO, José Antonio e SANTOS, Nubia Melhem. Era uma Vez o Morro do Castelo. 2ª Edição, Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.

NONATO, José Antonio. Memória demolida. Revista Nossa História, Uma publicação Editada pela Biblioteca Nacional, Ano 1, nº 9, julho de 2004.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o Urbano no Brasil. Espaço e Debates, São Paulo, 2 (6), junho/setembro de 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Cultura Urbana no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Uma Cidade na História. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_ Memórias do Rio de Janeiro. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Cidade: História e Desafios. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002.

O'NEILL, Maria Mônica e NATAL, Marília Carneiro. Mobilidade Residencial: Alguns Comentários. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, nº 2, abr/jun. 1988.

PADILHA, Sylvia F. Da “Cidade Velha” à periferia. In: Revista Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, Niterói, dezembro de 1985.

PAIXÃO, Claudia Miriam Quelhas. Moradores do Morro do Castelo: Uma questão social no Rio de Janeiro da década de 1920. XXIV Jornada de Iniciação Científica da UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Mimeo, 2002.

PARK, Rober Ezra. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano (1916). In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano. Biblioteca de Ciências Sociais, 4ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_ Ecologia Humana (1936). In: PIERSON, Donald. Estudos de Ecologia Humana – Leituras de Sociologia e Antropologia Social. Tomo I, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1970.

PASSOS, Alexandre. O Rio no Tempo do “Onça” – século XV ao XVIII. 4ª edição melhorada, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1965.

PEREIRA, Sônia Gomes. A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca. Série Dissertações e Teses, UFRJ, 1998.

PHILO, Chris. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et alli (org). Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência social. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1996.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas e RABHA, Nina Maria de Carvalho. Porto do Rio de Janeiro – Construindo a Modernidade. Andréa Jakobsson Estúdio, Rio de Janeiro, 2004.

PINHEIRO, Maciel. O Rio de Janeiro através das revistas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Coleção Vieira Fazenda VI, Livraria Brasileira Editora, Rio de Janeiro, 1965.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Uma Cidade no Tempo. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 1992.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Álbum da cidade do Rio de Janeiro - Homenagem á visita S.M. o Rei Alberto I ao Brasil, 1920.

\_\_\_\_\_ Álbum da cidade do Rio de Janeiro – Commemorativo do 1º Centenário da Independência do Brasil – 1822 -1922. Edição da Prefeitura do Distrito Federal, 1922.

RABHA. Nina Maria de Carvalho E. Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro. In: Revista Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, Niterói, dezembro de 1985.

REBOUÇAS, Gilson dos Anjos. Análise de Evolução Urbana da Micro-Região Central do Rio de Janeiro, Período: 1900 à 1960 – Esplanada do Castelo. Monografia /UERJ, 1988.

REIS, José de Oliveira. As Administrações Municipais e o Desenvolvimento Urbano. In: SILVA, Fernando Nascimento. Rio de janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade. Distribuidora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1965.

\_\_\_\_\_ O Rio de Janeiro e seus Prefeitos – evolução urbanística da cidade. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_ História Urbanística do Rio de Janeiro – O Rio: Cidade dos Pântanos e Lagoas. Revista Municipal de Engenharia, Vol. XL, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, janeiro/março – 1986.

\_\_\_\_\_ História Urbanística do Rio de Janeiro – A Cidade do Rio de Janeiro na República Velha (1889/1930). Revista Municipal de Engenharia, Vol.XLIII, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº ¼ , janeiro/dezembro – 1993.

\_\_\_\_\_ 50 Anos da Av. Presidente Vargas. Revista Municipal de Engenharia, Vol. XIX, nº ¼, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, janeiro/dezembro – 1994.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. Dos Cortiços aos Condomínios Fechados. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e LAGO, Luciana Correa. O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras. Observatório das Metrôpoles, Out/1999. [www.ippur.ufrj.br/observatorio](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio).

\_\_\_\_\_ Direito à Cidade e a Segregação Residencial: desafios do Estatuto da Cidade. Observatório das Metrôpoles, 2004. [www.ippur.ufrj.br/observatorio](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio).

RIBEIRO, Miguel Angelo e MELLO, João Baptista Ferreira. O Espaço Geográfico do Rio de Janeiro através dos tempos – 1820/1970 – uma bibliografia. Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ, n. 13, 1º semestre de 2003.

RIO, João do. A alma encantadora das ruas. Simões, Rio de Janeiro, 1951.

RIOS FILHO. Adolfo Morales L. O Rio de Janeiro Imperial. 2º edição, Univer cidade Editora, Rio de Janeiro, 2000.

ROCHA, Oswaldo Porto e CARVALHO, Lia de Aquino. A Era das Demolições – Habitações Populares. Coleção Biblioteca Carioca, v. 1, Série Publicação Científica, Rio de Janeiro, 1995.

ROLNIK. Raquel. O que é Cidade. Coleção Primeiro Passos – 203, 3º edição, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

ROSA, Ferreira. Rio de Janeiro em 1922 – 1924. Coleção Memória do Rio 3, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

ROSE, Lili e AGUIAR, Nelson. Tijuca de rua em rua. Coleção Rio, Editora Rio, Rio de Janeiro, 2004.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e Temporalidades Urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandra e LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos – Novas Abordagens sobre a Cidade. Contexto Acadêmica, São Paulo, 2003.

SAMPAIO, Carlos. Memória Histórica – Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro - 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922. LUMEN – Empresa Internacional Editora, 1924.

\_\_\_\_\_ O Arrazamento do Morro do Castelo. Typografia da S. A. Gazeta da Bolsa, Rio de Janeiro, 1925.

\_\_\_\_\_.Administração Municipal. Typografia Aurora, Rio de Janeiro, s/d.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. In: FALCÃO. Joaquim Arruda. Conflito de Direito de Propriedade: invasões urbanas. Rio de Janeiro, Forense, 1984.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. Hucitec – EDUSP, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In VALLADARES, Licia e PRETECEILLE, Edmond (Coordenação). Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. Nobel/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Espaço e Método. 3º edição, São Paulo, Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 3ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 3º edição, Hucitec, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. O Espaço Dividido – Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2ª edição, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS. Noronha. As Freguesias do Rio Antigo. Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965.

SCLIAR, Moacyr. O Rio de Janeiro em Pé de Guerra. Revista História Viva – setembro 2004, Ediouro, São Paulo.

SEARA. Berenice. Guia de Roteiros do Rio Antigo. Infoglobo Comunicações Ltda. Rio de Janeiro, 2004.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. O Rio de Janeiro no século XVI. Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965.

SIGAUD, Márcia Frota e PINHO, Claudia Maria Madureira de. Morro da Conceição: da memória o futuro. Sextante: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Lenyra Rique. A natureza contraditória do espaço geográfico. Editora Contexto, São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821). 2º edição, Brasiliense, volume 363, Editora Nacional, São Paulo, 1978.

SILVA, Maria Lais Pereira da. Os Transportes Coletivos na Cidade do Rio de Janeiro: Tensões e Conflitos. Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Nascimento. Dados da Geografia Carioca. In: SILVA, Fernando Nascimento. Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade. Distribuidora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1965.

SILVEIRA, Carmem Beatriz. Uso residencial na periferia do centro: um estudo na periferia do centro. Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, UFRJ, 1995.

SISSON, Rachel. Os três Centros do Rio. Revista Municipal de Engenharia, Vol. XXXIX, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, outubro/dezembro – 1983.

SMITH, Susan J. Geografia Urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, Derek et ali (org). Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência social. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1996.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. A Fisionomia das Unidades Urbanas. In: SILVA, Fernando Nascimento. Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade. Distribuidora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 1965.

SOIHET, Rachel. A Subversão pelo riso – Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Fundação Getúlio Vargas Editora, 1ª edição, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, Rodolfo Maia. A Cidade dos Imortais: O Rio de Janeiro e o Arrasamento do Morro do Castelo. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 1997.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. O Rio de Janeiro em Questão: O Plano Agache e o Ideário Reformista dos anos 20. Série Teses, Dissertações e Monografias – IPPUR/UFRJ – Fase, Rio de Janeiro, 1973.

TÁTI, Miécio. O Mundo de Machado de Assis. Coleção Biblioteca Carioca, volume 16, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro, 1991.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da Engenharia no Brasil – Séc. XX. Clube de Engenharia, Clavero Editoração, Rio de Janeiro, 1993.

TOURINHO, Eduardo. Revelação do Rio de Janeiro. Rio 400, direção de Guilherme Figueiredo, v. 4, Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1964.

TRIGO, Luciano. O viajante imóvel: Machado de Assis e o Rio de Janeiro de seu tempo. Record, Rio de Janeiro, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias *et al* (orgs.). Explorações Geográficas. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_ A Cidade da Geografia no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). Os Caminhos da Reflexão sobre Cidade e o Urbano. EDUSP, São Paulo, 1999/A.

\_\_\_\_\_ Dois Séculos de Pensamento sobre a Cidade. Editus, Ilhéus, 1999/B.

\_\_\_\_\_ A Cidade Alta de Salvador: de cidade colonial a centro histórico pós-moderno. In: CARLOS, Ana Fani Alessandra e LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas Urbanos – Novas Abordagens sobre a Cidade. Contexto Acadêmica, São Paulo, 2003.

VAZ, Lílian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. In: Revista Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, Niterói, abril de 1986.

VELLOSO, Mônica. As Tradições Populares na Belle Époque Carioca. Ministério da Cultura – FUNARTE, Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_. Mário Lago: Boemia e Política. 3ª edição, Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1998.

VIANNA, Luiz Fernando. Rio de Janeiro: Imagens da Aviação Naval –1916 – 1923. Argumento Editora, Rio de Janeiro, 2001.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida (1938). In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O Fenômeno Urbano. Biblioteca de Ciências Sociais, 4ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

#### 1.4- URLs CONSULTADAS

<http://www.abep.nepo.unicamp.br>

<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid07.htm>

<http://www.favelatemmemoria.com.br>

[http://www.formosaonline.com.br/geonline/textos/geografia/geografia\\_artigos14.htm](http://www.formosaonline.com.br/geonline/textos/geografia/geografia_artigos14.htm)

<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>

<http://www.memoriaviva.digi.com.br/vinicius/poecc45.htm>

<http://www.no.com.br>

<http://www.rhr.uepg.br/v2n2/kessel.htm>

[http://www.rio.rj.gov.br/ipp/noticias/nota\\_016.htm](http://www.rio.rj.gov.br/ipp/noticias/nota_016.htm)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)